Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Departamento de Cooperação e Fomento – DECOF
Centro Lucio Costa: Escola de Patrimônio – CLC
Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP-MP/IPHAN

Carlos Martins Ventura

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DE CONTAGEM: inventário participativo e ações educativas como ferramentas de comunicação da memória operária em Contagem/MG

Rio de Janeiro
2024

Carlos Martins Ventura

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DE CONTAGEM: inventário participativo e ações educativas como ferramentas de comunicação da memória operária em Contagem/MG

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof. Dra. Luciana Christina Cruz e Souza.
Supervisor: Ramon Neves de Oliveira.

Rio de Janeiro
2024

Essa pesquisa foi definida a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional na Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves em Contagem/MG.

V 468 p

Ventura, Carlos Martins

Patrimônio industrial de Contagem: inventário participativo e ações educativas como ferramentas de comunicação da memória operária em Contagem/MG / Carlos Martins Ventura. – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2024.

213 f.: il.

Orientadora: Luciana Christina Cruz e Souza
Supervisão: Ramon Neves de Oliveira

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2024.

1.Patrimônio industrial. 2. Memória operária. 3. Contagem/MG. 4. Participação. 5. Educação. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 363.69



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carlos Martins Ventura

“Patrimônio Industrial de Contagem: inventário participativo e ações educativas como ferramentas de comunicação da memória operária em Contagem/MG”

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Defesa por videoconferência em 19 de agosto de 2024.

Banca examinadora

Professora Dra. Luciana Christina Cruz e Souza (orientadora e presidente da Banca) – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN

Professora Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal – Mestrado Profissional em Preservação do PatrimônioCultural do IPHAN

Dr. Átila Bezerra Tolentino – IBRAM

Documento assinado eletronicamente por **Claudia Feierabend Baeta Leal**, **Diretora do Centro Lucio Costa**, em 29/10/2024, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art.4º do Decreto nº 10.543, de 13 de ovembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CHRISTINA CRUZ E SOUZA**, **Usuário Externo**, em12/11/2024, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Atila Bezerra Tolentino**, **Usuário Externo**, em 12/11/2024,às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade,informando o código verificador **5762501** e o código CRC **8254B1C8**.

Agradecimentos

A presente dissertação é fruto da colaboração e da ajuda de diversas pessoas que direta ou indiretamente me motivaram e me deram força durante todo o processo de elaboração.

Sou imensamente grato a minha orientadora Prof. Dra. Luciana Christina Cruz e Souza pela sua sensibilidade, paciência, companheirismo e dedicação durante todo o processo de elaboração da dissertação. A sua leitura minuciosa e as observações realizadas foram valorosas e enriqueceram a presente dissertação.

Agradeço também a todos os professores do mestrado profissional do Centro Lucio Costa que, mesmo durante a pandemia e em aulas remotas, fizeram com que me sentisse acolhido, dedicando a nos ensinar em um momento tão delicado como foi o período em questão.

Aos servidores que atuam no Centro Lucio Costa, os quais, com toda a dedicação e carinho, me auxiliaram durante todo o período do mestrado.

Ao Prof. Dr. Paulo Fontes (UFRJ) e à Prof. Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal (IPHAN), que trouxeram grandes contribuições durante a Banca de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Átila Bezerra Tolentino e à Profª. Dra. Claudia Baeta pela participação na Banca de Defesa da Dissertação trazendo novas contribuições que também agregaram muito ao trabalho.

A todos os centros de pesquisa, arquivos e entidades que lidam com a memória operária com os quais tive contato e que não hesitaram em colaborar.

A Rodrigo Guedes, do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), que atendeu às minhas solicitações com grande dedicação mesmo durante a pandemia.

Ao meu amigo Davidson de Oliveira Rodrigues por me incentivar a participar do processo seletivo do mestrado profissional do Iphan, pelos empréstimos de livros e pelo apoio.

Aos meus colegas da 12ª Turma do PEP-MP: mesmo tendo aulas remotas, conseguimos manter vínculos e companheirismo durante o mestrado.

Ao meu supervisor Ramon de Oliveira Neves, que aceitou o convite e sempre me apoiou durante todo o processo das práticas supervisionadas.

À minha mãe, Luzia, por tudo que fez e tem feito por mim.

À minha esposa, Paula Castro, que me ajudou e foi meu apoio durante o mestrado, me estimulando e sendo uma grande força que me animava nos momentos em que achava que não iria dar conta ou naqueles em que pensava em desistir.

Aos meus irmãos Karla e Wellington e a meu pai, José, pelo apoio.

Aos meus sobrinhos Maria Alice e Miguel, que trouxeram a doçura e a alegria de criança para meus dias.

A todos da escola estadual Catarina Jorge Gonçalves, que me ajudaram.

RESUMO

A presente dissertação discute a preservação do patrimônio industrial da Cidade Industrial de Contagem, em Minas Gerais, mediante promoção de ações educativas, utilizando-se dos suportes de memória dos operários. Pretende-se compreender o papel da memória e de um provável patrimônio industrial na formação cultural do município de Contagem, salientando possíveis estratégias para a sua preservação a partir da realização de ações educativas. Para esse propósito, trataremos brevemente do processo de industrialização em Minas Gerais, bem como da escolha de Contagem para sediar o primeiro polo industrial planejado do estado, buscando dialogar sobre a valoração e a preservação dos bens referentes à experiência industrial daquela região. Com esse objetivo, o inventário participativo será apresentado como um dos instrumentos para o mapeamento e a seleção de bens materiais e imateriais que poderiam compor esse possível conjunto patrimonial, sendo a educação patrimonial uma ferramenta para o debate sobre sua valoração, preservação e manutenção. Com base em pesquisa documental e bibliográfica, a dissertação terá uma abordagem com referência no estudo das relações geradas pela interação estabelecida a partir das indústrias junto ao tecido social. É nessa perspectiva que a proposta educativa assumirá como foco a condução de ações capazes de inserir a comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves nas discussões do campo do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio industrial. Patrimônio cultural. Ações educativas. Memória operária.

ABSTRACT

This dissertation examines the preservation of industrial heritage in the Cidade Industrial de Contagem, located in Minas Gerais, through the promotion of educational initiatives that leverage workers' memories as sources of historical insight. The aim is to understand the role of memory and potential industrial heritage in shaping the cultural identity of Contagem, while highlighting possible strategies for its preservation through educational actions. To this end, the study provides a brief overview of the industrialization process in Minas Gerais and the selection of Contagem as the site for the state's first planned industrial hub, fostering a discussion on the valuation and preservation of assets related to the region's industrial experience. In pursuit of this goal, the dissertation proposes participatory inventories as a tool for mapping and selecting both tangible and intangible assets that could constitute this potential heritage. Heritage education is positioned as a key instrument for promoting discussions around the valuation, preservation, and maintenance of these assets. Based on documentary and bibliographic research, the study adopts an approach that examines the social dynamics generated by the interaction between industrial activities and the local community. Within this framework, the proposed educational initiatives focus on engaging the school community of Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves in discussions related to cultural heritage.

Keywords: Industrial heritage. Cultural heritage. Educational actions. Workers' memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização dos bens tombados do município de Contagem/MG 60

Figura 02 – Localização do município de Contagem na região Metropolitana de Belo Horizonte 87

Figura 03 – Vista aérea de Camberra, Austrália 89

Figura 04 – Limites dos municípios de Contagem e Belo Horizonte 89

Figura 05 – Localização da E. E. Catarina Jorge tendo como referência a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias 123

Figura 06 – E. E. Guilhermino de Oliveira (esquerda) e E. E. Catarina Jorge Gonçalves (direita) 126

Figura 07 – Delimitação do bairro Conjunto Água Branca e localização da E. E. Catarina Jorge Gonçalves (direita) e da E. E. Guilhermino de Oliveira (esquerda) 126

Figura 08 – Vista aérea da E. E. Guilhermino de Oliveira 126

Figura 09 – Vista aérea da E. E. Catarina Jorge Gonçalves 127

Figura 10 – Canteiro central da Avenida Teleférico 143

Figura 11 – Capa do livro *Inventário participativo pessoas e memórias* 148

Figura 12 – Imagem interna do livro *Inventário participativo pessoas e memórias.* 148

Figura 13 – Imagem interna do livro *Inventário participativo pessoas e memórias.* 149

Figura 14 – *Website* do inventário participativo de Galópolis 152

Figura 15 – *Website* do projeto de implantação do Centro Comunitário e Cultural Galópolis 153

Figura 16 – Painéis da exposição “História(s) e Memória(s) do Círculo Operário” 153

Figura 17 – Batismo do “Largo da Diversidade” no Largo do Arouche 154

Figura 18 – Referências culturais do inventário participativo Arouche LGBTQIA+ 155

Figura 19 – *Website* do MONA (Museu de Ocupação e Narrativas do Arouche LGBTQIA+) 156

Figura 20 – Ceilândia – DF: histórias, afetos e (re)significações a partir da educação patrimonial itinerário didático 169

Figura 21 – *Website* do Museu Vivo Caiçara e a exposição do varal de memórias 170

Figura 22 – Mapa afetivo Jardim do Museu da República 173

Figura 23 – Mapa de afetos – Jardim do Museu da República 174

Figura 24 – *Website* do Ecomusée du Creusot Montceau..... 180

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de matrículas 161

Gráfico 2 – Distribuição dos estudantes por localização/zona de 162

Gráfico 3 – Distribuição dos estudantes por cor/raça 162

Gráfico 4 – Distribuição dos estudantes por sexo 162

Gráfico 5 – Número de docentes por etapa de ensino ofertada 163

Gráfico 6 – Quantitativo de profissionais da escola 164

Gráfico 7 – Quantitativo de alunos da escola por turno 164

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Bens tombados e/ou registrados no município de Contagem/MG 52

LISTA DE ABREVIATURAS

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais

AMORJ – Arquivo de memória operária do Rio de Janeiro

BNH – Banco Nacional da Habitação

C.D.I. – Companhia de Distritos Industriais

Ceduc – Coordenação de Educação Patrimonial

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CLT – Consolidações das Leis do Trabalho

CMS – Centro de Memória Sindical

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CODEMIG – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais

COHAB-MG – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais

COMPAC – Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem

CONEP – Conselho Estadual do Patrimônio Cultural

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DAF – Departamento de Articulação e Fomento

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ESAB – Eletrossolda Autógena Brasileira S/A

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMF – Federação Mineira de Futebol

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

ICRROM – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISE – Índice Socioeconômico

MAI – Museu de Arqueologia de Itaipu

MONA – Museu de Ocupação e Narrativas do Arouche

PLANHAP – Plano Nacional de Habitação Popular

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEDECON – Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Contagem

SEE/MG – Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais

SILACC – Simpósio Ibero Americano “Cidade e Cultura”

SIMADE – Sistema Mineiro de Administração Escolar

SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TICCIH – Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UPC – Unidade Padrão Capital

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17
1 Industrialização e patrimônio cultural 24
1.1 Patrimônio Industrial 33
1.2 A memória e o patrimônio industrial 42
1.3 Os desafios do uso da memória como ferramenta para o campo do patrimônio 46
1.4 Patrimônio Cultural de Contagem/MG 49
2 Os operários e o processo de industrialização no Brasil 66
2.1 O processo de industrialização em Minas Gerais 82
2.2 Fatores que levaram à escolha de Contagem como novo centro industrial de Minas Gerais 85
2.3 A situação dos operários da Cidade Industrial em Contagem 91
2.4 Os operários metalúrgicos da Cidade Industrial em Contagem 97
3 Os operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias e a preservação do patrimônio industrial através da memória 104
3.1 A memória dos metalúrgicos através dos suportes materiais 113
3.2 As possibilidades de preservação do patrimônio industrial de Contagem através da memória dos operários 116
3.3 A Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves como lugar de produção e comunicação das memórias de operários 122
4 Reflexões sobre participação e educação patrimonial: referências para se realizar um inventário participativo 131
4.1 A importância do inventário participativo como ferramenta para se conhecer e preservar o patrimônio cultural e industrial de Contagem/MG 144
4.2 A Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves como *locus* de um inventário participativo 159
4.3 Mapa afetivo e varal de memórias: ações educativas para a preservação e a comunicação do patrimônio industrial de Contagem 167
4.4 O Inventário Participativo como instrumento para gestão do patrimônio cultural e autonomia da comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves 175
CONSIDERAÇÕES FINAIS 184
REFERÊNCIAS 189
APÊNDICE 203
ANEXOS 208

INTRODUÇÃO

A Cidade Industrial Coronel Juventino Dias é o primeiro polo industrial planejado de Minas Gerais. A sua criação foi uma aposta do governo mineiro de expandir o parque industrial, e ao mesmo tempo, gerar novos empregos. Se, por um lado, a Cidade Industrial foi sinônimo de progresso econômico, por outro, significou o descaso e a falta de condições mínimas de existência e de trabalho para a maioria das pessoas que vislumbravam, na Cidade Industrial, a oportunidade de emprego.

A motivação para a realização desta dissertação fundamenta-se no interesse em promover um inventário participativo tendo como objetivo conhecer a memória dos operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, em Contagem/MG, por meio de vestígios. Assim, o que se quer investigar é o que a comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves percebe como resquício do patrimônio industrial de Contagem a partir daquilo que ressoa como memória operária do município. É, ainda, uma vontade pessoal verificar a presença de vestígios de operários metalúrgicos nesta atividade. Esse interesse pessoal em buscar elementos da memória dos operários metalúrgicos é instigado principalmente pela mobilização dessa categoria nas associações sindicais e pela repercussão das greves contra o arrocho salarial durante a Ditadura Militar.

Outro fator que conduziu o desenvolvimento da referida pesquisa foi a possibilidade de analisar a Cidade Industrial como objeto do campo do patrimônio e, a partir disso, conhecer o processo de industrialização ocorrido na região alicerçado na memória operária. Assim, busquei refletir sobre os impactos sociais desse processo e compreender o contexto no qual a industrialização e a formação das comunidades em seu entorno ocorreram apoiado naquilo que a comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves percebe como bem a ser valorado como patrimônio.

A inspiração para a elaboração desta dissertação surgiu, igualmente, como uma inquietação e um desejo de abordar a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias não só como tema de pesquisa no campo do patrimônio cultural, mas também como objeto que guarda a memória daquelas pessoas que de fato movimentaram todo o processo industrial.

Para acionar essa memória por meio dos suportes materiais (documentos pessoais, fotografias, jornais, uniformes, holerites, etc.), considerou-se a proposta de realização de um inventário participativo. Tal opção foi motivada pelo seu caráter coletivo, contribuindo, assim, para uma participação democrática e com o envolvimento da comunidade escolar no

levantamento e na escolha daquilo que ressoa como memória desses trabalhadores. Portanto, o inventário se apresentou como um importante instrumento dessa pesquisa para trabalhar essa memória operária através dos fragmentos.

Além disso, a Cidade Industrial de Contagem é um local que sempre fez parte das minhas memórias desde a infância. Durante muito tempo, morei em Betim e em Contagem, e a Cidade Industrial era caminho obrigatório quando ia com meus pais para Belo Horizonte. Ainda hoje a Cidade Industrial é um dos lugares que frequento e, ao transitar pelas ruas e avenidas, percebo como a paisagem se alterou ao longo dos tempos. Espaços que antes eram ocupados quase que exclusivamente por operários, hoje, são tomados por outro público que se desloca pela região em busca de serviços e habitação.

Das memórias que tenho de épocas distintas da minha vida, lembro-me da fábrica de cimentos Itaú e de outras indústrias – que, na minha infância, já não funcionavam mais, mas que mantinham as estruturas dos tempos de funcionamento –, bem como de locais que frequentei e que, com o passar do tempo, sofreram alguma alteração dando espaço para novas atividades econômicas. Cito como exemplo a antiga fábrica de biscoitos Aymoré, aonde meus pais iam para comprar os "retalhos de biscoito" que eram mais baratos. Atualmente o local onde funcionava a fábrica virou uma concessionária de veículos.

Recordo-me, ainda, de algumas transformações como os *trailers* na Avenida General David Sarnoff, próximo a essa antiga fábrica Aymoré, os quais foram demolidos. Quando funcionavam, esses *trailers* eram bastante frequentados por pessoas que queriam fazer um lanche enquanto aguardavam o ônibus. Também tenho lembranças da fumaça que pairava sobre o céu da região e do cheiro que, embora desagradável, era característico daquele lugar.

Atualmente sou professor na Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves, que se localiza no bairro Conjunto Água Branca. Sou graduado em História e desde 2016 leciono a disciplina para alunos tanto do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, quanto do ensino médio. Convém citar que o bairro onde essa escola se localiza faz parte do entorno da Cidade Industrial de Contagem.

Desde que me graduei, nutri grande interesse pela área do patrimônio cultural e vi, no mestrado do Iphan, a possibilidade de me aperfeiçoar e me envolver com pesquisa relacionada a essa temática, sendo o patrimônio industrial um desejo específico. O interesse pelo assunto me fez refletir sobre como promover a mediação do patrimônio industrial por meio de ações educativas que pudessem ser um veículo de comunicação do tema e que, ao mesmo tempo, representassem aliados nas reflexões patrimoniais dentro da escola em que trabalho.

Desse modo, o mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural tornou-se uma oportunidade de planejar ações educativas a fim de refletir sobre a existência de um patrimônio industrial em Contagem a partir de processo de valoração que levasse em conta os interesses da própria comunidade.

Como nem sempre é possível preservar a materialidade do processo industrial, a memória se torna uma aliada para se conhecer esse patrimônio. A preservação dos suportes materiais dessa memória se torna uma possibilidade de evitar que não se percam por completo todos os vestígios de um passado recente. Conhecer a participação do operário dentro e fora da indústria através da memória é estar imerso em um campo que transcende a simples análise das funções laborativas exercidas pelo operário. É interpretar esse trabalhador nas várias dimensões de sua existência refletindo sobre as condições às quais está submetido e sobre a lida diária em associações, sindicatos e no próprio bairro. Assim, a memória se torna uma aliada na compreensão do operário dentro dessa paisagem industrial, o que repercute nas suas relações fora da indústria. Nesse contexto, para que seja possível traçar um panorama das práticas desses sujeitos, recuperar a memória pertinente e viabilizar a pesquisa proposta neste trabalho, serão utilizadas como referências as obras de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Pierre Nora.

A proposta metodológica é usar inventário participativo como uma ferramenta para o levantamento e a seleção dos bens que têm potencial para fazer parte de um possível patrimônio industrial utilizando os suportes materiais para acessar uma possível memória dos operários da Cidade Industrial de Contagem. Com efeito, o inventário participativo se torna um instrumento de comunicação desse patrimônio e de diálogo do que deverá ser valorado e salvaguardado. Além disso, esse tipo de atividade permite o mapeamento, a identificação e a seleção de bens materiais e imateriais a partir daquilo que ressoa para a comunidade como algo a ser preservado.

A escolha do inventário participativo como metodologia a ser aplicada se deve ao fato de ele oportunizar o levantamento das referências culturais de uma maneira democrática. Da mesma forma, ele promove o diálogo sobre o que deve ser inventariado. Assim, tal método colabora para a mobilização social em torno das referências culturais, o que permite uma diversidade de produção material, sentidos e valores que são atribuídos pelos diferentes indivíduos a bens e práticas sociais. Portanto, o inventário participativo fomentará a elaboração de um varal de memórias e de um mapa afetivo como ações para serem executadas a partir das referências culturais levantadas pela comunidade.

O estudo das relações entre as indústrias e seu entorno se dará na tentativa de se estabelecer interfaces entre o estudo da memória dos operários e a reflexão sobre as condições materiais de existência dos trabalhadores locais. Nesse sentido, as ações educativas destinam-se a estimular a participação e a apropriação, por parte da comunidade, daquilo que pode dar sentido de identidade e memória coletiva aos trabalhadores.

Para tratar do desenvolvimento industrial no Brasil, serão utilizadas como referência as obras de Celso Furtado e Boris Fausto. Embora as obras dos autores sejam produzidas em outro contexto histórico, elas trazem importantes contribuições para se pensar no processo industrial brasileiro. A bibliografia sobre o processo industrial no Brasil também contará com outros autores que integram a produção desta dissertação e que apresentam um olhar atual sobre o tema.

Já a temática do patrimônio industrial e a conceituação do campo serão abordadas mediante estudo da Carta de Nizhny Tagil, dos "Princípios de Dublin", dos preceitos de autores como Beatriz Mugayar Kühl e Cristina Meneguello e das demais produções ligadas ao Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH – Brasil).

Para tratar das ações educativas, será utilizada como bibliografia a literatura de Paulo Freire com o objetivo de promover interação e diálogo entre a comunidade e os conceitos de patrimônio cultural de uma forma que proporcione a troca de saberes e, ao mesmo tempo, possibilite a percepção da memória como uma ferramenta de conhecimento e de entendimento do patrimônio. A escolha das obras de Paulo Freire para atuar nas ações educativas se deve ao seu engajamento na área da educação e ao seu arcabouço metodológico. Para Paulo Freire, a educação deve se desenvolver através de um diálogo entre o educando e o educador, e não do que o autor denominou como "educação bancária", em que o educando apenas recebe um conteúdo já determinado pelo educador. Desse modo, Paulo Freire incentiva a autonomia e a produção de conhecimento a partir daquilo que o próprio sujeito apreende da sua realidade.

A presente dissertação se organiza em quatro capítulos. No primeiro capítulo, buscou-se trazer algumas reflexões sobre a industrialização dentro de uma perspectiva do campo do patrimônio. Procurei apresentar algumas considerações sobre como os resquícios da indústria foram ganhando importância dentro das políticas de preservação nas instituições de âmbito tanto nacional, quanto internacional, por exemplo, a Unesco e o Icomos. Também fiz um pequeno esboço sobre como a industrialização foi se consolidando como um objeto de práticas de preservação dentro do Iphan ao longo da história dessa instituição. Ademais, busquei demonstrar como os acordos internacionais – Carta de Nizhny Tagil e "Os Princípios de Dublin" – foram importantes estimuladores para a normatização de princípios necessários

à proteção dos vestígios do processo industrial e para a mobilização de organismos e instituições – nacionais e internacionais – de preservação do patrimônio. Além disso, discorri sobre as questões ligadas à memória e à sua importância para se conhecer a imaterialidade do patrimônio cultural. Por fim, discuti sobre a preservação do patrimônio cultural de Contagem/MG e os critérios para a escolha dos patrimônios culturais do município.

Para além da verificação e da busca de documentos, o processo de levantamento de fontes foi muito produtivo por me propiciar o conhecimento de outras pesquisas que estão em desenvolvimento e, também, por me permitir averiguar a potencialidade dessas instituições para conhecer a memória dos operários da Cidade Industrial de Contagem/MG. Nesse processo, um fator que pesou negativamente para o levantamento das fontes foi a pandemia de Covid-19, que obrigou as instituições a adotarem outras formas de trabalho, postergando o tempo de respostas às mensagens enviadas. Também ficou em atraso nessas instituições o processo de digitalização e disponibilização dos acervos a usuários externos. Da mesma forma, a falta de atualização de sites oficiais trouxe problemas para a pesquisa realizada nas instituições de guarda devido à inexistência e/ou inconsistência de informações. Igualmente, realizei pesquisas nos sites da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG) e da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), para obter mais informações sobre a Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves, porém não obtive sucesso. No site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, encontrei apenas o decreto que autoriza o funcionamento da instituição. Já na página virtual da Secretaria de Educação, não há nenhuma informação sobre a escola, exceto os dados básicos como endereço e meios de contato.

No segundo capítulo, o foco se estabeleceu no processo de industrialização de Minas Gerais e na escolha de Contagem como novo polo industrial do estado. Discorro sobre os motivos que fizeram o governo mineiro investir em um novo polo industrial no estado. Também foram abordados os operários dentro dessa perspectiva de "progresso econômico" em torno da qual orbitou o imaginário social da metade do século XX e que deixou à margem os trabalhadores operários e suas famílias. Sendo assim, procurei abordar a situação à qual os operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias estavam submetidos: deslocavam-se por longas distâncias, viviam em péssimas condições de habitação, possuíam baixos salários, enfim, um conjunto de condições que contribuíram para que o operariado tivesse dificuldades em sustentar a si próprio e a suas famílias. A instalação de indústrias em Contagem ocorreu de forma precária, e isso levou vários operários a viverem situações difíceis devido à falta de políticas públicas e de incentivo das próprias indústrias.

Por fim, abordei especificamente a situação dos operários metalúrgicos que, como os demais trabalhadores da Cidade Industrial de Contagem, estavam passando por problemas de adaptação com essa realidade industrial e tiveram que lidar com as mudanças socioambientais do processo de industrialização.

Já no terceiro capítulo, a ênfase é dada à memória dos operários metalúrgicos da Cidade Industrial de Contagem e às possibilidades de preservação dessa memória. Assim, discutiu-se a viabilidade e a possibilidade de se pensar em um patrimônio industrial de Contagem tendo como referência a memória dos trabalhadores metalúrgicos. Para tanto, tratou-se dessa memória operária tendo como lugar de produção e comunicação a comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves. O acesso a essa memória ocorrerá mediante suportes materiais capazes de acionar lembranças, imagens e sentimentos nos sujeitos pertencentes a essa comunidade. Será discutido o papel das instituições que lidam com a guarda e a preservação dos indícios de atuação desses trabalhadores e como esses suportes podem ajudar na constituição de uma memória operária.

Por fim, o último capítulo será destinado à apresentação de ações educativas como ferramenta para se pensar num patrimônio industrial de Contagem/MG. Assim, a memória operária será o recurso para se analisar bens culturais reminiscentes da industrialização a partir das interpretações elaboradas pela comunidade escolar a respeito dos fragmentos (suportes materiais) acionados. O principal foco nesse capítulo é a proposição da preparação de um inventário participativo. Desse modo, o que se propõe é a elaboração de um instrumento que possibilite mobilizar a memória operária para trabalhar a valoração de um possível patrimônio industrial. Embora o inventário seja a ferramenta empregada para trabalhar essa memória, ele não se constitui como uma atividade conclusiva. A proposta é que as referências culturais levantadas no inventário participativo possam subsidiar a realização de outras ações educativas que sejam capazes de manter a comunicação dessa memória. Com isso, planejou-se a construção de um mapa afetivo e de um varal de lembranças como forma de manter a comunicação dessa memória operária enquanto parte de um processo de reconhecimento de um patrimônio industrial local.

Capítulo 1: Industrialização e patrimônio cultural

1 Industrialização e patrimônio cultural

Há vasta literatura nacional e internacional que se dedica a refletir – e por vezes a definir – o que foi o processo de industrialização na história da humanidade. Apesar das diferentes interpretações, é recorrente a percepção de que a industrialização foi/é um processo de transformação da natureza por meio de maquinários que aceleraram o processo da produção de mercadorias e intensificaram a circulação desses produtos nos últimos séculos, expandindo-os pelo mundo. Desde os primórdios a instalação de indústrias em uma determinada região ocasionou impactos ao meio ambiente, às relações sociais e econômicas, à habitação, à mobilidade urbana e rural, entre outros aspectos. Por essa razão, tratar da indústria dentro do campo do patrimônio cultural foi se tornando objeto de interesse dos órgãos de proteção patrimonial e de grupos sociais devido à sua influência na cultura humana.

Embora não seja recente a preocupação com os resquícios da industrialização, muito ainda há que ser feito para que se possa dar um tratamento adequado à materialidade e à imaterialidade desse tipo de patrimônio cultural no Brasil. As evidências materiais do processo industrial dizem respeito a tudo aquilo que se associa direta ou indiretamente com a indústria: a estrutura física desta ou até mesmo de escolas, praças ou outras instalações que se relacionam com as fábricas. Já a imaterialidade pode se expressar através das festividades, do saber-fazer, das relações estabelecidas dentro e fora das empresas e de todas as outras formas de expressão daqueles que viveram as dinâmicas industriais.

Em seu livro *A retórica da perda* (1996), José Reginaldo Santos Gonçalves, analisa como o campo do patrimônio cultural brasileiro criou discursos sobre o que deveria ser preservado como sendo a memória e a identidade da nação. Para tanto, o autor aborda dois grandes nomes ligados ao patrimônio no Brasil: Rodrigo Melo Franco de Andrade[1] e Aloísio Magalhães[2]. O autor também mostra de que forma, ao longo das décadas, diferentes sujeitos pensaram aquilo que viria a constituir o patrimônio cultural brasileiro, principalmente na perspectiva de Aloísio Magalhães e Rodrigo Melo Franco de Andrade, que dirigiram a principal instituição de preservação no Brasil, o Iphan[3] (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Gonçalves (1996) apresenta, em sua obra, como o patrimônio cultural se

[1] Rodrigo Melo Franco Andrade dirigiu o Sphan de 1937 até 1967. Foi integrante do Conselho Consultivo do Sphan até 1969, ano de seu falecimento.
[2] Aloísio Magalhães assumiu a direção do Iphan em 1979 e permaneceu no cargo até 1982. Aloísio também foi um dos idealizadores do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975.
[3] Quando criado em 1937, o órgão recebeu o nome de Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

constituiu no país como um campo em disputa e como ele aparece em discursos de intelectuais ao longo das décadas. Assim, a ideia do que compõe o patrimônio cultural foi sendo adequada de acordo com o contexto, o momento histórico e as narrativas de seus dirigentes. Segundo o autor,

> [Rodrigo Melo Franco Andrade e Aloísio Magalhães] [...] por meio de narrativas diversas, inventam o patrimônio cultural, a nação brasileira e a eles próprios, como guardiões desse patrimônio. O valor deste último é medido em termos de sua "autenticidade", ou em termos de seu poder de "expressar" o que seja a nação brasileira (Gonçalves, 1996, p. 33).

Logo, mesmo tendo discursos diferentes, ambos buscavam algo que fosse digno de representatividade da identidade e da memória brasileira.

De acordo com essa perspectiva, na concepção de Rodrigo, há uma valorização do passado da história brasileira a ser preservado, e a sua preservação apresenta-se como necessária para a manutenção da identidade nacional, a qual se formaria a partir de uma unidade cultural, ou seja, a partir de uma "cultura homogeneizada". Dessa forma, "[...] as diferenças entre essas heranças[4] não são enfatizadas e um quadro unificado e singular da identidade cultural brasileira ganha o primeiro plano" (*ibid*., p. 46).

Já para Aloísio Magalhães, o que seria "um traço marcante da cultura brasileira é a sua heterogeneidade, e é isso que fazia a cultura brasileira ser singular perante as outras nações" (*ibid*., p. 53). Ao contrário do que expressava Rodrigo Melo Franco, Aloísio Magalhães tinha um discurso cuja principal preocupação era preservar a heterogeneidade da cultura e relacioná-la ao presente. Para Aloísio, "[...] a cultura é pensada como um processo de transformação histórica e não em termos de uma clássica exemplaridade do passado" (*ibid*.).

Embora tivessem pontos de vista diferentes sobre o patrimônio cultural, tanto Rodrigo quanto Aloísio estavam pensando em como proteger e o que proteger no Brasil numa perspectiva institucional[5]. Em suma, ambos intencionavam a constituição de um patrimônio cultural que possibilitasse a identificação e a memória nacional.

Assim, durante décadas a noção do que seria o patrimônio cultural foi se alterando à medida que se mudava a direção da instituição. Antônio Gilberto Ramos Nogueira (2014), em seu artigo intitulado *O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação* trata da complexidade que envolve o campo do patrimônio cultural

[4] Para Rodrigo Melo Franco de Andrade, a singularidade do patrimônio cultural brasileiro residia no fato de ele ser um produto unificado da combinação de três diferentes heranças: a africana, a ameríndia e a europeia. Segundo Rodrigo, uma "tradição" brasileira veio a ser criada e estabelecida com base nesse processo de combinação cultural (Gonçalves, 1996, p. 46).

[5] Sobre a história de formação do Iphan e a construção da noção de "patrimônio cultural" a partir da experiência do Instituto na construção de políticas, ver Chuva (2009).

na atualidade e dos desafios que envolvem a compreensão e os usos sociais do passado levando em consideração os movimentos de expansão das práticas de evocação da memória e as dinâmicas identitárias. Além disso, o autor comenta sobre as mudanças efetuadas no Iphan ao longo de sua história e como elas transcorram principalmente a partir da década de 80 do século XX, quando ocorriam transformações na forma de se pensar o patrimônio cultural tanto institucional quanto de mobilização social. A inserção de novas metodologias trouxe possibilidades de preservação de outras dimensões da cultura além do bem material. A reflexão feita por Nogueira (2014), apresentada a seguir, parte de uma perspectiva da História,

> Se entendemos que patrimônio cultural é aquilo que define o outro a partir de referenciais identitários e é referendado por valores atribuídos a bens e práticas culturais em diferentes momentos e espaços, é preciso atentar para a historicidade desse processo, uma vez que a história do patrimônio, recorrendo novamente a Dominique Poulot, é a "história da construção do sentido de identidade", forjada no âmbito das políticas públicas de preservação. (Nogueira, 2014, p. 63).

Dessa forma, ao longo do tempo, tanto o Iphan quanto a noção de patrimônio cultural se entrecruzaram e sofreram influências mútuas conforme o contexto histórico vivido pelo próprio campo do patrimônio. Essa mudança permitiu avaliar a preservação não somente dos bens materiais: com a ampliação da noção de patrimônio cultural, os bens imateriais se tornaram referências culturais que igualmente devem ser salvaguardadas.

Percebe-se também que, durante as primeiras décadas de atuação institucional, houve uma ausência de participação nas políticas de preservação por parte da população. Aquilo que se consolidou como patrimônio cultural brasileiro foi fruto de ações realizadas por intelectuais que além, de terem participação ativa na criação do órgão de proteção (Iphan), também foram responsáveis por criar as diretrizes do que deveria ser preservado como sendo representativo da identidade e da memória nacional. Isso se modifica a partir da década de 1970, quando o patrimônio cultural começa a ser debatido fora do âmbito institucional.

> A ampliação da noção de patrimônio, processada notadamente a partir do final da década de 1970 e começo da de 1980, no Brasil e no mundo, foi acompanhada de uma ampliação da ação pública relativa à preservação cultural, com o aumento significativo da rede de agentes e agências de poder envolvidos com a temática. Foi nesse período que a agência estatizada brasileira em nível federal ampliou suas redes de forma considerável, criando novas sedes regionais, do mesmo modo que os poderes municipais e estaduais começaram a atuar nesse âmbito, patrocinando institutos e conselhos de preservação patrimonial em suas esferas político-administrativas. Entidades representativas da sociedade civil, tais como as associações de bairro, que proliferaram nesse momento, começavam a buscar na preservação um recurso para enfrentar poderes econômicos especulativos imobiliários, ou para valorizar ou "resgatar", "recuperar", suas identidades de grupo. Empresas públicas também começaram sua sanha preservacionista, criando setores para construção de memórias institucionais, tais como a "Memória da Eletricidade" da Eletrobrás e o Preserf, da antiga Rede Ferroviária Federal S.A.; além da

> proliferação de museus, como o do Telefone, o da *Light* e o do Bonde, dentre muitos outros. (Chuva, 2009, p. 146).

Destarte, o patrimônio cultural pode ser interpretado segundo o que Pierre Bourdieu (2017) definiu como campo, algo que se constitui a partir de disputas entre os agentes que o compõem; "um 'sistema' ou um 'espaço' estruturado de posições ocupadas pelos diferentes agentes" (Bourdieu, 2017, p. 65). Dentro desse campo, os "agentes ocupam diversas posições" (*ibid.*), e o objetivo, conforme o autor, é a disputa pelo "capital específico do campo e/ou a redefinição desse capital" (*ibid.*). No caso da presente dissertação, trata-se do capital cultural que se configura como "[...] uma autêntica arena de lutas por reconhecimento, pelo direito de instituir o que é e o que não é culturalmente legítimo, legitimando, por conseguinte, a própria posição dominante" (*ibid.*, 2017, p. 72).

Ainda segundo o autor, esse "capital não é distribuído igualmente entre os agentes" (*ibid*., p. 65), sendo assim, dentro do campo, há "aqueles que dominam e os que são dominados" (*ibid.*,) e isso demonstra que esse processo de disputa não ocorre de forma igualitária entre os agentes que o integram. Essa distribuição desigual do capital cultural específico é o que determina como os agentes se comportam e como se estabelecem as relações dentro desse campo.

Logo, podemos pensar no patrimônio cultural na perspectiva bourdiana como um campo em que há constate disputa entre os agentes que se confrontam pela posse do capital cultural. A partir da noção de Bourdieu (2017), percebe-se que o patrimônio cultural é ressignificado com base nas disputas em que diversos agentes buscam definir quais elementos são formadores dessa noção de cultura que ele toma como referência.

Assim sendo, as questões que envolvem o patrimônio cultural não devem ser abordadas fundamentadas em uma perspectiva uniformizadora, pois o patrimônio cultural é também um campo de disputas que se ajusta conforme os agentes envolvidos se apropriam, criam e recriam as narrativas, as ferramentas e as condições concretas de atuação e circulação – que constituem esse campo. Portanto, o campo do patrimônio cultural, como os demais campos, não é estático e sem mobilidade, mas, ao contrário, à medida que os agentes pleiteiam e se apropriam do capital específico, "os conflitos se intensificam pela manutenção ou pela redefinição desse capital" (*ibid.*).

Do ponto de vista da legislação, o patrimônio cultural teve sua forma de preservação iniciada através do tombamento. Instituído pelo Decreto-Lei 25 de 1937, o tombamento foi a

primeira ferramenta legal para a preservação do patrimônio cultural brasileiro[6]. Com esse mecanismo de proteção, teve início a preservação do patrimônio brasileiro em seu aspecto legal. Durante muito tempo, o tombamento acabou sendo o único instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural, e, no início de seu uso, priorizavam-se os bens relativos ao período colonial brasileiro. Por décadas o patrimônio brasileiro ficou restrito a preservar bens que fossem representativos da história colonial. Assim, os primeiros tombamentos realizados foram de conjuntos arquitetônicos, principalmente de cidades históricas mineiras, prezando-se por uma arquitetura histórica e/ou monumental que nos conectasse a um repertório europeu. Dessa forma, ao longo das primeiras décadas, o tombamento de conjuntos arquitetônicos ou de arquitetura monumental foram os principais bens preservados pelo Iphan.

Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que o patrimônio imaterial passa a ser mencionado na legislação como algo a ser preservado, embora Aloísio Magalhães já tivesse discursado sobre a necessidade de preservar a cultura popular e as suas manifestações antes mesmo da nova Carta Magna. Destarte, para Aloísio Magalhães:

> [...] monumentos e obras de arte são considerados como um tipo especial de bens culturais – "bens patrimoniais" – que são primordialmente associados à "alta cultura" e ao passado histórico e artístico. Eles devem merecer, segundo Aloísio, tanta atenção quanto quaisquer outros bens culturais, mas não deveriam ser privilegiados numa política nacional de patrimônio cultural. Diferentes formas de "cultura popular" são valorizadas e opostas à assim chamada alta cultura: arte e arquitetura popular; diferentes tipos de artesanato; religiões populares; culturas étnicas; esportes; festas populares etc. Esses bens culturais são valorizados não por uma suposta exemplaridade, mas como parte da vida cotidiana e como formas de expressão de diferentes segmentos da sociedade brasileira. As diferentes formas de cultura popular são vistas como a fonte mesma de uma "autêntica" identidade nacional (Magalhães, 1985; 1986). Ele enfatiza, ainda, o papel desempenhado por diferentes grupos e seus respectivos patrimônios culturais na sociedade brasileira. (Gonçalves, 1996, p. 54)

Como mencionado, foi com a nova Carta Constitucional que o patrimônio imaterial começou a ter seu reconhecimento jurídico formalizado em âmbito federal. A Constituição de 1988 trouxe, em seu artigo 216, a definição do patrimônio cultural nacional como sendo: "[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]". O referido artigo constitucional inclui a admissão dos bens imateriais como integrantes do patrimônio cultural dando visibilidade para os elementos intangíveis da cultura. Portanto, a partir da Constituição de 1988, a imaterialidade passa a ser valorada.

[6] Sobre mais elementos a respeito das iniciativas legais que antecederam o Decreto-lei, considerando as contradições e os desafios desse instrumento jurídico em seu contexto de criação, ver Telles (2009).

Se tomarmos a importância desse processo no que diz respeito ao patrimônio industrial, concluímos que a salvaguarda referente a essa tipologia não deveria se limitar à preservação das estruturas das indústrias, mas também deveria contemplar a imaterialidade ligada ao trabalho e aos trabalhadores – nas relações estabelecidas dentro e fora das indústrias como forma de conhecer costumes, hábitos e diferentes modos de interação a partir do olhar daqueles que contribuíram com o processo industrial.

Mais adiante, na presente dissertação, no tópico "1.1 Patrimônio Industrial", será analisada a forma como o Iphan, ao longo das décadas, promoveu a preservação dos resquícios da industrialização a partir do levantamento realizado por Eloisa Dezen-Kempter. Nota-se que o patrimônio industrial foi alvo de proteção por parte do Iphan com tombamentos realizados ao longo de sua história, porém suportes materiais que evocam a memória operária não foram contemplados no espaço institucional. Essa mesma lógica de raciocínio será aplicada no item "1.4 Patrimônio Cultural de Contagem/MG", quando trato do patrimônio cultural do município de Contagem: houve o tombamento de um bem relacionado ao patrimônio industrial, no entanto os elementos imateriais não foram abrangidos. Sendo assim, a proposta de realização de um inventário participativo para se levantar e conhecer os suportes materiais relacionados à memória operária é um dos interesses deste estudo, de modo a entender também a imaterialidade que orbita em torno de diferentes fragmentos materiais que compõem esse grande guarda-chuva do patrimônio industrial de Contagem.

Como já dito, a partir dos anos 1970, principalmente com as mudanças promovidas por Aloísio Magalhães, o patrimônio imaterial começa a ser discutido dentro do Iphan e dessa forma tem início uma política de valoração desse tipo de patrimônio. O CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), criado em 1975 por Aloísio Magalhães, abriu caminho para as novas propostas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Dessa maneira, Aloísio Magalhães dava início a outro olhar para o patrimônio em que se contemplava a pluralidade da cultura cuja valoração não se limitaria apenas aos monumentos e às obras de arte, mas também às expressões da cultura popular (Gonçalves, 1996; Chuva, 2009).

Na década de 1990, em um seminário comemorando os 60 anos do Iphan[7], em Fortaleza no Ceará, foi elaborado um documento que ficou conhecido como a Carta de Fortaleza. Neste documento se discutia a necessidade de proteção e preservação do patrimônio imaterial brasileiro a partir do artigo 216 da Constituição Federal. Assim, essa

[7] Entre os dias 10 e 14 de novembro de 1997, ocorreu, na cidade de Fortaleza-CE, o Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção. Tal evento foi realizado em comemoração aos 60 anos de criação do Iphan.

carta também se tornou um importante marco na proteção do patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial e, somada às discussões iniciadas na década de 1970, deu forma a uma política de proteção ao patrimônio imaterial[8]. Os debates sobre o patrimônio imaterial inaugurados na década de 70 suscitaram novas formas de preservação que abrangeram objetos e temáticas diversos, por exemplo, o da memória operária. Recorrer à memória dos trabalhadores no campo do patrimônio passou a ser uma possibilidade de se conhecer o processo de industrialização para além das ruínas e do mobiliário industrial, através do ponto de vista do operário.

Portanto, as discussões sobre a imaterialidade do patrimônio iniciadas na década de 1970, a nova Constituição Federal de 1988 e a Carta de Fortaleza impulsionaram os debates sobre o tema e colaboraram para que, no ano de 2000, surgisse um instrumento legal para a proteção da imaterialidade do patrimônio cultural. Em agosto de 2000, entrou em vigor o Decreto nº 3.551, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial[9], tratando-se de um importante passo para a preservação da imaterialidade do patrimônio cultural. Embora o Decreto nº 3.551 não se constitua como a única forma de conhecer e salvaguardar[10] o patrimônio imaterial, ele representa um instrumento importante no âmbito jurídico que confere a proteção àquilo que não tem a sua significância expressa exclusivamente na materialidade, mas sim nos processos culturais cotidianos, nas relações e nas diversas formas de manifestações culturais que, até a criação do decreto, não tinham um instrumento de salvaguarda específico.

No âmbito internacional, ocorreu também uma mobilização sobre a necessidade de se conhecer e de se proteger o patrimônio imaterial. Entre essas tentativas, destaca-se a recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular realizada pela Unesco[11] (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em Paris, na França, em 1989. Nesse documento, há uma preocupação com a identificação, a salvaguarda e a divulgação do patrimônio imaterial.

---

[8] Sobre o tema do patrimônio cultural imaterial, seus desafios e potências, ver Campos (2013); Chuva (2015).

[9] Conforme o decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, foram criados quatro tipos de livros de registro: I - Livro de Registro dos Saberes, onde são inscritos os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde são inscritos os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde são inscritas as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde são inscritos os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

[10] São formas de proteção e preservação do patrimônio imaterial os registros, inventários e vigilância sendo que estes últimos também são aplicáveis ao patrimônio cultural material. (Telles, 2007, p. 47)

[11] Em inglês: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

Outro documento elaborado pela Unesco que igualmente discorre sobre o patrimônio imaterial é a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizada também em Paris em outubro de 2003. Nessa convenção de 2003, além da preocupação com a preservação do patrimônio imaterial, há a criação de um comitê intergovernamental com o objetivo de promover a salvaguarda do patrimônio imaterial no âmbito internacional. Nesse caso, é interessante lembrar que, antes mesmo da realização da Convenção da Unesco em Paris em 2003, o Brasil já tinha estabelecido a proteção do patrimônio imaterial através do decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000.

Dessa maneira, buscou-se apresentar a forma como o patrimônio cultural imaterial foi ganhando espaço dentro do Iphan – principalmente a partir dos anos 1970 – e em organismos internacionais, visando compreender o procedimento adotado pelas instituições. Claro que a abordagem se dá dentro de um contexto institucional e das legislações pertinentes. Porém, o patrimônio cultural não se restringe às instituições e/ou às legislações, até porque algumas dessas instituições representam o Estado, e não necessariamente as aspirações e os anseios dos grupos sociais.

Nesse sentido, importa destacar que a Constituição de 1988 incluiu, em seu texto, a previsão de que o poder público deveria fazer a proteção do patrimônio em colaboração com a sociedade civil, delegando à população o status de agente nesse processo e oportunizando a atuação nas políticas de preservação do patrimônio cultural. O artigo 216-A, incluído no texto em 2012, acrescenta que a gestão desse patrimônio cultural deve ser feita de forma descentralizada, democrática e com a participação da sociedade. Logo, a Constituição Federal de 1988 promove uma maior abertura para a ação popular e para uma descentralização das decisões relativas às políticas de proteção do patrimônio cultural. Tal mudança se mostrou importante para que a gestão do patrimônio cultural não ficasse apenas a cargo dos órgãos públicos e incentivou, do ponto de vista formal, para o envolvimento da comunidade na gestão dos bens. Assim, a previsão de inserção da sociedade nos debates sobre o patrimônio teve condições legais para que a escolha sobre o que deveria ser preservado não fosse apenas um ato puramente burocrático ou institucional.

Com efeito, a Carta Magna de 1988 abriu caminho para a inclusão dos grupos sociais nos debates e nas decisões das políticas públicas de preservação. Para esse fim, o processo de escolha e de preservação do patrimônio cultural deveria ser democrático e inclusivo de modo que as ações de preservação fossem eficazes e pudessem contar com o apoio da população.

A partir das reflexões sobre a promoção da participação da sociedade na seleção e na preservação dos bens culturais, surgem aqui as seguintes questões: como promover a

participação dos grupos sociais na escolha e na preservação do patrimônio industrial? Como a relação desses patrimônios preservados com os grupos sociais é sustentada? Quais as outras identidades que surgem a partir dessa relação? Essas questões são importantes para refletir sobre a fruição dos bens preservados e planejar políticas de inserção da população na escolha e na preservação do que poderia se constituir como o patrimônio industrial de Contagem. Consequentemente, a participação faz com que o patrimônio seja mais acessível e seja usufruído por vários grupos.

Assim, cada vez mais, a inclusão da sociedade nas discussões do campo do patrimônio reflete uma nova perspectiva de patrimônio que não se limita às decisões do Estado, mas que também envolve os vários segmentos da sociedade. De acordo com Sandra Pelegrini (2008),

> O êxito alcançado pelas políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil parece inegável, principalmente por aquelas referentes aos bens intangíveis. Vale salientarmos que a assimilação das recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (e entidades afins) pelos poderes estabelecidos tem se dado de maneira muito rápida no Brasil, se comparado com outros países membros essa organização. (Pelegrini, 2008, p. 150)

A partir disso, percebe-se que o patrimônio cultural é algo dinâmico e deve ter a participação democrática dos diversos grupos sociais para que estes percebam se há ressonância (Gonçalves, 2005) com o bem a ser preservado ou salvaguardado. O patrimônio cultural não deve ser um campo em que as escolhas e a manutenção dos bens a serem preservados sejam apenas uma questão de Estado ou algo dado e consolidado pelas instituições públicas de cima para baixo. É possível pensar, a partir de Bourdieu (2017), que o campo do patrimônio, assim como os demais campos, constitui-se na dialética de forças que atuam dentro e fora dele, mantendo a disputa entre os agentes que o compõem.

Ainda segundo Sandra Pelegrini (2008),

> [...] precisamos estar atentos para não incorremos no equívoco de subestimar a capacidade e a vontade de grupos ou comunidades em defender seus próprios interesses, seus modos de viver e pensar o mundo com um olhar que sugere a compreensão de si e do outro" (Pelegrini, 2008, p. 149).

Então não se pode julgar que os grupos ou as comunidades não sejam capazes de pensar e definir os seus próprios bens a serem preservados. O que se percebe é que, ao longo das décadas, cada vez mais, grupos ou comunidades estão entendendo a necessidade de conhecer e preservar aquilo que dá identidade e memória ao coletivo. O que importa não é apenas o saber estritamente técnico, mas a apropriação dos grupos sociais sobre os debates acerca do patrimônio. A proposição da dissertação é justamente avaliar a preservação dos

vestígios de memória operária dos trabalhadores da Cidade Industrial de Contagem a partir do olhar da comunidade escolar[12] da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves, buscando a aproximação da comunidade com tais fragmentos e observando quais elementos reverberam para o grupo como identidade coletiva.

Portanto, o patrimônio deve ser entendido como algo abrangente e inclusivo e que tenha a função de dar espaço à participação da diversidade de grupos sociais, mas para isso o campo precisa fornecer ferramentas que possibilitem essa participação, sendo uma delas o inventário participativo.

1.1 Patrimônio Industrial

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)[13] se baseia na Carta de Nizhny Tagil para conceituar o patrimônio industrial como sendo tudo o que "compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico" (Carta de Nizhny Tagil, 2003). Cumpre destacar, ainda, que esses vestígios englobam os seguintes elementos:

> edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (*ibid.*).

O Icomos também traz a divisão do patrimônio industrial em áreas de conhecimentos[14], divididas em: Documentação e Registro; Educação e Pesquisa; Conservação Patrimonial; Arqueologia Industrial; Arquitetura Industrial; Museus Industriais; Turismo Industrial; entre outras. Essas áreas de conhecimento se subdividem em setores temáticos primários distribuídos em: Agricultura e Produção de Alimentos; Pontes; Canais; Química; Comunicações; Energia e Geração; Vidro; Grupos Locais/Globais; Hidroelétrico e eletroquímico; Ferro e Aço; Couro; Transporte Marítimo; Engenharia Mecânica; Metalurgia;

[12] O conceito de comunidade escolar é entendido como todos os segmentos que participam, de alguma maneira, do processo educativo desenvolvido em uma escola. No capítulo 4, item no "Ações educativas e a participação da comunidade Escolar da Escola estadual Catarina Jorge Gonçalves", o conceito é apresentado de uma maneira mais elucidativa.

[13] O Icomos é um órgão consultor do Comitê do Patrimônio Mundial para a implementação e gestão da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

[14] As definições das áreas de conhecimento foram efetuadas pelo TICCIH (Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial).

Mineração e Carvoaria; Papel; Ferrovias; Têxteis; Turismo; Água/Hídrico; Madeira; Arte e Indústria; Cerâmica e Indústrias Cimenteiras; Outros.

No contexto internacional, segundo Beatriz Kühl (2010),

> A preocupação com o legado do processo da industrialização, apesar de já aparecer no século XIX, tornou-se mais sistemática a partir dos anos 1960, catalisada, em especial pela destruição de edifícios significativos – caso da Bolsa de Carvão e da Estação Euston em Londres, no início dos anos 1960, e do Mercado Central de Paris, no início dos anos 1970 –, o que acabou por acirrar as discussões e promover iniciativas de preservação. (Kühl, 2010, p. 24).

Embora a preocupação com a preservação do patrimônio industrial tenha se intensificado a partir da década de 1960, foi apenas no início do século XXI que surgiram as primeiras cartas patrimoniais que tratam exclusivamente do patrimônio industrial.

As duas principais iniciativas de estabelecer critérios e normas para a definição do que é resquício da atividade industrial no mundo foram a Carta de Nizhny Tagil (2003) e "Os Princípios de Dublin" (2017). Esses documentos orientam as ações de organismos internacionais e nacionais sobre como proceder em relação à preservação do patrimônio industrial. A elaboração da Carta de Nizhny Tagil pelo TICCIH[15] em 2003 dá o primeiro passo para a definição e a distinção entre o patrimônio industrial e a arqueologia industrial. Apesar de haver outros documentos que já articulavam sobre a conservação e a restauração de monumentos e sítios, como a Carta de Veneza[16], de 1964, e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco[17], de 1972, é apenas no início do século XXI que se criam parâmetros para delimitar o patrimônio industrial.

Conforme já dito antes, as iniciativas de proteção dos resquícios da industrialização já se processavam de forma pontual antes da década de 1960 nos âmbitos tanto internacional quanto nacional. Porém, a partir da segunda metade do século XX, as ações no sentido de se conhecer, demarcar e proteger o patrimônio industrial foram aumentando, principalmente com a criação, a partir do congresso realizado em 1973 em Ironbridge, na Inglaterra, da TICCIH, que surgiu como uma iniciativa de proteção do patrimônio industrial.

A TICCIH é designada como consultora do Icomos[18], em todas as proposições relativas ao estudo e à preservação do patrimônio industrial. O papel da TICCIH, nessa teia de instituições de preservação, é o de assessorar na escolha de sítios industriais historicamente

[15] Em inglês: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage.
[16] Foi elaborada no 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – realizado em Veneza.
[17] A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura foi realizada em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.
[18] Em inglês: International Council of Monuments and Sites.

significativos para a Lista do Patrimônio Mundial. Já o Icomos é uma organização não governamental de abrangência internacional que se dedicada à conservação dos monumentos e dos sítios históricos do mundo. O Icomos funciona como órgão associado à Unesco sobre bens a serem adicionados à Lista do Patrimônio Mundial.

Além dessas funções, os órgãos internacionais do patrimônio cultural também são atuantes no fomento e auxiliam nas políticas de proteção do patrimônio.

Há também o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM), que é uma organização intergovernamental criada a partir da Conferência Geral da Unesco realizada em Nova Délhi, Índia, em 1956. O ICCROM tem sede em Roma, na Itália, e atua em cooperação com os Estados-membros na promoção de ações visando à conservação do patrimônio cultural em todo o mundo. O ICCROM é o único organismo intergovernamental que trata de todos os tipos de patrimônio cultural – bens móveis e imóveis.

A constituição de medidas de proteção e manutenção do patrimônio industrial foi sendo estabelecida conforme as instituições foram se sensibilizando quanto à necessidade não somente de proteger, mas também de criar organismos que tratem especificamente dos vestígios do processo industrial. Assim, ao longo das décadas, foram surgindo questões sobre como identificar e proteger os bens da industrialização.

Segundo Beatriz Kühl (2010),

> [até a própria] distinção entre arqueologia industrial e patrimônio industrial foram temas de debate além de outros tópicos, como por exemplo, o recorte cronológico, os bens a que se referem, a conformação ou não de uma disciplina e os problemas de preservação. (Kühl, 2010, p. 24)

Outra contribuição da Carta de Nizhny Tagil é no trato da periodização da industrialização, que fica definida da seguinte forma:

> estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais. Para além disso, apoia-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia. (Carta de Nizhny Tagil, 2003).

As delimitações do período de abrangência também ajudam a estabelecer critérios para entendimento do que está se chamando de processo de industrialização. Além das medidas já mencionadas, em 2014 o Icomos e a TICCIH assinaram um memorando em conjunto com o objetivo de criar uma estrutura colaborativa para a conservação do patrimônio industrial.

Especificamente sobre a atuação do Brasil, cabe destacar que o país se tornou membro da Unesco em 1946 e desde, então, vem construindo suas políticas de proteção do patrimônio

cultural articuladas, em grande medida, sob as orientações e as recomendações desse órgão. Em âmbito nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é o órgão máximo de proteção do patrimônio cultural nacional, e a sua atuação na proteção do patrimônio industrial, segundo Eloisa Dezen-Kempter (2011), começa "[...] a despontar somente nas últimas décadas [do século XX] como representantes de um ciclo econômico importante, que colocou alguns estados em posição de liderança econômica em relação ao país, como São Paulo e Rio de Janeiro" (Dezen-Kempter, 2011, p. 120).

Ainda em seu artigo, Dezen-Kempter (2011) apresenta uma tabela com os bens tombados pelo Iphan que são representativos do processo industrial no Brasil de 1938 até o ano de 2008 e constatou que há 36 exemplares. A autora apresenta um levantamento feito nos arquivos do Iphan sobre os tombamentos que são expressões do processo industrial no Brasil. Conforme os dados apresentados, o período com maior quantidade de registros relativos ao patrimônio industrial é a década de 1980, com 11 bens, seguido das décadas de 1940 e 2000, com 6 bens tombados cada. Desse quantitativo total relacionado ao patrimônio industrial, as quatro últimas décadas analisadas pela autora representam aproximadamente 60% dos tombamentos. Isso demostra que houve um crescimento – em comparação com as primeiras décadas analisadas –, mas ele ainda é incipiente.

Conjeturar a preservação do patrimônio industrial é considerar as constantes mudanças que ocorrem por causa do fechamento ou do deslocamento das indústrias (em seus diferentes ramos) para outras regiões ao longo da história, levando em conta que os resquícios de suas atividades – das edificações aos documentos e à memória de funcionários – nem sempre são mantidos pelos agentes privados ou estatais. Nesse sentido, é possível pensar que a preservação do patrimônio industrial é algo que também requer a mobilização e a participação dos grupos sociais.

Conforme já mencionado, o início do funcionamento de uma fábrica traz uma série de modificações para o local onde ela se instala, e essas mudanças também são de interesse do campo do patrimônio cultural. A indústria e seus vestígios se destacam também por transformar as pessoas e o entorno deixando marcas não só nos indivíduos, mas também na paisagem e nas relações com a região[19]. Muitas vezes essas marcas do processo industrial se expressam, igualmente, a partir dessa conexão entre indústria e seu entorno. Em 2003, a Carta

[19] A industrialização teve uma participação no desenvolvimento do capitalismo como parte das forças produtivas de uma sociedade, e, no século XX, isso foi tema de inúmeras e profundas discussões de intelectuais, institutos de pesquisa e organismos como a CEPAL na América Latina. O assunto será retomado no "Capítulo 2".

de Nizhny Tagil[20] procurou sensibilizar as entidades, os órgãos públicos e a sociedade de modo geral sobre a relevância de se preservar os resquícios do processo de industrialização. Tal carta define o patrimônio industrial como sendo "os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico". Essa definição engloba todos os elementos materiais e imateriais que se relacionam direta ou indiretamente com os processos de industrialização. Cristina Meneguello (2011) sugere que o "patrimônio industrial está definitivamente inscrito como um campo de pesquisa e atuação que atinge, simultaneamente, a memória do trabalho, o estabelecimento e proteção de acervos e a presença das edificações industriais na trama urbana" (Meneguello, 2011). A autora destaca, ainda, três formas de abordagem do patrimônio industrial, sendo elas: a dimensão da memória do trabalho e dos trabalhadores; a dos acervos do patrimônio industrial; e, por último, a que se relaciona com a arquitetura industrial.

Com essa distinção das abordagens, compreende-se que há uma certa complexidade inerente aos vestígios do processo de industrialização, com atenção especial para os vestígios materiais que se relacionam com a memória do trabalho e dos trabalhadores que vive em constante iminência de desaparecimento. Segundo Meneguello (2011),

> [...] essa dimensão do passado industrial, que inclui ex-trabalhadores, filhos ou netos de trabalhadores e a comunidade circundante, muitas vezes entra em cena e possibilita a atuação organizada de grupos pela proteção de algum bem em específico, trazendo desse modo, o patrimônio industrial para a arena de debate político e civil. (Meneguello, 2011, p. 1819).

Dessa forma, o processo de reconhecimento e valoração patrimonial dos vestígios da industrialização passa por uma dinâmica de disputa entre grupos (sociedade civil, entidades públicas e privadas) que se confrontam em busca da seleção de bens representativos de seus interesses e memórias.

Sendo assim, conhecer os fragmentos do processo de industrialização é uma forma de perceber as relações que se estabeleceram *na* e *com* a indústria através de seu vínculo com os grupos sociais e com o seu entorno. Pensar na industrialização como patrimônio a ser preservado é também refletir sobre as múltiplas relações que são geradas a partir da instalação das indústrias. Sabemos que as desigualdades sociais geradas e/ou sustentadas pelo capitalismo têm sua relação com as indústrias e as riquezas que elas geram. Por outro lado, uma massa de trabalhadores urbanos encontra nesse ramo sua única forma de sustentação

[20] A Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial foi aprovada na Assembleia Geral da Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH), em 17 de julho de 2003, realizada em Nizhny Tagil, na Rússia, sendo posteriormente ratificada pelo Icomos e aprovada definitivamente pela Unesco.

material. Trata-se de uma realidade complexa que não pode ser analisada apenas em seus aspectos econômicos, mas igualmente pelos elementos culturais e simbólicos que a permeiam. É através dessa complexidade que se deve pensar o patrimônio industrial.

Posto isto, como trabalhar a memória dos operários sem que se reproduzam apagamentos de classe ou sem dar a devida atenção à agência destes sujeitos históricos? Pensar no operário é compreender uma categoria de trabalhadores que por vezes teve que realizar greves por melhorias nas condições de trabalho e salário. É refletir sobre uma parcela da população de baixa remuneração e cujas condições materiais se refletem em muitos aspectos existenciais, como a própria organização da família e da vida privada. Tomando como referência Marx e Engels (1846), pode-se afirmar que:

> Essa divisão do trabalho, que implica todas essas contradições, e repousa por sua vez na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas às outras – essa divisão do trabalho encerra ao mesmo tempo a repartição do trabalho e de seus produtos, distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade quanto em qualidade. Encerra, portanto a propriedade, cuja primeira forma, o seu germe, reside na família onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão, certamente ainda muito rudimentar e latente na família, é a primeira propriedade, que, aliás, já corresponde perfeitamente aqui à definição dos economistas modernos segundo a qual ela é a livre disposição da força de trabalho de outrem. Assim, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – na primeira se enuncia, em relação à atividade, aquilo que na segunda é enunciado em relação ao produto dessa atividade. (Marx; Engels, 1846, p. 27).

Portanto, entender a classe operária[21] sob a perspectiva do patrimônio cultural é estar atento aos vários aspectos existenciais, bem como da vida de trabalho e de salário, relacionados a esses trabalhadores, considerando as influências da indústria em sua vida privada e familiar.

Em 2011, foi redigido um documento reforçando a necessidade de se protegerem os vestígios da industrialização, o qual ficou conhecido como "Os Princípios de Dublin"[22]. Esse documento, além de reafirmar a urgência de proteção dos resquícios da industrialização, também aborda a relevância em salvaguardar a imaterialidade referente às relações sociais estabelecidas e a relevância da educação patrimonial para a proteção do patrimônio industrial. Ali foi reforçada a necessidade de preservação do patrimônio industrial também como forma de manter em evidência a participação daqueles que se submeteram a condições insalubres e por vezes inseguras na indústria.

[21] O termo "classe operária" utilizado na presente dissertação toma como referência o sentido evocado por E. P. Thompson (1987) e será desenvolvido no próximo capítulo.

[22] Aprovados na 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011 realizada em Dublin, Irlanda. Princípios conjuntos do ICOMOS--TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial.

Destarte, esses dois documentos, a Carta de Nizhny Tagil e "Os Princípios de Dublin", não esgotam a discussão sobre a preservação do patrimônio industrial, mas servem de referência para que haja uma reflexão sobre o assunto. Sabemos que nem todos os elementos do processo industrial podem ser preservados, portanto é interessante que se faça uma avaliação inicial do potencial para a preservação dos bens material e imaterial visando à compreensão desses elementos para o campo do patrimônio cultural.

Assim, a complexidade em compreender os resquícios do processo de industrialização e transformá-los em bens protegidos e/ou salvaguardados é uma tarefa que exige uma percepção das sutilezas das conexões sociais que se estabelecem nas relações entre indústria e a sociedade. Para tanto, a participação da comunidade nesse processo se revela fundamental no sentido de se compreenderem as percepções dos grupos sociais sobre a industrialização. Afinal de contas, o patrimônio industrial, assim como os demais, deve ser selecionado e valorado a partir de uma discussão democrática e inclusiva.

Tratar dos vestígios documentais da atuação dos operários da indústria requer uma cautela ainda maior, pois não há no Brasil uma tradição de cuidado sistemático com a documentação produzida *por* e *sobre* esses trabalhadores: os documentos que tratam de operários na indústria são os primeiros elementos materiais a serem suprimidos ou negligenciados quando uma empresa encerra suas atividades. Também deve ser levado em consideração o fato de que boa parte dos operários, devido à baixa escolaridade, não produziram registros escritos sobre a sua atuação ou sua percepção sobre a indústria, as relações de trabalho ou a sua função dentro desse mecanismo industrial. Boa parte dos registros e das informações sobre esses trabalhadores é produzida pelo setor administrativo da indústria ou pelos sindicatos.

Quando se trata da memória operária, há uma parte desses registros em arquivos que cuidam da preservação de documentação relacionada ao trabalhador. Durante a realização das atividades de práticas supervisionadas[23] que deram origem ao produto técnico "Levantamento de fontes sobre os operários da indústria da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias em Contagem/MG[24]", foi possível perceber que as fontes documentais sobre os operários encontram-se em dispersão, dificultando, assim, a sua análise. Luciana Christina Cruz e Souza

[23] As atividades de práticas supervisionadas se constituem em disciplinas obrigatórias (Prática Supervisionada I, II e III). Ao final das práticas, foram desenvolvidos três produtos técnicos. As referidas disciplinas têm como objetivo constituir um espaço de diálogo entre os conhecimentos teóricos e práticos. Os produtos técnicos são resultados das práticas supervisionadas que objetivam uma contextualização a respeito de seu desenvolvimento, situando o posicionamento profissional, apontando aspectos metodológicos envolvidos.
[24] Ver Ventura (2021).

(2021), em seu artigo *Paisagens ocultas: Patrimônio Industrial e o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro,* trata da secundarização atribuída à parte documental e do olhar do patrimônio, o qual, na maioria das vezes, está voltado para a proteção da sua materialidade edificada ou para os objetos tridimensionais.

> Quando se fala em "patrimônio industrial" geralmente se pensa nas manifestações físicas de formas de industrialização no passado, artefatos e edifícios cuja inserção na cidade ou territórios, e suas diferentes ligações com setores da sociedade, deixaram algum legado de interesse para a preservação – investigação, registro e valoração. Mas há igualmente outro legado material que diz respeito aos vestígios sobre o trabalho e trabalhadores industriais, sob guarda em arquivos como o do AMORJ. (Souza, 2021, p. 183).

Mesmo quando tratamos desse "lugar comum" do patrimônio industrial referente às edificações, é preciso lembrar que as próprias ruínas industriais ficam sujeitas a alterações físicas por força de especulações imobiliárias. Manuel Cerdà Pérez (2008) chama a atenção para fato de que:

> Ciertamente, la urgencia de proteger los restos industriales es más que manifiesta dada la rapidez con la que desaparecen, especialmente aquellos que se ubican em zonas proclives a ser urbanizadas o en zonas ya urbanizadas en las que la especulación inmobiliaria cree poder hacer buen negocio con nuevas edificaciones. Ello ha llevado incluso a aceptar por bueno que los edificios industriales sean remodelados y destinados a otros usos que nada tienen que ver con su función original. O a que se les de un valor a las chimeneas y se protejan, cuando la verdad es que no tienen ningún interés una vez que se ha destruido el resto de la edificación para la que se construyeron. (Pérez, 2008, p. 230).

Embora, na sua obra, Pérez (2008) trate mais especificamente da Arqueologia Industrial, a preocupação com a proteção dos resquícios do processo industrial é um desafio para todas as áreas do conhecimento que estejam relacionadas com a temática. O ofício técnico da preservação requer certa sensibilidade em relação às transformações urbanas ocorridas nos lugares onde se estabeleceram as indústrias. Há, portanto, uma urgência concreta em fazer com que os bens do processo de industrialização não se percam diante das intempéries provocadas pela ação do tempo, das forças do mercado imobiliário ou mesmo da ausência de políticas públicas voltadas à preservação desses bens.

É preciso considerar, ainda, que a grande maioria das instalações industriais é privada e, devido a isso, tanto a sua valoração quanto a sua preservação esbarram em grandes desafios. Quando um distrito industrial é desativado ou as indústrias saem do local, por exemplo, a tendência é que as suas estruturas se desfaçam com maior rapidez do que outros tipos de patrimônio, não sendo possível a sua preservação. Outro fator a se levar em conta é que muitas indústrias, após a sua desativação, têm suas estruturas demolidas, dando lugar para

empreendimentos imobiliários ou comerciais. O processo de demolição muitas vezes é inevitável e irreversível.

Quando as estruturas de uma indústria são demolidas sem que haja o devido levantamento e inventário dos bens móveis, o que resta para salvaguardar é a "imaterialidade do processo industrial", ou seja, a memória. Para tratar da memória dentro dessa perspectiva, utilizarei principalmente dois autores que se debruçaram sobre tal questão: Maurice Halbwachs (1990) e Pierre Nora (1993). Ambos trazem grandes contribuições para a compreensão do papel da memória enquanto suporte para entender a imaterialidade das vivências de trabalhadores operários. Enquanto Nora (1993) nos convida a compreender essa memória operária buscando os lugares onde ela possa ecoar, Halbawachs (1990) nos possibilita pensar na constituição de uma memória coletiva a partir dos suportes materiais.

A memória é um importante recurso de investigação dos indícios da industrialização, pois possibilita a rememoração de acontecimentos que marcaram os grupos sociais que direta ou indiretamente estão ligados à temática do patrimônio industrial. Então, a memória torna-se uma ferramenta para a compreensão do patrimônio por meio do trabalho com seus suportes materiais. O patrimônio industrial, acionado a partir da lembrança, permite que se compreenda uma história social por trás dos vestígios, principalmente no que diz respeito à atuação dos operários dentro e fora da indústria.

Vale a pena ressaltar que o processo de industrialização é também um elemento que colabora para a construção da identidade cultural local, pois as indústrias interagem com o seu entorno e assim reforçam os laços de interdependência. Nesse contexto, convém destacar as observações de Scheneider (1976):

> Infelizmente, é muito fácil esquecer essa interdependência da indústria e do contexto social e se concentrar em uma área com a exclusão da outra. A indústria, porém, é manipulada por uma massa – operários, gerentes, engenheiros, estenógrafos, contadores, vendedores – que trazem para a indústria as suas personalidades já formadas, com preconceitos e atitudes arraigados. A indústria devolve à comunidade indivíduos cujas personalidades refletem as suas experiências no trabalho. Através da sua influência sobre o caráter de homens e mulheres, a indústria influencia fundamentalmente instituições, organizações e grupos da comunidade: a família, as classes sociais, as vizinhanças, os grupos de recreação, as igrejas. É dessa forma que a indústria e a comunidade se influenciam mutuamente. (Scheneider, 1976, p. 289)

A comunidade local compartilha de elementos culturais que são oriundos da relação marcada pela industrialização. A Carta de Nizhny Tagil (2003) reconhece que um dos valores do patrimônio industrial é "[...] social, como parte das vidas de homens e mulheres comuns, e assim fornece um importante sentido de identidade" (Carta de Nizhny Tagil 2003). Nessa

perspectiva, outro autor que também oferece um grande aporte para a questão da memória é Candau (2011). Segundo ele:

> A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento.
> Essa complexa dialética tem sido objeto de inumeráveis trabalhos em Ciências Humanas e Sociais. A maior parte dos pesquisadores enfatiza a importância desse campo de estudo para a compreensão dos fundamentos humanos e sociais. Eles insistem igualmente sobre os laços fundamentais entre memória e identidade e sobre o fato de que é a memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade.
> Se identidade, memória e patrimônio são "as três palavras-chave da consciência contemporânea" – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória –, é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir a sua identidade. (Candau, 2011, p. 16)

Portanto, discutir o patrimônio industrial é também considerar uma parte da história e da cultura humana que ainda carece de uma melhor compreensão de suas marcas deixadas no tempo e no espaço; marcas essas que, mesmo que não possam ser preservadas pelos indícios materiais, fazem-se presentes através da memória e das relações sociais em sua intangibilidade: nos afetos desenvolvidos *nos* e *por meio* daqueles espaços de trabalho, nos saberes compartilhados, nos costumes produzidos, nas rotinas de vida, e nas atividades laborais etc.

1.2 A memória e o patrimônio industrial

Nas palavras de Jeudy (2005):

> Quando tentamos voltar a ver os lugares onde vivemos, ficamos desde logo fascinados pela relação estranha imposta pela cidade, entre o que desapareceu e o que foi recentemente construído, e somos cativados por esse movimento de substituição reversível que estimula a memória antes que nasça a desolação. Se nos lembramos do que foi, de qual era a configuração do local ao qual estamos voltando, constataremos curiosamente que sua transformação presente permite à memória se deleitar com as imagens da restituição, e, sobretudo com sua espantosa liberdade. A ausência do que foi possibilita qualquer invenção presente da memória. Assim, a sensação de desaparecimento não provoca nostalgia, mas, ao contrário, provoca efeitos de atualização do local cuja atração visual está relacionada à exibição presente de sua metamorfose (Jeudy, 2005, p. 89).

A citação anterior pode ser atribuída a muitas paisagens anteriormente ocupadas por indústrias, mas aqui, para a presente reflexão, o local de referência será a Cidade Industrial

Coronel Juventino Dias. Atualmente, onde se localiza o Itaú Power Shopping, na Cidade Industrial, funcionava a Companhia Cimento *Portland* Itaú. Quem passa pelo local hoje só sabe que antes funcionava uma indústria porque sua sede e as quatro chaminés dos fornos foram tombadas pelo governo municipal. O lugar encontra-se readaptado para uma nova atividade econômica, totalmente diferente do que havia ali décadas atrás. Embora haja a preservação dos bens tombados, não há no local qualquer informação sobre os bens patrimonializados ou sobre a sua história.

Na década de 1980, encerrava-se o ciclo de atividade de uma das indústrias que, ao logo de seus anos de atividade na Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, empregou vários trabalhadores e, ao mesmo tempo, foi alvo de vários movimentos sociais que se mobilizaram contra a fábrica que poluía e adoecia os moradores que residiam próximo à região. Quem frequenta o Shopping Center hoje talvez não imagine que ali funcionou uma indústria de cimentos a qual, segundo Renata Cristina Silva (2020), "despejava em torno de 26 toneladas de pó por dia, [...] cinco vezes mais que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde" (Silva, 2020, p. 245). Igualmente, do outro lado da Avenida Babita Camargos, próximo ao shopping, há um enorme conjunto habitacional onde atualmente moram várias famílias; naquele mesmo local, funcionou a fábrica de laminação de ferro da Lafersa S/A.

Ao falar desses e de outros lugares onde antes funcionavam indústrias e que hoje foram adaptados para novas funções, percebe-se que essas modificações estão alterando e ressignificando a paisagem do local que antes era exclusivamente industrial. Não há pretensão de se discutir sobre essas mudanças ou sobre as suas consequências, porém é importante destacar que esses espaços que antes foram locais de intensa atividade industrial, agora, estão totalmente modificados, e interpretá-los dentro do campo do patrimônio industrial é de grande relevância para pensar as implicações e os limites da sua preservação e/ou a sua relação com o seu entorno.

As constantes modificações na paisagem[25] daquilo que, no passado, era dedicado à produção industrial e que foi adquirindo novas funcionalidades alteraram a função do lugar.

[25] No dicionário Iphan de Patrimônio Cultural, o verbete "paisagem" é definido pelo geógrafo Rafael Winter Ribeiro como sendo um termo polissêmico e que, ao longo dos séculos, foi se alterando e ganhando novas significações. Para o desenvolvimento da dissertação, o significado que interessa é este: "[...] paisagem, entendida para além da ideia de relação entre sociedade e natureza ou o ambiente percebido é incorporada como uma forma de produzir uma abordagem espacial que valorize a integração entre diferentes elementos. É claro, os aspectos da relação com a natureza e a percepção visual permanecem fortemente presentes, mas não são eles que definem a ideia de paisagem nesse caso. Nessas ideias que pretendem nortear ações com o patrimônio cultural, ideias de relações (para além, daquela com a natureza) e de complexidade são fundamentais, reconhecendo também que a paisagem é, antes de mais nada, um produto social complexo, onde a prática da cidadania e democracia devem ser exercidas" (Ribeiro, 2020, p. 30).

Por outro lado, a demolição da estrutura física sem a verificação do seu potencial para uma possível preservação pode acarretar um consequente apagamento dos vestígios materiais das indústrias. Nos dois casos apresentados – a antiga Companhia de Cimento *Portland Itaú* e a antiga fábrica Lafersa S/A, – quase toda a estrutura física foi demolida, dando lugar a novos empreendimentos. Assim, quando não há como preservar a materialidade, a memória torna-se uma possibilidade de acionar um leque mais amplo de experiências sociais a respeito da industrialização.

Muitas áreas industriais se localizavam fora de perímetros urbanos, porém, com o início das atividades, a fábrica trouxe para perto de si novas áreas urbanas devido ao fato de que os trabalhadores para evitar longos deslocamentos, preferiam residir próximo ao local de trabalho. Esse movimento fez com que áreas que antes eram apenas industriais tivessem que conviver com uma paisagem que mesclava indústria e habitação de operários, por exemplo, a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias.

Atualmente, o Brasil passa por um processo de desindustrialização que foi iniciado ainda no final do século XX e vem se estendendo pelo século XXI[26]. Com a desindustrialização, esses locais que antes eram exclusivamente industriais vão dando lugar a novas propostas de uso para essas áreas industriais. E essas propostas geralmente são de reaproveitar o terreno ou readaptar as instalações para dar lugar a empreendimentos comerciais e/ou imobiliários, como o ocorrido com a Companhia de Cimento *Portland Itaú* e a fábrica da Lafersa S/A, por exemplo.

Assim, essas áreas passam também a ter, em seu entorno, um intenso povoamento proporcionado por empreendimentos habitacionais e estabelecimentos comerciais. Portanto, quando uma indústria ou um polo industrial esgota a sua capacidade de funcionamento, essa área torna-se propícia para ser ocupada por novos empreendimentos de comércio e/ou conjuntos habitacionais. Em alguns casos, não há tempo hábil para que se faça o devido levantamento dos bens que poderiam ser protegidos, e a sua salvaguarda fica comprometida. Logo, a memória passa a ter um papel fundamental nesse processo, pois é uma das formas de se acessar a cultura industrial.

A Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, nas últimas décadas, teve o seu território disputado entre indústrias, comércios e empreendimentos imobiliários. Mas, segundo a SEDECON (Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Contagem),

[26] O tema da desindustrialização será abordado mais à frente na presente dissertação. Por ora, cabe esclarecer ao leitor que chamamos de "desindustrialização" o processo de mudança econômica que ocorre com o encerramento de fábricas e de empresas que deixaram cidades, regiões e países sem base industrial além de questões ligadas a processos culturais e sociais.

atualmente a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias conta com 116 indústrias e 880 empresas[27] registradas[28]. Ou seja, a região que antes tinha função apenas industrial, hoje, conta com Shopping Center, hospital, faculdades, empreendimentos imobiliários e uma variedade de comércios que estão se instalando na região e demonstrando uma economia cada vez mais fundamentada no setor de serviços.

Analisando as informações do observatório[29] da prefeitura de Contagem, atualmente, o que menos se tem na Cidade Industrial Coronel Juventino Dias é indústria. Isso se deve em parte à grande densidade demográfica na região, que vem fazendo com que haja um fluxo maior de pessoas, contribuindo para um progressivo desgaste entre indústrias *versus* área urbana. Outro fator é que a instalação de residências na proximidade das indústrias remanescentes faz com que a região se valorize em termos imobiliários e dessa forma, torne-se mais onerosa a instalação industrial nos terrenos da região. Percebendo tal tendência, as indústrias parecem migrar para outras regiões mais baratas e com novos recursos. Embora esses sejam motivos gerais para que uma indústria se desloque das localidades, pode haver outros motivos que também impulsionam essa movimentação[30].

Frente a esses fatores, visitar os "lugares de memória" através dos seus sentidos material, simbólico ou funcional (Nora, 1993) é uma forma de entender como se deu esse processo e compreender a relevância de conhecer tais vestígios. Assim como não é viável guardar todos os vestígios materiais do processo industrial, a memória também opera de forma parecida, na dialética da lembrança e do esquecimento (*ibid.).* Portanto, lembrar-se de determinados acontecimentos é relegar outros ao esquecimento, ou seja, é importante que haja uma discussão participativa que consiga levantar diferentes elementos do processo industrial a serem rememorados e ponderar a sua potencialidade para se configurar como patrimônio cultural valorado coletivamente.

---

[27] Não há uma especificação quanto ao ramo de atividades das empresas.

[28] Disponível em: <http://portalpmc.contagem.mg.gov.br/observatorio/cidade-industrial-juventino-dias/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

[29] Prefeitura Municipal de Contagem. Observatório Socioeconômico de Contagem. Disponível em: <https://ww2.contagem.mg.gov.br/observatorio/>.

[30] Segundo Oreiro e Feijó (2010), a desindustrialização pode ser causada por fatores internos e externos. Segundo os autores, os fatores internos seriam: uma mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços. Já os fatores externos estão relacionados ao grau de integração comercial e produtivo das economias, ou seja, ao estágio alcançado pelo assim clamado processo de "globalização". Além desses fatores, os autores argumentam que a desindustrialização pode ocorrer de forma precoce quando a relação entre a participação do emprego (e do valor adicionado) da indústria e a renda *per capita* pode ser afetada pela "doença holandesa". Nesse contexto, a abundância de recursos naturais pode induzir a uma redução da participação da indústria no emprego e no valor adicionado por intermédio da apreciação cambial, a qual resulta em perda de competitividade da indústria e déficit comercial crescente desta. Em outras palavras, a desindustrialização causada pela "doença holandesa" está associada a déficits comerciais crescentes da indústria e superávits comerciais (crescentes) no setor não industrial. (Oreiro; Feijó, 2010, p. 222-223).

A memória também pode ser entendida como formadora de identidade de grupo (Pollak, 1989). Nessa perspectiva, ela contribui para a formação de identidade de grupos que compartilham as mesmas lembranças, e é nesse sentido que esta dissertação tentará abordar o inventário participativo em ações educativas como ferramenta possível para se chegar a um patrimônio industrial de Contagem.

1.3 Os desafios do uso da memória como ferramenta para o campo do patrimônio

Durante a elaboração das atividades relacionadas a uma das disciplinas do Mestrado Profissional do Iphan, tive a oportunidade de recordar momentos que se relacionam a lembranças que tenho da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. Muitas dessas lembranças estão associadas aos sentidos do olfato e da visão. Lembro-me de que, quando passava de ônibus ou mesmo quando transitava pelas ruas e avenidas da Cidade Industrial, esses dois sentidos eram marcantes: o cheiro, que, embora desagradável, era peculiar deste lugar; e a poluição, que fazia o céu ter um tom cinza que algumas vezes se confundia com tempo nublado. Essas eram as principais lembranças que marcaram boa parte da minha infância e adolescência. E naquela época eu não tinha a real dimensão do que era, mas sabia que aquela paisagem era diferente de todas as outras que conhecia.

Atualmente, quando falo durante as aulas de História sobre patrimônio cultural, uma das perguntas que faço aos alunos é se eles sabem o que as chaminés que se localizam no estacionamento do Itaú Power Shopping representam. A maioria responde que não sabe o que são elas ou a função que tinham. Assim a aula se inicia a partir de um dos patrimônios tombados pelo poder público municipal de Contagem. Mesmo que aqueles adolescentes não saibam qual é a representatividade das referidas chaminés, muitos trazem lembranças contadas pelos avôs e/ou pais que trabalharam na Cidade Industrial. Destarte, a memória se torna um recurso importante que utilizamos para relembrar de algum fato ou evento ocorrido.

Quando queremos acessar alguma informação guardada desse fato ou evento em nossa memória, fazemos isso através da lembrança. O ato de lembrar-se de algo pode ser um recurso individual e/ou coletivo. Mas, segundo Maurice Halbwachs (1990), a memória existe dentro de um contexto social e, sendo assim, a memória individual tem o seu suporte na coletividade. Dessa maneira, a memória individual é também coletiva, pois, na visão de Halbwachs (1990), o sujeito é parte de um grupo, e as suas lembranças se operam dentro dessa coletividade.

Mesmo que um indivíduo não tenha participado ativamente de um determinado evento, a sua lembrança se ancora nas lembranças daqueles que presenciaram.

> [...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós tivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1990, p. 26).

As lembranças, portanto, constituem-se e permanecem organizadas dentro de um determinado grupo social e ali se conservam como uma forma de identidade daquela coletividade. Assim,

> Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seu depoimento: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastantes pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (Halbwachs, 1990, p. 34).

Já para Pierre Nora (1993) a memória estabelece relação com os lugares. Por isso, "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais" (Nora, 1993, p. 13). Nora chama de lugar de memória todo aquele que serve de suporte para a memória e que se expressa nos sentidos "material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos" (*ibid.*, p. 21).

Os lugares denominados de memória são aqueles onde há vestígios que podem ser utilizados para se constituir a memória. Esses lugares podem ser materiais ou não; o que importa é a forma como são tratados para que, a partir de então, possam ser lugares de memória. Dessa forma, acessar esses lugares é também acessar as memórias, porém, como ressalta Nora, atentando para o que ele chama de os três sentidos dos lugares de memória.

> Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece o exemplo extremo e uma significação simbólica, é ao mesmo tempo um recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (*ibid.*).

Pollak (1992), por sua vez, afirma que "existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também

pode não ter apoio no tempo cronológico" (Pollak, 1992). Esses lugares de memória são lugares que servem de suporte para aguçar a nossa lembrança sobre um determinado fato ocorrido. Essas lembranças, mesmo não sendo cronológicas, têm a sua convergência com o sentimento de identidade. A identidade à qual Pollak (1992) se refere "é a que dá sentido à imagem do indivíduo que é construída de si para si e para os outros" (*ibid.*, p. 5).

O seu caráter coletivo faz com que a memória de um grupo se perpetue junto àqueles que o integram. Halbwachs (1990) dá uma contribuição interessante para se compreender a memória partilhada entre os integrantes do grupo, perpetuada por eles, e, desse modo, possível de ser rememorada. Pensando ainda no aspecto da coletividade, Pierre Nora (1993) igualmente contribui com a reflexão ao nos convidar a analisar os lugares de memória acionando a ideia de que a memória, seja individual ou coletiva, tem a sua sustentação nesses lugares onde a lembrança produz uma identidade comum de grupo.

É nessa perspectiva de trabalho que a memória operária identicamente se torna uma ferramenta para se conhecer o passado industrial para além da tangibilidade dos vestígios existentes, oferecendo um leque de elementos sociais que se perpetuam por gerações e que certamente contribuem para a compressão do processo de industrialização em Contagem, em Minas Gerais e mesmo no Brasil. É também uma reflexão sobre o legado deixado pelos operários que são a força de trabalho que mantém a indústria em funcionamento. Entender o operário como sujeito histórico dentro do campo do patrimônio industrial se revela, portanto, algo fundamental no estudo sobre as relações, os anseios, as dificuldades, os saberes e os ofícios que se desenvolvem dentro e fora da indústria.

Durante a elaboração do segundo produto técnico das Práticas Supervisionadas[31], foi possível perceber que a busca e a seleção de fontes sobre operários da indústria de Contagem é uma tarefa complexa, pois a dissipação das fontes é muito grande. Além da dispersão, boa parte das fontes escritas sobre os operários constitui-se de documentos elaborados por terceiros, seja a indústria, sejam os sindicatos; ou produzido em outros ambientes, tais como associações de bairro, clubes de recreação, igrejas, entre outros. Além disso, os arquivos e os centros de memórias que guardam essa documentação nem sempre dispõem de espaço físico e estrutura adequada para preservar todo o acervo ou mesmo disponibilizá-lo para consulta remota.

A segmentação dessa documentação faz com que se perceba a atuação dos operários de uma forma esfacelada. Ainda assim, é fundamental pontuar que, mesmo sendo uma

[31] Conforme mencionado anteriormente, trata-se de disciplina obrigatória do currículo do curso de Mestrado do Iphan.

documentação dispersa, ela é suporte para a compreensão da memória dos operários. Esses arquivos tomados como lugar de memória à luz das reflexões de Nora (1993), somadas às discussões de Halbwachs (1990), contribuem para que se possa conhecer parte da história dos trabalhadores da indústria em Contagem. A busca por essa documentação, embora seja difícil, permite que as memórias sejam interpretadas nos seus processos de (re)construção de si para si e para os outros (Pollak, 1992). Assim, a presente dissertação tem como delimitação a memória dos operários da indústria que atuaram na Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, em Contagem, mediante suportes de memória. Mapear esses lugares de memória é uma forma de refletir sobre o patrimônio industrial do município a partir da perspectiva desses trabalhadores.

Mesmo que essas fontes estejam espalhadas em vários centros de estudo, são resquícios da ação dos operários, de sua atuação em sindicatos reivindicando melhores condições de trabalho e salário ou até mesmo fora das indústrias exigindo a garantia de direitos sociais ou em atividades recreativas. O passeio por esses lugares serve de sustentação para a memória e é imprescindível para compreender a própria história dos trabalhadores da indústria de Contagem em esquemas de valoração patrimonial. Sendo assim, rememorar os fatos que envolvam a atuação dos operários da indústria da Cidade Industrial é evitar que parte da memória de inúmeros trabalhadores seja esquecida.

Porém, José Reginaldo Santos Gonçalves (2015) argumenta que, “nos processos de produção social das identidades, estas não resultam de um exclusivo trabalho coletivo de construção e preservação, uma vez que as práticas de destruição lhes são igualmente indispensáveis. No plano individual ou coletivo, somos, antes de tudo, o que esquecemos e descartamos” (Gonçalves, 2015, p. 225). Sendo assim, o processo de escolha do que deve ser lembrado, de certa forma, define também o que irá ser esquecido.

1.4 Patrimônio Cultural de Contagem/MG

Antes de adentrarmos o estudo e a discussão sobre o patrimônio industrial do município de Contagem, interessa recuperar a relação que o campo do patrimônio cultural estabeleceu com esse território a partir dos instrumentos oficiais de valoração e preservação. Voltamos nosso olhar aqui para bens móveis e imóveis que foram reconhecidos pelo poder público como patrimônio cultural e que, sob o ponto de vista das instituições designadas a essa seleção, reuniriam características consideradas por esses órgãos como importantes e

representativas para a história e a memória de constituição desse território, a despeito do papel da industrialização nesse processo de formação material e cultural local.

A proteção do patrimônio cultural em Contagem, realizada pelo poder público municipal, tem início com a promulgação da lei municipal de proteção do patrimônio nº 2.842, de abril de 1996, e a criação do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem – COMPAC – através da Lei nº 2.961[32], de 11 de junho de 1997. É a partir da criação desse Conselho que se instituíram os elementos legais para dar início ao processo de tombamento e preservação do patrimônio edificado do município. Além de prever a proteção do patrimônio municipal, a legislação foi importante para inserir Contagem dentro dos critérios estabelecidos pelo programa do governo estadual do "ICMS Patrimônio Cultural[33]", cuja participação de Contagem se inicia no ano de 1997.

Os primeiros tombamentos realizados no município de Contagem ocorreram no ano de 1998 e foram preservados exemplares alusivos ao período colonial e que são representativos do início do povoamento da sede do município, quais sejam: Casa da Cultura Nair Mendes Moreira (Casa do Registro), Parque Gentil de Diniz, Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo Mattos Filho. Em sua tese de doutorado, intitulada *Patrimônio e Colonialidade – A preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial*, Luciana Souza (2018) faz uma crítica de como os institutos de patrimônio – em âmbito federal, o Iphan, e estadual, o Iepha/MG[34] – construíram durante décadas uma noção de patrimônio cultural que reportava nossas origens históricas ao processo de colonização. Assim, o patrimônio foi utilizado como uma ferramenta para perpetuar a "colonialidade do poder".

---

[32] A Lei municipal nº 2.961/1997 cria o COMPAC, porém foi revogada pela Lei municipal nº 4.647 de 2013, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura no município, e posteriormente foi alterada pela Lei nº 4.935 de 2018.

[33] O "ICMS Patrimônio Cultural" é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado. Ele funciona por meio de repasse dos recursos aos municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais, através de políticas públicas relevantes – o programa estimula as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos em uma ação conjunta com as comunidades locais. Por intermédio das Rodadas Regionais, o Iepha-MG oferece aos municípios orientações sobre as políticas de preservação, como a Deliberação Normativa do CONEP (Conselho Estadual do Patrimônio Cultural), que estrutura um sistema de análise e de pontuação da documentação apresentada pelo município participante do programa ICMS Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural>. Acesso em: 16 jan. 2023.
Obs.: sobre esse tema e o desenvolvimento sistêmico e sistematizado de políticas municipais de preservação, ver Souza (2013).

[34] O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Iepha-MG, foi criado em setembro de 1971 e atualmente é uma fundação vinculada à Secretaria de Estado de Cultura que atua no campo das políticas públicas de patrimônio cultural. Cabe ao Instituto pesquisar, proteger e promover os bens culturais de natureza material e imaterial de Minas Gerais, em parceria com os órgãos municipal e federal.

Posteriormente foram realizados os tombamentos de bens arquitetônicos que se relacionavam com a história mais recente do município. Vale destacar que em Contagem não há nenhum bem material e/ou imaterial que seja tombado e/ou registrado na esfera federal. Já em nível estadual, há o registro feito pelo Iepha/MG da Comunidade dos Arturos nas categorias de "Lugares" e "Celebrações[35]". A comunidade dos Arturos teve o registro na categoria citada realizado em maio de 2014.

A partir de outubro daquele mesmo ano, a Comunidade dos Arturos passou a ser valorada como patrimônio também pela municipalidade quando teve o seu registro na categoria "Lugares", fruto da parceria entre o Iepha/MG e a Prefeitura. Em 2023, a "Marcha para Jesus" passou a ser considerada patrimônio cultural imaterial de Contagem através do decreto municipal nº 921 de 03 de julho de 2023. Sendo assim, Contagem conta com treze tombamentos da cultura material e dois registros da cultura imaterial na esfera municipal. Dos tombamentos realizados no município, a maioria está localizada na sede ou próximo a esta.

Apenas a Capela São Domingos de Gusmão, O Conjunto Paisagístico da Capela de Santo Antônio do Morro Redondo, as chaminés e a sede da fábrica de cimentos Itaú e as Ruinas da Fazenda Vista Alegre estão a uma distância considerável do centro do município. Os demais bens estão localizados na sede e/ou nas proximidades. Na sequência é apresentada uma tabela com os bens culturais tombados ou registrados pela municipalidade, a lei de tombamento ou registro e o endereço. São eles:

[35] Em reunião extraordinária realizada em 28 de maio de 2014, o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP deliberou sobre o registro da Comunidade dos Arturos, do município de Contagem/MG, Processo CONEP nº002/2014, como patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais no Livro de Registro dos Lugares, e inscrição do Reinado/Congado dos Arturos, Festa do Rosário dos Arturos e da Benzeção dos Arturos no Livro das Celebrações.

Tabela 01 – Bens tombados e/ou registrados no município de Contagem/MG

Imagem do bem:	**Bem tombado/registrado:**	**Localização:**	**Legislação:**	**Observações:**
 **Fonte:** Google Earth, 2024.	Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges	Rua Desembargador Luciano de Souza Lima, 29, Bairro Bernardo Monteiro.	Decreto municipal nº 10.446, de 14 de abril de 2000.	A Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges foi inaugurada em 1943, e a sua arquitetura é inspirada no estilo neogótico.
	Capela São Domingos de Gusmão	Rua Retiro das Freiras, 25, Bairro Retiro das Esperanças.	Decreto municipal nº 11.323 de 14 de julho de 2004.	Construída na década de 1960, o estilo arquitetônico da capela remete às igrejas jesuíticas do século XVIII.

Fonte: Google Earth, 2024.				
 **Fonte:** Google Earth, 2024.	Casa da Cultura Nair Mendes Moreira (Casa do Registro)	Praça Vereador Josias Belém, 1, Centro.	Decreto municipal nº 10.060 de 14 de dezembro de 1998.	Remanescente do período colonial do município que se manteve preservado contra a ação do tempo e do ser humano.
 **Fonte:** Google Earth, 2024.	Casa dos Cacos	Rua Ignez Glanzmann de Almeida, 132, Bairro Bernardo Monteiro.	Decreto municipal 10.445, de 14 de abril de 2000.	Foi construída e customizada com mosaicos de louça e cerâmica pelo geólogo Carlos Luís de Almeida a partir de 1963 até sua morte, em 1989. Toda a casa, além de enfeites e alegorias, é feita de cacos vindos das mais diversas procedências.

 **Fonte:** Google Earth, 2024.	Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo Mattos Filho	Rua Doutor Cassiano, 102, Centro.	Decreto municipal nº 9.987, de 31 de março de 1998.	Conjunto arquitetônico formado por dois casarões de tipologia colonial (Casa Amarela e Casa Rosa) remanescentes do século XIX e um casarão em estilo eclético (Casa Azul), construído no início do século XX (por volta de 1936). (Ver figura 6).
 **Fonte:** Google Earth, 2024.	Chaminés e sede administrativa da Cia de Cimentos *Portland* Itaú S/A	Avenida General David Sarnoff, 920, Cidade Industrial Coronel Juventino Dias.	Decreto municipal nº 10.186, de 17 de junho de 1999.	Único bem tombado relacionado ao período industrial do município. O prédio administrativo abrigava os escritórios da antiga fábrica e apresenta estilo eclético em que se mesclam traços do Art Déco e Neoclássico.
 **Fonte:** Google Earth, 2024.	Cine Teatro Municipal	Praça Silviano Brandão, s/n – sede.	Decreto municipal nº 10.806, de 31 de maio de 2001.	Foi construído em estilo eclético e possui capacidade para 450 espectadores, camarins, *foyer* nos dois pavimentos e palco.

 **Fonte:**<https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-registrados/details/2/2/bens-registrados-comunidade-dos-arturos>	Comunidade Negra dos Arturos	Rua da Capelinha, 50, Jardim Vera Cruz.	Registrado pela Deliberação nº 002/2014 da FUNDAC (Fundação Cultural do Município de Contagem), publicado no Diário do Município no dia 24 de outubro de 2014, na categoria de "Lugares".	A comunidade dos Arturos foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, mediante processo 01420.001226/2004-81 de 30/11/2004.
 **Fonte:** Google Earth, 2024. 	Conjunto Arquitetônico da Prefeitura Municipal (Prefeitura, Praça Presidente Tancredo Neves e Capela de Santa Helena).	Praça Tancredo Neves, 200, Bairro Camilo Alves.	Decreto municipal nº 190 de 22, de setembro de 2005.	A capela de Santa Helena foi construída em um estilo eclético lembrando a arquitetura românica. A Praça Presidente Tancredo Neves foi inaugurada em 1991 e possui uma área de lazer com 20.000 metros quadrados com arborização, *playground*, quadras poli esportivas, coreto, pista de caminhada e *skate*.

Fonte: Google Earth, 2024.  **Fonte:** Google Earth, 2024.				
 **Fonte:** Desirée Dutra, portal da Prefeitura de Contagem, 2024[36].	Conjunto Paisagístico da Capela de Santo Antônio do Morro Redondo	Alameda dos Coqueiros, s/n – Condomínio San Remo, Bairro Tupã.	Deliberação nº 001/2014 da FUNDAC (Fundação Cultural do Município de Contagem), publicada no Diário do Município do dia 24 de outubro de 2014.	A Capela de Santo Antônio do Morro Redondo, situada no topo do morro, foi construída em processo de mutirão junto à comunidade, entre os anos 1970 e 1980. Serve como local de encontro dos moradores para as manifestações religiosas como batizados, casamentos e reuniões. O conjunto fica localizado em um território de grande potencial paisagístico, cênico, cultural e religioso da cidade. O Morro Redondo também possui uma área que compreende uma zona de transição entre a Mata

[36] Disponível em: <https://ww2.contagem.mg.gov.br/arquivos/doc/3256doc-e.pdf >.

				Atlântica e o Cerrado. No local, também há um mirante devido às características paisagísticas do relevo da região.
 **Fonte:** Google Earth, 2024.	Espaço popular	Confluência das ruas Presidente Kennedy e Doutor Cassiano, Centro (anexo à Igreja Matriz de São Gonçalo).	Decreto municipal nº 10.695, de 6 de dezembro de 2000.	Anfiteatro ao ar livre com cerca de 5 mil metros quadrados e capacidade para aproximadamente 15 mil pessoas.

 **Fonte:** Google Earth, 2024.	Igreja Matriz de São Gonçalo	Praça Silviano Brandão, 40, Centro.	Decreto municipal nº 10.466, de 02 de maio de 2000.	Com tipologia característica dos templos religiosos da época colonial, sofreu demolições e intervenções ao longo do tempo. Em seu interior estão antigas imagens de madeira, incluindo a de São Gonçalo do Amarante, padroeiro da matriz. Possui também um retábulo e um altar mor em estilo rococó, transferidos da antiga matriz da Boa Viagem de Belo Horizonte, à época de sua demolição.
 **Fonte:** Janine Moraes, portal da Prefeitura de Contagem, 2023[37].	Marcha para Jesus	Acontece na Avenida João César de Oliveira, S/N, Bairro Eldorado.	Decreto municipal nº 921, de 03 de julho de 2023.	O evento acontece na Avenida João César de Oliveira. A concentração acontece próximo ao número 1275 em frente ao Big Shopping. O percurso é de três quilômetros, até a Avenida João César de Oliveira, rumo à Rua José Pedro de Araújo, no Bairro Cinco.

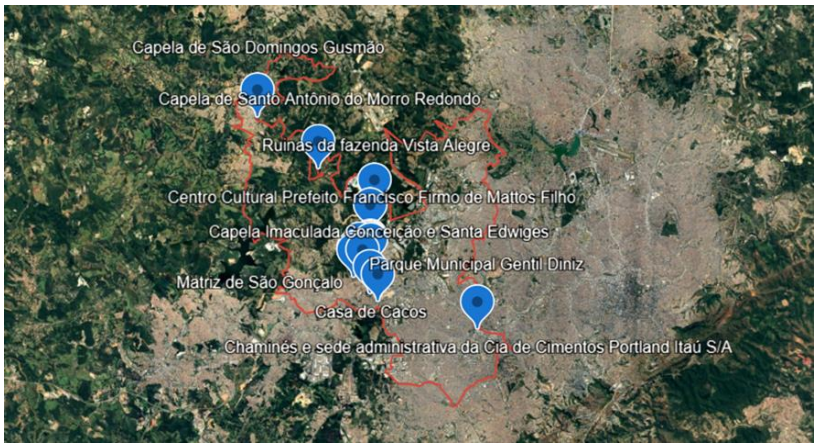
[37] Disponível em: <https://portal.contagem.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/78137/marcha-para-jesus-reune-cerca-de-8000-pessoas-em-contagem>.

 **Fonte:** Google Earth, 2024.	Parque Gentil de Diniz	Rua Maria do Carmo Diniz, 141, Nossa Senhora do Carmo.	Decreto nº 9.886 de 31 de março de 1998.	O casarão é do século XIX. É remanescente do período colonial do município que se manteve preservado contra a ação do tempo e do ser humano.
 **Fonte:** Portal da Prefeitura de Contagem, 2024[38].	Ruínas da fazenda Vista Alegre	Avenida A, Bairro Quintas Coloniais.	Decreto municipal nº 10.460 de 2 de maio de 2000.	Edificação rural construída presumivelmente no século XVIII para ser utilizada como sede da fazenda do Coronel João Teixeira Camargos. Em sua área, havia intensa produção de farinha de mandioca e polvilho, comercializadas em Contagem e Belo Horizonte.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas do Produto Técnico das Práticas Supervisionadas: "Levantamento e mapeamento de dados da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias em Contagem – MG", 2021.

[38] Disponível em: <https://portal.contagem.mg.gov.br/portal/turismo/0/9/66970/ruinas-da-fazenda-vista-alegre>.

Figura 01 – Localização dos bens tombados do município de Contagem/MG



Fonte: Google Earth, 2024

Embora, num primeiro momento, o município tenha dado preferência ao tombamento e à preservação dos bens edificados de reminiscência colonial, os tombamentos que se seguiram já estavam relacionados com uma história mais recente do munícipio. Há também que se pontuar a existência de uma concentração de templos religiosos católicos na disputa por uma valoração patrimonial através do tombamento, marcando a predominância de templos religiosos do período colonial, principalmente de herança portuguesa. Esse quadro confirma o que Souza (2018) discorre a respeito da "colonialidade do poder" no que se refere aos valores mobilizados pelos tombamentos em nível federal realizados pelo Iphan na primeira metade do século XX: "[...] reafirmavam as raízes portuguesas como formadoras do 'povo brasileiro' e uma forma de aproximação com os valores morais e espirituais das 'nações civilizadas'" (Souza, 2018, p. 186). Buscava-se, naquele momento, uma noção de patrimônio que representasse, ao mesmo tempo, uma identidade nacional e de inspiração nas nações europeias como modelo a ser seguido. Aquilo que se pensava como patrimônio nacional naquele momento era os remanescentes da cultura colonial, e o estado de Minas Gerais foi considerado pelos técnicos e pelas instituições de preservação, no início do século XX, como sendo uma das principais referências dessa cultura nacional. Portanto, o que se pretendia era preservar o maior número possível de bens da cultura barroca mineira. Assim, tanto o Iphan quanto o Iepha/MG se empenharam em preservar a cultura colonial em detrimento de outras culturas, por exemplo, a indígena e a africana.

Boa parte das edificações do início do povoamento do município foi demolida ou deixou de existir devido à ação do tempo. Tomo como exemplo a Igreja do Rosário[39], com tipologia característica dos templos religiosos da época colonial, que, segundo Geraldo Fonseca (1978), foi demolida no ano de 1973 a despeito da mobilização da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de outras pessoas que tentaram reverter tal processo. Conforme o relato abaixo, mesmo com a mobilização popular, a igreja do Rosário não escapou da demolição.

> Passa, então, o caso da Capela do Rosário, a tradicional e majestosa Igreja do Rosário está quase a cair. Não faz muito tempo uma comissão foi criada para cuidar da reconstrução do importante templo. De positivo tivemos, apenas, a convite da comissão, a visita do museólogo, historiador e engenheiro, Dr. Paulo Krüger Mourão, que deu um substancioso parecer a favor da restauração da igreja; dadas as condições de resistência da mesma. Antes, na Câmara Municipal, a luta pela preservação do templo foi travada pela edil Zulma Leal, que propôs sua transformação em museu sacro. A 22 de maio de 1972 a Irmandade de N. S. do Rosário se manifesta contra a medida proposta, através de abaixo-assinado remetido à vereadora e lido em plenário. Ainda buscando uma solução, Zulma Leal apresenta indicação, sugerindo a transformação da Capela em Patrimônio Histórico Municipal. Tudo em vão. Da Capela restam uns poucos retratos e pinturas. (Fonseca, 1978, p. 101).

Além das edificações religiosas, há também outros tipos de edificações que foram demolidas ao longo do tempo. Um exemplo é a antiga estação ferroviária de Contagem[40], inaugurada em 1918, que funcionou por aproximadamente 30 anos como principal ramal de transporte que ligava o centro de Contagem a Belo Horizonte. Ele conectava as estações de Bernardo Monteiro ao Centro de Contagem com aproximadamente três quilômetros e tinha apenas uma estação. Segundo Fonseca (1978), a demolição foi ocasionada provavelmente por uma "politica governamental de extinção dos ramais de renda deficiente [...]" (*ibid.*, p. 388).

Quando o governo municipal criou a legislação que garantia o tombamento e a preservação dos bens edificados de Contagem, em 1996, poucos edifícios relacionados à ocupação do município restavam para serem preservados. Mas, analisando os bens tombados, percebe-se que, assim que tiveram início os trabalhos do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem, houve uma preocupação em tombar os bens edificados que restaram do período colonial. É interessante notar que, embora antes da década de 1990 não houvesse um órgão municipal preocupado com a preservação do patrimônio,

[39] Segundo Simone Ramos (2017), a Igreja do Rosário provavelmente foi construída entre 1837 e 1845, havendo registro de obras de 1865 a 1889, nos livros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, cujos estatutos datam de 1867. (Ramos, 2017, p. 84).

[40] Segundo Geraldo Fonseca (1978), a estação de Contagem foi demolida, e no mesmo local, foi construído o Fórum Doutor Pedro Aleixo. O prédio se localiza na Praça Tiradentes, no centro de Contagem. Atualmente o fórum não funciona mais no imóvel. Há a tramitação do projeto de lei nº 2440/21 na Câmara de Deputados de Minas Gerais para doação do terreno para a Prefeitura de Contagem.

ocorreram algumas mobilizações de grupos sociais em prol da restauração da Igreja do Rosário e a tentativa de fazer com que os órgãos estadual e federal se sensibilizassem para o tombamento da matriz de São Gonçalo e da Igreja do Rosário. Quanto às instituições de preservação, Fonseca (1978) menciona que tanto o "Iphan quanto o Iepha/MG [...] estavam priorizando os tombamentos que trouxessem uma noção de identidade nacional". Dessa maneira, o autor argumenta que ambos os Institutos estavam "tapando o sol com a peneira, a miúde suas atenções [se] voltavam para Ouro Preto e outras poucas cidades coloniais" (*ibid.*, p.100).

Aqui nos interessa lembrar de José Reginaldo Gonçalves (2015), em *O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição*, quando o autor chama a atenção para o caráter inflacionário da categoria patrimônio, que, a partir dos anos 70/80 do século XX, passou a ser reivindicada, reconhecida ou contestada por diversos grupos e movimentos sociais sem necessariamente haver um vínculo com uma "identidade nacional". Nesse período, o patrimônio parecia deixar de ser uma categoria marcadamente sob o controle do Estado e passava a ser pleiteado por outras agências e grupos sociais. Outros autores, como Márcia Chuva (2009) e Antônio Gilberto Ramos Nogueira (2014), já citados anteriormente, contribuem igualmente para essa discussão. Ademais, importa destacar que o mercado, na perspectiva de Gonçalves (2015), exerce influência implícita ou explícita nos discursos e nas políticas de patrimônio, seja como aliado ou adversário.

Assim, mesmo sem ter o tombamento pelos órgãos estadual ou federal, Contagem passou por algumas situações de mobilização de grupos sociais e de uma vereadora, Zulma Leal, que tentaram sensibilizar o poder público para a preservação da igreja do Rosário, que era uma edificação centenária. Além disso, as intervenções ocorridas na igreja matriz de São Gonçalo também geraram descontentamento de alguns grupos sociais.

Segundo Simone Ramos (2017), a construção da Cidade Industrial "[...] promoveu uma situação de esvaziamento do centro histórico que contribuiu para protegê-lo da especulação imobiliária e da ampliação do fluxo demográfico [...]" (Ramos, 2017, p. 110), o que, de certa forma, pode ter colaborado para que o pouco que restou do período colonial fosse protegido e tombado pelo poder público municipal.

A iniciativa da prefeitura de criar uma legislação pertinente ao patrimônio cultural municipal e a um conselho municipal, o COMPAC, vai de encontro ao estabelecido pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 no que diz respeito a descentralização e a proteção dos bens que se relacionam com a cultura regional. Naquele momento em que se tentou preservar as igrejas, as atenções das autoridades do governo municipal estavam voltadas para a Cidade

Industrial, e os órgãos de proteção – Iphan e Iepha/MG – não se mobilizaram, pois ainda priorizavam tombamentos de conjuntos arquitetônicos representativos do período colonial em outros municípios do estado. Segundo Chuva (2009),

> Os símbolos da mineiridade – a opulência da arte mineira do século XVIII, com a arte barroca de Aleijadinho e seus profetas, religiosidade e urbanidade, cidades cheias de gente e de ideais de liberdade – são monumentos semióforos, que materializam uma grande coleção chamada "brasilidade". Esses monumentos tornaram-se símbolos da nação, devendo identificar todos os brasileiros, que, apesar de não se conhecerem, sentem-se parte dessa comunidade imaginada, que tem seu coração em Minas Gerais e Minas Gerais no coração. Mas, apesar da eficiência com que foram construídos esses ícones nacionais, essa construção também tem sua historicidade; o conteúdo cultural do patrimônio, ou aquilo que constitui a grande coleção, foi também permanentemente disputado, negociado e renovado, com a ampliação das redes de relações em escala territorial [...] (Chuva, 2009, p. 70).

Desse modo, a construção da identidade nacional, segundo Chuva (2009), foi um processo que encontrou, em Minas Gerais, os elementos que simbolizaram o que se buscava naquele momento como elemento que representasse essa identidade. Essas características foram encontradas na cultura colonial mineira, que naquele momento importava mais pela sua simbologia do que pela sua materialidade.

Destarte, os monumentos que se tornaram símbolos da nação foram frutos de disputas e negociações que não levavam em consideração apenas os elementos técnicos, mas as relações estabelecidas entre os agentes e as instituições que pleiteavam o reconhecimento de determinados bens a serem tombados. Dessa forma, o patrimônio, conforme a concepção de Bourdieu (2017), está em constante disputa, ou seja, a escolha dos bens a serem tombados, além de obedecer a critérios técnicos, também se faz/fez pelas relações de poder estabelecidas dentro desse campo em que a territorialidade e as redes de relações entre agentes e estruturas também são determinantes.

Segundo Marcelo Lopes de Souza (2022), o território pode ser entendido como "relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial" (Souza, 2022, p. 96). O autor faz a analogia do território com um "campo de força" em que o território seria a arena onde as relações sociais ocorrem. Assim,

> A comparação de um território com um "campo de forças" aparece, então, como uma analogia bastante razoável: ao mesmo tempo que o território corresponde a uma faceta do espaço social (ou, em outras palavras, a uma das formas de qualificá-lo), ele é, em si mesmo, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor, uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço – mesmo que não de modo diretamente

> material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa de várias maneiras deste último. (*ibid*., p. 97).

Dessa forma, a territorialidade pode ser entendida como "um processo que envolve o exercício das relações de poder e a projeção dessas relações no espaço (espaço que, vou repetir, também é, simultaneamente, enquanto substrato material e lugar, uma referência e um condicionador das próprias práticas de poder)" (*ibid*., p. 102).

Assim, o conceito ajuda a pensar nas relações que se estabelecem em torno do patrimônio industrial de Contagem e de como essas forças de poder se relacionam nesse território industrial. Também permite analisar como esses vínculos de poder se constituíram e como a comunidade se estabelece dentro desse território.

Portanto, é indispensável que se faça um trabalho coletivo e participativo de levantamento, catalogação e inventário dos bens tangíveis e intangíveis de modo a permitir que se verifique quais bens tem potencial para serem patrimonializados. No capítulo seguinte, abordarei o processo de industrialização de Minas Gerais, bem como a escolha de Contagem para sediar o novo polo industrial do estado, além de tratar da situação do operário nesse cenário industrial.

Capítulo 2: Os operários e o processo de industrialização no Brasil

2 Os operários e o processo de industrialização no Brasil

Neste capítulo terei como pretensão apresentar como se desenvolveu o processo de industrialização no estado de Minas Gerais, bem como a posterior escolha de Contagem para sediar um novo distrito industrial no estado. Também foi intenção discorrer sobre a situação dos trabalhadores dentro desse panorama de instalação de indústrias em Contagem, destacando a precariedade de trabalho e de vida à qual estavam submetidos. Nesse contexto, percebe-se que a falta de estrutura, associada à falta de políticas públicas voltadas para a assistência aos trabalhadores, foi um dos grandes problemas da industrialização no município, principalmente para os operários e seus familiares.

Segundo Joël Candau (2011),

> [...] a memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. (Candau, 2011, p. 19).

Diante disso, pergunto-me: quais elementos representariam a "classe operária"? E o que define a "classe operária"? Para responder a essas questões recorro a Halbwachs (1990), que nos ajuda a pensar na formação de uma memória coletiva a partir das experiências individuais. Sendo assim, cada um dos sujeitos da comunidade escolar pode ajudar a traçar uma identidade e um sentido de coletivo para a "classe operária de Contagem" a partir da rememoração desse passado industrial.

No prefácio de *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Palmer Thompson (1987), temos a seguinte definição de classe:

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (Thompson, 1987, p. 10).

O entendimento de classe dado por Thompson é como sendo um fenômeno que se constitui historicamente e que atrai pessoas que têm interesses discordantes, porém se unem quando há interesses comuns e que são discordantes de outros grupos. A classe operária, por exemplo, tem seus interesses comuns e em oposição aos interesses daqueles que detêm os

meios de produção. No entanto, a classe operária é formada por diferentes grupos com interesses distintos, ou seja, tem uma formação heterogênea.

De acordo com Ricardo Antunes (2013), em *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho,*

> [...] [a] classe trabalhadora, os "trabalhadores do mundo na virada do século", é mais explorada, mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificados, também no que se refere a sua atividade produtiva: é um operário ou uma operária trabalhando em média com quatro, com cinco, ou mais máquinas. (Antunes, 2013, p. 202).

Dessa maneira, abordar a classe operária como tema de pesquisa é entender que se trata de uma classe que não é homogênea e que tem as suas complexidades não só na sua constituição enquanto classe, mas também na sua relação com o mundo do trabalho.

Ao longo dos últimos anos, a situação dos operários se alterou bastante e segundo Ricardo Antunes (2013):

> O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países do Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho. (*ibid.*, p. 205)

Com efeito, as mudanças que foram ocorrendo no meio industrial afetaram diretamente a forma como se configurou a classe operária. Houve uma precarização e uma subploretarização dos trabalhadores causadas principalmente por um processo que ficou conhecido como desindustrialização. Assim, os trabalhadores:

> São desprovidos de direito, o seu trabalho é desprovido de sentido, em conformidade com o caráter destrutivo do capital, pelo qual relações metabólicas sob controle do capital não só degradam a natureza, levando o mundo à beira da catástrofe ambiental, como também precarizam a força humana que trabalha, desempregando ou subempregando-a, além de intensificar os níveis de exploração. (*ibid.*, p. 202).

Conforme João Pedro Oliveira Santos (2017),

> [O termo "desindustrialização" surge historicamente] no segundo pós-guerra, sendo que só a partir dos anos setenta e oitenta é que o termo se consolidou como

> representativo da mudança económica que começava a surgir com o encerramento de fábricas, deslocações de empresas que deixaram cidades, regiões e países sem base industrial. (Santos, 2017, p. 8).

Ainda segundo Santos (2017), o conceito de desindustrialização foi se alterando ao longo do tempo e incluindo novas questões.

> Desta forma, face à evolução de abordagens ao fenómeno da desindustrialização o próprio conceito evoluiu, abandonando apenas a sua face económica e política imediata e tornou-se um conceito mais abrangente englobando processos sociais e culturais mais complexos. É com este conceito mais complexo de desindustrialização que pretendemos trabalhar nesta investigação, pensando-o a partir de um processo de transformação no seio da classe operária e inquirindo as memórias destes operários. (*ibid*., p. 10).

Assim, o processo de desindustrialização afeta diretamente as relações de trabalho, que passam a se constituir de uma forma mais precária e os trabalhadores passam a ter salários mais baixos por causa das mudanças ocorridas na configuração da classe operária. Vale lembrar que, conforme Antunes (2013), a nova conformação da classe operária não tem, em sua fisionomia, apenas operários da indústria, pois, no início do século XX, já se verificava certa heterogenia. Ou seja,

> A classe trabalhadora no mundo contemporâneo é mais complexa e heterogênea do que aquela existente durante o período de expansão do fordismo. O resgate do sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas, impostas pelo capital, é um dos seus desafios mais prementes. Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores "estáveis" e trabalhadores precarizados, entre trabalhadores nacionais e trabalhadores imigrantes, entre trabalhadores qualificados e trabalhadores sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre trabalhadores incluídos e desempregados, enfim, entre tantas fraturas que o capital impõe sobre a classe trabalhadora, torna-se fundamental, tanto para o movimento operário latino-americano como para a reflexão da esquerda. (Antunes, 2013, p. 223).

O processo industrial iniciado na Inglaterra no século XVIII, ao qual se convencionou chamar de Revolução Industrial, promoveu uma série de transformações de ordem econômica, política, social e técnica (Azevedo, 2010, p. 12) em todo o mundo. Levando em consideração esse mesmo processo, percebe-se que tais mudanças ocorreram tardiamente no Brasil. As primeiras indústrias instaladas no país surgiram no século XIX e destinavam-se à produção têxtil. Ainda segundo Esterzilda Berenstein de Azevedo (2010), o desenvolvimento de indústrias foi lento devido a vários fatores, entre eles: a forte concorrência dos produtos

ingleses, a presença da escravidão, a falta de trabalhadores livres e assalariados para constituir a base do mercado consumidor e o fato de as elites se enriquecerem com a cultura do café – as quais, por essa razão, não se dispunham a investir na indústria. Portanto,

> As transformações de ordem espacial decorrentes da implantação industrial foram enormes. Delas podemos citar como exemplos as próprias mudanças ocorridas na Inglaterra do século XIX, em que a indústria, associada à modernização do campo, gerou a expulsão de milhares de camponeses em direção às cidades, o que gerou a constituição de cidades industriais, que nesse mesmo século ficaram conhecidas como "cidades negras", em decorrência da poluição atmosférica gerada pelas indústrias. Além disso, ocorreu uma grande mudança nas relações sociais. As classes sociais do capitalismo ficaram mais claramente definidas: de um lado, os donos dos meios de produção (burguesia), que objetivavam, em primeiro lugar, lucros cada vez maiores, por meio da exploração da mão de obra dos trabalhadores, que ganhavam salários miseráveis, e trabalhavam em condições precárias. De outro lado, os trabalhadores, por sua vez, constituíam o chamado "proletariado" (classe que vende sua força de trabalho em troca de um salário), que só veio a conseguir melhorias a partir do século XX, e isso como fruto de muitas lutas, com a deflagração de greves, que forçaram os patrões e o Estado a conceder benefícios a essa camada da sociedade (*ibid*., p. 13).

Convém destacar que, no século XIX, havia no Brasil um grande contingente de pessoas escravizadas. A esse respeito, Celso Furtado (2005) faz os seguintes apontamentos:

> Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho. O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era de algo mais de 1 milhão, e que nos primeiros cinquenta anos do século XIX se importou muito provavelmente mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade. É interessante observar a evolução diversa que teve o estoque de escravos nos dois principais países escravistas do continente: os E.U.A. e o Brasil. Ambos os países começaram o século XIX com um estoque de aproximadamente um milhão de escravos (Furtado, 2005, p. 123).

Antes de abordar a situação de trabalho dos operários no Brasil, deparamo-nos com a realidade exposta por Furtado (2005)[41], em que há um grande contingente de pessoas trabalhando na condição de escravidão. Durante quase todo o século XIX, o Brasil ainda tinha uma grande parcela da população vivendo privada de liberdade e, portanto, sem direitos sociais. Este é um período em que há a presença tanto de trabalhadores livres quanto de

[41] Em seu livro *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado traz uma análise econômica do país. Embora tenha sido escrita na década de 1950, a obra tornou-se um clássico tanto pela contribuição para o entendimento da história econômica do país quanto pelos debates e pelas discussões que surgiram após a sua publicação, instigando a produção de novas pesquisas. Sendo assim, apesar de suas imprecisões e controvérsias, tal livro traz grandes contribuições para a compreensão de como se deu o processo de industrialização do país. Portanto, com as devidas ressalvas, a inclusão da obra de Celso Furtado torna-se uma importante referência bibliográfica que, devidamente complementada por outros autores, colaborará para a construção da argumentação sobre o tema abordado neste capítulo.

trabalhadores escravizados, pois a lei de abolição da escravidão no Brasil foi assinada apenas no ano de 1888, e, durante quase todo o século XIX, havia a utilização da mão de obra escrava em várias atividades econômicas. Isso impunha um problema de ordem econômica e também trazia complicações para a formação de uma força de trabalho adequada para a indústria[42].

De acordo com Priscila de Oliveira Coutinho (2009), a mudança do trabalho escravo para o trabalho assalariado foi parte de um processo de mudança global de toda a vida social e do surgimento de um novo modo de ser. Essa mudança ocorre em um momento de adaptação ao novo contexto definido por uma "expansão do mercado capitalista, do Estado centralizado e de todos os seus arranjos institucionais dedicados à manutenção do padrão de vida urbano moderno" (Coutinho, 2009, p. 348). Assim, a situação dos ex-escravizados e dos sertanejos, bem como de suas famílias, não foi fácil, pois, além de esses grupos não atenderem a nova demanda de mão de obra necessária para a indústria, não foram criadas oportunidades de inserção de tais indivíduos dentro dessa mudança pela qual o país estava passando. Quanto a isso, Coutinho (2009) argumenta que:

> O problema é que grande parte da população — as famílias de ex-escravos e sertanejos que deram origem à ralé estrutural — não atendia a esses padrões e não foi considerada seriamente na elaboração dos projetos que seriam levados a cabo por esses arranjos institucionais. Não foi avaliada a urgência e a importância de metas políticas no sentido de proporcionar aos grupos marginalizados condições para o desenvolvimento das aptidões exigidas para o produtor socialmente útil. (*ibid*., p. 348).

A preferência pela mão de obra imigrante foi outro fator que deixou os grupos marginalizados de fora da qualificação necessária para o trabalho na indústria. A preferência por trabalhadores imigrantes colaborou para a inserção – de forma precária – de trabalhadores brasileiros marginalizados, conforme discorre Virgínia Fontes (2010) a partir de estudos de Immanuel Wallerstein (1987):

> [...] a diáspora europeia de trabalhadores imigrantes através do mundo reforçou preconceitos de toda a ordem nos países periféricos, em que empregadores capitalistas davam preferência aos trabalhadores brancos, de origem europeia, contrapostos aos trabalhadores nacionais locais, frequentemente desqualificados e, muitas vezes, integrados ao mercado oficial de trabalho de forma precária ou sazonal. (Wallerstein, 1987 *apud* Fontes, 2010, p. 82).

[42] Segundo Furtado (2005), havia no país uma quantidade considerável de pessoas envolvidas em uma economia de subsistência: "[...] a economia de subsistência de maneira geral estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão de obra dentro da mesma seria tarefa bastante difícil e exigiria grande mobilização de recursos". (Furtado, 2005, p. 127).

Os trabalhadores que vinham de fora do país, principalmente da Europa, tinham mais prestígio em comparação com os trabalhadores brasileiros.

A dificuldade em encontrar mão de obra adequada às necessidades da indústria esbarrava, ainda, nas complicações relativas ao fato de que parte da população era escravizada e outra parte vivia no meio rural, não possuindo instrução para executar as atividades que a indústria exigia. Segundo Furtado (2005):

> Também, nas zonas urbanas se havia acumulado uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente. As dificuldades principais neste caso eram de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência contribuíram para formar a opinião de que a mão de obra livre do país não servia para a "grande lavoura". Em consequência, mesmo na época em que mais incerta parecia a solução do problema de mão de obra, não evoluiu no país a ideia de um amplo recrutamento interno financiado pelo governo. Pensou-se em importar mão de obra asiática, em regime de semi-servidão, seguindo o exemplo das índias Ocidentais inglesas e holandesas. (Furtado, 2005, p. 128).

Portanto, a oferta de trabalhadores no país se tornou um problema e foi o entrave para a indústria em formação no século XIX. A tentativa de resolver esse revés da mão de obra se deu com o incentivo da vinda de imigrantes europeus. O operariado do país não estava apto e não houve incentivo para qualificá-lo, além disso, a sua dispersão também dificultou a sua absorção. Para solucionar o problema, houve predileção pelo imigrante, que teria sido a alternativa do governo para solucionar essa adversidade. Porém, as tentativas do governo imperial de trazer imigrantes para o Brasil também não obtiveram o êxito esperado, e as colônias de imigrantes criadas no país não conseguiram resolver em definitivo o problema da mão de obra, como observa Furtado (2005):

> As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja "raça" era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. Era essa uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E, quase sempre, quando, após os vultosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela tendia a definhar, involuindo em simples economia de subsistência (*ibid.*, p. 130).

Percebe-se então que o panorama do século XIX é de dispersão da população e de áreas industriais carentes de operários em várias regiões do país[43]. As dificuldades não eram somente em obter mão de obra qualificada para a indústria, mas também relacionados à carência de direitos e garantias para a classe trabalhadora.

Após a abolição, a situação dos ex-escravizados não mudou substancialmente, e muitos continuaram a trabalhar em condições insalubres e com baixa remuneração ou mesmo sem ter salário. Segundo Henrique Espada Lima (2005), o "mercado" para os ex-escravizados significava, antes de tudo, as ocupações não especializadas que envolviam o aluguel de suas forças como carregadores ou outra ocupação braçal. A precariedade e a falta de recursos para enfrentar as adversidades era uma constante na vida dos libertos da escravidão.

Já na região cafeeira, segundo Furtado (2005), "[...] valeu aos antigos escravos liberados salários relativamente elevados [...]" (p. 147), bem como uma redistribuição da renda em favor da mão de obra. Para os imigrantes[44], a situação foi ainda mais favorável do que para os libertos da escravidão. Conforme Lima (2005), a "substituição" de uma forma de trabalho pela outra implicaria, no limite, a própria substituição física dos antigos escravizados pelos imigrantes europeus supostamente educados para se comportarem como indivíduos "modernos" compatíveis com as regras do mercado. Sendo assim, a vinda de imigrantes não apenas representava uma empreitada por uma mão de obra considerada qualificada; era também uma tentativa de incluir o país em um "padrão civilizatório baseado na expansão da ordem competitiva e na 'generalização', minimamente necessária, do trabalho assalariado" (Coutinho, 2009, p. 348).

O que se percebe, no decorrer do século XIX, no que diz respeito aos trabalhadores que foram libertos da escravidão, é que tiveram dificuldades para se inserir em uma nova atividade devido à sua condição social e à ausência de uma política pública que oferecesse a oportunidade de reinserir essas pessoas em atividades laborativas com remuneração. Soma-se a isso a entrada de imigrantes no país, que fez com que se preferisse esse tipo de trabalhador, pois, além dos argumentos mencionados, o governo brasileiro subsidiava a entrada desses

[43] Prevalecia no país uma atitude extremamente hostil a toda transferência interna de mão de obra, o que não é difícil de explicar, tendo em vista o poder político dos grupos cujos interesses resultariam prejudicados. Assim, quando, no governo Campos Sales (1898-1902), aprovou-se um plano, com financiamento governamental, de translado de população do Ceará para o sul, organizou-se uma campanha em grande escala para obstruir a sua execução. (Furtado, 2005, p. 128).

[44] Segundo Furtado, para os fazendeiros, "as vantagens que apresentava o trabalhador europeu com respeito ao ex-escravo são demasiado óbvias para insistir sobre elas. Os imigrantes tinham que arcar com os gastos com a viagem, eram obrigados a permanecer na fazenda até o término do pagamento das despesas." (Furtado, 2005, p. 145).

indivíduos no país. Sendo assim, a mão de obra imigrante era sempre a primeira opção e, além disso, era a que tinha os melhores salários.

É somente no final do século XIX que o trabalho escravo passa a ser expressivamente substituído pelo trabalho assalariado. Segundo Boris Fausto (2006), havia problemas no suprimento de trabalhadores especializados, ou seja, com habilidades para o manuseio da maquinaria industrial, mas não faltavam operários de baixa qualificação que eram recrutados entre os pobres, imigrantes e migrantes internos. O destino principal dessa força de trabalho era o Rio de Janeiro.

Já no século XX, o crescimento e a diversificação das cidades possibilitaram que houvesse o inicio da organização de movimentos da classe trabalhadora[45].

> As cidades concentraram fábricas e serviços, reunindo centenas de trabalhadores que participavam de uma condição comum. Sobre este último aspecto, não havia muita diferença com as grandes fazendas de café. Mas nos centros urbanos a liberdade de circulação era muito maior, assim como era maior a circulação das ideias, por maiores que fossem as diferenças de instrução e a ausência de veículos amplos de divulgação, como viriam a ser o rádio e a televisão (Fausto, 2006, p. 297).

A situação do trabalhador, no início do século XX, praticamente não se alterou, mas a concentração dos trabalhadores no meio urbano possibilitou uma melhor organização e circulação das informações. Embora as pessoas tivessem mais acesso às informações no meio urbano, as condições de trabalho e de remuneração continuavam precárias[46]. Segundo Tânia Regina de Luca (2003), a classe operária nascente no Brasil estava longe de aceitar pacificamente o padrão de exploração que lhe era imposto. Desde o início de sua formação, a classe de trabalhadores assalariados no país vinha reivindicando melhores condições de trabalho, de vida e de salário. Ainda segundo Tânia Regina de Luca (2003):

> Desde a última década do século XIX, é possível distinguir diferentes porta-vozes dos interesses operários. De forma bastante esquemática e correndo o risco de incorrer em simplificações, pode-se afirmar que o espectro ia desde os chamados amarelos ou reformistas, defensores dos interesses dos patrões e da ordem estabelecida, passando pelos socialistas – que, por meio da arregimentação dos trabalhadores em torno dos partidos que fundavam e de seus candidatos, almejavam participar da vida política e propor a elaboração de leis que alterassem o duro cotidiano dos assalariados –, até os anarquistas, que negavam a ordem liberal, o Estado, a representação, o jogo político partidário, propondo o enfrentamento com o capital, a chamada ação direta, levada a cabo pelos sindicatos de resistência, e a fundação, por meio da greve geral revolucionária, de uma outra sociedade, sem explorados e exploradores ancorada na solidariedade, igualdade e reforma profunda

[45] Ver Löwy (2018).

[46] Sobre os desdobramentos das condições do trabalho sobre a vida e a saúde dos trabalhadores neste referido contexto, ver Anna Beatriz de Sá Almeida (2006), em *As parcelas (in)visíveis da saúde do anônimo trabalhador: falas operárias sobre trabalho, saúde e doença (1890-1920).*

> do ser humano, o que explica a centralidade de sua proposta cultural. (Luca, 2003, p. 472).

Os movimentos de operários[47], em sua maioria, não tinham êxito, exceto quando realizados de maneira a envolver operários de vários setores. Porém, é preciso destacar que os operários não assistiam aos acontecimentos pacificamente e sempre buscavam, de alguma forma, protestar contra a exploração à qual estavam submetidos. Como já discutido, o entendimento dado por Thompson (1987) de classe como sendo um fenômeno que se constitui historicamente e que atrai pessoas que têm interesses discordantes, mas unidas quando há interesses comuns, justifica o fato de que, mesmo que não houvesse uma organização e uma coesão do movimento operário, quando se tratava de reivindicar direitos, havia certa mobilização.

Segundo Boris Fausto (2006):

> O movimento da classe trabalhadora urbana no curso da Primeira República foi limitado e só excepcionalmente alcançou êxitos. As principais razões desse fato se encontram no reduzido significado da indústria, sob o aspecto econômico, e da classe operária, sob o aspecto político. As greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores-chave do sistema agroexportador como as ferrovias e os portos. Por sua vez, o jogo político oligárquico podia ser feito sem necessidade de se agradar à massa operária nascente. Os operários se dividiam por rivalidades étnicas e estavam pouco propensos a organizar-se, pois a simples sindicalização já os colocava na "lista negra" dos industriais. Além disso, muito deles eram imigrantes que não tinham abandonado ainda as esperanças de "fazer a América" e voltar para a Europa (Fausto, 2006, p. 297).

Ainda no início do século XX, começou a surgir, entre os operários, um movimento em busca de melhorias salariais e de trabalho, porém não tinha tanta força e frequentemente não conseguia ter êxito. Os movimentos que deslancharam geralmente reuniam operários de vários setores, ainda que contassem com a dificuldade de aglutinar todos os trabalhadores em um mesmo objetivo. Logo, o começo do século XX também é marcado por tentativas de organizar os operários em sindicatos, mas sem muito sucesso. Havia medo dos operários em participar de movimentos sindicais devido a represálias por parte das indústrias. Porém, segundo Tânia Regina de Luca (2003), não se pode desconsiderar o impacto dos assalariados como atores políticos, com projetos antagônicos e/ou questionadores da ordem vigente (Luca, 2003, p. 472). Embora heterogênea, a classe trabalhadora no Brasil exercia resistência aos abusos impostos pelos patrões, e muitas vezes essa mobilização era feita por meio de greves.

[47] Os anarquistas tiveram influência nos movimentos de operários. Atuavam junto aos sindicatos com o objetivo de representar a classe trabalhadora e promover a derrubada da burguesia do poder mediante de uma greve geral revolucionária. Durante o início do século XX, foram criados vários periódicos voltados para a propaganda de ideias anarquistas junto aos movimentos operários. Ver Claudia F. Baeta Leal (1999), *em Anarquismo em verso e prosa: Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916).*

Essa atuação dos operários suscitava, no poder público, a extrapolação de simples espectador a defensor do patronato, e ele, com o apoio da polícia, realizava a proteção das fábricas e a perseguição e a prisão de lideranças operárias, apreensão de jornais e destruição de gráficas ligadas ao movimento operário (*ibid.*).

Segundo Boris Fausto (2006), os primeiros partidos de operários[48] no Brasil teriam "surgido ainda no final do século XIX" (Fausto, 2006, p. 297). A atuação desses partidos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, ocorreu de forma diferenciada. No Rio de Janeiro, o partido operário buscava mudanças imediatas, por exemplo, "aumento de salário, diminuição da jornada de trabalho, salubridade, ou mudanças de médio alcance como o reconhecimento dos sindicatos pelos patrões e pelo Estado" (*ibid.*). Já em São Paulo, a atuação do partido dos operários tinha um objetivo de "transformação mais radical da sociedade e a implantação do socialismo" (*ibid.*, p. 298). Dessa forma, o movimento operário, no início do século XX, tinha organização pulverizada e pouca força de mobilização dos trabalhadores[49].

Embora o movimento operário tivesse seus problemas quanto à organização e à mobilização, Kátia Rodrigues Paranhos (2005) descreve, em seu artigo *Formação operária: arte de ligar política e cultura*, a existência de uma preocupação educacional:

> [...] [o] movimento operário-sindical [...] se inicia com propostas educativas libertárias, particularmente dos grupos anarco-sindicalistas, no período de 1902 a 1920. O projeto educativo dos libertários tinha três dimensões que se ligavam: a educação político-sindical, a educação escolar e as práticas culturais de massa. A educação político-sindical, ou seja, a educação para a transformação revolucionária efetivava-se, por um lado, com o engajamento em movimentos e lutas de reivindicação, protesto e resistência e, de outro, com a divulgação dos ideais libertários em conferências, debates e estudos promovidos em sindicatos e centros de estudos. (Paranhos, 2005, p. 278-279).

Então, o que se observa é que as primeiras tentativas de organização do movimento operário, no início do século XX, não obtiveram muitos resultados, e nem sempre as demandas dos operários eram atendidas. Além disso, não havia amparo legal para que as reivindicações dos operários fossem atendidas. A ausência de leis e a falta de intermediação do Estado nas relações entre patrões e operários demonstra que não havia a garantia da manutenção dos acordos feitos.

---

[48] Ver Castellucci (2022).

[49] Segundo Boris Fausto (2006), desde o início da Primeira República, surgiram expressões da organização e da mobilização dos trabalhadores: partidos intitulados de operários, aliás, com poucos operários, que logo desapareceram; sindicatos; greves. Os anarquistas tentaram mesmo organizar a classe operária em nível nacional com a criação da Confederação Operária Brasileira em 1906 (Fausto, 2006, p. 299). Para mais elementos acerca do tema, ver Claudia F. Baeta Leal (2006), em *Dinamite Anarquismo e Repressão em São Paulo nos anos 1890* sobre a atuação e a repressão aos militantes anarquistas em São Paulo.

Entre 1917 e 1922, cresceu o número de greves, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, e várias foram as reivindicações dos grevistas, tais como: melhores condições de trabalho, aumento de salário, proibição do trabalho de menores de quatorze anos, abolição do trabalho noturno para mulheres e menores de dezoito anos, entre outras exigências. As greves desse período conseguiram mobilizar o governo federal e, na década de 20, foram criadas duas leis: a que concedia 15 dias de férias[50] para trabalhadores do comércio e da indústria e outra que limitava o trabalho de menores.

A partir da década de 30, foram criadas leis de regulamentação do trabalho e de reconhecimento dos sindicatos, além de Juntas de Conciliação de Julgamento para resolver conflitos entre patrões e operários. Mas mesmo com as medidas tomadas pelo governo de Getúlio Vargas, muitos dos problemas permaneceram e os operários continuaram enfrentando a resistência dos patrões.

> Embora as associações de industriais e comerciantes acabassem por aceitar a legislação trabalhista, elas a princípio combateram as medidas governamentais, especialmente aquelas que concediam direitos aos trabalhadores. Um dos principais focos de resistência se concentrou na extensão das férias aos trabalhadores industriais.
>
> As organizações operárias, sob controle das correntes de esquerda, tentaram se opor ao seu enquadramento pelo Estado, mas a tentativa fracassou. Além do governo, a própria base dessas organizações pressionou pela legalização. Vários benefícios, como as férias, a possibilidade de postular direitos perante as Juntas de Conciliação e Julgamento, dependiam da condição de ser membro de sindicato reconhecido pelo governo. Em fins de 1933, o velho sindicalismo autônomo desaparecera, e os sindicatos, bem ou mal, tinham-se enquadrado na legislação (Fausto, 2006, p. 336).

A criação dos sindicatos[51] e o estabelecimento de uma legislação trabalhista[52] não garantiram aos operários a manutenção dos seus direitos. Além disso, houve resistência operária ao controle dos sindicatos e dificuldade de adequação à nova legislação. Em 1953 ocorreu uma nova greve iniciada no setor têxtil que se alastrou para outros setores. Em São Paulo, a greve chegou a ter a participação de aproximadamente 300 mil trabalhadores de vários setores de trabalho. A principal reivindicação desse grupo era o aumento salarial. O desfecho da greve foi a conquista do reajuste negociado com cada setor de trabalho.

[50] Entretanto, a lei de férias dependia de regulamentação e até 1930 não foi aplicada na área da indústria por pressão dos industriais.
[51] O Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências.
[52] O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Dessa forma, o movimento operário se organizou nos sindicatos, e essas instituições representavam os operários frente aos patrões. Os sindicatos, a partir da criação da lei trabalhista, tornaram as instituições que amparavam os trabalhadores nas reivindicações de melhoria das condições de trabalho e de salário.

Cumpre ressaltar que os problemas enfrentados pelos operários[53] não se relacionavam apenas ligados às condições de trabalho e aos baixos salários; também tiveram que lidar com as péssimas condições de habitação. Nesse sentido, tratou-se de um problema um problema enfrentado tanto por trabalhadores assalariados quanto pelos ex-escravizados. Estes últimos, após a abolição da escravidão, não tiveram nenhum tipo de assistência por parte do Estado, e, como já dito anteriormente, isso trouxe uma série de dificuldades para a sua adaptação às mudanças que estavam acontecendo após a virada dos séculos XIX e XX. Quanto a isso, Francisco de Oliveira (2006) argumenta o seguinte:

> [...] a industrialização brasileira foi sustentada por duas fortes vertentes. A primeira foi a vertente estatal, pela qual o Estado transferia renda de certos setores e subsidiava a implantação industrial. E a segunda eram os recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstruía sua habitação e com isso rebaixava o custo de reprodução" (Oliveira, 2006, p. 68).

Dessa maneira, a habitação tornou-se um problema para a classe trabalhadora que acabava por arcar com os custos da habitação mesmo recebendo baixos salários.

Com isso, a situação dos trabalhadores dentro e fora das fábricas permaneceu sem grandes alterações, ainda que com o reconhecimento, por parte do Estado, da legitimidade dos sindicatos. Por sua vez, os sindicatos nem sempre conseguiram atender as demandas dos trabalhadores mediante diálogo com os empresários, e por vezes a greve foi o principal mecanismo utilizado pelos trabalhadores para mostrar insatisfação com as condições de trabalho e/ou salário. Portanto, esse operariado se tornou, ao longo do século XX, uma massa de pessoas de baixa renda; indivíduos que descendiam direta ou indiretamente tanto dos trabalhadores escravizados quanto dos assalariados.

Para além do movimento operário organizado, há que se pensar também no trabalhador fora do ambiente de trabalho e dos ambientes de reivindicação, buscando compreender sua vida cotidiana, suas angustias e suas percepções sobre a própria realidade. No livro *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, Edward Palmer Thompson (1998) apresenta um estudo sobre os hábitos e os costumes na Inglaterra de

[53] Sobre a formação da classe operária no Brasil, ver Marglin (1980); Linhart (1986); Perrot (1988); Negro e Gomes (2006).

meados do século XVIII procurando entender a cultura popular e a sua manifestação no cotidiano da classe trabalhadora inglesa.

Dessa forma, Thompson (1998) traz uma grande contribuição com relação à investigação dessa dimensão da vida do trabalhador que se expressa nas relações entre os indivíduos e, ao mesmo tempo, aborda as transformações pelas quais a Inglaterra estava passando naquele momento com os cercamentos[54] de terras. Essas mudanças promoveram uma transição na cultura e nos costumes da população que tem a sua vida modificada pela industrialização e pelas imposições que a burguesia industrial inglesa realizava. Essas transformações foram motivadoras de vários conflitos entre a *gentry* e a plebe, principalmente no que diz respeito ao direito de uso da terra por causa dos cercamentos. Ainda segundo Thompson (1998),

> [...] devemos lembrar mais uma vez a imensa distância entre as culturas de elite e plebeia, e o vigor da autêntica autonomia dessa última. O que quer que tenha sido essa hegemonia, ela não envolvia a vida dos pobres, nem os impedia de defender seus próprios modos de trabalho e lazer, de formar seus próprios rituais, suas próprias satisfações e visão de mundo. Isso nos alerta contra levar a noção de hegemonia longe demais e a áreas inadequadas. Essa hegemonia pode ter definido os limites exteriores do que era política e socialmente aplicável, tendo por isso, influenciado as formas do que era praticado: fornecia a arquitetura nua de uma estrutura de relações de dominação e subordinação, mas dentro desse traçado arquitetônico era possível criar muitas cenas e representar diferentes dramas. (Thompson, 1998, p. 78).

Destarte, a tentativa da *gentry* de exercer domínio sobre a plebe foi eficaz no campo político, porém essa situação não afetou diretamente os modos de vida das pessoas.

Nota-se, portanto, que o século XVIII, na Inglaterra, é marcado por mudanças bruscas nas relações sociais que, em certa medida, foram manifestadas pela imposição burguesa em instituir seu poder e incutir novos hábitos. Do outro lado, os plebeus lutavam por espaço e pela manutenção dos seus costumes, hábitos e valores. Dessa forma, Thompson (1998) nos convida a refletir sobre a importância de se debruçar sobre os modos de vida e de trabalho da classe operária buscando entender a sua dinâmica e as condições materiais de sua existência.

Além disso, o autor trata das mudanças na forma de lidar com o tempo, que deixa de ser medido pela natureza e passa a ser a ser considerado com base no relógio, ou seja, trata-se

[54] "No século XVIII, as florestas, as áreas de caça, os grandes parques e algumas áreas de pesca eram arenas notáveis de reivindicações (e apropriações) conflitantes de direitos comuns. Depois de uma revitalização nas primeiras décadas do século, os tribunais florestais voltaram a cair em desuso, de modo que diminuiu a vigilância direta da 'Coroa'. Mas continuava a existir a hierarquia dos donatários, administradores, guardas, funcionários florestais, guardas subalternos, tão gananciosos como sempre, e a maioria deles comprometida com os abusos que a sua posição ou as oportunidades do cargo favoreciam. Os poderosos invadiam os caminhos, cercavam novos terrenos de caça, derrubavam acres de arvores ou conseguiam pequenos presentes, como o conde de Westmorland, a quem foram concedidos quatrocentos acres da floresta de Whittlewood pelo preço de um farthing por acre em 1718." (Thompson, 1991, p. 90).

do tempo mecânico. Assim, o relógio se converte à maneira pela qual se organiza o trabalho. Nessa perspectiva, segundo Thompson (1998), "o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta". (Thompson, 1998, p. 272). A disciplina de trabalho é outro ponto abordado pelo autor o qual afirma que, antes da industrialização, havia certa dificuldade de disciplinar o trabalhador, que obedecia a ritmos irregulares, mas, com a introdução de máquinas, isso mudou (*ibid.*, p. 280).

Assim, essas transformações são parte da transição de um modo de produção doméstica para o capitalismo industrial pelo qual a Inglaterra estava passando e que modificou os costumes e a cultura da população inglesa. Nas palavras de Thompson (1998), "não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura." (Thompson, 1998, p. 304).

Portanto, estudar a cultura e os costumes da classe trabalhadora é fundamental para conhecer o outro lado do mundo do trabalho, de modo a entender as relações e as redes que se estabelecem entre os trabalhadores, bem como os modos de vida, lazer, moradia, entre outros aspectos da existência desses operários.

A obra do historiador Sidney Chalhoub, intitulada *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, de 1986, colabora para refletir sobre o operário fora do ambiente de trabalho e de seu ofício. O autor apresenta um relevante estudo sobre o cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores do Rio de Janeiro no início do século XX. Chalhoub (1986) aborda nesse livro assuntos relacionados à rotina dos trabalhadores fora do local de trabalho, por exemplo, as desavenças e os conflitos entre os operários, os lugares que frequentavam, as dificuldades de sobrevivência, os espaços de lazer, bem como a dificuldade de aquisição de moradia.

Nesse sentido, as análises que Sidney Chalhoub (1986) realiza, em seu livro, servem de base para se estudar o cotidiano dos trabalhadores fora das fábricas. A partir do estudo de casos de processos criminais de homicídios ocorridos no Rio de Janeiro, o autor traz à tona a dinâmica e o modo de vida de homens e mulheres que, ao deixar o seu trabalho, vão transitar por outros espaços da cidade, bem como na intimidade do lar, dando pistas da presença desses operários fora do local de trabalho.

Segundo Chalhoub (1986), a preferência pela mão de obra estrangeira e as questões étnicas foram alguns dos motivos pelos quais muitos dos embates entre estrangeiros e brasileiros terminaram em violência física ou mesmo em homicídios. Mas, para além dos crimes, Chalhoub (1986) traz uma reflexão sobre a condição de existência de trabalhadores

brasileiros e imigrantes, que compartilhavam as mesmas dificuldades de trabalho e de existência material e que, em muitos momentos, viam-se como rivais. Assim,

> Este primeiro movimento no sentido de transformar o agente social expropriado em trabalhador assalariado tem como alvo, então, a "mente" ou o "espírito" dos homens livres em questão. Desejava-se, na verdade, que os homens livres internalizassem a noção de que o trabalho era um bem, o valor supremo regulador do pacto social. Nota-se, ainda, que este movimento de controle de espíritos e mentes lançava suas garras para muito além da disciplinarização do tempo e do espaço estritamente do trabalho – isto é, da produção –, pois a definição do homem de bem, do homem trabalhador, passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social compatíveis com a sua situação de indivíduo integrado à sociedade, à nação. (Chalhoub, 1986, p. 3).

O controle do trabalhador não se limitava ao espaço do trabalho; havia um controle e um enquadramento deste dentro dos padrões de conduta familiar e social, e cabia à polícia exercer o papel de vigilância desse operário fora das indústrias, ou seja, "a vigilância 'espiritual' do agente social expropriado que deveria se tornar trabalhador se completava, no cotidiano, pelo exercício da vigilância policial." (*ibid.*, p. 30). Assim, através da análise desse controle exercido pela polícia e pelo poder judiciário, é possível "reconstituir aspectos da vida cotidiana desses agentes sociais." (*ibid.*, p. 31).

Desse modo, Sidney Chalhoub suscita uma compreensão da vida desses operários nos seus vínculos familiares, amorosos e de amizade. O autor faz a seguinte observação quanto à relação entre amigos, parentes e compadres:

> Sendo assim, as observações que se seguem, a respeito das relações entre parentes, compadres e amigos, entre os membros da classe trabalhadora, visam a mostrar: 1) que devido às condições adversas de luta para a reprodução de sua vida material, os laços de solidariedade e ajuda mútua entre os homens e mulheres em questão eram um aspecto fundamental de sua estratégia de sobrevivência; 2) que os eventuais conflitos entre parentes, compadres e amigos possuíam uma significativa densidade política, sendo expressão das tensões provenientes de lutas por poder e influência no interior dos microgrupos socioculturais, tensões e lutas estas inerentes à dinâmica de funcionamento de qualquer grupo humano. (*ibid.*, p. 124).

Portanto, as relações que se constituíam entre os operários e destes com amigos e parentes nos possibilita conhecer quem eram e quais eram os espaços frequentados por esses trabalhadores e os vínculos que se estabeleciam. Esses lugares também são importantes para se conhecer a memória desses operários, pois os laços que se constituíram entre eles e seus familiares e amigos nos permitem interpretar uma outra dimensão da memória operária que está para além dos muros das indústrias. Assim, os espaços de lazer, de moradia, de recreação e todos os outros são também formas de se conhecer a memória desses trabalhadores.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, de 1983, Maria Auxiliadora Guzzo Decca apresenta um

estudo sobre o cotidiano dos operários de São Paulo entre as décadas de 20 e 30 do século XX, e assim como Chalhoub (1986), faz um estudo semelhante refletindo sobre o modo de vida desses trabalhadores fora do local de trabalho. Com efeito, a autora divide o texto em três capítulos e neles discorre sobre as condições de habitação, saúde, salário, lazer, entre outros aspectos da vida dos trabalhadores de São Paulo.

Segundo Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1983), geralmente o operário pagava aluguel e vivia em casas com três ou quatro cômodos ou morava em habitações coletivas como vilas, cortiços ou porões (Decca, 1983, p. 18). Além das péssimas condições de habitação, a autora também expõe a precariedade da alimentação da classe trabalhadora:

> A extrema precariedade qualitativa da alimentação operária e a alta proporção dos orçamentos operários destinados à alimentação evidenciavam não só a precariedade do salário operário como também os preços relativamente elevados de certos alimentos (leite, carne, queijo). (*ibid*., p. 24)

Ainda de acordo com Decca (1983), a habitação e a alimentação consumiam boa parte do orçamento mensal dos operários, que, além desses gastos, ainda destinavam entre 15% a 16% do orçamento para gastos com vestuário; "o guarda-roupa usado pelas famílias operárias era, contudo, constituído por um mínimo de peças necessárias." (*ibid*., p. 25). Assim, os gastos com as despesas para suprir as necessidades do dia a dia acabavam consumindo boa parte da renda do trabalhador, sobrando pouco ou quase nenhum dinheiro para o lazer ou mesmo para outras áreas como a saúde ou a educação.

Os bairros destinados à habitação de operários geralmente tinham condições precárias, e muitas vezes faltavam serviços públicos básicos como: saneamento, saúde, educação, água potável. Sendo assim, Decca (1983) argumenta que eram os operários os mais suscetíveis a contrair doenças, pois, "com salários insuficientes para habitação saudável e boa alimentação, o operariado estava obviamente mais sujeito às doenças de 'fundo eminentemente social' como a tuberculosa por exemplo." (*ibid*., p. 28).

Quanto ao lazer, segundo Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1983),

> Nos bairros operários, as diversões da população também eram cinema, futebol, bailes e teatros amadores. Eram numerosas as sociedades recreativas no Brás, no Belenzinho, etc... Dançava-se nos clubes de futebol também: tango, rancheira, fox-trot, one-stop, rag-time... Valsas do estilo "Pic-Nic Trágico", "Rapaziada do Brás" eram enormemente apreciadas.
> Os operários frequentavam as sociedades recreativas dançantes, engrossavam com sua presença os clubes de futebol, gostavam de bares e de casas de jogo e apostas. Muitos dos bairros pobres e operários tinham seus times de futebol ou associações

> esportivas, os "clubes de várzea", sendo muitos deles vinculados às fábricas e empresas. (*ibid*., p. 32).

Essas eram as principais atividades de lazer dos operários durante o período estudado por Decca (1983) em São Paulo. Havia, ainda, atividades de lazer promovidas por sindicatos e por grupos anarquistas e comunistas que também eram expressivas em São Paulo.

Dessa forma, abordar o operário como tema no campo da preservação patrimonial é estar atento às questões que envolvem a vida desses trabalhadores fora das indústrias. Afinal de contas, a dimensão da vida privada é também uma forma de entender quem eram os trabalhadores que movimentavam todo o processo de produção dentro das fábricas. Portanto, conhecer os aspectos da vida do trabalhador é estar em contato com vestígios que podem colaborar na elaboração de um inventário participativo que não apenas contemple os instrumentos e os locais de trabalho, mas que também dê visibilidade para outros aspectos da vida cotidiana de trabalhadoras e trabalhadores, possibilitando o entendimento de quem eram e o que faziam quando não estavam dentro das indústrias.

2.1 O processo de industrialização em Minas Gerais

As migrações para a região onde hoje é o estado de Minas Gerais teve início com a exploração das primeiras jazidas e o posterior processo de mineração de ouro. No final do século XVII, levas de migrantes se estabeleceram na região que deu origem à cidade de Ouro Preto[55], onde foram encontrados os primeiros veios do mineral. A partir de então, a região central do estado se tornou o principal centro de extração de ouro do país[56]. Essa situação econômica do estado de Minas Gerais se manteve até o século XIX, quando a exploração de ouro já não era tão expressiva quanto no século anterior[57].

Desde o século XVII, havia no estado a produção têxtil doméstica do algodão em algumas regiões, conforme observa Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (2006)[58]. Concomitante com a produção aurífera e a produção de algodão, existia também no estado a

[55] A atual cidade de Ouro Preto foi a segunda sede do governo do estado substituindo Mariana. Posteriormente, foi substituída por Belo Horizonte, que passou a ser a capital a partir de 1897.
[56] O Brasil foi colônia de Portugal até o ano de 1822, quando, a partir de então, tornou-se formalmente independente.
[57] Sobre o desenvolvimento de atividades econômicas em Minas Gerais no século XIX, ver Paiva (1996).
[58] Em sua tese de doutorado *E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a "Manchester Mineira" que se transformou num "baú de ossos",* Paula (2006) comenta que, durante o período dos setecentos até o século XIX, havia no estado a produção de algodão de forma doméstica e pulverizada. Essa situação permanece até o século XIX, quando começam a surgir as primeiras indústrias têxteis fabris em Minas Gerais. (Paula, 2006, p. 116).

produção siderúrgica e agropecuária que movimentava a economia, embora a mineração fosse a principal atividade. Assim, essas seriam as bases de produção econômica desenvolvidas no estado até o século XVIII. A partir do século XIX, ocorrem algumas mudanças na dinâmica econômica, e a produção têxtil, que até aquele momento era doméstica, passa a ser fabril e a se intensificar principalmente na segunda metade do século[59].

Em Minas Gerais, segundo Paula (2001), a economia "[...] não se constituiu como uma região homogênea, e sim, um mosaico de microrregiões que dificilmente se interligavam economicamente entre si, e que sofriam influências ou estavam voltadas para mercados de outras regiões como São Paulo (como são os casos das regiões Oeste, Triângulo e Sul), Rio de Janeiro (Mata) e Bahia (Norte e Leste)" (Paula, 2001, p. 38).

Dessa forma, durante o século XIX, o estado tinha uma diversidade de atividades econômicas, com destaque para a siderurgia, a mineração, a indústria têxtil e a agropecuária. Prevaleceu, em Minas Gerais, o surgimento de indústrias sem uma sistematização e uma correlação entre as regiões dentro do próprio estado. Embora a maior parcela de suas atividades econômicas fossem destinadas ao mercado interno, havia aquelas que eram direcionadas para o mercado externo, porém, devido à condição geográfica mineira, o escoamento dos produtos dependia dos portos de outros estados, tanto para exportação quanto para importação de mercadorias. Segundo Pereira e Cosentino (2014),

> Sobre estas atividades econômicas da região, a literatura econômica mineira relaciona que, não se tinha base para a produtividade mercantil, pois geralmente eram destinadas ao abastecimento interno. Já em relação a outras atividades que não eram direcionadas para o consumo interno, como por exemplo – a siderurgia – relacionava-se em torno de polos comerciais para fora. Pois o estado dependia dos portos de outras regiões para exportar e importar. Portanto, notamos que Minas Gerais também se caracterizava por outras atividades econômicas além do café. Entretanto, segundo a literatura, não se tinha a mesma dinâmica e pujança que a atividade cafeeira. (Pereira; Consentino, 2014, p. 15).

A proximidade com o Rio de Janeiro, a instalação de uma indústria cafeeira e a abertura de ferrovias e rodovias fez com que o município mineiro de Juiz de Fora recebesse várias indústrias entre o final do século XIX e o início do século XX e se tornasse um importante entreposto comercial dentro do estado. Segundo Paula (2001),

> Até a chegada das ferrovias na região, em 1875, a maioria do café produzido na Zona da Mata mineira reunia-se em Juiz de Fora para ser exportado, através da Rodovia União & Indústria, para o Porto do Rio de Janeiro. Isto permitiu que a cidade se tornasse um entreposto comercial de grande vulto, estimulando o

[59] O final da década de 1860 e início da década de 1870 foi um período favorável à indústria. A expansão monetária dos anos da Guerra do Paraguai, associada a um aumento das tarifas de importação, teria estimulado a produção industrial. (Paula, 2000, p. 137).

> desenvolvimento do comércio local, tendo como consequência maior concentração de capital. Com isso, Juiz de Fora se transformará em ponto terminal da mais importante via de comunicação da Província, local de passagem obrigatória entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, localizada no núcleo econômico mais dinâmico da Zona da Mata e um centro polarizador de uma vasta região de Minas e de parte de Goiás (Paula, 2001, p. 75).

Assim, a importância industrial de Juiz de Fora rendeu à cidade o apelido de "Manchester Mineira[60]". Até aproximadamente a década de 1930, Juiz de Fora foi o principal centro industrial de Minas Gerais. Já a partir da década de 1940, o governo do estado tomou uma série de medidas objetivando o estímulo da industrialização em âmbito mineiro, e Juiz de Fora deixou de ser o seu principal polo industrial[61].

O Rio de Janeiro, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, transformou-se no principal centro onde se concentravam indústrias. Isso favoreceu Juiz de Fora, pois a cidade se encontrava relativamente próximo à Capital Federal[62]. Após a década de 1920, aos poucos, ocorreu uma mudança no eixo industrial, e as principais indústrias se instalaram no estado de São Paulo. Essa mudança fez com que Juiz de Fora ficasse distante do novo centro industrial do país. Consequentemente, isso obrigou o governo mineiro a buscar alternativas para sediar um novo parque industrial em Minas Gerais.

A escolha desse novo polo ocorreu em virtude vários fatores. Um deles é devido ao fato de que a cidade de Juiz de Fora apresentava infraestrutura[63] que já não comportava a instalação de novos empreendimentos industriais, tornando-se assim obsoleta para os interesses do governo quanto à expansão da capacidade de receber novas empresas. Outro motivo para a formação de uma nova área industrial foi a necessidade de gerar empregos para a população de Belo Horizonte. A recém-inaugurada capital do estado não tinha uma quantidade considerável de indústrias para absorver a força de trabalho existente. Dessa maneira, o deslocamento da região industrial mineira para a capital, ou próximo desta, era também uma forma de gerar emprego, pois as empresas existentes não conseguiam absorver

[60] O apelido faz menção a Manchester, na Inglaterra, um dos berços da revolução industrial inglesa.
[61] Sobre a especificidade da industrialização em Minas Gerais, ver Lima (1981); Libby (1989); Marson e Belanga (2006); Pereira e Consentino (2014).
[62] O Rio de Janeiro foi capital do Brasil desde 1763 até 1960, quando se transferiu a capital federal do país para Brasília.
[63] São vários os motivos que fizeram com que o governo estadual mudasse o centro industrial do estado. Entre eles, segundo Paula (2001), destacam-se "[...] quatro fatores infraestruturais que se transformaram em fortes pontos de estrangulamento no desenvolvimento industrial da cidade [de Juiz de Fora]: abastecimento de água, transportes, comunicação e energia elétrica. É interessante observar que, são justamente esses fatores que possibilitaram o desenvolvimento industrial da cidade entre o último quartel do século XIX e o início do século XX. Todavia, estes não conseguiram acompanhar o ritmo de desenvolvimento ocorrido em outras regiões do País, e mesmo em Minas, fazendo com que Juiz de Fora ingressasse em um processo de estagnação." (Paula, 2001, p. 88).

toda a força de trabalho. Ao mesmo tempo, objetivava-se inserir Minas Gerais em uma nova onda de industrialização iniciada no governo de Getúlio Vargas.

A partir da década de 40 do século XX, o Estado – entidade política e administrativa em nível federal – passou a ser um agente transformador da economia[64], sobretudo com investimentos na área industrial. Nesse sentido, o governo federal criou uma série de medidas para investir na indústria de base objetivando acabar com a dependência do país de produtos importados, e isso se refletiu na política econômica dos estados. É nesse clima de incentivo do governo federal que Minas Gerais deu início ao processo de instalação de um novo polo industrial.

De acordo com Paula (2001), a concentração industrial próximo a Belo Horizonte se deve a:

> vários fatores [...], entre os quais, a integração do mercado nacional que vinha se estruturando na década de 1930, com a liderança da indústria paulista e que induzirá Minas Gerais a se especializar na produção de bens intermediários, e a orientação industrialista de que se revestirá o governo mineiro, fruto é claro, de uma orientação ainda maior que é a política econômica do governo central, a qual acrescida à necessidade cada vez mais premente da integração estadual levará à criação da cidade industrial de Contagem, contígua a Belo Horizonte, para onde passarão a se dirigir os grandes interesses estaduais (Paula, 2001, p. 90).

Em síntese, podemos ver que o deslocamento da industrialização do estado para a região central é fruto da mudança na condução das políticas econômicas pelo governo estadual e também da necessidade de geração de empregos e de adequação à política executada pelo governo federal. É nesse contexto político, econômico e social que Contagem é escolhida como a nova sede da industrialização no estado de Minas Gerais.

2.2 Fatores que levaram à escolha de Contagem como novo centro industrial de Minas Gerais

A história de Contagem nem sempre esteve ligada à industrialização. A região onde hoje é o município funcionou como posto de registro para controle de entrada de mercadorias, pessoas, tropas e cargas que tinham como destinação a região de exploração de ouro. Próximo ao posto de registro[65], surgiu um povoado no entorno da capela de São Gonçalo do Amarante.

[64] Essa perspectiva não é unânime. Há autores que concordam com esse argumento e outros que refutam. Para um panorama mais diversificado de leituras acerca do tema, ver Cardoso e Faletto (1970); Carone (1977); Mello (1982); Peláez (1987); Fonseca (1989); Rodríguez (2009).

[65] O posto de registro então denominado como Contagem das Abóboras funcionou entre 1716 e 1759 aproximadamente. Não há um consenso sobre a origem desse nome. Uma das versões diz que na região se fazia

Durante toda a existência do povoado[66], a agricultura e a pecuária eram as principais atividades econômicas desenvolvidas na região. Além de posto de registro, a região funcionou como Distrito de Ordenanças[67].

A situação político/administrativa do povoado até o ano de 1854 era de pertencimento à freguesia de Curral Del-Rei[68], no município de Sabará, e, a partir da lei provincial nº 671 de 29 de abril do mesmo ano, passou a ser subordinado ao município de Santa Quitéria[69]. Isso se manteve até o início do século XX, quando a localidade foi elevada à categoria de Vila e passou a ser denominada como Vila de Contagem[70]. A emancipação durou pouco tempo, pois o município retornou à condição de distrito, porém subordinado agora ao município de Betim. Em 17 de dezembro de 1938, através do Decreto-Lei nº 148, editado pelo até então governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, a Vila de Contagem foi extinta. Há duas versões especulativas sobre o acontecido. A primeira explicação seria a de que o governador teria revogado a autonomia do município para que houvesse uma desvalorização imobiliária, e isso facilitasse a instalação de um polo industrial na região. A outra versão seria a de que, ao chegar à estação ferroviária de Contagem, não havia ninguém para recepcionar o governador. Percebendo que não teria uma recepção, Benedito Valadares seguiu de trem até Betim, onde foi recebido com festa pela população local. Mesmo que não tenha a devida comprovação das versões apresentadas, o certo é que Contagem se manteve na condição de distrito de Betim até o ano de 1948. (Bonada, 2011, p. 16).

---

a contagem das abóboras que iam para Sabará, Belo Horizonte e outros lugares. Outra versão é a de que havia uma família que tinha o sobrenome Abóboras, porém não há nenhum registro sobre a existência de tal família. Uma terceira versão considera a necessidade da Coroa portuguesa em controlar o fluxo comercial na capitania e para tanto criou postos de arrecadação dos direitos de cargas e escravos. (Fonseca, 1978, p. 15).

[66] A ocupação do espaço que hoje constitui o município de Contagem apresentada no texto é uma perspectiva que parte do olhar do colonizador, ou seja, não retrata a situação desse espaço antes da ocupação promovida pelos bandeirantes nem trata de povos que poderiam ter habitado a região anteriormente. Toda a bibliografia consultada traz esse mesmo olhar do europeu colonizador. Porém, há um novo movimento que busca entender as relações sociais e espaciais pautadas por um ponto de vista que coloca em xeque o modelo de produção de conhecimento tendo a cultura europeia como parâmetro da produção científica e coloca o sul global na condição de orientação epistemológica. Segundo Emerson Oliveira do Nascimento (2021), "a teoria decolonial inverte os pólos da lógica da colonialidade não somente porque discute e denuncia o significado e a sobrevivência da colonização sob outros modos, mas também porque assume o desafio de atribuir ao colonizado a condição de agente e de questionador, da experiência histórica da colonização, do significado e da importância da colonização e das próprias ferramentas cognoscentes de leitura e interpretação do mundo (*apud* Escobar, 2003; Dussel, 2016). O 'olhar' decolonial questiona o projeto moderno, eurocêntrico e ocidentalizado de ciência, jogando uma lente de denúncia sobre as bases discriminatórias sobre as quais se apoia a noção moderna de ciência. A decolonialidade, por conseguinte, não somente posiciona o colonizado na condição de sujeito cognoscente (em flagrante ruptura à tradição europeia que sempre lhe outorgou a condição de objeto), quanto questiona os pressupostos ontológicos e epistemológicos que historicamente orientaram e determinaram a nossa produção e aquisição de conhecimento (*apud* Kilomba, 2016)." (Nascimento, 2021, p. 56).

[67] Essa mudança incumbia o distrito de preparar lista de recrutas para as milícias.

[68] Atual município de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais.

[69] Atual município de Esmeraldas.

[70] Através da Lei nº 566, de 30 de agosto de 1911.

A emancipação definitiva de Contagem em 1948 está intimamente ligada à industrialização, uma vez que a instalação das indústrias na região fez com que a autonomia do distrito fosse inevitável devido à nova dinâmica da região, marcada pelo crescente fluxo de pessoas e mercadorias e pela distância entre a sede do município de Betim e o polo industrial.

Figura 02 – Localização do município de Contagem na região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Google Maps, 2024

No início da década de 1940, quando o governo estadual deu início ao projeto de construir um polo industrial no estado, Contagem foi a região escolhida a partir dos seguintes fatores:

> A escolha considerou, de acordo com Guimarães (1957), a facilidade de obtenção de matéria-prima, mão de obra e mercado consumidor; a questão da logística, pela proximidade com as rodovias interestaduais com destino ao Rio de Janeiro e à São Paulo e, curiosamente, "a preservação da *paisagem urbana residencial de Belo Horizonte* [...], pois as indústrias ficariam concentradas [...] à 10 quilômetros do centro da cidade". (GUIMARÃES, 1957 *apud* RAMOS, 2017, p. 99, *grifo da autora*).

Assim, a escolha dessa região foi uma forma de o governo estadual resolver o problema da geração de emprego e da criação de uma nova zona industrial com maior capacidade de receber mais indústrias.

Segundo Simone Ramos (2017),

> [...] é perceptível que a implantação da Cidade Industrial era de interesse político e econômico de Contagem, mas é nítido também que uma das preocupações governamentais era da manutenção das características aprazíveis da Capital, considerada "Cidade Sanatório" pelas suas condições climáticas, conforme destaca Geordana Natali Rosa Requeijo (REQUEIJO, 2005 *apud* RAMOS, 2017).

A autora ainda relata o seguinte:

> Belo Horizonte foi a primeira capital do Brasil a ser planejada e edificada (...) dentro do discurso higienista (Requeijo, 2005, p. 17), que considera as questões de salubridade, como clima e ventilação, como fatores de qualidade de vida. Em resumo: se uma cidade seria prejudicada com as chaminés e sua negra fumaça, certamente não seria Belo Horizonte (*ibid.*, p. 99).

Esses foram os principais fatores que contribuíram para que Contagem fosse escolhida para a instalação de novas indústrias em Minas Gerais. Dessa forma, foi instituída, mediante Decreto-Lei nº 770/1941 e Decreto-Lei nº 778/1941, a criação do parque industrial de Contagem. A ideia de instalação desse distrito industrial estava ligada à necessidade de trazer mais dinamismo para a economia e colocar o estado dentro da onda de desenvolvimento industrial que o país atravessava naquele momento. A inauguração do parque industrial ocorreu, então, no ano de 1946[71].

A Cidade Industrial Coronel Juventino Dias teve a sua administração alterada ao longo dos tempos. Esse polo, primeiramente, esteve ligado a três jurisdições: Secretaria de Agricultura (Fomento Industrial), Secretaria da Viação e Obras Públicas (setor de água e energia elétrica) e prefeitura de Contagem. Em 1971, o Governo do Estado de Minas Gerais criou a Companhia de Distritos Industriais (C.D.I.)[72]. Através dessa companhia, o governo estadual pôde constituir e organizar sociedade sob o controle acionário estatal que se destinava a projetar, implantar e administrar áreas industriais. A partir de então, a Cidade Industrial passou a ser administrada pela Companhia de Distritos Industriais do governo de Minas Gerais. Em 2003, tal instituição foi incorporada à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMIG)[73]. Assim, a gestão da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias ficou sob controle do governo mineiro até o ano de 2019, quando foi celebrado um convênio entre a CODEMIG e a Prefeitura Municipal de Contagem visando à municipalização da gestão do distrito[74].

A Cidade Industrial recebeu o nome de Coronel Juventino Dias[75] por meio da lei estadual nº 4.371, de 03 de janeiro de 1967. Esse nome foi uma homenagem do governo

---

[71] A inauguração do parque industrial ocorreu enquanto Contagem ainda era distrito de Betim.

[72] A CDI foi instituída pela Lei nº 5.721/71. Em 1955 foi fundado o Centro das Indústrias da Cidade Industrial (CICI). O CICI era uma entidade declarada como sociedade civil sem objetivos econômicos que tinha como intuito sustentar e defender os interesses e as aspirações de seus associados perante os poderes públicos e em outras ocasiões em que isso se fizesse necessário. (FONSECA, 1978, p. 379).

[73] A CODEMG foi criada em 17 de dezembro de 2003 pela Lei Estadual nº 14.892.

[74] O convênio foi assinado em 02 de dezembro de 2019 pelo até então prefeito de Contagem, Alex de Freitas, e pelo diretor-presidente da CODEMIG, Dante Matos. Além da assinatura do convênio, foi proposto na Câmara municipal de Contagem o Projeto de Lei Complementar – PLC 019/2019 que disciplina o parcelamento, a ocupação e o uso do solo do município.

[75] Segundo Geraldo Fonseca (1978), "Juventino Dias, pai da moderna indústria de Minas Gerais, levou seu apoio ao governo, como importantíssima oferta – a instalação de uma fábrica de cimento no projetado Parque Industrial. A importância desse apoio, em 1941, era considerável. Minas acabava de perder, para Volta Redonda, a iniciativa da industrialização de seu minério de ferro. Com a fábrica de cimento, o calcário mineiro, abundante

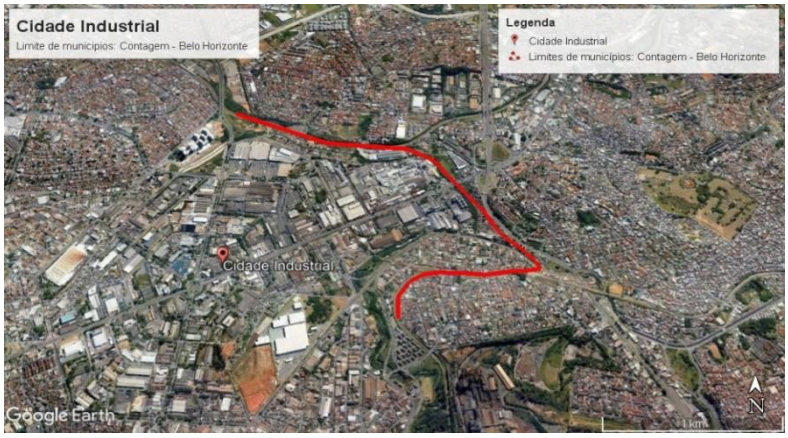
estadual ao empresário do ramo da indústria de cimentos – a Companhia de Cimentos *Portland* Cauê – pioneiro no processo de industrializado no estado, falecido no dia 8 de janeiro de 1976[76]. A planta da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias é atribuída ao secretário de Agricultura Israel Pinheiro da Silva. O traçado hexagonal escolhido é associado à cidade de Camberra, capital da Austrália[77].

Figura 03 – Vista aérea de Camberra, Austrália



Fonte: Google Earth, 2021

Figura 04 – Limites dos municípios de Contagem e Belo Horizonte



Fonte: Google Earth, 2021

---

nas proximidades da Capital, seria transformado numa das mais disputadas matérias-primas da indústria da construção. À boca pequena, já que a imprensa tinha a boca calada, não foram poucos os comentários derrotistas acerca do Parque Industrial. Aqui, veladamente, era denotado o insuflamento estrangeiro à facção contrária. Sessenta e poucos dias após a assinatura do Decreto-Lei de desapropriação da área do Parque, a 9 de julho, era assinado contrato de aforamento de terrenos no local, com a Companhia de Cimento Itaú. Representando o Estado, assinou o Governador Benedicto Valladares; e pela Companhia de Cimento Itaú, Juventino Dias, representou o seu presidente José Balduino Siqueira, e, também, o diretor-gerente da empresa, Dr. Jorge Dias de Oliva." (FONSECA, 1978, p. 368).

[76] *Revista Veja*, edição 384, 14 de janeiro de 1976, p. 53.

[77] "A concepção urbana, com traçados em forma hexagonal, foi inspirada na cidade de Camberra, capital da Austrália. De acordo com Lucas Lopes, Secretário de Agricultura de Minas Gerais entre 1943 e 1945, a escolha da planta arquitetônica foi por obra do acaso. Segundo ele, em entrevista concedida em 1995 na publicação CICI – Centro das Indústrias da Cidade Industrial de Minas Gerais – Memória Histórica [...]". (SANTOS, 2017, p. 20).

Embora a pretensão do governo do estado tenha sido criar um polo fabril com capacidade para receber novas indústrias em um espaço planejado e estruturado para tal, a realidade não se apresentou dessa forma. Quando foram iniciadas as atividades das primeiras indústrias, a região não estava com toda a sua estrutura pronta. Tanto o bairro quanto o seu entorno não estavam totalmente preparados para o início das atividades quando ocorreu a sua inauguração. O distrito carecia de abastecimento de energia elétrica, central telefônica e outras infraestruturas que eram importantes para o seu funcionamento.

Durante a instalação do distrito industrial, o governo de Minas Gerais ofereceu à empresa estrangeira *Electric Bond & Share* um contrato para aumentar a capacidade de produção elétrica. A empresa não se interessou pelo empreendimento devido à "situação bélica mundial alegando impossibilidade de aumentar a sua capacidade de produção elétrica" (Fonseca, 1978, p. 366). Então o governo do estado criou novas estratégias para o abastecimento de energia elétrica[78]. No início do funcionamento das fábricas, o fornecimento era realizado pela Usina Hidrelétrica Doutor Gravatá, em Betim. Essa situação permaneceu até o término da construção da Usina do Gafanhoto[79], em Divinópolis, que passou a realizar o abastecimento de energia elétrica para a Cidade Industrial. Anos depois, em 1952, o governo do estado criou a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), na gestão do governador Juscelino Kubitschek.

Além dos problemas de estrutura para a instalação das indústrias, não era previsto, no projeto de construção, a destinação de área para a construção de habitação para operários, e os Decretos-Leis nº 770 e nº 778 de 1941 não permitiam o aforamento de terrenos para fins de habitação dentro do perímetro industrial. Porém, a empresa que quisesse poderia destinar uma parte da área concedida pelo governo para a construção de casas para os empregados. Certo é que a maioria das indústrias não se interessaram por construir moradias dentro do terreno cedido pelo governo, e uma das poucas exceções é o caso da fábrica de Cimentos Itaú, que construiu uma pequena vila[80] para seus trabalhadores.

---

[78] Parte da área destinada à construção da Cidade Industrial estava no perímetro do município de Belo Horizonte, que era de concessão da *Electric Bond & Share*. Para que a concessionária ampliasse o seu potencial hidrelétrico na capital, o governo ofereceu-lhe a utilização das quedas do Rio Pará, em Divinópolis, porém a empresa não se interessou. Para não entrar nos limites de concessão da *Electric Bond & Share*, o governo desapropriou os terrenos no perímetro de Belo Horizonte e anexou a Vila de Contagem através do Decreto-Lei nº 770 de 1941 (Fonseca, 1978, p. 366).

[79] Segundo Geraldo Fonseca (1978), a construção da usina hidrelétrica do Gafanhoto, inaugurada em 12 de fevereiro de 1946, no Rio Pará, no município de Divinópolis, ocorreu essencialmente para a implantação da Cidade Industrial em Contagem (Fonseca, 1978, p. 405).

[80] "A fábrica Itaú possui 169 casas para os casados e 30 apartamentos para os solteiros" (Fonseca, 1978, p. 370).

Os problemas da instalação da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias também estão relacionados com a questão da mobilidade. Como os operários, em sua maioria, não moravam na região, tinham que se deslocar de outras regiões, por exemplo, Belo Horizonte e Betim.

Além das questões levantadas com relação à forma como ocorreu a implantação da Cidade Industrial, há também demandas jurídicas. Desde a década de 1950, as famílias Abreu e Hilário aguardam o pagamento de indenização pelos terrenos que foram desapropriados para a construção da Cidade Industrial. As famílias eram donas das fazendas Perobas e Ferrugem e, mesmo tendo decisão favorável ao pagamento da indenização pelo Supremo Tribunal Federal, os herdeiros dos antigos proprietários ainda não receberam esse montante.

> O processo de desapropriação das famílias Abreu e Hilário, donas das fazendas Peroba e Ferrugem, local onde foram instaladas empresas como Mannesmann, Belgo Arcelor, Itaú Power Shopping, Massas Vilma, General Eletric, Pohlig-Heckel, disputa o título de ser o mais antigo do mundo, um paquiderme que coloca em xeque a Justiça brasileira. Apesar de já ter decisão favorável aos herdeiros – a sentença foi dada pelo Superior Tribunal Federal (STF), ainda em 1957 – o processo empacou na fase de execução e nunca conseguiu sair do papel, condenando milionários a viver bem próximos ou literalmente na miséria. (Jornal Estado de Minas, 2011)[81].

Como é possível observar na citação acima, além dos problemas relacionados à instalação das indústrias e daqueles vividos pelos operários, há também que se mencionar os problemas relacionados à desapropriação dos terrenos. Conforme matéria publicada pelo jornal citado, a situação dos terrenos desapropriados das fazendas Peroba e Ferrugem não havia sido resolvida ainda em 2011.

2.3 A situação dos operários da Cidade Industrial em Contagem

O funcionamento da Cidade Industrial em Contagem, na década de 1940, ocorreu de forma precária conforme já indicado anteriormente, contribuindo para acentuar ainda mais a situação instável à qual os trabalhadores estavam submetidos. Na sua inauguração, em 1946, não havia uma estrutura para acomodar os operários. Além do espaço destinado para a instalação das indústrias, era prevista a criação de uma vila operária[82] conforme dispunha o Decreto-Lei nº 2.154, de 12 de julho de 1947. Porém, a vila nunca saiu do papel.

---

[81] Jornal Estado de Minas, 14 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/08/14/internas_economia,245021/desapropriados-que-ha-70-anos-deram-lugar-a-cidade-industrial-buscam-solucao-na-justica.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2021.

[82] O Decreto-Lei nº 2.154, de 12 de julho de 1947, dispõe sobre o aforamento de terrenos para a instalação da Vila Operária da Cidade Industrial e autoriza o aforamento de terrenos adquiridos posteriormente para a criação de novos núcleos ou parques industriais no estado.

Posteriormente, foi realizada a construção do bairro Conjunto Habitacional Juscelino Kubitschek[83], destinado a suprir a necessidade de moradia para os operários. No entanto, a quantidade de trabalhadores era maior do que a capacidade de habitação do bairro, e soma-se a isso o fato de que não foi permitido o aforamento de terrenos para a construção de casas dentro da Cidade Industrial. Já nas áreas das fábricas, era possível erguer edificações destinadas a residências para os trabalhadores.

Todavia, foram poucas as empresas que reservaram parte do espaço para a estadia de seus operários. A fábrica de cimentos Itaú *Portland* cedeu parte lote recebido para o levantamento de imóveis para seus trabalhadores. O sistema adotado pela fábrica previa o "empréstimo" de aposento aos operários, sem pagamento de aluguel e com prestação de serviço de assistência social (Fonseca, 1978, p. 370). Além disso, a fábrica de cimentos Itaú *Portland* dispunha de outros "benefícios" para os trabalhadores. Os operários se abasteciam na cooperativa da fábrica, que também possuía médico e três enfermeiros. Havia uma escola primária, cinema, campo de vôlei e futebol e um clube social para reuniões (*ibid*., p. 370). Assim, as fábricas tinham controle não somente do trabalho executado pelo operário, mas da vida privada desses trabalhadores e de seus familiares[84]. Segundo Ana Lucia Vieira (2011), a maioria das empresas de grande porte adotava esse sistema de assistencialismo como uma forma de rebaixamento salarial ante as empresas do mesmo ramo que não o possuíam. Além disso, a autora (2011) argumenta que esse sistema propiciava a sujeição do trabalhador ao controle de sua vida cotidiana, política e reivindicatória. Dessa forma, as indústrias que adotavam essa conformação de "ajuda" ao operário exerciam um controle sobre a sua vida profissional e familiar, colocando-o sempre sob constante vigilância.

No início das atividades das primeiras indústrias, a força de trabalho era proveniente de outras cidades, principalmente de Belo Horizonte e Betim. Os loteamentos vizinhos à Cidade Industrial estavam nas mãos das companhias imobiliárias, sendo altamente

[83] O bairro é popularmente conhecido apenas pela sigla JK.

[84] Para exemplificar essa relação de interdependência entre o trabalho e a vida privada dos operários, são sugeridos os seguintes filmes que, embora não sejam produções atuais, são importantes para entender essa dinâmica. O filme brasileiro *Eles Não Usam Black-tie*, de 1981, de Gianfrancesco Guarnierir, tem como tema principal uma greve e, como pano de fundo, um debate sobre a condição de existência desses trabalhadores ilustrando a vida cotidiana dos operários dentro e fora das fábricas. O filme é dirigido por Leon Hirszman. A história se passa em São Paulo, nos anos 1980, e narra a trama envolvendo um jovem operário chamado Tião (Carlos Alberto Riccelli) e sua namorada, Maria (Bete Mendes), que decidem casar-se ao saber que a moça está grávida. Ao mesmo tempo, eclode um movimento grevista que divide a categoria metalúrgica. Preocupado com o casamento e temendo perder o emprego, Tião fura a greve, entrando em conflito com o pai, Otávio (Gianfrancesco Guarnieri), um velho militante sindical que passou três anos na cadeia durante o Regime Militar. Outro exemplo é o filme italiano de 1971 chamado *A Classe Operária Vai ao Paraíso*, de Elio Petri, que mostra a trajetória de um "operário padrão" que, ao perder um dedo em um acidente de trabalho, entra em um processo de tomada de consciência que lhe permite refazer sua identidade.

valorizados, dificultando ainda mais a compra de área destinada à construção de habitação. A aquisição de terrenos para moradia foi um das grandes problemas enfrentados pelos operários da indústria. A maioria dos trabalhadores tinha que se deslocar[85] para o trabalho ou se instalarem em conjuntos habitacionais do programa nacional de habitação financiado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), voltado para famílias de baixa renda. Havia também aqueles que, sem condições de comprar um imóvel, foram se instalar nas comunidades que surgiram no entorno da Cidade Industrial.

A carência de áreas destinadas à construção de habitação para os operários e o fato de os terrenos próximos à região industrial estarem nas mãos das empresas imobiliárias levaram, portanto, ao surgimento de pequenas comunidades favelizadas às margens e dentro do distrito industrial. Algumas dessas comunidades apareceram já no início do processo de instalação das indústrias. Pode-se tomar como exemplo a Vila Barraginha[86], que teve a "[...] construção das primeiras ocupações na década de 1940 [...]" do século XX (Martins, 2020, p. 40). As famílias da referida vila se instalaram em um local que era um depósito de lixo, e as moradias foram construídas sobre o solo argiloso.

Não se sabe ao certo a história de origem da Vila Itaú – outra vila no interior da Cidade Industrial –, mas há quem afirme que teria surgido[87] no início da década de 50 do século XX. A vila teria se formado por trabalhadores que exerciam as funções de serventes, pedreiros, mestres de obras e funcionários do governo do estado que trabalhavam abrindo e calçando as novas ruas da cidade[88]. Além dessas, há outras comunidades favelizadas que se formaram na região durante o processo de industrialização.

Dessa forma, há o estabelecimento de famílias em condições insalubres atendendo ao surgimento das indústrias e a toda a transformação urbana que as atividades industriais exigiam. As péssimas condições de habitação que as famílias dos trabalhadores enfrentavam se deve em parte à falta de políticas públicas de habitação. Assim, a tragédia que ocorreu na Vila Barraginha demonstra que o poder público também foi omisso quanto à questão de moradia na região. Vale destacar que a Vila Barraginha não está à margem da Cidade

[85] "O comum é morarem os operários distantes do local de trabalho, o que acarreta o problema do deslocamento diário de um considerável número de pessoas. Segundo os esclarecimentos que nos foram prestados, 1.500 famílias de operários moram em Belo Horizonte, transportando-se todos os dias para o local de trabalho. Recentemente, organizou-se uma linha de ônibus 'papa-filas' com o trajeto Estação da Central (Belo Horizonte) – Cidade Industrial". (Fonseca, 1978, p. 371).

[86] No dia 18 de março de 1992, houve uma grande tragédia na Vila Barraginha. Um barranco desabou e soterrou aproximadamente 150 barracos. Pelo menos 36 pessoas morreram no desastre e ao menos 800 ficaram desabrigadas. REVISTA VEJA, ed. 1 227, 25 de março de 1992, p. 26-29.

[87] Disponível em: <https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/vila-itau>. Acesso em: 09 jul. 2021.

[88] *ibid*.

Industrial, e sim dentro de seu perímetro, conforme constatado em Ventura (2021)[89]. Nesse referido trabalho técnico, foi constatado que algumas dessas comunidades favelizadas estão dentro do referido perímetro, e, mesmo que algumas tenham surgido concomitantemente às indústrias, nada foi feito para que situações como a ocorrida na Vila Barraginha fossem evitadas.

O povoamento da região no entorno da Cidade Industrial ocorreu a partir de várias ondas migratórias que se sucederam ao longo das décadas do século XX e deram origem a bairros nas adjacências do distrito industrial e às margens da rodovia federal BR-381 que ao longo de seu trajeto – entre os municípios de Contagem e Betim – foi cedendo espaço a empreendimentos imobiliários. A maioria desses novos moradores teve que comprar terrenos a preços altos porque grande parte das terras disponíveis para a construção de residências pertencia a empresas imobiliárias[90]. Consequentemente, a conquista da moradia não foi nada fácil para o operário que quisesse se instalar próximo à Cidade Industrial. Em contrapartida, no ano de 1965, foi criada, por meio da Lei nº 3.403, de 02 de julho de 1965, a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-MG), que objetivava promover o acesso à moradia.

As condições de trabalho e de sobrevivência dentro desse cenário industrial nos instigam a refletir sobre como abordar o trabalhador nessa perspectiva do patrimônio sem conflitar com a realidade apresentada imediatamente a esse sujeito. Como compreender o operário como agente atuante nessa conjuntura e como produtor de memórias? Claro que a realidade não é uma exclusividade dos operários de Contagem, mas conhecer a sua singularidade regional é importante para entender a quais condições esses trabalhadores estavam subjugados e como tratá-los dentro do campo do patrimônio cultural. Não se pode deixar de destacar a desigualdade nas relações de forças existente entre aqueles que detêm os meios de produção e os que têm apenas a sua força de trabalho para barganhar. É preciso

[89] O produto técnico teve como objetivo realizar um levantamento dos bens culturais materiais e imateriais que fazem parte do patrimônio cultural do município de Contagem; conhecer a formação histórica do município de Contagem e da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias; averiguar a localização geográfica e paisagística e a possibilidade de se pesquisar os fragmentos de memória operária.

[90] Segundo Ralfo Edmundo S. Matos (1992), "Na década de 50, registrou-se um total de 113 loteamentos lançados entre Belo Horizonte, Contagem e Betim, o que significou uma oferta de cerca de 80.600 lotes, oferta esta bem superior à demanda de lotes urbanos (boa parte desses loteamentos ficou desocupada por vários anos, o que sugere o caráter especulativo de tais empreendimentos). Contagem conhece neste período a surpreendente taxa de crescimento populacional de 16,5% (6.022 habitantes em 1950, para 28.065 habitantes em 1960). Belo Horizonte, por seu turno, apresentou neste tempo a maior taxa de crescimento em 30 anos, enquanto Betim se destacaria a seguir com uma taxa da ordem de 5,3% ao ano. Ao lado do incremento da indústria, assistiu-se ao notável crescimento do comércio e dos serviços, devido à arrancada industrializante e à aceleração dos fluxos migratórios. A especulação imobiliária avançou de forma inusitada, tornando obsoletos os ordenamentos sobre a posse e uso do solo. A inflação na aprovação de loteamentos criaria problemas de difícil solução futura". (Matos, 1992, p. 27).

entender que essas forças não se relacionam de forma equivalente. Segundo Virginia Fontes (2017):

> A liberdade é o uso do tempo para além da necessidade, quando as necessidades fundamentais estão supridas. Um tempo livre pode ser o tempo da criação, da cultura, da arte, dos afetos. Na sociedade capitalista, o tempo é devorado para a maioria dos seres sociais. Devem ter a cada dia renovada a necessidade fundamental de assegurar sua subsistência, quer seja através de um emprego, quer seja através da venda da sua força de trabalho sob quaisquer condições. O tempo deixa de ser o compasso da vida para tornar-se a medida social da produção do valor ("tempo é dinheiro"); quanto mais tempo e mais trabalhadores disponíveis, maior a possibilidade da extração de valor e, por conseguinte, de valorização do valor (Fontes, 2017, p. 410).

A partir dessa perspectiva, é possível concluir que as condições às quais os trabalhadores estão submetidos dentro do sistema capitalista não lhes permitem dispor de outra circunstância que não a de assegurar a sua sobrevivência. Se assim vivem os operários, do mesmo modo, produzem suas memórias: as condições materiais de produção são também as condições de produção simbólica. A memória coletiva reside aí: no denominador comum entre esses indivíduos que vivem nessa lógica do sistema capitalista. Ainda segundo Fontes (2017), através da expropriação e por meio dela, a "qualidade propriamente humana (a capacidade de transformar socialmente a natureza e, ao longo desse processo, também transformar-se) converte-se em brutal necessidade, a da venda de seu tempo, de sua energia, de sua força de trabalho" (*ibid.*, p. 412).

Mesmo sendo desigual, tanto aqueles que detêm os meios de produção quanto os que possuem apenas a sua força de trabalho convivem juntos, produzindo e compartilhando o mesmo horizonte. Nota-se a contradição de um sistema no qual a riqueza gerada pelas indústrias depende da produção e da reprodução da pobreza, e ambas convivem, desenham-se na paisagem e se refletem nas condições de vida dos operários. Somam-se a isso a inércia e a falta de planejamento e de políticas públicas por parte dos governos, fatores que acabam agravando a situação. Assim, ao longo do tempo, formou-se uma espécie de "paisagem distópica[91]" em que grande parte da população vivia literalmente à margem das indústrias.

[91] Segundo Cristiano Leal de Barros Lima (2020), "na distopia, a elite mantém seu poder através da manipulação das carências dos indivíduos. Além disso, é marcante um discurso pessimista, raramente dialogando com a esperança. Portanto, o imaginário distópico exerce o poder de crítica às certezas e verdades absolutas". (Lima, 2020, p. 59).

Sugestão de filme sobre o assunto: *Blade Runner: o caçador de andróides*, filme de 1982, dirigido por Ridley Scott. A trama se passa em Los Angeles, nos Estados Unidos do início do século XXI – mais precisamente no ano de 2019. Nessa época, uma grande corporação desenvolve robôs que são mais fortes e mais ágeis que o ser humano, além de se equipararem à nossa espécie em inteligência. São conhecidos como replicantes e utilizados como escravos na colonização e na exploração de outros planetas. Quando um grupo dos robôs mais evoluídos provoca um motim, em uma colônia fora da Terra, este incidente faz os replicantes serem considerados ilegais no

Ignácio Agero Hernandez (2004), em seu livro *Memória Operária*, retrata a dificuldade encontrada pelos operários em adquirir imóveis. Em um trecho, ele descreve que muitos dos operários "não [...] [tinham] dinheiro para pagar as prestações e ao mesmo tempo contratar um pedreiro" (Hernandez, 2004, p. 43). O autor das memórias descreve ainda que, para aqueles que conseguiam comprar um lote, a construção só era possível com a ajuda dos colegas operários que se uniam em mutirão e, nos dias de folga, mobilizavam-se para ajudar na construção das moradias.

Porém, a aquisição de lotes não era uma realidade para todos os operários. Muitos sem condições de comprar um imóvel residencial acabavam se instalando em áreas insalubres e sem infraestrutura adequada. Hernandez (2004) relata uma enchente ocorrida em uma comunidade próximo à Cidade Industrial, e, por meio de suas palavras, é possível perceber a vulnerabilidade dos trabalhadores e de suas famílias em seus locais de assentamento:

> Os barracos da favela seguiam fielmente as duas margens do riacho e a água corria dócil e habituada a seu caminho entre as casas. A "Vila Cemig" vivia despreocupada e em harmonia com o córrego, pobre e suja como ele, mas sem sobressaltos.
> A tempestade chegou de madrugada. O povo da Vila dormia tranquilo naquela madrugada de domingo. Quase todos os botecos já tinham fechado quando o primeiro trovão anunciou o aguaceiro. Seriam três da madrugada.
> A "Vila Cemig" fica no fundo do vale, onde o córrego divide dois bairros, Riacho e Eldorado. Pelos fundos, ao oeste, se levantam os morros e bairros Monte Castelo e Bernardo Monteiro. As águas destes bairros vão parar no córrego que corre entre as casas e barracos da Vila. (Hernandez, 2004, p. 84-85).

Os relatos de Hernandez (2004) se concentram entre os anos de 1968 e 1978 e apresentam uma série de situações vividas por ele ao lado dos companheiros, que também eram metalúrgicos. Os casos narrados estão relacionados à atuação do autor e dos demais

---

planeta, sob pena de morte. A partir de então, policiais de um esquadrão de elite, conhecidos como Blade Runner, têm ordem de atirar para matar replicantes encontrados na Terra, mas tal ato não é chamado de execução, e sim de remoção. Isso se perpetua até o momento em que cinco replicantes chegam à Terra, e um ex-Blade Runner (o ator Harrison Ford) é encarregado de caçá-los.

Outro filme sobre o assunto é *Metrópolis*, datado de 1927 e dirigido por Fritz Lang. A ambientação do enredo é o ano 2026. Na história, os "poderosos" ficam na superfície, onde há o Jardim dos Prazeres, destinado aos filhos dos mestres. Os operários, em regime de escravidão, trabalham bem abaixo da superfície, na Cidade dos Trabalhadores. Essa poderosa cidade é governada por Joh Fredersen (Alfred Abel), um insensível capitalista cujo único filho, Freder (Gustav Fröhlich), leva uma vida idílica, desfrutando dos maravilhosos jardins. Um dia Freder conhece Maria (Brigitte Helm), a líder espiritual dos operários, que cuida dos filhos dos escravos. Ele conversa com seu pai sobre o contraste social existente, mas recebe como resposta que é assim que as coisas devem ser. Quando Josafá (Theodor Loos) é demitido por Joh, por não ter mostrado plantas que estavam em poder dos operários, Freder pede sua ajuda. Paralelamente, Rotwang (Rudolf Klein-Rogge), um inventor louco que está a serviço de Joh, diz ao seu patrão que seu trabalho está concluído, pois criou um robô à imagem do homem. Ele diz que agora não haverá necessidade de trabalhadores humanos, sendo que em breve terá um robô que ninguém conseguirá diferenciar de um ser vivo.

Na literatura, *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, publicado em 1932, e *1984*, de George Orwell, publicado em 1984, são sugestões de leitura sobre o tema.

companheiros dentro e fora das indústrias metalúrgicas na Cidade Industrial em Contagem/MG e trazem informações sobre a condição de vida dos operários e a atuação destes em sindicatos para a mobilização por melhorias das condições de trabalho e salário. Além das dificuldades enfrentadas pela falta de recursos e de moradia adequada, Hernandez (2004) descreve também as perseguições sofridas pelos metalúrgicos nos períodos de greve, principalmente durante a Ditadura Militar. No decorrer de sua jornada como operário, período em que se situam as memórias narradas, ele, juntamente com seus colegas de trabalho, participa dos movimentos grevistas e cobra a atuação mais incisiva do sindicato junto aos empresários do setor industrial.

Assim, a presença e a atuação dos operários não são percebidas apenas nas suas atividades laborais, mas também se expressam fora das fábricas, nas mobilizações dos sindicatos, nas associações de bairro, entre outros lugares igualmente carregados de memória desses trabalhadores que se ajustaram ou procuraram interferir naquela paisagem por onde circulavam.

2.4 Os operários metalúrgicos da Cidade Industrial em Contagem

Assim como os demais operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, os metalúrgicos estavam submetidos a péssimas condições de trabalho, de moradia e de transporte. Somam-se a isso os baixos salários que recebiam, fazendo com que o progresso industrial fosse em partes às custas da espoliação desses trabalhadores.

Como já mencionado nesta dissertação, os relatos de Ignácio Agero Hernandez (2004) nos apresentam um panorama de como era o cotidiano desses trabalhadores. Mas, mesmo com todos os problemas enfrentados, os metalúrgicos foram a primeira categoria a ter o sindicato próximo ao local de trabalho. Assim, em 1957, a instalação do sindicato dos metalúrgicos, na Cidade Industrial, possibilitou uma melhor percepção, por parte dessa instituição sindical, das condições de trabalho às quais os operários estavam expostos. Segundo Carolina Dellamore Batista Scarpelli (2019), o sindicato dos metalúrgicos tornou-se “uma das entidades sindicais de maior importância no cenário do movimento sindical da região metropolitana de Belo Horizonte e de Minas Gerais” (Scarpelli, 2019, p. 58).

Como tratado neste segundo capítulo, a classe trabalhadora tem uma formação heterogênea, e, assim como as demais categorias, os metalúrgicos também tinham uma composição mista. Conforme Scarpelli (2019), o operário “Ênio Seabra, admitido como

funcionário da *Mannesmann* em 1957 e que posteriormente se tornaria um líder sindical, lembra-se da existência de trabalhadores alemães e austríacos nesta empresa." (Scarpelli, 2019, p. 47). Havia também a presença de mulheres[92] que, assim como os homens, lutavam por melhores condições de vida e de trabalho. Segundo Edgard Leite de Oliveira (2010),

> A luta das mulheres pela igualdade de gênero já estava presente nas operárias de Contagem na década de 1960. A maioria das mulheres trabalhava para completar o orçamento da família, algumas já eram responsáveis pela renda principal. As mulheres, apesar de serem menor número entre os trabalhadores operários, também se organizavam [...] (Oliveira, 2010, p. 123).

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Conflito social, memória e experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968*, Edgard Leite de Oliveira apresenta alguns relatos de mulheres que falam dos preconceitos e do machismo que enfrentavam, demonstrando que, além dos problemas comuns a todos os trabalhadores, havia uma carga maior para as mulheres operárias, as quais tinham que lutar também pela igualdade de gênero. A presença de mulheres[93] não se limitava apenas à composição dos quadros de trabalhadores das indústrias; havia mulheres na formação das lideranças sindicais. Segundo Scarpelli e Silva (2014), a operária Conceição Imaculada de Oliveira, "[...] por ser mulher e no meio metalúrgico, tão marcadamente masculino, [...] não foi aceita tão facilmente para compor a Chapa Verde, de oposição na eleição do Sindicato [...]" (Scarpelli; Silva, 2014, p. 9). Porém, com a vitória da Chapa Verde, em agosto de 1967, Conceição Imaculada de Oliveira se torna a primeira mulher "a fazer parte da direção da entidade e liderança das greves de 1968" (Scarpelli, 2019, p. 37).

Isso demonstra que havia uma presença marcante, mesmo que em menor número, de mulheres que, assim como os homens, engajavam-se nos diversos movimentos para a reivindicação de direitos sociais e trabalhistas. A presença de mulheres no sindicato dos metalúrgicos é também anunciada por Hernandez (2004), que, em algumas passagens do livro, menciona a presença de mulheres como Antônia:

---

[92] Sobre a atuação das mulheres na greve de 1968 na Cidade Industrial em Contagem, ver Scarpelli e Silva, (2014).

[93] Segundo Renata Cristina Silva (2018): "[...] a mulher operária no final dos anos 70 não só questionou o direito de deixar os filhos em segurança enquanto trabalhava como também questionou a falta de equiparação salarial, o trabalho noturno ilegal, a estabilidade para a gestante e reivindicou o seu lugar nas lutas sindicais. As mulheres metalúrgicas convocaram suas companheiras para discutirem a formação de um departamento feminino dentro do sindicato da categoria e a se prepararem para o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem, que ocorreria em março de 1980. Em uma dessas reuniões preparatórias, as trabalhadoras apresentaram uma peça teatral com o intuito de representar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres pobres em seu ambiente de trabalho, e destacaram a exploração, o assédio moral e sexual e a falta de garantias trabalhistas. Essas reuniões também contaram com a participação de outras vozes companheiras de luta, como a da socióloga Inês de Castro Teixeira." (Silva, 2018, p. 81).

> Antônia, em 1979, era uma jovem solteira, um pouco reservada. Depois, casou-se e teve dois filhos. Como era de origem operária, gostava de andar bem arrumada, principalmente quando ia às assembleias e às reuniões do sindicato. Não gostava de aparecer, mas, quando julgava necessário, subia à tribuna e fazia seu discurso em voz baixa, firme e clara, às vezes emocionada e vibrante. (Hernandez, 2004, p. 174).

Dessa forma, a atuação dos metalúrgicos nas reivindicações por melhores condições de trabalho vão se estender ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, anos em que o país passava por uma ditadura militar, a partir do golpe iniciado em 1964. Conforme Oliveira (2010),

> Vale lembrar, porém, que o movimento operário de Contagem caminhava em constante organização desde a década de 1950; independentemente dos estudantes e das organizações políticas pós-golpe de 1964, tinha sua história e sua tradição de luta operária. O sindicato já era uma instituição reconhecida e legitimada pelos trabalhadores. Como afirma a ex-secretária do sindicato, Conceição Imaculada: "Se você pegar os jornais da época, vai ver que o sindicato estava em evidência na mídia (Conceição Imaculada, entrevista ao autor, 27 de janeiro de 2010).
> O movimento operário tinha sua pauta e suas reivindicações. Como observa Ênio Seabra, essa pauta foi o que legitimou a adesão dos trabalhadores à greve de abril de 1968: "Sempre primeiro o salário, as condições de trabalho, dentro da empresa, diversas coisas que tivessem errado, a gente já fazia aquelas coisas separadas, tinham aqueles problemas [...] as reivindicações básicas eram isso [...] Tinha um respeito pelo sindicato". (Oliveira, 2010, p. 127).

O sindicato dos metalúrgicos de Contagem foi uma instituição que teve papel importante como representante da causa operária frente às indústrias. Já em 1959, ou seja, aproximadamente dois anos após a sua instalação na Cidade Industrial,

> No dia 9 de setembro de 1959, os metalúrgicos decretaram greve geral e pararam as fábricas da Cidade Industrial, a fim de conseguirem 50% de aumento sobre os salários. [...] A greve teve fim depois de acordo firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho que estabeleceu o aumento de salário para 1200 cruzeiros mensais, além da garantia de que os trabalhadores grevistas não sofreriam represálias. O resultado da greve representou uma vitória para os metalúrgicos. Contudo, mesmo com o movimento vitorioso do ponto de vista dos operários e da ação do sindicato, nota-se que alguns jornais tentavam esvaziar a capacidade de organização dos metalúrgicos. Os ganhos dos grevistas e o fim da greve foram atribuídos à intermediação do governador e à boa vontade dos empresários e não à mobilização e pressão dos operários. (Scarpelli, 2019, p. 63).

As conquistas trabalhistas dos operários foram frutos da mobilização e da pressão que realizavam através das greves que se estenderam ao longo de várias décadas, principalmente durante a Ditadura Militar, como a greve de 1968. Segundo Oliveira (2010),

> Os trabalhadores acreditavam no avanço da luta e na derrubada da ditadura militar, como mostra outro trecho do boletim: "Nossa vitória é tão certa, como é certa a derrota dos patrões. A vitória da classe trabalhadora é a vitória e a libertação de todo o povo". Eles avançaram na organização do movimento e fizeram do ano de 1968 um marco no enfrentamento à ditadura militar na Cidade Industrial. Porém, continuaram o movimento, organizando-se para outros embates. (Oliveira, 2010, p. 109).

Os trabalhadores da Cidade Industrial igualmente se engajaram no “Movimento Contra a Poluição da Itaú”, que, segundo Renata Cristina Silva (2018), cobrava medidas das autoridades públicas para acabar com a poluição promovida pelas chaminés da fábrica de Cimentos Itaú. Assim, a luta pelo trabalho digno e a sobrevivência eram as principais causas com as quais os operários metalúrgicos tinham que lidar.

Outro problema enfrentado pelos metalúrgicos da Cidade Industrial era o da moradia e o acesso a serviços básicos, fazendo com que boa parte dos operários vivesse de forma precária, seja pela dificuldade de acesso aos serviços públicos, seja pela falta de moradia adequada. Em uma passagem de seu livro, Hernandez (2004) apresenta a seguinte situação:

> O vento brincava com a poeira da rua, fazia pequenos montes de terra que depois mudavam de lugar. O esgoto corria livremente, de um lado da rua passava para outro ou corria pelo meio. De cada casa saía um rego de água suja de tanque, espumosa de detergente.
> Janete vivia a correr atrás dos filhos, uma menina e um menino. O terceiro, uma menina de três meses. Sem outro brinquedo, faziam pontes, barragens; navegavam com seus barquinhos de papel naquele rio de água suja. Corriam atrás das galinhas. As galinhas escapuliam das mãos dos meninos do mesmo jeito que os meninos escapuliam das mãos de Janete. Moravam num barracão alugado no fundo de um lote. (Hernandez, 2004, p. 146).

Portanto, a situação à qual os operários estavam sujeitos era de descaso e precariedade. Se, por um lado, as indústrias exauriam os trabalhadores com extensa jornada de trabalho, péssimas condições de trabalho e baixos salários, por outro, o poder público relegava esses operários à própria sorte em um ambiente insalubre e poluído. Nem o acesso aos serviços básicos, como saneamento, era garantido para muitos dos trabalhadores que ora tinham que se instalar em comunidades favelizadas, ora contavam com habitações em bairros que não possuíam infraestrutura adequada.

Com relação aos espaços de lazer dos operários da Cidade Industrial de Contagem, há poucos registros. Como a região onde se instalaram as fábricas era exclusivamente destinada ao funcionamento de indústrias, não havia lugares designados ao lazer. Uma das poucas atividades de lazer dos trabalhadores sobre a qual há algum registro é relacionada ao futebol. A fábrica de cimentos *Portland* Itaú e a ESAB (Eletrossolda Autógena Brasileira S/A), por exemplo, tiveram times de futebol que disputaram campeonatos promovidos pela Federação Mineira de Futebol (FMF). Na fábrica de cimentos *Portland* Itaú, foi criado o Itaú Esporte

Clube[94] "em 1º de abril de 1946, já na década de 50 foram criados os seguintes times: Esporte Clube Cidade Industrial, em 1º de agosto de 1950; C. A. Santa Elizabeth, em 12 de outubro de 1954; União Têxtil São Geraldo (Vila São José) e o Esporte Clube Dom Bosco (Jardim Industrial, 1ª Seção), em 1º de janeiro de 1959" (Fonseca, 1978, p. 417). Nas décadas de 60 e 70, por seu turno, foram fundados os seguintes times:

> Esporte Clube Recanto Azul (Bairro Amazonas), em 1º de Outubro de 1960; Grêmio Esporte Clube (Bairro JK), em 22 de agosto de 1962; Olympico Esporte Clube, em 12 de agosto de 1962; Bangu Futebol Clube (Bairro JK), em 9 de maio de 1964; Associação Esportiva Água Branca, em 5 de maio de 1967; Juventus Futebol Clube, em 1º de 1970; Pohlig-Heckel Esporte Clube, 13 de fevereiro de 1970, reorganização (sua fundação ao que parece foi em 1963); ESAB Esporte Clube, em 1º de março de 1970; Santa Fé em 12 de outubro de 1970; Armo Clube em 15 de janeiro de 1971; Trefilaria Esporte Clube, em 1º de março de 1971; Fluminense Esporte Clube (Bairro Industrial), em 7 de outubro de 1971; Áster Futebol Clube, em 20 de janeiro de 1972; Imperial Futebol Clube (Bairro Industrial), 1º de outubro de 1975; Dalans Esporte Clube (Vila São Paulo), em 22 de maio de 1977; Unidos Futebol Clube (Água Branca), em 1978. (Fonseca, 1978, p. 418).

Embora Fonseca (1978) tenha registrado um número maior de fundação de times de futebol entre as décadas de 40 e 70 do século XX – aproximadamente 48 clubes –, detive-me em relacionar os clubes que foram fundados na Cidade Industrial e nos bairros limítrofes. Assim, os trabalhadores dessas empresas tinham como atividade de lazer o futebol, que lhes propiciava momentos de distração, mesmo que esses momentos fossem regulados pelas indústrias.

Durante a pesquisa, não tive contato com fontes que se relacionem com outros espaços destinados ao lazer de trabalhadores e de seus familiares. Falar desses espaços destinados à distração e ao lazer é conhecer uma perspectiva da vida dos operários que se efetiva fora das fábricas e que ajuda a interpretar outros aspectos de sua vivência cotidiana. Dos espaços destinados ao lazer que Geraldo Fonseca (1978) menciona em seu livro *Contagem perante a história*, todos se localizam nas mediações da sede do município ou próximo a ela, nem sempre sendo tal ponto acessível aos trabalhadores da Cidade Industrial. Assim, a expectativa é de que o inventário participativo possa colaborar no mapeamento e no posterior registro de lugares destinados ao lazer dos operários.

Promover o contato da comunidade com a rememoração dos fatos alusivos à dimensão da vida privada dos operários seria, portanto, uma oportunidade de refletir sobre a influência que a indústria exerce nesse aspecto da vida dos trabalhadores. Consequentemente, a memória

[94] O Itaú Esporte Clube de Contagem teve dois homônimos: o Itaú Esporte Clube da cidade de Itaú de Minas e o Itaú Esporte Clube da cidade de São José da Lapa. Os três times eram das fábricas de cimento que a Companhia Cimento *Portland* Itaú tinha no estado de Minas Gerais.

se torna uma forma de compreensão desse território industrial e das relações que se estabelecem nele. Conhecer a memória dos operários nos dá uma compreensão das tensões e das disputas que envolveram os trabalhadores nesses espaços dentro e fora das fábricas.

Sendo assim, neste capítulo procurei discutir a formação da classe operária destacando a sua composição e a sua heterogeneidade, além de abordar a atuação das mulheres que também foram fundamentais nas lutas dentro e fora das indústrias. Também foram discutidos o processo de estabelecimento dos operários da Cidade Industrial de Contagem e as dificuldades que estes tiveram que suplantar. Outro aspecto abordado no texto foi a situação de precariedade que acompanha a história da classe trabalhadora, situação essa que deixou sua marca nas pessoas que se assentaram na região em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida.

No próximo capítulo, abordarei as possibilidades de preservação do patrimônio industrial através dos suportes de memória operária e, a partir disso, tratarei da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves como lugar de produção e comunicação dessa memória operária.

Capítulo 3: Os operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias e a preservação do patrimônio industrial através da memória

3 Os operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias e a preservação do patrimônio industrial através da memória

> Esse "ocultamento" das relações sociais na sociedade capitalista, no limite, faz as coisas se tornarem "protagonistas" da nossa percepção sobre o mundo, a ponto de fazer parecer que o mundo é produzido pelas coisas. Tal movimento ofusca, assim, a história de relações de trabalho, das relações de exploração, e consequentemente ofusca a memória daqueles que produziram as coisas que nos cercam (Souza, 2021, p. 173-174).

Quando se fala em patrimônio industrial, logo se pensa nas transformações ocorridas a partir das indústrias ou na robustez da tecnologia empregada e, por vezes, esquece-se de que a industrialização não é fruto apenas das máquinas. O funcionamento de todos os processos de produção de uma indústria só se realiza porque, por trás de todo o aço, ferro e barulho das máquinas, há operários que dão sentido e que movimentam esse sistema de produção. Conforme citado por Souza (2021) no trecho acima, as relações da sociedade capitalista acabam ocultando a memória e a história de trabalhadoras e trabalhadores das indústrias.

Maria Ciavatta (2012), em seu artigo *O Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia*, menciona que, nas pesquisas que realizou sobre fotografias de trabalho e de trabalhadores no início do século XX, durante as reformas realizadas no Rio de Janeiro, percebeu que ficou preservada uma "memória oficial". Ou seja, os responsáveis pelos registros se preocuparam mais em preservar as transformações ocorridas com a reforma pela qual o Rio de Janeiro passava, ao passo que os trabalhadores "aparecem nessas fotos como objetos semelhantes a outros elementos das imagens preservadas" (Ciavatta, 2012, p. 35). Ainda segundo a autora, em outras fotos, eles são agrupados disciplinadamente como a "grande família" da fábrica (*id.*, 2000, p. 72). Embora Ciavatta esteja trabalhando com a memória de trabalhadores do Rio de Janeiro apenas através das fotografias, sua contribuição nesta dissertação é importante, pois, além de mostrar que a representação do trabalhador é sempre secundária quando se estuda o universo das fábricas, sugere a viabilidade de se conhecer a memória de operários pelas fotografias. A autora também discute, em seu artigo (Ciavatta, 2012), a falta de fontes produzidas por trabalhadores e como muitos dos arquivos[95] não tratam adequadamente essas fontes.

[95]Segundo Ciavatta (2012), "salvo o Arquivo Edgar Leuenroth, o AMORJ, o Centro de Memória da UNESP e o arquivo da CGIL que têm, entre seus objetivos, a preservação da memória dos trabalhadores, os demais arquivos investigados estão destinados, por força do poder político de quem os organizou, a preservar o que denominamos de 'memória oficial'. Esta é conservada pelo Estado, pelo Município ou por grandes empresas. Ali estão presentes os grandes momentos de sua história, os seus homens ilustres em homenagens e comemorações, as

Além de trazer uma reflexão sobre o uso de fotografias para se conhecer a memória dos operários, Ciavatta (2012) demonstra que o desenvolvimento industrial teve um papel fundamental no processo moralizador de definição do "homem de bem": trabalhador, enquadrado em padrões sociais e familiares. Assim, percebe-se que há uma preocupação em criar uma imagem do trabalhador dentro da nova ideologia de progresso em que a indústria é o principal vetor dessa transformação do país num sentido "modernizante". Nas palavras de Ciavatta (2012), "Para os industrialistas, o agente da transformação social ou do 'progresso' seria a indústria. Enfatiza-se a identificação do crescimento industrial e da divisão social do trabalho" (Ciavatta, 2012, p. 40).

O início do século XX no Brasil tem na indústria o seu ideal de "progresso" e cria um estereótipo de operário que se adeque a esse ideal. Muito do que Ciavatta (2012) discute, em seu artigo, oportuniza avaliar as possibilidades de conhecer a memória dos operários, bem como provoca reflexões sobre como esses indivíduos foram representados. Portanto, compreender como esses trabalhadores foram apresentados e representados, através de fotografias ou de outros meios, outros suportes, é trazer para o debate a discussão acerca de como interpretar essas fontes sem perder de vista a sua relevância para a percepção do papel desses indivíduos dentro e fora das indústrias. E, nesse sentido, tais informações podem servir de subsídio para se (re)pensar o que entendemos como patrimônio industrial.

Em texto intitulado *A Metrópole e os lugares de memória operária: o sentido político da permanência*, apresentado no Simpósio Ibero-Americano "Cidade e Cultura" (SILACC) no ano de 2010, o Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical da Universidade de São Paulo (USP) discutiu sobre a memória operária como uma forma de preservação do patrimônio industrial. No texto, o grupo argumenta sobre a importância da preservação dos lugares de memória operária que não aparecem nos debates sobre tema. De acordo com seus membros:

> Quando muito, aparece o patrimônio industrial, mas este é associado às fábricas, galpões industriais, ferrovias e maquinário, enfim principalmente aos meios de produção. No entanto, as políticas culturais esquecem que o patrimônio industrial é feito, também, daqueles bens que remetem a memória do trabalho vivo, trabalho humano criador de riqueza material. Ocultam, portanto, aquilo que testemunha a memória operária: os espaços de morar, da luta e resistência, da vida cotidiana do trabalhador, sujeito coletivo que, ainda, permanece ausente na memória nacional. (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical – USP, 2010).

Logo, percebe-se que as políticas de preservação do patrimônio industrial deixam à margem do processo os trabalhadores. O ocultamento dessa dimensão do patrimônio

---

obras de transformação das cidades, as fábricas, as empresas de serviços, os eventos sociais e artísticos." (Ciavatta, 2012, p. 43).

industrial faz com que se produza uma preservação limitada do patrimônio industrial. A meu ver, a exclusão da memória do operário das práticas de preservação do patrimônio industrial cria um vazio que não se preenche com o tombamento de edificações e/ou bens materiais. Sendo assim, desconsiderar da preservação a memória do operário se traduz apenas em manter/tutelar edificações e/ou bens materiais que não expressam, por si só, toda a dimensão histórica e cultural da industrialização.

Henri-Pierre Jeudy (2005), em seu livro *Espelho das Cidades*, traz uma reflexão bastante interessante sobre a preservação dos resquícios industriais e sobre qual é papel do trabalhador dentro desse processo de patrimonialização. Porém, Jeudy alerta para a sensibilidade que se deve ter ao tratar da preservação dos vestígios dos operários, evitando que se produza uma representação desconexa com a realidade desses trabalhadores. Assim, importa pensar no operário não apenas nas atividades que ele desenvolve dentro da indústria. As relações desenvolvidas fora das indústrias também são parte desse patrimônio industrial, que não está restrito ao ambiente de trabalho. Conhecer os espaços em que os operários e seus familiares convivem fora do local de trabalho é dar visibilidade a uma dimensão da vida do operário que está ligada aos espaços e aos momentos de lazer, de reivindicação, de luta e da vida cotidiana. Portanto, analisar essa dimensão da vida do trabalhador é uma forma de evidenciar os elementos de sua vivência que, de certa forma, trazem importante contribuição para a constituição de uma memória operária. Desse modo, importa pensar em exemplos concretos relacionados a Contagem e nos desafios de se considerar o "patrimônio industrial", incluindo a memória do operariado não apenas através da sua rotina de trabalho, mas procurando entender os aspectos da presença desses indivíduos fora das fábricas. Nesse sentido, espera-se que a produção do inventário participativo possa ajudar no mapeamento desses lugares.

Os primeiros operários para suprir a demanda por mão de obra nas indústrias de Contagem começam a chegar no início da década de 40 do século XX. Uma das primeiras indústrias a iniciar a sua atividade na Cidade Industrial Coronel Juventino Dias foi a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Assim, iniciava-se a atividade de uma das primeiras metalúrgicas de Contagem. Scarpelli (2019) ressalta que, entre os anos de 1941 e 1947, havia apenas dez indústrias instaladas na região, e o número de pessoas empregadas nessas empresas não chegava a mil (Scarpelli, 2019, p. 54). Portanto, na primeira década de seu funcionamento, a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias não estava ainda em pleno funcionamento. Além disso, segundo Scarpelli (2019), "a lentidão da ocupação da Cidade Industrial se deve em parte ao contexto da Segunda Guerra Mundial, também devido ao fim

do Estado Novo, a saída de Vargas da presidência, e as sucessivas mudanças no governo de Minas Gerais entre 1945 e 1947[96] que de certa forma retardaram a instalação de novas fábricas" (*ibid*., p. 54).

Consequentemente, a falta de estrutura e a péssima situação dos trabalhadores das indústrias de Contagem se deve em parte a essa falta de estabilidade econômica causada pela guerra em curso na Europa e às mudanças políticas ocorridas tanto na esfera estadual quanto na federal. Além das questões externas e políticas pelas quais o país passava, havia também, segundo Fabiano Rosa de Magalhães (2014), um discurso socialmente compartilhado que associava o progresso econômico do estado à instalação de indústrias:

> Forjava-se no discurso político mineiro, o discurso-mito da indústria como via para o progresso. As chaminés das fábricas inspiravam uma confiança tamanha que o próprio Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, em um discurso proferido no início dos anos de 1950, via o progresso assentado em "cada golfada de suas chaminés (das fábricas)". Ironicamente, as mesmas chaminés que originalmente foram apresentadas como sinônimo de progresso, duas ou três décadas depois tornar-se-iam símbolos da poluição causadora de sérios problemas respiratórios na população (Magalhães, 2014, p. 248).

Destarte, o tão sonhado progresso por meio da industrialização no estado de Minas Gerais, idealizado pela elite mineira, aconteceu sem que se preocupasse com a saúde e com o bem-estar dos operários. O estabelecimento de indústrias em Contagem era visto como um símbolo de modernidade, e, para os agentes da elite mineira, a industrialização "era uma forma de conduzir o estado ao progresso econômico e social, já que aumentaria a empregabilidade" (Magalhães, 2014, p. 247).

Ao ser implantado, o novo parque industrial de Minas Gerais carecia das infraestruturas necessárias para o funcionamento das atividades. A situação se tornou mais grave ainda aos trabalhadores, pois não dispunham de nenhuma política pública que os atendesse. Além de enfrentar as dificuldades de locomoção, não havia terrenos disponíveis para a construção de habitação para os operários. A falta de moradias foi um dos grandes problemas enfrentados pelos trabalhadores, e, segundo Magalhães (2014), essa seria a primeira contradição associada ao processo de industrialização, configurando-se, assim, no "primeiro direito negado ao trabalhador que seria o de moradia[97], ou de modo mais amplo, o

[96] Entre 1945 e 1947, o governo de Minas Gerais teve cinco interventores (Scarpelli, 2019, p. 54).

[97] "Assim, paralelamente à cidade oficial, marcada pelos loteamentos e a presença de grandes indústrias, algumas das quais ligadas ao capital estrangeiro, uma cidade clandestina ia sendo erguida. Essa cidade era marcada pela precariedade das condições de infraestrutura básica e dos serviços. Tão logo as indústrias foram chegando, algumas vilas e favelas foram também surgindo, literalmente, da noite para o dia. A 'Vila dos Marmiteiros' foi uma das primeiras a ser erguida (1947). Depois foram surgindo outras, tais como a 'Favela da Vaquinha', que ficava nas proximidades da fábrica da Itambé, uma grande indústria de laticínios; 'Vila Itaú' (ou Dom Carmelo),

'direito à cidade[98]'" (*ibid.*, p. 249). Dessa forma, desde o seu início, o processo de instalação da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias é marcado pela exclusão dos operários, ou seja, o progresso pretendido pela elite mineira não levava em consideração a situação dos trabalhadores.

De acordo com Scarpelli (2019), "nesse contexto inicial – década de 1940 –, a luta que mais mobilizou os trabalhadores da Cidade Industrial foi por equiparação salarial, pois havia uma diferença na remuneração de quem trabalhava na capital, com relação a quem trabalhava em Contagem" (Scarpelli, 2019, p. 56). Essa diferença salarial mobilizou os operários de Contagem para as manifestações pedindo paridade[99] dos vencimentos.

Nos primeiros anos das atividades na Cidade Industrial, os operários não tinham uma entidade ou associação que os amparasse, e a primeira forma de auxílio foi com a "instalação do sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte que no ano de 1957 se estabeleceu em Contagem" (*ibid.*, p. 58). Se a situação, nas primeiras décadas de funcionamento da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, teve seus percalços para o empresariado, para o operário, a precariedade se acentuava ainda mais.

Ainda conforme Magalhães (2014), "outro direito que foi negado nesse movimento de industrialização aos operários, seria ao trabalho ou ao trabalho digno" (Magalhães, 2014, p. 251). Ao contrário do que esperançavam os operários, o que houve foi uma inclusão precária da classe trabalhadora nesse ambiente industrial e baixos salários. Ou seja, o quinhão dado aos trabalhadores não retratava a realidade à qual estavam submetidos e não contemplava os trabalhadores dentro do progresso almejado pela elite industrial.

Nesse primeiro momento da industrialização de Contagem, há também uma ausência de instituições que promovessem o auxílio e a proteção dos trabalhadores dos diversos ramos de atividades. Conforme já mencionado anteriormente, a primeira instituição de assistência ao trabalhador da Cidade Industrial surgiu apenas em 1957, que foi o Sindicato dos Metalúrgicos

---

nas proximidades da Fábrica de Cimentos Itaú; 'Vila Frigo Diniz', também no perímetro da Cidade Industrial. Esta última teria surgido a partir dos trabalhadores do antigo Frigorífico Diniz" (Magalhães, 2014, p. 251).

[98] "Direito à cidade" é uma expressão de autoria de Henry LeFevbre e, depois, discutida também por David Harvey. Sobre "Direito à cidade", ver LeFevbre (2009); Harvey (2014).

[99] Segundo Scarpelli (2019), o Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, dividia o Brasil em 22 Comissões de Salário Mínimo cujo objetivo era definir o valor do salário a partir de critérios regionais. Já em 1º de maio de 1940, o Decreto-Lei nº 2.162 instituiu o salário mínimo apresentando uma tabela com as regiões salariais. Nela, o estado de Minas Gerais foi dividido em duas zonas, uma formada por Belo Horizonte, Juiz de Fora, Nova Lima, Uberlândia e Uberaba, cujo valor do salário era maior do que aquele oferecido nas demais regiões do estado (Scapelli, 2019, p. 56).

de Belo Horizonte. A partir de então, o sindicato[100] dos operários metalúrgicos foi uma das primeiras organizações da classe trabalhadora a ter uma sede na Cidade Industrial.

Ou seja, os metalúrgicos tornaram-se a primeira categoria da classe operária a ter uma organização formal dedicada à defesa de seus direitos e de acolhimento das demandas dos trabalhadores (Scarpelli, 2019) *in loco*.

Sobre os metalúrgicos da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, há várias pesquisas realizadas. Muitos desses estudos são sobre as décadas de 60 e 70 do século XX devido à repercussão de greves ocorridas durante a Ditadura Militar. Durante essas décadas, os metalúrgicos se mobilizaram em greves principalmente contra o arrocho salarial.

Ao mesmo tempo em que os movimentos grevistas foram importantes no passado para a reivindicação de direitos, são igualmente significativos para o trabalho de memória dessa categoria, pois muitos dos vestígios sobre esses trabalhadores são dos períodos dessas greves que ocorreram entre 1968 e 1978.

Os registros documentais sobre os operários metalúrgicos de Contagem são comumente encontrados em sindicatos, arquivos ou instituições ligadas à proteção e à guarda de documentos sobre trabalhadores. Quando produzi o *Levantamento de fontes sobre os operários da indústria da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias em Contagem/MG*[101], foi perceptível quão complexo é fazer o levantamento e a coleta de fontes sobre operários.

Para a execução desse referido trabalho, foram realizadas pesquisas na internet com o objetivo de localizar essa documentação sobre operários metalúrgicos de Contagem. Primeiro foi realizada uma busca por instituições que tivessem alguma relação com a atuação de operários na indústria. Nessa etapa pude perceber que no Brasil há inúmeras instituições espalhadas em vários estados e que pesquisam ou mantêm acervos sobre o mundo do trabalho e sobre os operários. Importa destacar que esse mapeamento se deu exclusivamente pela internet, o que significa dizer que foram localizadas organizações que possuíam algum tipo de página na internet ou referência digital nas redes[102]. Em seguida, foram realizadas buscas por instituições que se relacionassem com o movimento operário de Contagem ou que disponibilizassem algum acervo sobre operários dessa região.

---

[100] A sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité, Sarzedo, Ribeirão das Neves, Nova Lima, Raposos e Rio Acima fica na Rua Camilo Flamarion, número 55, Bairro Jardim Industrial, Contagem/MG.

[101] Segundo produto técnico realizado para cumprimento dos créditos obrigatórios do curso do Mestrado Profissional do Iphan. Ver Ventura (2021).

[102] Na realidade socioeconômica do Brasil, sobretudo em cidades interioranas ou em realidades periféricas, nem sempre os arquivos possuem página na internet ou equipamentos que permitam conexão às redes.

O objetivo principal da pesquisa era coletar fontes sobre operários da indústria metalúrgica que atuaram na Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, assim cheguei às instituições propícias para se realizar o levantamento. A lista contemplou trinta instituições que trabalham direta ou indiretamente com a proteção e a preservação de documentos e/ou pesquisas e estudos, entre outras atividades relacionadas ao mundo do trabalho e a questões ligadas aos operários. Percebi que muitas dessas entidades de guarda e/ou preservação estão ligadas a universidades e desenvolvem pesquisas ou mantêm acervos sobre operários em várias regiões do Brasil. Algumas instituições – entre as selecionadas – não possuem vínculo com universidades, mas desenvolvem, de forma independente, a preservação de acervos e até mesmo pesquisas relacionadas ao mundo do trabalho e/ou a operários. A título de exemplo, cito o Centro de Memória Sindical (CMS), que atua na recuperação, na classificação e na organização de documentos históricos, promove pesquisa sobre movimentos de trabalhadores e elabora publicações de livros, entre outras atividades ligadas à temática. Por fim, foram acessados os sites das instituições e eliminadas aquelas que atuavam apenas em âmbito local ou regional ou não apresentavam relação com o objetivo do levantamento.

Logo, das 30[103] instituições, apenas 17 apresentavam potencial de acervos e/ou pesquisas que poderiam ter relação com os operários metalúrgicos de Contagem/MG. A partir disso, foi analisado o acervo digital das instituições e constatado que a maioria não apresentava referências a documentos relacionados ao movimento operário de Contagem. Deparei-me também com casos em que seus catálogos ou sua página virtual estavam desatualizados e não contavam, portanto, com informações que possibilitassem saber se havia algo sobre operários em Contagem/MG. Optei, então, por entrar em contato com as instituições através de e-mail ou em campo específico para contato através do próprio site.

A seleção e a escolha das instituições foram realizadas sempre pensando na expectativa de haver algum acervo que pudesse colaborar com a pesquisa em curso no âmbito do mestrado profissional do Iphan. Sendo assim, do total, apenas 17 instituições[104] tinham potencial de acervo sobre os operários de Contagem.

A atividade possibilitou não apenas o levantamento de fontes, mas também o contato e o acesso a instituições que se empenham em desenvolver atividades de preservação de documentos, bem como o desenvolvimento de atividades de estudos e pesquisas relacionadas

[103] As 13 instituições que não constam na lista do levantamento realizado foram descartadas porque se tratava de entidades que apenas tinham atuação local e não apresentavam acervo sobre operários da indústria em Contagem. Também descartei instituições que eram apenas promotoras de cursos na área do patrimônio cultural.
[104] Das 17 instituições com que realizei contato, 11 eram ligadas a universidades e apenas 6 eram centros de estudo ou entidades ligadas à causa operária. A lista com o nome das instituições encontra-se no apêndice.

com o mundo do trabalho e/ou o movimento operário. Foi um exercício que me permitiu constatar que reunir fontes sobre operários é uma tarefa complexa que exige mapear e pesquisar vários centros e arquivos espalhados por diversos estados – atividade realizada, muitas vezes, sem sucesso. Há uma difusão dessa documentação, que se encontra espalhada em diversas instituições, o que torna o trabalho mais difícil. A disseminação dessa documentação por vários centros de estudos e/ou arquivos demonstra que é necessário não somente preocupar-se com a sua preservação, mas também refletir sobre como é encarada a documentação sobre os operários no escopo do patrimônio industrial. Cristina Meneguello (2011) chama a atenção para a possibilidade de essa documentação, na ausência de uma intenção de guarda, desaparecer antes mesmo dos vestígios físicos por razão de vários fatores, entre eles o "fato de que os documentos podem ser encaminhados a diferentes acervos devido ao fim das operações da empresa ou mesmo às circunstâncias pela qual foi motivado o encerramento das suas atividades" (Meneguello, 2011, p. 1829).

Confirmando essa perspectiva de Meneguello (2011), é interessante destacar que as fontes levantadas encontravam-se em instituições fora do estado de Minas Gerais. A maior parcela de documentos foi disponibilizada pelo Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ[105], onde encontrei boa parte dos registros sobre operários metalúrgicos da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. A maioria desses documentos é relacionada à atuação desses operários no sindicato ou em entidades ligadas à sociedade civil.

Apesar de fragmentados em vários centros de estudo, esses documentos são resquícios da ação dos operários, seja nos sindicatos, reivindicando melhores condições de trabalho, seja fora das indústrias, exigindo a garantia dos direitos sociais. É importante que se compreenda que essas fontes são uma parcela do que foi produzido pelos e/ou sobre os operários metalúrgicos das indústrias da Cidade Industrial. Entrar em contato com essas fontes documentais permite conhecer uma parte da memória desses trabalhadores e possibilita rememorar fatos que estejam relacionados com o trabalho e a vida operária em Contagem.

Esses vestígios documentais sobre operários permitem mergulhar em um universo de ação dos trabalhadores, considerando, aqui, os arquivos também enquanto lugar de memória (NORA, 1993). Destarte, os vestígios adquiridos junto aos centros de memória e arquivos trazem à luz parte da história de luta e das reivindicações desses operários, permitindo-nos

[105] O AMORJ está localizado no Largo São Francisco de Paula, nº 01, na Cidade do Rio de Janeiro, e é ligado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trata-se de um arquivo cujos organizadores são pesquisadores que estabelecem relação direta com movimentos sindicais de várias categorias e militantes de partidos políticos que veem neste arquivo um lugar de interlocução em termos de preservação de vestígios de suas atividades e de suas pautas de luta.

também acessar certos elementos de sua vida cotidiana e seus esquemas de (sobre)vivência em diferentes ambientes fabris.

Assim, tratados como lugares de memória, os arquivos podem oferecer uma compreensão, mesmo que fragmentada, de quem eram e o que faziam esses operários dentro e fora das fábricas, contribuindo, portanto, com informações a serem mobilizadas e trabalhadas em ações educativas e num possível inventário participativo em Contagem. Nessa perspectiva,

> Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade de uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação (Nora, 1993, p. 12-13).

Então, é preciso atentar para a análise dos lugares de memória nas três dimensões definidas por Nora (1993): material, simbólica e funcional. Para o autor, todos os lugares são investidos de memória; caberia, então, a interpretação dessa memória nas três dimensões sugeridas. Segundo Nora (1993), os lugares de memória são suportes materiais que guardam a memória coletiva. Para que isso aconteça, é preciso que a coletividade tenha interesse em depositar a sua memória em determinado lugar.

Em relação a uma possível valoração colaborativa do que seria patrimônio industrial em Contagem, não se tem aqui a pretensão de demonstrar que o uso dos documentos possibilitaria induzir a uma memória de operários. O objetivo é utilizar-se deles para se recorrer a outras memórias compartilhadas pela comunidade de atuais moradores da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. O que se propõe é que, com vestígios materiais dos operários e uso de ferramentas como o inventário participativo, por exemplo, consiga-se explorar como essas lembranças atuam na formação de uma memória operária, permitindo trabalhar essa memória no campo do patrimônio cultural. Segundo Candau (2011),

> Esse trabalho da memória nunca é puramente individual. A forma do relato, que especifica o ato de rememoração, "se ajusta imediatamente às condições coletivas de sua expressão," o sentimento do passado se modifica em função da sociedade. Encontramos aqui os testes de Halbwachs e a intuição de que, em toda anamnese, é impossível dissociar os efeitos ligados às representações da identidade individual daqueles relacionados às representações da identidade coletiva. Muitas de nossas lembranças existem porque encontramos eco a elas, observação que conduziu Halbwachs a elaborar a noção de "quadros sociais da memória". Por isso, é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade. Quando esse ato de memória, que é a totalização existencial, dispõe de balizas sólidas, aparecem as memórias organizadoras, poderosas, fortes, por vezes monolíticas, que vão reforçar a crença de uma origem ou uma história comum ao grupo. (Candau, 2011, p. 77).

Ainda que Candau (2011) problematize a noção de identidade coletiva, é importante pensar na relação entre a lembrança individual – a rememoração de cada indivíduo – e um possível sentimento de identidade coletiva.

Uma das formas de se ter contato com essa memória é, por exemplo, através do relato desses operários ou de seus familiares, cujas conexões sociais colaboram para a constituição de uma memória que é coletiva (Halbwachs, 1990).

Portanto, dedicar-se à preservação do patrimônio industrial através da memória dos operários da Cidade Industrial em Contagem é uma tarefa que remete à percepção desses trabalhadores que extrapola os muros das indústrias, a "pedra e cal". Essas fontes documentais são apenas fragmentos que são colhidos em arquivos, centros de estudos sobre operários e sindicatos que mantêm certo acervo sobre os operários. Interpretar o patrimônio através desses resquícios é também uma forma de reconhecer que uma parte do que poderia compor o patrimônio industrial pode surgir a partir da memória. Sendo assim, a iniciativa de produzir um inventário participativo com a comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves objetiva conhecer diretamente os vestígios do patrimônio industrial produzido pelos próprios trabalhadores e seus familiares em diferentes gerações.

Maria Ciavatta, em seu artigo *A memória dos trabalhadores de classe subalterna a construtores da democracia*, expõe a importância da preservação da memória pelos próprios trabalhadores, buscando ir além dessa "memória oficial" produzida ao longo das décadas (Ciavatta, 2002, p. 36). A documentação sobre os operários produzida pelas indústrias e pelos sindicatos não se constitui como a única fonte sobre esses trabalhadores. Para além das memórias produzidas pelas instituições, há também que se levar em consideração aquilo que os próprios operários guardam como vestígios do período em que trabalhavam nas indústrias, bem como em outras entidades das quais participavam. Para Ciavatta (2002), a falta de uma memória preservada feita *sobre* e *por* trabalhadores se deve a vários fatores, e a compreensão dessa memória não se restringe aos arquivos públicos e privados.

3.1 A memória dos metalúrgicos através dos suportes materiais

Para se conhecer a memória desses trabalhadores, é preciso buscar os diversos vestígios materiais que constituem seu universo. Ainda segundo Ciavatta (2002), "a memória é fragmentada, sendo que o sentido de identidade depende, em parte, da organização desses fragmentos, organização que varia conforme os momentos e as situações" (*ibid.*, p. 38). Dessa

forma, a autora chama a atenção para o fato de que a memória não é algo inteiriço, mas que se constitui de fragmentos. Portanto, o que importa destacar é que a forma como se abordam esses fragmentos é que se torna relevante para dar sentido à identidade de grupo.

Percorrer arquivos para se conseguir fontes documentais sobre a atuação de operários é uma tarefa árdua que exige o contato com vários acervos públicos e privados para que se possa refletir sobre informações evocadas por essas fontes. Por mais que se recorra a esses arquivos e acervos para coleta de fontes documentais sobre operários, é preciso se considerar também outros tantos vestígios produzidos e mantidos pelos próprios operários ou seus familiares de diferentes gerações. Muitos desses sujeitos mantêm lembranças por meio de registros pessoais, documentos de trabalho, fotografias, relatos e outros tipos de fragmentos que são relevantes para se pensar em uma memória individual ou mesmo coletiva da influência destes na indústria e na própria ocupação do espaço urbano. Assim, sempre que se pretender conhecer a memória de algum indivíduo ou grupo, essa acabaria por convegir para uma memória coletiva (Halbwachs, 1990).

Em seu artigo *Fragmentos da memória; o historiador e os arquivos pessoais*, Carlos Alberto Nogueira Diniz (2012) salienta que a "memória e a história têm como característica uma condição de 'fragmentação', e, dessa forma, ambas não podem ser representadas como um todo e de forma definitiva" (Diniz, 2012, p. 196). O que importa é saber como se utilizar desses fragmentos para que se possa ativar lembranças no sentido de se acionar uma espécie de memória coletiva. Pode-se dizer que a memória é seletiva e que nem tudo fica guardado ou memorizado (Pollak, 1992, p. 4). O processo de escolha do que será lembrado ou esquecido é, portanto, uma forma de tratar da memória a partir de vestígios.

Há uma infinidade de documentos e resquícios materiais do patrimônio industrial que, segundo Cristina Meneguello (2011), "para se preservar (ou descartar) é necessário conhecer, o que só é possível pelo estudo sistemático" (Meneguello, 2011, p. 1828). A busca por fontes de trabalhadores da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, em arquivos e acervos, foi uma das formas de entrar em contato com informações que possam colaborar no acesso às memórias sobre operários. Buscar essas fontes é uma tarefa que me fez refletir sobre como esse tema vem sendo tratado e como essas instituições estão realizando a preservação desses documentos. Embora os arquivos e os acervos concentrem dados sobre trabalhadores, não se pode deixar de considerar os vestígios que não se encontram em instituições, mas que também são relevantes. Refiro-me a evidências que acabam se tornando recordação de família, como uma carteira de trabalho, um uniforme, uma fotografia, algum instrumento de trabalho, relatos

orais ou qualquer outro indício que, guardado por ex-operários ou por seus familiares, tornam-se significativas fontes sobre estes trabalhadores.

Nas fontes documentais coletadas junto aos arquivos e aos centros de memória, o que percebi é que a maior parcela desses documentos são indícios que demonstram que havia uma grande mobilização em relação tanto aos problemas que afetavam o cotidiano desses trabalhadores e de seus familiares[106] quanto à reivindicação por aumento salarial. Porém, pensar na memória operária é ir além dos arquivos e dos centros de memória, ou mesmo de vestígios dos trabalhadores e de seus familiares; é poder compreender quais elementos ressoam para a comunidade escolar como algo que poderá integrar uma memória e uma identidade coletiva. A elaboração do inventário me parece, então, uma forma de abordar o patrimônio como algo que deve ser refletido coletivamente e comunicado através de ações educativas.

Nesse sentido, é preciso atentar para as sutilezas com relação às dinâmicas de exploração exercidas sobre esses trabalhadores. Segundo Jeudy (2005), o "patrimônio industrial opera uma 'metamorfose catártica': a visão retrospectiva da 'vida operária' tornou-se tão estética que as lembranças de exploração e dominação terminam constituindo quadros de um 'outro' mundo que nunca mais será o nosso" (Jeudy, 2005, p. 30). O autor nos provoca, assim, a pensar nos desafios que o campo patrimônio nos apresenta e que devem ser suplantados para que ele não se torne o legitimador de um sistema que oprime o trabalhador. Vale retomar a referência de Meneguello (2011), que diz que "essa dimensão do passado industrial, que inclui ex-trabalhadores, filhos ou netos de trabalhadores e a comunidade circundante, muitas vezes entra em cena e possibilita a atuação organizada de grupos pela proteção de algum bem em específico, trazendo desse modo, o patrimônio industrial para a arena de debate político e civil" (Meneguello, 2011, p. 1819).

Essas questões levantadas por Jeudy (2005) e Meneguello (2011) relacionadas ao mundo do trabalho geram uma reflexão sobre a condição do trabalhador que por vezes é explorado, privado de direitos sociais e domesticado para a atividade laborativa. Portanto, a dedicação ao estudo da memória operária é também uma forma de compreensão das dinâmicas de exploração a que tais trabalhadores estiveram suscetíveis.

[106] No trabalho técnico que realizei a respeito do levantamento de fontes sobre operários da Cidade Industrial de Contagem, tive como respostas dos arquivos e centros de memória fontes documentais que, em sua maioria, estão ligadas à atuação desses operários nos sindicatos, cobrando melhores condições de trabalho e/ou de salário. Em menor quantidade, há também jornais de bairros que trazem questões ligadas aos direitos sociais, demandando algum direito social ou a melhoria daqueles já existentes (Ventura, 2021).

Segundo Roseli Figaro (2008), o mundo do trabalho pode ser definido da seguinte forma:

> Conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam tais atividades. É um microcosmo da sociedade, que embora tenha especificidade, é capaz de revelá-la. (Figaro, 2008, p. 92).

Os vestígios produzidos pelos próprios operários são escassos, ou seja, quase sempre são produzidos por terceiros no singular ou no plural. Assim, compreendemos que a memória dos operários se faz apoiada em documentos que, na maioria das vezes, são selecionados pelas instituições[107], porém há outras fontes e formas de evocar essa memória. Uma das possibilidades é a participação da comunidade com relatos e/ou com a mobilização de artefatos próprios ou de algum familiar que apontem para esse passado. No caso desta dissertação, optou-se por investigar a memória operária a partir dos vestígios materiais que a comunidade escolar ainda possui, de modo a compreender como eles seriam capazes de ressoar para todo o grupo. Objetos, pertences, fotografias, acesso a espaços onde esses trabalhadores transitavam ou qualquer outro suporte podem ajudar na compreensão de quais elementos repercutem entre os sujeitos como algo a ser preservado. Sandra Pelegrini (2008) lembra que "[...] precisamos estar atentos para não incorremos no equívoco de subestimar a capacidade e a vontade de grupos ou comunidades em defender seus próprios interesses, seus modos de viver e pensar o mundo com um olhar que sugere a compreensão de si e do outro" (Pelegrini, 2008, p. 149). Assim, o protagonismo nos processos de valoração do patrimônio industrial fica com aqueles que são os mais interessados e que vivem essa cultura que é a comunidade que os circunda.

3.2 As possibilidades de preservação do patrimônio industrial de Contagem através da memória dos operários

Antes de refletir sobre as possibilidades de preservação do patrimônio industrial através da memória dos operários da Cidade Industrial de Contagem/MG, é necessário pensar

[107] Aqui me refiro ao fato de que toda ação de preservação é igualmente uma ação de seleção.

em como realizar tal abordagem sem criar uma representação que desconsidere todos os desafios e os perigos enfrentados por essa categoria de trabalhadores. Henry-Pierre Jeudy (2005) chama a atenção para que o patrimônio industrial não seja apenas a representação de um sistema de produção sem que antes se reflita sobre os problemas gerados pelas indústrias e suas implicações na vida do operário.

> Um verdadeiro revelador, o patrimônio industrial visava mostrar aquilo que nunca ninguém quisera ver: como se passava a exploração do homem. O propósito era tornar objetiva a total ambivalência, com referência aos "instrumentos de trabalho", entre a representação da tortura e da grandeza da humanidade. Exibida, colocada no museu, passada pelas mãos dos arqueólogos, etnólogos e conservadores, essa ambivalência que se manifestou cada vez que se pensou em conservar ou destruir os "instrumentos de trabalho", por ocasião de revoltas e de insurreições, desapareceu: foi inteiramente esvaziada de sua intensidade vivida, para se tornar o resumo objetivo de uma história de bravura. Para dizer a verdade, ela foi cindida em dois modos de representação: de um lado, a estética populista da transmissão dos savoir-faire; de outro, a lembrança dos sofrimentos do "mundo operário" (Jeudy, 2005, p. 29).

Portanto, o cuidado com esses vestígios é uma constante para que não se reproduza uma narrativa descolada da realidade do operário dentro e fora das indústrias. Com efeito, o trabalho com a memória nos leva a direcionar nosso olhar para além das funções exercidas dentro das fabricas. As condições materiais e de existência desses trabalhadores, bem como as relações geradas a partir dessa conjuntura, são relevantes para a produção do inventário participativo.

Nesse sentido, menciono mais uma vez os relatos feitos por Hernandez (2004), que, em seu livro *Memória Operária*, traz uma descrição dos operários metalúrgicos da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias e da sua condição de trabalho e de vida. Em um trecho do livro, Hernandez (2004) narra a situação de operários que trabalhavam com galvanização:

> Os homens da galvanização se movem como sombras, correm, saltam, escondem das explosões, voltam a aparecer no galpão estreito, úmido, obscuro e sujo. O ambiente carregado de partículas de diversos ácidos é nocivo a saúde. Por isso, lá trabalha só gente forte, que fica doente e não recebe o adicional de insalubridade. É mais do que evidente que a galvanização é uma operação insalubre. Os rostos sérios e tristes. Em toda a fábrica se brinca, se caçoa: na galvanização, não. É trabalho duro e mal remunerado. (Hernandez, 2004, p. 123).

Em outra passagem do livro, Hernandez (2004) relata um acidente ocorrido com um colega de trabalho apelidado de Curiango. No trecho, ele diz que:

> Era um sábado, 10 horas e pouco da manhã. Estava esmerilando um monte de peças pequenas. Uma das peças, das últimas, quando o Curiango começou a ficar cansado e distraído com a monotonia, foi puxada pelo esmeril, arrastando consigo as pontas dos dedos polegares. Foi um rápido momento apenas para tirar as mãos da pedra do

> esmeril e jogar a peça fora! [...] O Curiango correu a enfermaria. O enfermeiro não estava lá. Procurou o chefe de expedição para ver se havia algum carro que o levasse ao hospital. O chefe disse que não havia carro disponível. Vários chefes davam palpites, mas ninguém resolvia nada. E o pátio estava cheio de carros de encarregados e chefes. (*ibid.*, p. 29).

Os relatos feitos por Hernandez (2004), em vários outros trechos do livro, dizem muito sobre a condição de trabalho à qual os operários estavam submetidos. Em outra parte do livro, ele menciona uma situação de trabalho infantil descrevendo que, em uma fábrica de borracha sintética, "quase todos os operários [...] [eram] menores, 50 adolescentes de 13 a 17 anos, trabalhando dia e noite" (*ibid.*, p. 60), e que esses menores operavam máquinas, prensas, máquina de corte, esmeril.

Além dos relatos sobre as condições de trabalho nas fábricas, Hernandez (2004) traz, em seu livro, trechos em que expõe a situação desses operários no dia a dia fora do ambiente de trabalho. Muitos dos relatos falam do cotidiano e das conversas entre os companheiros de trabalho.

> A companheira do Curiango, antes de se casarem, morava num barracão atrás da Supergasbrás, sem forro por onde se filtrava o pó de uma borracharia. Barracão ajeitado, de quatro cômodos, onde a família de nove pessoas, a mãe, sete filhos e uma sobrinha, se apinhava em beliches. Na cozinha estreita e aconchegante, à luz das velas, se lembrava o passado na roça, contavam-se histórias, faziam projetos... [...]. (*ibid.*, p. 67).

Nascimento e Scifoni (2015), em artigo intitulado *Lugares de memória: trabalho, cotidiano e moradia*, evidenciam as mudanças ocorridas principalmente a partir da década de 1990, as quais promoveram uma transformação nas condições dos operários brasileiros devido à reestruturação produtiva e de políticas neoliberais.

> Sobretudo, quando pensamos na memória dos trabalhadores industriais urbanos, do operariado, que foi declarado sujeito social invisível após as mudanças no mundo do trabalho que se operaram ao longo da década de 1990, com a reestruturação produtiva e com a consolidação da ideologia e das políticas neoliberais. Contraditoriamente, mesmo no momento atual em que se afirma cada vez mais o peso decisivo da produção de mercadorias industriais na vida cotidiana, para Beaud e Pialoux (2009), tornou-se impróprio e quase um tabu tratar dos problemas do mundo operário. Assim, não se fala mais do operário, mas agora da figura do colaborador, que neutraliza os conflitos e a luta de classe. Além disso, está em xeque a própria constituição da condição operária, doravante fragmentada entre situações diferentes e opostas como o trabalho regulamentado versus a precarização. (Beaud; Pialoux, 2009 apud Nascimento; Scifoni, 2015, p. 70).

As transições que ocorreram no mundo do trabalho no final do século XX e início do século XXI trouxeram mudanças não apenas na forma de organização dos trabalhadores, mas também nas condições de trabalho e de existência. Se antes os operários lutavam por melhores condições de trabalho e de vida, atualmente, além da fragmentação da classe trabalhadora, há

igualmente a mudança das leis e a precarização do trabalho. Por isso, Nascimento e Scifoni (2015) manifestam, em seu artigo, a "urgência de se produzir inventários dos lugares de memória operária que coloquem na centralidade da discussão a dimensão do cotidiano a partir das condições do trabalho na cidade, dos problemas da produção do morar e das lutas, seja pelo trabalho, seja pela apropriação e uso do espaço urbano" (Nascimento; Scifoni, 2015, p. 71).

Assim, algumas das possibilidades que se apresentam como formas de se conhecer e atentar para a preservação do patrimônio industrial é rememorando essa experiência operária mediante seus vestígios em sindicatos e associações de bairros, as atividades laborativas dentro das indústrias, o cotidiano familiar, as experiências de vida, as relações com a família, as moradias, o lazer, entre outros aspectos que também fizeram ou fazem parte da existência dos operários[108]. Dessa forma, realizar um inventário participativo pode ajudar a refletir sobre as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e que, cada vez mais, desviam o foco dos debates gerados pela luta dos operários e fragmenta a noção de classe.

A precarização do trabalho e a mudança na legislação, bem como as políticas neoliberais, tornaram a classe operária cada vez menos mobilizada para as questões com as quais é necessário um vínculo de classe.

Nascimento e Scifoni (2015) discorrem sobre a importância da preservação dos lugares de memória operária como uma das formas de se manter viva a memória desses trabalhadores.

> A preservação dos lugares de memória operária fundamenta-se na trajetória de luta política dos trabalhadores e dá visibilidade aos espaços daqueles que por poucas vezes tiveram lugar e oportunidade. Adquire sentido também político, já que a memória é uma estratégia de transformação da sociedade, como o são, as práticas de preservação do patrimônio. Insere o mundo do trabalho na complexa teia das lembranças e dos esquecimentos que são as proteções por lei de artefatos da cultura material, ampliando suas possibilidades seletivas. (*ibid*., p. 80).

Desse modo, é possível pensar que os lugares de memória operária ficam sob risco em razão destas transformações que vêm ocorrendo: a precarização das condições de trabalho; mudanças nas leis trabalhistas; trabalhadores em empregos sem vínculo trabalhista ou exercendo atividades mal remuneradas; e extensas jornadas de trabalho. Todos esses elementos retratam um "contexto de mudanças profundas e [de] complexificação do mundo do trabalho em que se declara a invisibilidade de um sujeito trabalhador [...]" (*ibid.*, p. 71). As mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, em certa medida, desmobilizam a noção

[108] Sobre o cotidiano dos operários ver o filme *Eles Não Usam Black-tie*, de 1981, sugerido anteriormente.

de identidade de classe e de memória operária. Nesse sentido, o inventário participativo pode contribuir para animar uma discussão entre a comunidade escolar sobre a existência e a importância de uma dimensão do cotidiano a que está sujeito o trabalhador, "a partir das condições do trabalho na cidade, dos problemas da produção do morar e das lutas, seja pelo trabalho, seja pela apropriação e uso do espaço urbano" (*ibid.*, 2015, p. 71). Esse inventário pode, igualmente, servir como instrumento de reflexão sobre o papel da memória.

Algumas questões surgem quando se analisa o processo de industrialização ocorrido em Contagem, as quais servem de reflexão sobre a memória operária. Como entender a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias como um lugar de memória constituído ao longo do tempo? Como trabalhar a memória operária levando em conta os impactos gerados na organização urbana? Qual é a relação estabelecida entre a Cidade Industrial com o seu entorno? Como os vestígios colaboram para acionar a memória operária? As questões acima nos ajudam a acionar diferentes formas de interpretar a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias como um objeto do campo do patrimônio. Não é uma tarefa fácil definir quais seriam os elementos que representariam os operários de Contagem. Mesmo que se mergulhe na documentação sobre esses trabalhadores ou em outros vestígios, sempre haverá muitas lacunas, além do mais, a interpretação sobre essa cultura material operária sempre se dará com interesses e inquietações do presente.

Nesse sentido, a definição do que poderia ser valorado como representativo da classe operária não deve se dar por um ato tecnocrático. A participação da sociedade, e em especial dos próprios operários e/ou seus familiares, é importante para que não se incorra no erro de produzir narrativas que não tenham significado para a comunidade da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. Destarte, é importante que se percebam os impactos gerados pela indústria na vida profissional e social dos sujeitos nessa complexa teia de relações que se estabelecem entre o trabalho nas fábricas, a casa, a família, as instituições de proteção do trabalhador e as associações de bairro, em constante (re)criação de dinâmicas de (con)vivência e sobrevivência. As questões sociais trazem à tona a condição de vida desses trabalhadores e sua experiência com a cidade, as dificuldades relacionadas ao deslocamento urbano e a exposição à poluição, aspectos que sempre foram negligenciados pelas próprias indústrias e pelos órgãos públicos.

Portanto, o que pode ser considerado como vestígio de memória que nos permita conhecer as transformações históricas da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias? Quais são os elementos que poderiam compor o patrimônio industrial levando em consideração a

memória do trabalhador operário? Como o trabalhador operário ou seus familiares se inserem nas questões do patrimônio industrial?

As indagações servem de norte para se pensar no operário a partir de vestígios de memórias capazes de produzir uma espécie de identidade de grupo. Segundo Candau (2011), a identidade de grupo se ancora nas lembranças que vão alimentando o sentimento de pertencimento individual. Ainda segundo o autor, a "lembrança tal como ela se dispõe na totalização existencial verbalizada, faz-nos ver que a memória é também uma arte da narração que envolve a identidade do sujeito e cuja motivação primeira é sempre a esperança de evitar nosso inevitável declínio" (Candau, 2011, p. 72).

Nessa perspectiva, o inventário participativo se torna um instrumento de construção de diálogo e um norteador do conhecimento da memória operária a partir das lembranças da comunidade escolar. Assim, os vestígios materiais da vida operária podem colaborar para a construção de um sentimento de identidade, permitindo avaliar a viabilidade de preservação de um patrimônio reconhecido coletivamente.

A participação das pessoas nesse processo de escolha é importante para propiciar o reconhecimento e a apropriação do patrimônio pela sociedade. Destarte, o trabalho de memória relacionado a trabalhadores é parte desse processo que envolve a participação da comunidade escolar no mapeamento e na seleção das referências culturais relacionadas com os operários. Afinal de contas, qual seria o objetivo de se preservar a memória operária se esta não repercute na comunidade escolar? Qual o sentido de preservar o patrimônio sem que a comunidade escolar possa atuar ativamente no processo de escolha? Qual seria a utilidade de se trabalhar uma memória operária se ela não produz significado para a coletividade?

Um dos objetivos desta dissertação é entender como os grupos examinam e conjecturam a valoração de elementos que falem sobre um patrimônio industrial. A participação e a mobilização da população para as questões ligadas ao patrimônio encontram seu suporte no inventário participativo, que auxilia na investigação dos elementos que têm ressonância entre o patrimônio e a comunidade circundante. Assim, refletir sobre a memória operária é também vincular essas lembranças com aquilo que repercute na comunidade escolar, como os resquícios da atuação desses trabalhadores.

A memória operária, como algo a ser trabalhado, deve abranger esses sujeitos como indivíduos ativos e sensíveis às mudanças que o processo industrial provoca. Dessa forma, o inventário participativo pode possibilitar o entendimento da influência dos operários tanto nas conquistas dos vários direitos sociais e trabalhistas a partir da luta e da mobilização coletiva quanto na dimensão da vida privada. As condições de trabalho, de moradia e de sobrevivência

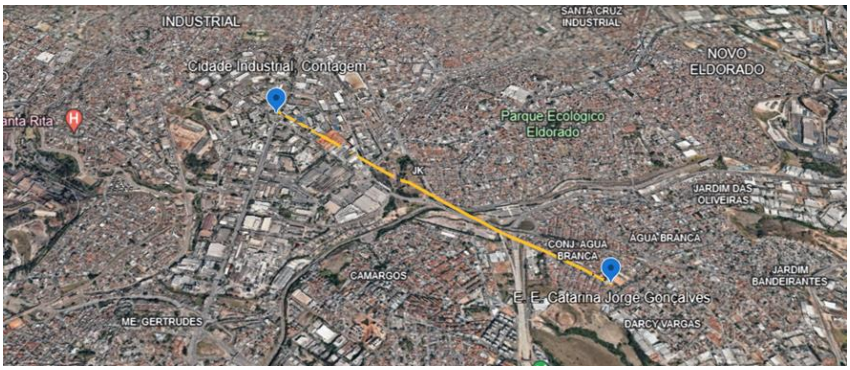
dentro desse cenário industrial são importantes para abordagem do trabalhador nessa perspectiva do patrimônio cultural. Dessa maneira, a proposição do inventário participativo é uma maneira de provocar a cooperação comunitária para a problematização de uma memória e uma identidade coletiva a partir dos vestígios da memória operária.

No capítulo quatro, portanto, serão propostas as ações educativas objetivando promover a participação da comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves a partir da elaboração do inventário participativo. A proposta do inventário é a de realizar o levantamento e a seleção dos elementos que ressoam para a comunidade escolar como representativos da memória dos operários de Contagem.

3.3 A Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves como lugar de produção e comunicação das memórias de operários

Ao abordar a memória operária dos trabalhadores da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, deparamo-nos com um outro olhar e com uma nova forma de se pensar o patrimônio industrial, pois acionamos a perspectiva do trabalhador. Com a finalidade de tentar entender o patrimônio industrial sob a ótica do operário, considerou-se a possibilidade de interpretação da memória desses trabalhadores a partir dos vestígios que a comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves preserva consigo nos seus espaços privados e que dizem respeito a esse passado industrial. Refletindo sobre as várias possiblidades de discussão sobre patrimônio industrial, a escola se apresenta como um lugar para a abordagem da memória operária mediante atividades que promovam o contato entre a comunidade escolar e as lembranças que se relacionam com o operariado. A seguir, delinearei e esboçarei um pouco da conjuntura histórica da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves, que se encontra em um bairro do entorno da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias.

Figura 05 – Localização da E. E. Catarina Jorge tendo como referência a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias



Fonte: Google Earth, 2024

A referida escola está localizada no bairro Conjunto Água Branca, que, como já dito, encontra-se nas adjacências da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. Na ocasião de sua construção, na década de 1970, a região foi escolhida como uma das opções que poderiam suprir a falta de moradias para os operários das indústrias instaladas no município. A planta do bairro foi realizada pela COHAB-MG (Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais) e, conforme a legislação daquela época, já estava prevista a criação de uma instituição de ensino básico no projeto.

Após a instalação das indústrias na Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, ocorreram diferentes ondas migratórias na região que se sucederam ao longo das décadas do século XX e deram origem a vários bairros às margens da rodovia BR-381 no sentido do município de Betim. Sendo assim, a conquista da moradia não foi nada fácil para quem quisesse se instalar próximo ao distrito industrial.

Como forma de tentar resolver o problema da habitação no estado, a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-MG)[109] promovia o acesso à moradia para operários de baixa renda, e é dentro desse contexto de crescente aumento da população e, ao mesmo tempo, da falta de terrenos a baixo custo para a construção de habitação que surge o Conjunto Água Branca. Assim como os demais bairros da região, o conjunto aparece como opção de moradia para operários da indústria que passaram a habitar no bairro em busca de maior comodidade devido à proximidade do parque industrial. O conjunto habitacional foi construído com o objetivo de minimizar os danos causados pelo problema da demanda de

[109] No ano de 1965, foi criada, através da Lei nº 3.403, de 02 de julho de 1965, a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-MG), que objetivava promover o acesso à moradia conforme já explicitado anteriormente na presente dissertação.

moradia na região[110]. Por ser um loteamento do programa da COHAB-MG, o bairro teve como prioridade o assentamento de famílias de baixa renda. O projeto foi realizado pela própria COHAB-MG e conforme a legislação estadual e federal daquela época. A planta já previa a construção de escolas, entre outras condições, para o lançamento de conjuntos habitacionais.

Posto isto, em 1978, foi criada, através de decreto estadual, a Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves, para viabilizar a educação na região. A fundação da escola obedece a uma série de recomendações para a implantação de conjuntos habitacionais. A resolução nº 1.808[111], de 29 de maio de 1978, previa, no seu artigo 9º, que "os conjuntos habitacionais construídos dentro do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) seriam dotados obrigatoriamente das obras e serviços de infraestrutura física (água, esgoto, galerias pluviais, pavimentação, energia elétrica e semelhantes) e dos equipamentos comunitários (escolas, ambulatórios, áreas de recreação, centros sociais, centros comerciais e semelhantes) considerados essenciais pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), em função das características de cada projeto específico". Assim, a fundação de escolas, bem como a implantação de outros serviços essenciais, já estava prevista no projeto do bairro desde seu planejamento.

O bairro Conjunto Água Branca foi contemplado com o estabelecimento de duas instituições de ensino público. Foi criada, pelo Decreto nº 19.462, de 16 de outubro de 1978, a Escola Estadual Guilhermino de Oliveira[112] e, no mesmo dia, através do Decreto nº 19.470, foi fundada a Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves[113]. Ambas foram construídas a partir do convênio entre a Secretaria de Educação de Minas Gerais e a COHAB com o objetivo de ofertar o ensino de primeiro grau no bairro, seguindo assim as orientações das legislações federal e estadual sobre o Plano Nacional de Habitação Popular.

O início das atividades da escola no bairro acontece em uma década de mudanças na legislação educacional do país. A lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, estabelecia as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus e previa um ensino voltado para o

[110] A Lei nº 6.955, de 21 de dezembro de 1976, dispõe sobre a participação do Estado de Minas Gerais no Plano Nacional de Habitação Popular – PLANHAP. Um dos objetivos do programa era diminuir o déficit de habitação no estado para famílias com renda equivalente a até 5 (cinco) vezes o maior salário mínimo vigente no país, ou até 22 Unidade Padrão Capital (UPC), admitindo-se o maior dos dois valores.

[111] A resolução 1.808/1978 dispunha sobre a aprovação do Convênio e Termo Aditivo celebrado entre o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o estado de Minas Gerais.

[112] A Escola Estadual Guilhermino de Oliveira fica localizada na Rua AL, nº 174, Bairro Conjunto Água Branca.

[113] A Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves fica localizada na Avenida Cinco, nº 133, Bairro Conjunto Água Branca. A partir do Decreto nº 23.397, de 06 de fevereiro de 1984, foi implementado o ensino de 2º grau na escola.

campo profissional. Dessa forma, as escolas tinham como um de seus objetivos preparar os alunos para o mercado de trabalho[114]. O ensino deveria se orientar para um modelo de educação em que se visava à formação profissional, de maneira a se adequar à realidade local ou regional.

Nesse contexto, é possível pensar em uma interdependência entre a indústria e o seu entorno, conforme afirma Scheneider (1976):

> Infelizmente, é muito fácil esquecer essa interdependência da indústria e do contexto social e se concentrar em uma área com a exclusão da outra. A indústria, porém, é manipulada por uma massa – operários, gerentes, engenheiros, estenógrafos, contadores, vendedores – que trazem para a indústria as suas personalidades já formadas, com preconceitos e atitudes arraigados. A indústria devolve à comunidade indivíduos cujas personalidades refletem as suas experiências no trabalho. Através da sua influência sobre o caráter de homens e mulheres, a indústria influencia fundamentalmente instituições, organizações e grupos da comunidade: a família, as classes sociais, as vizinhanças, os grupos de recreação, as igrejas. É dessa forma que a indústria e a comunidade se influenciam mutuamente. (Scheneider, 1976, p. 289).

A Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves foi planejada dentro das políticas habitacionais do governo do estado de Minas Gerais e em conformidade com o Plano Nacional de Habitação Popular. No início de sua criação, a escola atendia apenas alunos aptos para o ensino do primeiro grau[115] nas séries iniciais do primeiro ao quarto ano. No início da década de 80, passou a atender gradativamente as demais séries do ensino do primeiro grau e, já em 1983, atendia todas as séries do primeiro grau. A partir de 1984, a escola passou a atender também o ensino do segundo grau[116]. No ano de 1998, a Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves passou por uma mudança, e as séries iniciais de primeiro ao quarto ano do ensino fundamental foram transferidas para a Escola Estadual Guilhermino de Oliveira. Além dessa transferência, a escola recebeu dezoito novas turmas de ensino médio, sendo necessário o empréstimo de salas da Escola Municipal Sócrates Mariani Bittencourt, no Bairro Eldorado.

---

[114] O artigo 5ª, §2, a, desta lei conferia às escolas o papel de "[...] sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau".

[115] O ensino de primeiro grau equivale ao atual ensino fundamental. A Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 altera o artigo 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece que o ensino fundamental passa a ter 9 anos de duração.

[116] O ensino de segundo grau equivale ao atual ensino médio.

Figura 06 – E. E. Guilhermino de Oliveira (esquerda) e E. E. Catarina Jorge Gonçalves (direita)



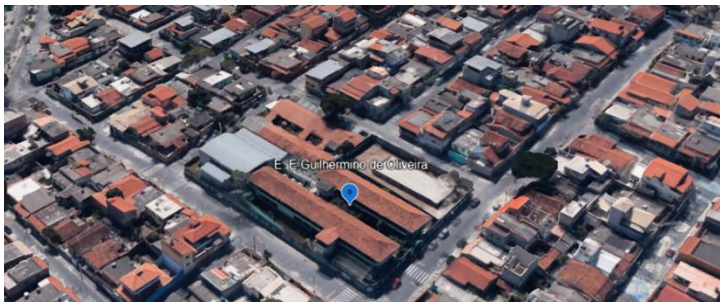
Fonte: Google Earth, 2024

Figura 07 – Delimitação do bairro Conjunto Água Branca e localização da E. E. Catarina Jorge Gonçalves (direita) e da E. E. Guilhermino de Oliveira (esquerda)



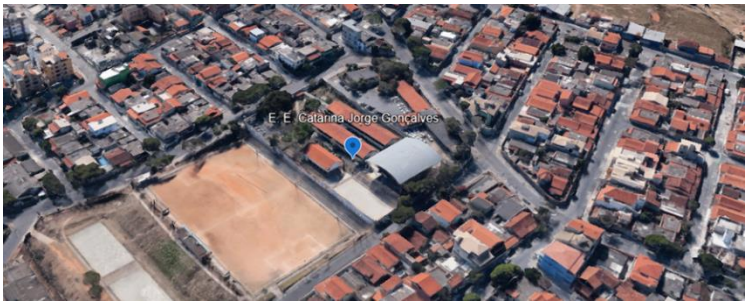
Fonte: Google Earth, 2024

Figura 08 – Vista aérea da E. E. Guilhermino de Oliveira



Fonte: Google Earth, 2024

Figura 09 – Vista aérea da E. E. Catarina Jorge Gonçalves



Fonte: Google Earth, 2024

Atualmente, a escola atende aos moradores do bairro Conjunto Água Branca e adjacências e oferece como modalidades de ensino: o ensino fundamental anos finais (de 6º ao 9º ano), o ensino médio e o EJA (educação de jovens e adultos). Para atender a demanda, a escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Durante a elaboração das atividades de práticas supervisionadas, procurei conhecer um pouco da história da escola para entender o passado da instituição. Não encontrei referências relevantes sobre os antecedentes históricos, mas, no Projeto Político Pedagógico (PPP)[117], há uma breve menção ao contexto histórico da escola e da sua inserção no bairro, porém não há maiores detalhes. A única citação presente no documento é a respeito do decreto de fundação da escola e uma menção ao seu estabelecimento no bairro no sentido de atender à demanda por educação no Conjunto Água Branca. Assim, o Projeto Político Pedagógico[118] traz apenas dados que contextualizam um diagnóstico da situação atual quanto a sua interação com bairro, um panorama estatístico (número de matrículas, aprovações, reprovações, entre outros dados) e o planejamento de ações pedagógicas. Não se sabe ao certo a origem da denominação da escola, mas é provável que tenha sido uma homenagem à mãe do ex-deputado federal Bento Gonçalves Filho[119].

A escola é um lugar que pode ser propício para se conhecer, discutir e pensar nas possibilidades de preservação do patrimônio industrial a partir dos vestígios que a comunidade escolar tem da atuação desses trabalhadores. Assim, espera-se que, a partir dos

[117] Segundo o Portal do Especialista da SEE/MG (Secretaria de Educação de Minas Gerais), o Projeto Político Pedagógico "se constitui como um conjunto de diretrizes organizacionais que expressam e orientam as práticas pedagógicas e administrativas das escolas, em consonância com as normas do sistema educacional." Para maiores informações sobre o Projeto Político Pedagógico das escolas estaduais de Minas Gerais, ver: <https://portaldoespecialista.educacao.mg.gov.br/projeto-pol%C3%ADtico-pedag%C3%B3gico>.

[118] A última atualização do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves foi realizada no ano de 2022.

[119] Segundo informações do *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*, "Bento Gonçalves Filho nasceu em Matozinhos (MG) no dia 21 de março de 1912, filho do comerciante e fazendeiro Bento Gonçalves e de Catarina Jorge Gonçalves. [...] Ligado politicamente a Artur da Silva Bernardes desde a juventude, participou das revoluções de 1930 e 1932. Em 1936, candidatou-se a vereador em Belo Horizonte pela legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM) mas não conseguiu se eleger. Como industrial, foi fundador de empresas nos setores de construção civil, bebidas, cerâmica, balas e beneficiamento de mármore, tornando-se, em 1941, diretor da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), cargo que ocuparia por 11 anos". Bento Gonçalves Filho exerceu vários cargos políticos, entre eles o de vice-prefeito de Belo Horizonte e o de deputado federal (por mais de um mandato), entre outros cargos na política estadual. (Monteiro, 1994, p. 293).

elementos que a comunidade escolar trouxer a respeito de operários, seja possível projetar ações educativas que colaborem para recuperar a memória operária nesse processo de (re)conhecimento do passado industrial de Contagem. A ideia de se realizar o inventário participativo tem como proposta o levantamento das referências culturais a partir dos vestígios materiais que forem apresentados. A ideia é que a elaboração do inventário permita a identificação das referências culturais que ressoam para a comunidade como patrimônio industrial.

O quarto capítulo desta dissertação é dedicado, portanto, a sugerir atividades que possibilitem uma interação e o diálogo entre a comunidade escolar. Com isso, objetiva-se promover a apropriação dos conceitos do campo do patrimônio cultural num processo de troca de saberes relacionados a fatos ligados ao passado da atividade industrial da região e de seus trabalhadores.

Neste terceiro capítulo, procurou-se discutir sobre a memória operária como possibilidade de se (re)conhecer um patrimônio industrial. Foi objetivo também destacar as dificuldades e os dilemas enfrentados devido à falta e/ou à dispersão dos vestígios dos operários. Foi explicitada a necessidade de se trabalhar com a memória operária a partir de fragmentos materiais preservados pela comunidade escolar em seus ambientes privados, haja vista a limitação de acesso a documentos e vestígios oficiais sobre os operários da Cidade Industrial de Contagem. Também foi sugerido que, a partir dos fragmentos, reflita-se sobre a produção de um inventário participativo. Assim, para a produção desse inventário, pensou-se na Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves como lugar de reflexão sobre a relação entre essa memória e o que entendemos socialmente como patrimônio industrial. Os vestígios de memória desses trabalhadores e a escola serão os pontos de partida para se abordar o inventário como uma ferramenta para acessar aquilo que a comunidade poderia valorar como patrimônio industrial de Contagem.

A escolha por trabalhar a memória dos operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias parte de uma inquietação pessoal, pois sempre me interessei especificamente pela história dos metalúrgicos de Contagem antes mesmo do ingresso na faculdade. Durante o tempo em que estudava no ensino básico, nas aulas da disciplina de história, sempre que se abordavam a Ditadura Militar ou os operários como tema da aula, os professores utilizavam como referência os operários metalúrgicos do município. Dessa maneira, a opção por tratar da memória dos operários parte de uma inquietude minha em compreender como esse passado industrial reverbera para a comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves, haja vista que a instituição é parte indissociável dessa história. A Cidade Industrial de

Contagem não é um polo apenas de metalurgia; há outras atividades industriais que se desenvolveram na região, e o que se pretende é perceber se há algum vestígio da memória dos trabalhadores que repercute para a comunidade como algo a ser preservado e se, em meio aos vestígios, há alguma materialidade que se relacione com os metalúrgicos.

Capítulo 4: Ações educativas e a participação da comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves

4 Reflexões sobre participação e educação patrimonial: referências para se realizar um inventário participativo

Nos capítulos anteriores, foram discutidas as relações entre o patrimônio cultural e a industrialização, o uso da memória para se conhecer o patrimônio industrial de Contagem, a situação à qual os operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias estavam sujeitos, a possibilidade de se pensar na Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves como lugar de trabalho com essa memória operária, entre outros aspectos ligados ao patrimônio industrial do município de Contagem. Para o quarto capítulo, objetivou-se tratar das possibilidades de se pensar o patrimônio industrial a partir da proposta da elaboração de um inventário participativo. Para tanto, considerou-se a viabilidade de ações educativas que colaborassem para a estruturação de atividades que permitissem utilizar-se do levantamento realizado no inventário participativo para a comunicação desse patrimônio.

Conforme já mencionado no primeiro capítulo, as mudanças ocorridas ao longo da história do Iphan também foram importantes para se refletir sobre novas formas de preservação e de relacionamento com o patrimônio cultural. Assim, segundo Rodrigo Manoel Dias da Silva (2016), até a década de 1980 do século XX, a relação entre educação patrimonial e patrimonialização cultural era opaca. Havia a preocupação de que a educação devia estar em sintonia com os ideais de nação, formando-se uma cultura homogeneizada.

> Educar para o patrimônio nacional tornava-se ação emblemática destes contornos da escolarização. O patrimônio, a unidade nacional e a brasilidade eram conteúdos incontornáveis para a escola pública brasileira. [...] Educar associava-se ao objetivo de conservação dos valores e do patrimônio próprios da unidade desejada para o país, mesmo que orientada por princípios elitizados e eurocêntricos. Embora não designada pela nomenclatura atual, educação patrimonial estava diluída nas escolas e em outras agências socializadoras do século XX. (Silva, 2016, p. 475).

A partir da década de 1980, há uma alteração nessa perspectiva, que acompanhou as mudanças ocorridas no Iphan, mediante a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), idealizado por Aloísio Magalhães, e as transformações que ocorriam no campo do patrimônio no âmbito internacional para a proteção do patrimônio imaterial. Além disso, os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, entre outros aspectos, tratam da participação da população nas tomadas de decisão no campo do patrimônio. Ainda segundo Silva (2016):

> A década de 1970 trouxe-nos um novo elemento para situarmos a educação para o patrimônio no Brasil, qual seja: sua aproximação a planos e programas de desenvolvimento social. A educação passa a vincular-se a outros objetivos sociais (Silva, 2012), numa condição histórica onde a cultura passa a ser vista como recurso

> para projetos econômicos, políticos e sociais diferenciados (Yúdice, 2004). Nesta ordem social globalizada, patrimônio, cultura e educação passam a ser mediadores de expectativas de lucro, rentabilidade, desenvolvimento, assim como estas práticas são engajadas em novos regimes de organização. (Silva, 2012; Yúdice, 2004 *apud* Silva, 2016, p. 478).

Em seu artigo intitulado *Desafios para uma nova educação patrimonial*, Simone Scifoni (2017) trata das dificuldades de se pensar a educação patrimonial e afirma que o patrimônio deve ser tratado para além de uma conceituação do que é o patrimônio. Para a autora, "apresentar conceitos, antes de construir uma possibilidade de entendimento a partir da realidade vivida, é negar a possibilidade de nossos interlocutores se perceberem como sujeitos de sua cultura, da história e do mundo" (Scifoni, 2017, p. 11).

A educação patrimonial deve ser considerada de uma forma abrangente, contemplando questões que vão além do ato de conhecer ou mesmo preservar. Nesse aspecto, Simone Scifoni (2017) chama a atenção para o fato de que tratar o patrimônio de forma superficial, mesmo quando se envolve a população, não traz grandes resultados para a sua identificação com o bem a ser preservado. Desse modo, o patrimônio cultural deixa de ser algo instituído e passa a ser objeto de ressonância e mobilização da comunidade. Ainda segundo Scifoni (2017),

> Conhecer para preservar parte do pressuposto da ignorância da população acerca de seu patrimônio e, mais ainda, credita a este sujeito indefinido – população – a fonte de todos os problemas do patrimônio. Despolitiza, assim, o debate, uma vez que culpabiliza um ser genérico, deixando de explicitar o que está por trás das dificuldades da preservação. (*ibid*., p. 7).

Nesse contexto, as mudanças ocorridas a partir da década de 80 no Iphan, principalmente com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), e a nova Constituição Federal de 1988 favoreceram a mobilização de grupos que passaram a reivindicar a sua representatividade nas políticas do patrimônio cultural.

> Como analisou Silva (2010), essa situação favoreceu a pluralização da agenda das políticas de escolarização no Brasil. Diversos programas e políticas setoriais passaram a considerar atores e coletivos antes ausentes da representação oficial da política, caso de negros, quilombolas, mulheres, indígenas, comunidades tradicionais, homossexuais, culturas populares, etc. Políticas para a cultura, a educação, a educação integral, os direitos humanos, a igualdade racial e de gênero vão comungando interesses de justiça social, cuja teleologia alcança a reconstrução das relações democráticas, constantes nos movimentos políticos brasileiros desde a luta por redemocratização e intensificados no texto da Constituição de 1988. Assim, respeito à diversidade cultural torna-se uma expressão-síntese de uma democratização cultural, consubstanciada pelo amadurecimento dos aspectos procedimentais da democracia. Embora, como observa Geertz (2001), a diversidade cultural também comporte usos, significações e intencionalidades absolutamente contraditórias. (Silva, 2010; Geertz, 2001 apud Silva, 2016, p. 478).

A educação patrimonial deve contemplar a pluralidade e a diversidade da cultura brasileira, não se esquecendo da sua complexidade. Não é uma tarefa simples mobilizar vários segmentos da sociedade para tratar de um bem que seja definido pelos grupos como um patrimônio comum a todos. Porém, mesmo que os interesses entre os grupos sejam contraditórios, a mediação através do dialogo e da participação guiará a escolha de um patrimônio coletivo.

Embora a educação patrimonial seja uma importante ferramenta para a comunicação desse patrimônio, Scifoni (2017) adverte que

> [...] o compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação, para entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias. (Scifoni, 2017, p. 13).

O patrimônio cultural deve ser entendido na sua complexidade e como parte de um processo que contribui para uma melhor compreensão daquilo que está próximo da comunidade. Não se trata apenas de escolher o que deve ser preservado, mas de pensar o patrimônio como uma forma de mobilizar o coletivo para reconhecer sua própria história e cultura.

A partir dos anos 2000, começaram a ser implementadas políticas públicas voltadas para a participação social, e seu objetivo era promover a articulação de iniciativas que contribuíssem para a inclusão social, o combate ao preconceito e a todas as formas de discriminação e intolerância, reconhecendo e valorizando a diversidade da cultura brasileira e o pleno exercício dos direitos culturais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas mudanças também ocorreram no campo do patrimônio, e o inventário participativo foi uma das ferramentas criadas para colaborar com a valorização da diversidade da cultura brasileira.

Em 2004, foi criado o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva –, por meio das portarias nº 156, de 06 de julho de 2004, e n° 82, de 18 de maio de 2005, do Ministério da Cultura. O Programa Cultura Viva[120] surgiu para estimular e fortalecer no país uma rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura[121]. Assim, a

[120] Desde 23 de julho de 2014, com a sanção da Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014), o Programa Cultura Viva e os Pontos e Pontões de Cultura tornaram-se Política de Estado. Além de garantir a continuidade do Programa, a Lei simplifica e desburocratiza os processos de prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil.

[121] Tomando os princípios do Cultura Viva como referência, é possível pensar o inventário participativo como uma ferramenta capaz de criar condições até mesmo para, no futuro, a criação de um Ponto de Cultura na Escola Estadual Catarina Jorge.

intenção do programa foi descentralizar a cultura e incentivar o envolvimento dos grupos no reconhecimento da sua identidade, memória e cultura local.

Dessa forma,

> É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações – modelo designado por Paulo Freire como "educação bancária". (Iphan, 2014, p. 20)

O patrimônio industrial, na perspectiva da memória operária, é uma forma de aprofundar a construção de um patrimônio conjecturado a partir daquilo que a comunidade escolar concebe como sendo parte integrante de sua identidade cultural. A memória será o suporte para que as pessoas possam refletir sobre o processo industrial ocorrido em Contagem a partir daquilo que familiares e/ou operários têm como resquícios desse período.

Vale lembrar que o processo de industrialização trouxe consigo uma série de modificações para a paisagem urbana, as relações sociais, o surgimento de novos bairros, entre outros aspectos. Nesse sentido, espera-se que as ações educativas proporcionem a compreensão das modificações que a industrialização promoveu no espaço e na paisagem e, a partir da experiência coletiva com as atividades planejadas nesta dissertação, possam dar novos sentidos e significados críticos a esse processo. Além disso, almeja-se que os grupos envolvidos possam se apropriar dos lugares onde há memória operária e refletir sobre a importância desses espaços para a comunidade.

Igualmente, as ações educativas podem auxiliar na busca de outras formas de preservação e manutenção daquilo que a comunidade vier a escolher como patrimônio. Scifoni (2017) argumenta que o patrimônio deve ser tratado a partir da realidade dos grupos, e não com base em conceitos preestabelecidos. Quanto a isso, a autora aponta o seguinte:

> Deterioração física de bens culturais pelo abandono e ausência de medidas de conservação, o famoso deixar cair; demolições de edificações antigas, legalmente não protegidas, e sua substituição por novas estruturas como condomínios residenciais ou shoppings, como espaços homogêneos e normatizados; projetos estatais de intervenção e criação de infraestrutura que dilapidam e fragmentam conjuntos tombados; são alguns dos exemplos de perda do patrimônio que as cidades brasileiras acompanham cotidianamente. Este processo, chamado de urbicício, segundo Mena (2014), está muito mais presente nas cidades latino-americanas do que um pretenso boom de memória e de patrimônio.
>
> Este é, portanto, o motor que deve alimentar a reflexão da educação patrimonial, porque envolve pensar, não no patrimônio como objeto reificado, mas no que se deseja para a cidade e o lugar em que se habita e vive. (Scifoni, 2017, p. 13).

Portanto, espera-se que as atividades não apenas se prestem a provocar a problematização do patrimônio, projetando-o para além de algo a ser preservado, mas também se desenvolvam como processos políticos de mobilização da comunidade em prol de uma reflexão sobre a própria cidade.

Nessa perspectiva, o patrimônio cultural deve ser trabalhado para além da questão da proteção jurídica ou de seu reconhecimento pelos órgãos de preservação, sendo tomado também como uma ferramenta da própria população no usufruto dos patrimônios que a circunda. Segundo Átila Bezerra Tolentino (2019),

> Seja nos processos educativos formais ou não formais voltados para o patrimônio cultural, atuar numa perspectiva dialógica implica, necessariamente, ter que se relacionar com os patrimônios da região, da localidade. Partir do micro, do que existe de referências culturais próximas a minha casa, na minha família, nos arredores da escola, no meu bairro, para então fazer uma reflexão sobre o que é meu patrimônio, o que é patrimônio do outro, o que é patrimônio de uma determinada coletividade. (Tolentino, 2019, p. 147).

Dessa forma, problematizar as atividades educativas de uma maneira dialógica é uma forma de possibilitar que a comunidade escolar ressignifique os lugares partindo de uma perspectiva e um olhar sobre o local em que habita.

A proposta do desenvolvimento do inventário participativo e da realização do mapa afetivo e do varal de memória, por exemplo, é uma forma de manter viva a memória e a identidade cultural da comunidade escolar, possibilitando a propagação e a comunicação desse patrimônio.

Assim, o desenvolvimento do inventário participativo é uma ação que auxilia no conhecimento e na rememoração de fatos que confrontam a comunidade da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves com os vestígios da memória dos operários de Contagem e com a industrialização ocorrida no município.

A definição de comunidade escolar adotada neste trabalho foi considerada com base no dicionário de verbetes desenvolvido pelo Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO), que conceitua esse conjunto como sendo todos os segmentos que participam, de alguma maneira, do processo educativo desenvolvido em uma escola[122]. Segundo essa definição, na maioria das vezes em que se utiliza a expressão, é para se referir a professores, funcionários, pais e alunos (Teixeira, 2010). Mas, para Beatriz de Basto Teixeira (2010), todos os envolvidos com os processos educativos na escola são parte

[122] Dicionário de verbetes do Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO) da Universidade Federal de Minas Gerais.

da comunidade escolar. E de maneira a ampliar o entendimento do conceito, a autora ainda menciona que há casos em que as associações de bairro, os sindicatos e as entidades comunitárias de forma geral podem fazer parte desde que sejam atuantes no bairro em que a escola esteja inserida (*ibid.*).

O entendimento de comunidade escolar dado pelo dicionário de verbetes do GESTRADO abrange todos os grupos que atuam direta ou indiretamente dentro da escola, colaborando para a inclusão de diversos grupos que se relacionam com o ambiente escolar. Sendo assim, objetiva-se mobilizar o maior número de pessoas na elaboração de um inventário que terá colaboração heterogênea, levando em consideração a diversidade de segmentos que compõem a comunidade escolar.

As ações educativas visam a participação na escolha dos elementos que ressoam como resquícios do período industrial e que se relacionam com o grupo. O que se pretende com as atividades é que a comunidade escolar aproprie-se das ferramentas e dos meios necessários para que, através do inventário participativo, seja oportunizado o direito à memória, à história e à cultura a partir daquilo que as pessoas julguem como algo a ser preservado.

Embora o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 incentive a participação dos diversos grupos da sociedade na escolha e na preservação do patrimônio cultural, essas ações nem sempre acontecem por falta de mobilização social, desconhecimento da legislação, falta de incentivo do poder público ou mesmo de ressonância com o bem em questão, o que inviabiliza a participação popular. Portanto, o que se planeja com a proposição das ações educativas é estimular a cooperação e a apropriação por parte do grupo na escolha do que reverbera como patrimônio e representa a identidade e a memória da comunidade escolar, bem como a preservação e a fruição desse bem a ser salvaguardado.

No artigo intitulado *Inventários participativos como instrumentos de educação patrimonial e participação social*, Sônia Regina Rampim Florêncio e Fernanda Gabriela Biondo (2017) ressaltam que

> Toda ação educativa deve assegurar a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local; uma ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como meros consumidores de informações.
>
> Qualquer que seja a ação implementada ou o projeto proposto, sua execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens culturais.

> Além disso, é fundamental conceber as práticas educativas em sua dimensão política, a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais (Florêncio; Biondo, 2017, p. 57).

A opção pelo inventário participativo foi uma forma de refletir sobre o patrimônio industrial de Contagem de uma maneira que estimulasse o envolvimento da comunidade escolar no processo de seleção daquilo que ressoa como algo a ser preservado. O que se espera é que os suportes da memória dos operários das indústrias da Cidade Industrial de Contagem colaborem na definição do que toca como algo que contribua para a noção de identidade e memória coletiva.

Dessa forma, a partir de um processo de inventário, pode-se ponderar estratégias para a preservação do que foi elencado pela comunidade como algo a ser conservado e, baseado nisso, promover a sua manutenção. O inventário é um importante instrumento de envolvimento comunitário e de difusão dos elementos que repercutem na memória e na afetividade do grupo, dando um sentimento de pertencimento coletivo.

Simone Scifoni (2022), em seu artigo *Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo?*, discute a importância da educação patrimonial para se problematizar o patrimônio cultural a partir de um ponto de vista dialógico e participativo. Segundo Scifoni (2022), isso possibilita o surgimento de uma nova pedagogia que

> [...] rompe com a ideia de que ensinar é levar conhecimento sobre um patrimônio eleito pelo Estado e, portanto, exterior aos grupos sociais; ela entende a educação na perspectiva do diálogo e do fortalecimento da autonomia dos sujeitos, que se dá pela produção de conhecimentos sobre as próprias cultura e memória, bem como pela problematização do que já se encontra instituído (Scifoni, 2022, p. 2).

Como preconiza Scifoni (2022), a participação dialógica fortalece o envolvimento e a autonomia dos indivíduos, não somente permitindo a estes a produção e o conhecimento da sua própria cultura e memória, como também provocando a problematização do que já foi instituído pelo poder público como um patrimônio institucionalizado.

Portanto, a promoção de ações educativas é uma forma de pensar na autonomia e na produção de conhecimento sobre o patrimônio fundamentado naquilo que a comunidade escolar pensa sobre o que a rodeia, delegando-lhe, assim, o protagonismo na tarefa de seleção e preservação do seu legado cultural. A escolha do inventário participativo, não ao acaso, é justamente para que, a partir da atuação ativa, a comunidade escolar tenha autonomia, de modo que possa extrapolar aquilo que é dado a ela como patrimônio pelo poder público e ressignificar o que a circunda. Essa atividade tem caráter pedagógico, mas objetiva-se também possibilitar a esses indivíduos reflexões sobre o lugar onde habitam e a compreensão

de como o contexto em que estão inseridos se relaciona com as transformações urbanas ocorridas com o início da industrialização na região.

Pretende-se, dessa forma, que as atividades proporcionem a troca de experiências e saberes e, ao mesmo tempo, provoquem a construção coletiva de conhecimento daquilo que envolve a identidade e a memória do grupo.

Para tanto, Paulo Freire traz uma contribuição muito importante para se pensar na promoção das ações educativas e também na elaboração de um inventário participativo. Em suas obras, o autor exalta a participação do sujeito no processo de aprendizagem, ou seja, o indivíduo colabora na dinâmica de ensino-aprendizagem passando da tradicional condição de passividade para o protagonismo. Segundo Freire (1996), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (Freire, 1996, p. 13). Assim, o que se almeja é que a comunidade escolar tenha subsídios para construir um conhecimento de si e para si e que o inventário participativo seja o elemento norteador na constituição dessa aprendizagem. A proposta de Paulo Freire (1987) é que a educação autônoma se estabeleça em contraposição ao que o autor chama de educação bancária[123], a qual não é favorável ao diálogo e ao desenvolvimento pleno do conhecimento a partir da realidade do educando. A escolha de Paulo Freire como teórico para trabalhar a participação da comunidade escolar leva em consideração o modelo de educação proposta que permite a autonomia e o protagonismo do sujeito na construção do conhecimento a partir da sua própria realidade.

Com isso, tenciona-se que o inventário participativo colabore para a autonomia do grupo no processo de seleção, escolha, manutenção e preservação daquilo que tenha potencial para representar o patrimônio industrial a partir de uma decisão coletiva. Segundo Paulo Freire (1987),

> O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no risível intelectual, mas no nível da ação. Nunca apenas dissertar sobre ela e jamais doar-lhe conteúdos que pouco ou nada tenham a ver com seus anseios, coem suas dúvidas, com suas esperanças, com seus temores. Conteúdos que, às vezes, aumentam estes temores. Temores de consciência oprimida. Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação

[123] Segundo Paulo Freire (1987), a educação bancária é aquela em que o educando apenas **recebe** o conhecimento previamente desenvolvido pelo educador e os **deposita**, **guarda** e **arquiva**. Na visão "bancária" da educação, o "saber" é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987, p. 41).

> educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer "bancária" ou de pregar no deserto (Freire, 1987, p. 55).

Assim, a participação ativa emancipa o educando e o torna consciente enquanto ser social e político daquilo que o circunda. O sentido que será dado à educação nesta dissertação é de inserção da comunidade na participação política e social relacionada ao patrimônio cultural – o que significa interagir com um campo (Bourdieu, 2017). Cabe à comunidade compreender que o patrimônio cultural é parte de um processo que se desenrola nesses contextos políticos e sociais e que se desdobra no direito à habitação, à mobilidade, à memória e à identidade coletiva, entre outros.

Scifoni (2017) chama a atenção para os vários obstáculos enfrentados na educação patrimonial e para a necessidade de mudanças. Entre as adversidades apontadas pela autora, estão: as dificuldades de formação de um arcabouço conceitual fundamentador de um campo de reflexão, a permanência de formulações feitas no passado sendo anacrônica para o presente, os empreendedores imobiliários que têm destruído sistematicamente os suportes materiais de memória coletiva nas cidades brasileiras, a lógica a que as instituições de cultura e de patrimônio estão submetidas (da cultura como mercado e como negócio) e as dificuldades geradas pela criação de um segmento de mercado em torno dos licenciamentos ambientais e da arqueologia de contrato (Scifoni, 2017).

Destarte, o patrimônio industrial não deve se restringir a ações de preservação de bens apenas materiais, mas também abranger o reconhecimento de saberes, dos ofícios, dos lugares, das celebrações e de outros elementos que não se expressam através da materialidade, mas que se fundamentam na memória dos trabalhadores. Portanto, a participação da comunidade permite compreender, de uma forma dialógica, democrática e autônoma, por meio das lembranças, o que é relevante para as pessoas (especificamente para a comunidade escolar) a respeito desse passado industrial.

Segundo Scifoni (2022), "o princípio da autonomia dos sujeitos implica que as práticas educativas estejam voltadas a fomentar nos educandos a capacidade de anunciar e enunciar o que é patrimônio cultural para si próprio, aquele patrimônio que habita o coração dos grupos sociais e a memória coletiva." (Scifoni, 2022, p. 4). Desse modo, a participação se faz através da atuação política, que, segundo a autora, não deve se resumir a ações do poder público de consulta popular, mas se embasar em um processo de participação horizontal.

> Participação social não deve ser um discurso vazio, mas a prática na política. Nesse sentido, ela não é sinônimo de realização de audiência pública, consulta pública ou oficinas e cursos, mas de processos efetivamente coletivos e horizontais, com

> partilha de decisão que respeite a autonomia dos sujeitos e o diálogo. Participação implica novos modos de fazer a política de patrimônio, construindo novas relações com a população moradora, usuária e fruidora. Só há participação se há escuta, processos horizontais e partilha de decisão. A participação social não pode ser, ainda, discurso cooptado pela política pública para confirmar e legitimar decisões tomadas em gabinete. Nem pode ser agenciada pelos interesses político-econômicos, pois não se trata da escuta para viabilizar vantagens, ganhos ou lucros, mas para garantir benefícios metaindividuais, da sociedade e das futuras gerações (Scifoni, 2022, p. 5).

Sendo assim, a participação da população não é apenas um ato de escolha do que deve ser preservado, mas também uma maneira de atuação política e social nas questões relacionadas à identidade e à cultura local em um processo que inclui interesses difusos e por vezes contraditórios entre seus agentes. Por essa razão, a educação patrimonial deve ser traçada por uma cultura da participação e do diálogo e se pautar, antes de qualquer coisa, na compreensão quanto à realidade do educando, viabilizando o desenvolvimento de atividades que o coloquem como condutor do seu próprio processo de ensino. Deve ser um instrumento libertador que lhe permita, no decorrer da sua ação, tornar-se um cidadão atuante, situado dentro da comunidade em que vive, um agente transformador (Freire, 1967).

As ações educativas aqui apresentadas terão como objetivo estimular a interação dos vários segmentos da comunidade escolar na rememoração de fatos que ajudem na constituição de uma memória coletiva. Ao mesmo tempo, espera-se que a comunidade escolar seja capaz de articular, por meio dos suportes materiais de memória dos operários, a elaboração de um inventário do patrimônio industrial de Contagem que conduza a uma ação de proteção. Para tanto, as ações educativas fomentarão a articulação entre cooperação e percepção daquilo que faz ressoar a noção de identidade para a comunidade.

A colaboração da comunidade escolar na inventariação dos bens é uma maneira de extrapolar os limites de uma sala de aula e aproximar a comunidade de uma experiência que envolve a participação e a interação entre os diversos segmentos da escola. Segundo Isadora dos Santos Paiva e Fátima Alves (2019), “embora cada indivíduo possua sua subjetividade, existe uma singularidade coletiva que advém do abrandamento das tensões entre os indivíduos culturalmente diversos, de modo a produzir subjetividades individuais e coletivas que se complementam” (Santos; Alves, 2019, p. 62).

As possibilidades de vestígios trazidas pelas pessoas podem variar entre fotografias, relatos, carteiras de trabalho, algum objeto ou instrumento de trabalho, lembranças de lugares que se relacionam com os trabalhadores, jornais, revistas ou qualquer outro resquício que remeta à memória operária.

O que se pretende com o acesso a esses elementos é mobilizar a comunidade escolar para que se compartilhem coletivamente histórias sobre as culturas locais, avaliando os vínculos de pertencimento e conduzindo à promoção da valoração e da preservação do patrimônio.

De acordo com Scifoni (2022), "é preciso tirar o patrimônio desse entendimento de coisa em si mesma, para situar seus principais sentido e significado como vetor de valores, acionador e mobilizador de memórias e identidades" (Scifoni, 2022, p. 4). Nessa perspectiva, entende-se aqui que o patrimônio não deve ser tomado como algo consolidado ou dado pelo poder público, mas deve ser fruto da mobilização social e da participação cidadã que se organizam pelo diálogo, numa perspectiva horizontal.

As seguintes questões devem ser colocadas ao se desvelar o patrimônio industrial de Contagem: quem escolhe? Como se escolhe? Quem preserva? O que se preserva? Como se preserva? E qual é a importância desse patrimônio para as pessoas? Essas reflexões são necessárias para que se possa entender qual é a função que o patrimônio industrial de Contagem exerce para as pessoas, órgãos públicos e privados e, a partir desse ponto, considera a sua proteção. Essas questões são norteadoras para se pensar em políticas públicas para o patrimônio cultural e para a inclusão da participação ativa da população.

Por vezes o patrimônio cultural parte de uma decisão que leva em consideração apenas aspectos técnicos institucionais, e nem sempre há participação da sociedade na seleção desse patrimônio. Conjecturar o patrimônio cultural a partir dessas questões é também refletir sobre a fruição e a preservação do bem. Se não há ressonância entre o bem e a comunidade, tanto a sua preservação quanto a sua fruição não geram laços de identificação entre os sujeitos e os bens patrimonializados. A participação na escolha do que deve ser preservado "implica novos modos de fazer a política de patrimônio, construindo novas relações com a população moradora, usuária e fruidora. Só há participação se há escuta, processos horizontais e partilha de decisão" (*ibid.*, p. 5).

Recorro, então, a Paulo Freire (1967), quando o autor menciona que "é por meio de uma transitividade crítica que chegaríamos a uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, caracterizando pela profundidade na interpretação dos problemas" (Freire, 1967, p. 60). O autor contribui de forma significativa para se pensar o processo de preservação a partir de uma reflexão da realidade social e política, interpretando a própria realidade em que se encontram os sujeitos. Já Simone Scifoni (2022) nos aponta que "é importante atentar-se para que a participação dialógica não seja hierarquizada e que os processos de fala e escuta se constituam como uma prática horizontal" (Scifoni, 2022, p. 5).

Desse modo, as ações propostas foram pensadas com o objetivo de fomentar o diálogo sobre o patrimônio industrial de Contagem envolvendo a comunidade escolar na seleção e na escolha democrática daquilo que tem potencial para ser reconhecido como patrimônio. O inventário participativo, além de ser um significativo instrumento de seleção de bens com potencial para serem preservados, é também uma ferramenta de mobilização social e política em que há a mediação de interesses particulares em prol da coletividade.

> O conceito de relações, da esfera puramente humana, guarda em si, como veremos, conotações de pluralidade, de transcendência, de criticidade, de consequência e de temporalidade. As relações que o homem trava no mundo com o mundo (pessoais, impessoais, corpóreas e incorpóreas) apresentam uma ordem tal de características que as distinguem totalmente dos puros contatos, típicos da outra esfera animal. Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (Freire, 1967, p. 39).

Segundo Freire (1967), as relações humanas são plurais e múltiplas e se caracterizam pela complexidade, que é fruto da compreensão da realidade que se apresenta. Essa complexificação promove a reflexão e a problematização do que está ao redor, e essa apreensão torna o indivíduo autônomo e capaz de criar as suas próprias acepções a partir da sua visão individual e/ou coletiva. Dessa forma, a comunidade escolar torna-se detentora do seu próprio processo de conhecimento e reconhecimento de sua memória e identidade. Com isso, os participantes podem dar significado ou ressignificar aquilo que está à sua volta. A ação consciente e participativa da comunidade é uma importante ferramenta para se considerar as propostas que vão ao encontro com aquilo que a comunidade quer, sendo fruto de um diálogo democrático e horizontal. Um exemplo da eficácia da mobilização e da participação dos grupos sociais no bairro Conjunto Água Branca foi a tentativa do poder público municipal de Contagem de cortar mais de 100 árvores para a construção de um corredor de ônibus[124]. Depois da realização de um abaixo-assinado, da mobilização da população local através de redes sociais e passados mais de dois anos de reivindicação, a gestão municipal fez o compromisso com a população de não cortar as árvores e buscar alternativas para o transporte público na região[125].

---

[124] Ver: JORNAL O TEMPO, 12 de dezembro de 2019. *Corte de árvores para ampliar Avenida em Contagem revolta moradores: prefeitura pretende alargar a via nos dois sentidos para construir corredores de ônibus.* Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/corte-de-arvores-para-ampliar-avenida-em-contagem-revolta-moradores-1.2273075>

[125] Ver: JORNAL DIÁRIO DE CONTAGEM, 21 de fevereiro de 2021. *Árvores da Avenida Teleférico serão preservadas*. Disponível em: <http://www.diariodecontagem.com.br/Materia/17044/16/arvores-da-avenida-

Figura 10 – Canteiro central da Avenida Teleférico



Fonte: Google Earth, 2024

Portanto, é importante reconhecer o papel dos grupos que se organizaram em prol da manutenção do canteiro central da Avenida Teleférico, no bairro Conjunto Água Branca, como uma área de lazer e de preservação da natureza. Assim, o exemplo é relevante para perceber que a preservação e a fruição do bem deve ser algo com o qual o grupo se identifique. As ações de envolvimento coletivo são uma forma de fazer com que os grupos sociais possam atuar na busca de uma identidade comum capaz de ser um elo entre as diferentes percepções sobre o lugar quem habitam.

Segundo Paulo Freire (1967),

> Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. As formas ingênuas de percebê-la. As formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos (Freire, 1967, p. 95).

É imprescindível que se reconheça que um dos principais aspectos trabalhados nesta dissertação, o protagonismo da comunidade nas ações educativas, ajuda a promover o autoconhecimento e o reconhecimento de bens que viabilizem o senso de identidade e memória. Quanto mais os indivíduos têm conhecimento crítico de sua realidade e participam democrática e ativamente das decisões a serem tomadas, mais conscientes serão daquilo que ressoa como algo a ser mantido ou mudado.

---

teleferico-serao-preservadas/#:~:text=Durante%20uma%20visita%20%C3%A0s%20obras,alterado%20para%20preservar%20as%20%C3%A1rvores>.

4.1 A importância do inventário participativo como ferramenta para se conhecer e preservar o patrimônio cultural e industrial de Contagem/MG

No artigo de Lia Motta e Maria Beatriz Rezende (2016) para o *Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural*, é abordada a importância dos inventários como forma de produção de conhecimento sobre os bens culturais, contribuindo, assim, para a sua identificação e valoração como patrimônio cultural. O artigo é dedicado a falar sobre o inventário fazendo referência a sua origem, suas possibilidades de uso, além de discorrer sobre a trajetória de seu uso no Brasil. Segundo as autoras,

> O termo inventário, de acordo com a sua etimologia, se origina do termo latino inventarium, com o sentido de "achar" ou em outras palavras por à mostra, dar a conhecer (Houaiss, 2016). O termo inventário associa-se ao termo patrimônio – entendido como o conjunto de bens que pertencem a alguém, herdados ou adquiridos. Vários dicionários da língua portuguesa relacionam essa atividade à herança de pessoa que morreu ou a massas falidas, apontando para um determinado universo. Em comum empregam o sentido de relacionar, contabilizar, descrever, enumerar minuciosamente, proceder a levantamentos individuados e completos, achar, descobrir, sendo modos pelos quais se torna possível valorar os itens que compõem um determinado patrimônio. (Motta; Rezende, 2016, p. 4).

A associação do termo "inventário" ao termo "patrimônio", conforme a definição acima, refere-se ao sentido de herança ou a algo adquirido, e, no campo do patrimônio cultural, "inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais." (*ibid.*, p. 5).

Dessa forma, Motta e Rezende (2016) iniciam o artigo discutindo as origens e os significados do termo, buscando o seu entendimento para o campo do patrimônio cultural. A prática de utilizar o inventário no campo da preservação, segundo as autoras, teve início na França, e a Revolução Francesa (1789-1799) teria sido um "momento em que se originou um 'sistema de preservação' [...] para fazer frente à destruição desses bens culturais promovida pelos revoltosos que se opunham à opressão a que estavam submetidos havia séculos." (*ibid.*, p. 7). Portanto, o inventário foi se tornando uma ferramenta indispensável para o campo do patrimônio cultural com o objetivo de realizar o levantamento e o reconhecimento de bens com potencial para serem preservados.

Desde o começo do século XX, o inventário passa a ser recomendado em várias cartas patrimoniais como um instrumento para se conhecer os bens que têm potencial para compor o patrimônio cultural. Já na Carta de Atenas de 1931, o inventário é recomendado como uma forma de produção de conhecimento, relacionando-se com os arquivos, a construção de saberes, a difusão e o acesso às informações.

> A Carta de Atenas, de 1931, organizada pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações, além de recomendar que cada Estado desenvolvesse seu inventário, sugeria também que se constituíssem arquivos, ressaltando a relação entre os inventários, os arquivos, a produção de conhecimento, a difusão e o acesso às informações. (*ibid*., p. 10).

Assim, o inventário passou a ser um instrumento com o objetivo de realizar o levantamento e o conhecimento dos bens com potencial para preservação. O seu emprego, no campo do patrimônio, passou a ser uma constante, e a sua aplicação foi sendo ampliada na medida em que novas necessidades de inventariar os bens iam surgindo.

Motta e Rezende (2016) discorrem, ainda, sobre a trajetória do uso do inventário no Brasil. Nessa perspectiva, o "esforço inicial para a reunião de informações sobre os bens ocorreu com a criação de inspetorias[126] estaduais de monumentos, que tinham entre suas funções identificar os monumentos situados nos estados, produzindo listagens e inventários" (*ibid.*, p. 15). Já com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Iphan, o inventário se tornou um procedimento necessário para elencar os bens passíveis de serem reconhecidos como patrimônio cultural. Desse modo, os inventários foram sendo adaptados conforme as necessidades de produção de conhecimento sobre o bem e se adequando às transformações que ocorrem no campo do patrimônio.

> Como a conceituação de patrimônio é dinâmica e passa por transformações ao longo do tempo, os trabalhos de inventário representam estratégias diferentes para atribuição de valor, pressupondo uma base sistemática de registro de informações, mais ou menos complexa, dependendo das diferentes concepções adotadas, de períodos históricos distintos, dos territórios delimitados e da diversidade de tipos de bens estudados. (*ibid.*, p. 2).

Assim, com o passar das décadas, o uso do inventário foi se intensificando a partir das novas demandas do campo do patrimônio, por exemplo, as do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), fazendo com que o inventário também fosse utilizado no registro da cultura imaterial. Tanto para o tombamento da cultura material

[126] Foram criadas três inspetorias estaduais: as inspetorias dos estados de Minas Gerais, em 1926, da Bahia, em 1927, e de Pernambuco, em 1928. (Motta; Rezende, 2016).

quanto para o registro da cultura imaterial, o inventário se converteu em uma ferramenta de levantamento e produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural.

Na Carta de Nizhny Tagil, o inventário constitui um componente fundamental do estudo do patrimônio industrial; já nos "Princípios de Dublin", os inventários integrados são considerados como uma forma de "assegurar uma efetiva proteção e conservação de estruturas, sítios, áreas e paisagens de patrimônio industrial" (Os Princípios de Dublin, 2011).

As experiências com a utilização do inventário foram contribuindo para que a sua aplicação incluísse não somente o saber técnico, mas também o diálogo e a participação popular na construção do conhecimento sobre os bens a serem inventariados.

> Sobre a participação de grupos sociais na identificação de bens culturais, ressalta-se a adaptação do INRC, em 2010, para o desenvolvimento do "Inventário Pedagógico", proposto pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) do Departamento de Articulação e Fomento (DAF). O mesmo serviu como ferramenta de educação em função da parceria entre o IPHAN e o Ministério da Educação, no âmbito do seu Programa Mais Educação, visando que estudantes desenvolvessem inventários de bens locais onde as escolas estavam inseridas. Mais recentemente essa experiência resultou no "Inventário Participativo" como instrumento que possa ser usado pelas comunidades na identificação do patrimônio que lhe diz respeito e, especialmente, como uma ferramenta para a mobilização social em torno do tema da valorização do patrimônio cultural. (Motta; Rezende, 2016, p. 26).

Destarte, a experiência do uso dos inventários na parceria entre o Iphan e o Ministério da Educação resultou na implementação de uma nova forma de se aplicar o inventário, possibilitando a participação e a mobilização social na seleção e na escolha do que poderá ser considerado como patrimônio cultural.

O inventário participativo se configura como um procedimento de identificação dos bens de uma maneira inclusiva, "[...] constituindo ação de educação e apropriação de valores e que pode resultar na proteção dos bens e na sua preservação pelas próprias comunidades." (*ibid.*, p. 30).

O Iphan possui um manual de aplicação do inventário participativo que tem como finalidade fomentar a participação dos grupos para atuarem na identificação e na escolha de quais são seus bens culturais e definir em qual categoria o bem deverá ser classificado. As categorias, segundo o manual de aplicação do Iphan, são as formas de classificação dos bens culturais. O manual propõe as seguintes categorias: celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos. A classificação dos bens deverá ser realizada com a participação dos grupos que, coletivamente, preenchem as fichas conforme cada categoria correspondente.

Há um modelo de fichas a serem preenchidas que é disponibilizado pelo Iphan[127], destacando quais são as principais informações sobre o bem conforme a categoria. Essas fichas atendem as especificidades das categorias e servem como documento norteador para a elaboração do inventário participativo, podendo ser modificadas ou adaptadas conforme a realidade e a necessidade dos grupos envolvidos na produção do inventário. No anexo 1, apresento os modelos de fichas sugeridas pelo Iphan para cada categoria.

As aplicações do inventário participativo ocorrem das mais variadas formas, e isso possibilita a elaboração de um documento que tenha elementos que de fato se relacionem com a comunidade que os circunda. A seguir apresentarei alguns exemplos de uso do inventário participativo e de como a sua utilização pode colaborar para a construção de um patrimônio cultural que ajude a dar novo sentido às práticas de escolha e de preservação.

O primeiro exemplo é o inventário participativo de pessoas e memórias de Itaipu, que teve início a partir das oficinas de inventário participativo realizadas no MAI (Museu de Arqueologia de Itaipu) em 2016. Destaca-se que "as primeiras ideias sobre um inventário participativo na região surgiram da necessidade do Museu em discutir com os pescadores e moradores do Canto de Itaipu os sentidos atribuídos aos diferentes referenciais culturais desse território." (Primo; Araújo, 2018, p. 14). O inventário participativo do Museu de Arqueologia de Itaipu foi realizado a partir do envolvimento da comunidade. Todo o processo de elaboração do inventário contou com a colaboração e a participação dos grupos abrangidos, e a metodologia aplicada se pautou na realização de debates, diálogos e consultas.

As organizadoras Bárbara Primo e Mirela Araújo (2018) também relatam que algumas das dificuldades durante a elaboração do inventário se relacionaram a ausências devido ao falecimento de pessoas da comunidade e ao fato de alguns dos entrevistados terem se sentido inibidos durante a entrevista.

Embora a elaboração do inventário tenha passado por tais empecilhos, o resultado da atividade foi positivo, havendo a produção do livro *Inventário participativo pessoas e memórias: Museu de Arqueologia de Itaipu*. Segundo as organizadoras, o inventário também possibilitou a elaboração de outros produtos como "[...] o primeiro sítio eletrônico do MAI, onde o público tem acesso a 40 vídeos editados das entrevistas, à coleção fotográfica Ruy Lopes e, também, às coleções arqueológicas que já faziam parte do acervo do Museu." (*ibid.*, p. 17). Ainda segundo Primo e Araújo (2018),

[127] O Iphan disponibiliza o modelo das fichas do inventário no Manual de Aplicação, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>.

> Um dos objetivos do Inventário Participativo é fortalecer o sentimento de pertencimento e tornar claro que somos produto de pluralidades culturais que convivem no mesmo espaço em diferentes tempos. Portanto, a construção consciente de narrativas, a gestão coletiva e a comunicação dialógica são conceitos indissociáveis em meio às ações norteadores desta iniciativa. (*ibid*., p. 16).

Figura 11 – Capa do livro *Inventário participativo pessoas e memórias*



Fonte:<https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/inicio/pagina-inventario-participativo/#livro_pdf>

Figura 12 – Imagem interna do livro *Inventário participativo pessoas e memórias.*



Fonte: <https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/inicio/pagina-inventario-participativo/#livro_pdf>.

Figura 13 – Imagem interna do livro *Inventário participativo pessoas e memórias.*



Fonte:<https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/inicio/pagina-inventario-participativo/#livro_pdf>

A experiência do inventário do Museu de Arqueologia de Itaipu, além de proporcionar a entrega dos produtos citados, colaborou para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a promoção da comunicação dialógica como forma de se pensar coletivamente no patrimônio cultural.

Outra prática de inventário participativo que apresento é a realizada no bairro de Galópolis, em Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. A história do bairro de Galópolis, segundo Geovana Erlo (2023), em sua dissertação de mestrado intitulada *Tecendo a Gestão Comunitária do Patrimônio Industrial: do Museu de Território ao Inventário Participativo de Galópolis*, teve "[...] sua formação e desenvolvimento dados por meio das relações de trabalho e identificação com a indústria têxtil local, oriunda do processo imigratório oficial italiano sobre um território-rede que reproduz sua territorialidade construída em seus agentes." (Erlo, 2023, p. 22).

Galópolis tem um museu denominado Museu do Território de Galópolis[128], este sob a administração do Instituto Hércules Galló[129], e a escolha do que iria fazer parte do museu na I

[128] "Este projeto visa a ocupação dos espaços da residência restaurada e tombada pelo patrimônio histórico que pertenceram a Hércules Galló, marco do empreendedorismo do setor têxtil do Rio Grande do Sul. A nossa proposta é uma espécie de viagem no tempo, através de objetos e fotografias, marcos ambientais e arquitetônicos, físicos e virtuais, que levem à visualização do encadeamento dos fatos. Propomos a integração

e na II fase dos trabalhos partiu de uma seleção institucional que não levou em consideração a participação da população local. A esse respeito, Erlo (2023) tece as seguintes considerações:

> De forma geral: o Museu de Território de Galópolis foi imposto verticalmente pela instituição proponente; os operários e moradores foram invisibilizados diante da construção da história local, tanto pela expografia apresentada no núcleo do museu como pelos totens do percurso; e o projeto pode ter sido pensado pela museóloga com o objetivo da preservação do patrimônio local e do desenvolvimento do senso de pertencimento às identidades, mas, na realidade, passou muito longe disso após seu falecimento no ano de 2018 – o que evidencia que a ausência de profissionais qualificados da área também foi determinante para tal. (*ibid.*, p. 27).

Durante o desenvolvimento de sua pesquisa, Erlo (2023) apresentou o resultado de um questionário realizado em 2019 utilizando o método de E-Survey. A partir das respostas obtidas, a autora diagnosticou que 93,9% responderam que se sentem parte de Galópolis; já 82,8% responderam que não participaram no processo de desenvolvimento e aplicação do projeto do museu. Ainda que 96,6% das respostas concordem que os pontos contemplados no Museu de Território de Galópolis preservam a história e a identidade local, 40,5% das pessoas que responderam à pesquisa disseram que adicionariam novos espaços ao Museu de Território[130].

O objetivo geral que norteou a pesquisa de Erlo (2023) foi o de potencializar o protagonismo da comunidade no processo de musealização do território-rede. A elaboração do inventário participativo se constituiu em uma terceira fase com o objetivo de fomentar a participação da comunidade na escolha e na manutenção do patrimônio, além de colaborar para a construção de uma memória e identidade comum ao grupo.

Segundo Erlo (2019), o primeiro momento de elaboração do inventário participativo teve a mediação de Renata Brustolin, Leandro Vignochi e Geovana Erlo como forma de estimular a autonomia dos participantes até que se sentissem à vontade para assumir as discussões. Erlo (2019) menciona ainda que a mediação resultou em uma reformulação das etapas de elaboração do inventário participativo.

> A mediação trouxe a adaptação proposta ao cronograma, que ao invés 8 etapas, conforme teria inicialmente, aglutinou-se algumas para compactá-las em 5: a primeira, etapa no primeiro cronograma, desapareceu do segundo pois já havia sido

---

entre a exposição de peças antigas, com a tecnologia de sistemas informatizados." Disponível em: <http://www.herculesgallo.com.br/>. Acesso em: 30 maio 2024.

[129] "O Instituto Hércules Galló nasceu da vontade dos descendentes de preservar a memória do empreendedor do setor têxtil da Serra Gaúcha. O propósito inicial do instituto é ser tutor do conjunto de residências restauradas, localizada em Galópolis, bairro de Caxias do Sul (RS), mas também transformar o local em um centro voltado à cultura e à memória." Disponível em: <http://www.herculesgallo.com.br/>. Acesso em: 30 maio 2024.

[130] O questionário realizado por Geovana Erlo foi respondido por 116 pessoas. (Erlo, 2019).

> realizada e, por ser um formação interna, alguns membros da comissão CCCG[131] não viram sentido em mantê-la como momento a ser apresentado à toda a comunidade – de tal forma, a primeira etapa da nova diagramação consistiu no processo de identificação dos patrimônios de Galópolis, fazendo uso do termo genérico de patrimônio cultural ao invés de segmentar em patrimônio industrial; a segunda etapa sucede a identificação, quando, por meio de critérios definidos conjuntamente, selecionar-se-á um ou mais patrimônios para iniciar a pesquisa – próximo do que seria a antiga etapa 3; esta, por sua vez, no novo cronograma, juntou as etapas 4, 5 e 6; ao passo que em ambos os quadros a construção de um produto com base na sistematização dos dados e a autoavaliação surgem como, respectivamente, penúltima e última etapas. (*ibid.*, p. 268).

Conforme relata Erlo (2023), os primeiros encontros foram realizados durante a tarde e à noite, e isso contribuiu para uma diversidade etária. O inventário contou com a participação de pessoas jovens, adultas e idosas. No final do processo de identificação dos bens culturais, foram selecionados 247 patrimônios industriais de Galópolis, categorizados em edificações, serviços, cultura, esportes, gastronomia, paisagens naturais e religiosidade e pessoas.

Apesar da listagem inicial do Inventário Participativo de Galópolis ter todos os bens escolhidos como sendo alusivos ao patrimônio industrial do bairro, houve dificuldades em distinguir os elementos dentro das categorias e tensionamentos envolvendo patrimônio indígena e patrimônio de origem afrodescendente.

> [...] houve uma dificuldade em distinguir elementos dentro das categorizações propostas inicialmente, o que demonstra uma imersão profunda em sua própria realidade ao ponto de serem necessárias novas categorias, mais abrangentes; a diversidade de bens elencados foi maior durante a construção do IPG (Inventário Participativo de Galópolis), porém, mesmo assim, questões de tensionamento envolvendo patrimônio indígena e patrimônio negro, por exemplo, não geraram novas indicações. Ainda carece de abertura para temas sensíveis, embora o movimento operário já tenha sido assumido como representativo à realidade local. (*ibid.*, p. 283).

Segundo Erlo (2023), no momento da autoavaliação, os participantes tiveram dificuldades em listar os pontos negativos, mas, na sua percepção, houve alguns pontos que merecem ser levantados, entre eles:

> [...] faltaram elementos essenciais, como a elaboração das fichas de inventário que, embora já construídas e adaptadas ao processo de Galópolis, não foram preenchidas por falta de tempo. Além disso, embora a autonomia conquistada represente um grande avanço em comparação com o período prévio ao Inventário Participativo de Galópolis – com diversas reuniões ocorrendo de forma espontânea sem minha presença –, ainda é possível estimulá-la mais, sobretudo no processo de pesquisa e documentação museológica. Neste quesito, embora tenhamos documentações textuais de organização, gravações e livros de presenças de todos os encontros feitos, precisamos criar estratégias para que estejam disponíveis para pesquisa – a plataforma que hospeda o site não suporta o tamanho dos arquivos –

[131] CCCG – Centro Comunitário e Cultural Galópolis.

> pois, caso contrário, não cumpriram sua função de comunicar. Ainda é preciso continuar a pressionar a prefeitura pelo tombamento do prédio do Círculo Operário e retomada do Centro Comunitário e Cultural Galópolis e, diante de tal premissa, a continuação do Inventário Participativo de Galópolis é necessária – e demandada pela comunidade participante ou não dos encontros, pois após a finalização da autoavaliação e retirada da exposição da Praça, já nos questionaram qual será o próximo produto. (*ibid.*, p. 287).

Ao final do processo de pesquisa e escolha dos bens, foi realizada uma exposição denominada pela comunidade de "História(s) e Memória(s) do Círculo Operário", em que são apresentados oito painéis, na Praça Duque de Caxias, em Galópolis, contendo textos e imagens. Assim, o inventário participativo da localidade, além de promover a atividade de exposição na praça do bairro, conta com uma página na internet com informações sobre os bens escolhidos pela comunidade conforme a categoria, e há também a exposição virtual de um acervo iconográfico de épocas distintas do século XX. O site apresenta um *link* que direciona para o projeto de implantação do Centro Comunitário e Cultural Galópolis, onde são apresentados os oito painéis que fizeram parte da atividade realizada na Praça Duque de Caxias.

Figura 14 – *Website* do inventário participativo de Galópolis



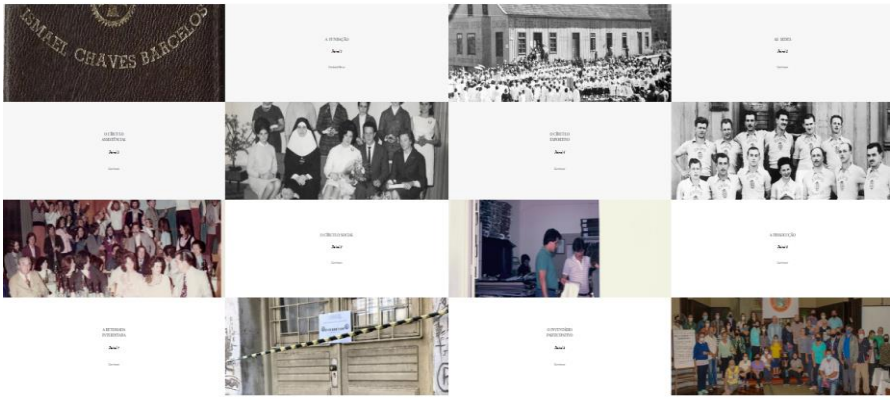
Fonte: <https://www.inventarioparticipativodegalopolis.com/>. Acesso em: 30 maio 2024.

Figura 15 – *Website* do projeto de implantação do Centro Comunitário e Cultural Galópolis



Fonte: <https://marketing5094.wixsite.com/website-6>. Acesso em: 30 maio 2024.

Figura 16 – Painéis da exposição "História(s) e Memória(s) do Círculo Operário"



Fonte:<https://marketing5094.wixsite.com/website-6/sobre-n%C3%B3s>. Acesso em: 30 maio 2024.

Um terceiro exemplo de inventário participativo é o realizado no Largo do Arouche, na cidade de São Paulo. O inventário foi realizado pela comunidade LGBTQIA+ e recebeu o nome de Inventário Participativo Arouche LGBTQIA+. Segundo consta no inventário participativo, que contou com a organização de Mariana Kimie Nito, o Largo do Arouche é "um lugar historicamente ocupado por populações LGBTQIA+, pretas, pardas, indígenas, brancas, amarelas, imigrantes e que moram em bolsões periféricos no centro da cidade ou em periferias pobres na capital/região metropolitana." (Nito, 2023, p. 11).

O Largo do Arouche é um território de importantes manifestações culturais e políticas em prol dos direitos humanos. Além disso, o Largo também foi palco de episódios de violência, de descaso do governo e de luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+.

> Esse território central da cidade vem sendo *locus* das mais importantes manifestações culturais e políticas em prol dos direitos humanos, como também de muitos eventos de extrema violência e descaso governamental com a população. Apesar de todos os embates, esse é o espaço onde muitas pessoas podem se sentir livres para se expressar e serem quem são, em sua integridade. O Largo do Arouche é um lugar de afeto, de identidades e, principalmente, de resistência na luta pelos direitos da população LGBTQIA+. (*ibid.*).

O inventário participativo realizado no Largo do Arouche ajudou a promover a identificação dos bens que fazem parte da cultura local e contribuiu para o fortalecimento identitário do grupo, a mobilização e o reconhecimento de grupos que são marginalizados e invisibilizados pela sociedade.

Figura 17 – Batismo do "Largo da Diversidade" no Largo do Arouche



Batismo do "Largo da Diversidade" no Largo do Arouche. Fonte: Coletivo Arouchianos, 2019.

Fonte: Inventário participativo Arouche LGBTQIA+, 2023. p. 18

O Inventário Participativo Arouche LGBTQIA+ contou com oito categorias, além das cinco categorias sugeridas pelo Iphan (Celebrações, Formas de Expressão, Lugares, Objetos e Saberes). São elas: Edificações, Marcadores de Tempo e Natureza. Na figura 18, "Referências culturais do inventário participativo Arouche LGBTQIA+", apresento a tabela retirada no Inventário Participativo do Arouche com as referências culturais definidas pelos grupos.

As discussões e a elaboração do inventário participativo deram início a um projeto com o objetivo de criar um museu *online*, o MONA (Museu de Ocupação e Narrativas do Arouche), que tem como finalidade "reunir e organizar um acervo relativo à presença histórica destes grupos sociais no Largo do Arouche e [...] [estabelecer] um lugar de guarda

de memórias e de valorização de seu patrimônio cultural." (*ibid.*, p. 12). Assim, o MONA é um museu que reúne, em seu acervo, o material produzido pelo inventário participativo e auxilia na formação da memória e da identidade de grupos que têm o Largo do Arouche não apenas como bem a ser preservado, mas também como lugar de fruição. A elaboração do inventário também foi uma forma de a comunidade LGBTQIA+ cobrar do poder público o reconhecimento do Arouche como um bairro LGBTQIA+, valorizando assim uma "ocupação histórica na região do Largo do Arouche, que é considerado um dos maiores bairros LGBTQIA+ do mundo." (*ibid.*, p. 11).

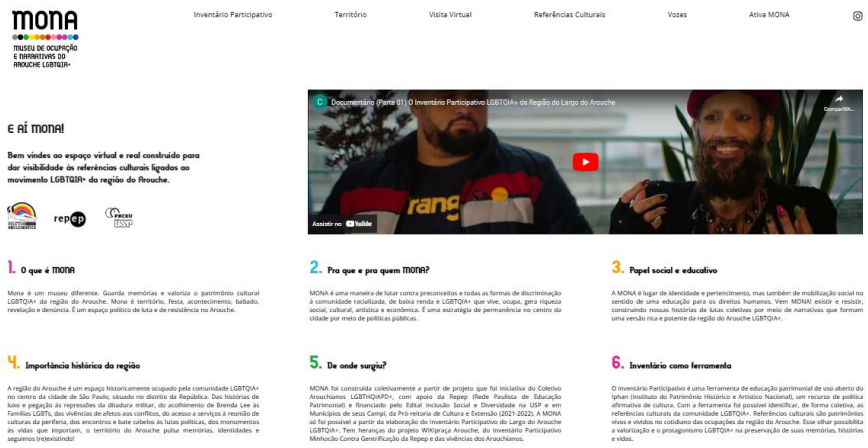
Figura 18 – **Referências culturais do inventário participativo Arouche LGBTQIA+**

As referências estão organizadas conforme as categorias a seguir.

Categorias	*Referências Culturais*
CELEBRAÇÕES (4)	Arraiá Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos Atividades Culturais Carnaval De Rua Natal Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos
EDIFICAÇÕES (4)	Centro De Referência E Defesa Da Diversidade Sexual Brunna Valin (CRD) Coreto Delegacia Seccional De Polícia Centro UBS Santa Cecília
FORMAS DE EXPRESSÃO (7)	Arte De Rua De Resistência Atos Eventos Dominicais Arouchianos Blocos LGBTQIA+ Pajubá Performance Drag e Transformista Publicações Marginais Teatro De Grupo
LUGARES (14)	Aparelha Luzia Café Vermont Circuito Dos Bares, Baladas E Restaurantes Circuito Das Saunas E Cinemas Circuito De Acolhimento E Saúde Ferro's Bar Geledés: Instituto Da Mulher Negra Largo Do Arouche Museu Da Diversidade Sexual Ocupação Em Arte E Cultura LGBTQIA+ Praça Da República Ruas De Trabalho Sindicato Dos Artistas Sindicato Dos Jornalistas
MARCADORES DE TEMPO (1)	Calendário LGBTQIA+
NATUREZA (2)	Chichá Memória Viva
OBJETOS (5)	Estátua Amor Materno Estátua Depois Do Banho Estátua Índio Caçador Estátua Luiz Gama Namoradeira
SABERES (3)	Associativismo Comunitário Conhecimentos Da Montagem Transformista E Drag Famílias LGBTQIA+

Fonte: Inventário participativo Arouche LGBTQIA+, 2023. p. 39.

Figura 19 – *Website* do MONA (Museu de Ocupação e Narrativas do Arouche LGBTQIA+)



Fonte: <https://www.arouchianos.com.br/mona.html>. Acesso em: 31 maio 2024.

Ainda conforme Nito (2023), uma das grandes dificuldades enfrentadas para a elaboração do inventário participativo foi o fato de o projeto ter sido iniciado em meio à pandemia de COVID-19, o que complicou a realização de atividades presenciais, fazendo com que fossem demandados mais tempo e esforços coletivos na busca por soluções via remota.

As experiências de inventário participativo apresentadas acima demostram que houve um estreitamento dos laços com a identidade e a memória dos grupos envolvidos, permitindo o conhecimento e o reconhecimento da cultura local, possibilitando a ação social e a política dessas comunidades na manutenção de identidades e memórias. Com os exemplos de inventários, procurei trazer formas de se pensar na elaboração do inventário participativo a partir de casos já realizados para servir não como modelos a serem seguidos, mas como inspiração para a elaboração de um inventário participativo. Sendo assim, procurei apresentar exemplos de inventários não apenas relacionados ao patrimônio industrial para viabilizar uma reflexão sobre a diversidade de possiblidades e de experiências. As experiências elencadas servem de inspiração para se pensar a produção de um inventário participativo na Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves, atentando para as particularidades e os anseios da comunidade escolar. Conforme exposto nos exemplos apresentados, a elaboração do inventário não é uma tarefa fácil, e há situações em que se deve refletir sobre quais são os rumos a serem seguidos ou até a necessidade de mudanças a partir das demandas apresentadas pela comunidade. Assim, o inventário participativo deve ser realizado baseado em um processo de mediação de conflitos que possam surgir durante a sua elaboração e de diálogo entre os participantes para definir quais bens devem ser inventariados e quantas e quais serão

as categorias escolhidas ou acrescentadas pelos participantes. Segundo Átila Bezerra Tolentino (2019), as práticas educativas devem ser construções coletivas e dialógicas e estão sujeitas a tensões resultantes da complexidade em se trabalhar com coletivos em sua heterogeneidade.

> Práticas educativas de caráter dialógico são fundamentais para ações de educação patrimonial junto a comunidades. Elas partem não de um patrimônio dado, fetichizado, que deve ser aceito e contemplado passivamente. Ao contrário, abre a possibilidade de construção coletiva do que é considerado patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, tendo em mente inclusive os conflitos que possam surgir nesse processo, o que implica debate, embate, dissenso, consenso. O que importa é a reflexão crítica na definição e apropriação do patrimônio cultural, com a participação democrática dos agentes e detentores das referências culturais nesse processo. (Tolentino, 2019, p. 146)

Na produção do inventário participativo na Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves que se planeja nesta dissertação, espero que os participantes possam colaborar com a construção de uma memória operária a partir de diferentes suportes de memória. Pensando no que a comunidade escolar poderia trazer como materialidade desse "passado-presente", acredito que poderá haver uma quantidade e uma variedade de vestígios: fotografias, uniformes, recortes de jornais, relógios, relatos orais, cadernos de anotações, cartões de ponto, boletins de sindicatos ou até mesmo alguma recordação do local de trabalho ou de espaços de lazer, por exemplo, alguma peça ou artefato que faça alusão ao trabalho executado dentro da fábrica ou até mesmo à realização de algum evento de lazer. Mesmo especulando quais suportes poderão ser apresentados pela comunidade escolar, isso não esgota as possibilidades de vestígios, pois a diversidade dos grupos que compõem a comunidade escolar e a infinidade de apropriações e sentimentos sobre o período industrial pode expor uma infinidade de formas e tipos de fragmentos. Além do mais, conforme os exemplos de inventários apresentados, à medida que os grupos vão se familiarizando e se apropriando daquilo que os toca como algo a ser preservado, novas questões vão surgindo, implicando na adaptação ou mesmo na reformulação das práticas de inventariação.

Quanto à execução do inventário participativo, acredito que possa ocorrer imprevistos ou que seja necessária a readequação durante o processo, pois se trata de grupos heterogêneos, e isso obriga a pensar em ações que sejam capazes de conduzir a uma memória e uma identidade coletivas. Já a escolha das categorias, suponho que poderão surgir algumas, tais como: edificações, serviços, cultura, esportes, gastronomia, paisagens e religiosidade e pessoas, entre outras.

Fazer um inventário participativo com todos os segmentos da comunidade escolar é uma tarefa que vai demandar tempo e um planejamento para a mobilização dos diversos

grupos da escola. Além disso, a escolha dos bens alusivos ao patrimônio industrial pode gerar dificuldades na distinção dos elementos dentro das categorias, ocasionando tensionamento com outros tipos de patrimônios, como o indígena e o de origem afrodescendente, como foi relatado na experiência do inventário de Galópolis.

Por se tratar de uma instituição que atua na educação em três turnos (matutino, vespertino e noturno), a organização das atividades terá que ser desenvolvida em horários que possam contemplar o maior número de pessoas envolvendo os três turnos. Além dos alunos e dos servidores da escola, os demais segmentos da comunidade escolar também participariam, e será preciso pensar em uma estratégia para que os grupos que são externos, como os pais e os responsáveis pelos discentes, possam participar. Inclusive, o envolvimento desse segmento da comunidade escolar nas reuniões que a escola promove durante o ano letivo conta com pouca adesão. Das justificativas que explicam essa baixa frequência, a principal hipótese é a de que as reuniões nem sempre ocorrem em horários acessíveis, visto que a maioria do público externo trabalha. Dessa forma, uma provável alternativa para a elaboração do inventário participativo é a execução de reuniões híbridas (presencial e remota) em dias e horários alternados objetivando contemplar o maior número de pessoas possível.

Além da organização e da mobilização das pessoas para a participação, outros pontos que poderão gerar tensão são a escolha e a organização das categorias, além da seleção dos bens que deverão fazer parte do inventário. Durante a execução das atividades, é provável que novas reivindicações e demandas surjam, e o debate e a negociação sobre as novas ações devem sempre retratar uma vontade coletiva. Por se tratar de grupos heterogêneos, as questões que motivam cada pessoa quanto à preservação do patrimônio também são diferentes, sendo assim, haverá momentos em que tanto a escolha de categorias quanto a seleção dos bens ocorrerão mediante um processo de negociação entre os grupos, observando os pontos comuns e que convergem para uma memória e uma identidade coletivas. Conforme observa Joël Candau (2011), “[...] não se pode haver construção de uma memória coletiva se as memórias individuais não se abrem umas às outras visando objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação.” (Candau, 2011, p. 48).

Conforme exposto no capítulo anterior, a escola Catarina Jorge Gonçalves se localiza em um bairro que fica no entorno da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, e a criação do bairro Conjunto Água Branca se relaciona com a necessidade de expansão da oferta de moradias na região. Segundo a carta de Nizhny Tagil, “os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação” (carta de Nizhny Tagil, 2003), podem ser considerados como patrimônio industrial.

Dessa forma, a escola se apresenta como um lugar potente para a promoção e a comunicação, intermediadas pela metodologia de Paulo Freire, desse possível patrimônio.

Busca-se com isso compreender o papel da memória e de um possível patrimônio industrial na formação cultural do município de Contagem a partir daquilo que a comunidade escolar definir como memória e identidade desse período. Porém, o inventário participativo não é uma atividade finalística, ou seja, produzir o inventário é um grande passo para se pensar na preservação da memória dos operários da Cidade Industrial, mas outras ações podem complementar, como já citado, a produção de um mapa afetivo ou de um varal de memórias, conforme será abordado no próximo tópico.

Nessa perspectiva, as ações educativas propostas na presente dissertação foram divididas em etapas diferentes, porém complementares. A divisão é para facilitar a organização e a dinâmica de participação e interação dos grupos que compõem a comunidade escolar. Cabe ressaltar que as ações aqui sugeridas serão ferramentas para promover o diálogo e a comunicação desse patrimônio industrial.

Portanto, é relevante enfatizar que as sugestões de ações educativas aqui apresentadas têm como objetivo nortear as discussões. A partir delas, podem surgir novas propostas ou formas de se abordar e de preservar o patrimônio industrial. O protagonismo da comunidade escolar pode fomentar novas discussões e novas formas de planejar e organizar as atividades, bem como promover o cuidado com a preservação da memória dos operários.

4.2 A Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves como *locus* de um inventário participativo

Embora o inventário participativo seja uma atividade importante para se conhecer o patrimônio cultural de Contagem, ele não se constitui como uma atividade final. Outras ações deverão ser planejadas a partir da elaboração coletiva do inventário como forma de propagação desse patrimônio. Assim, espera-se que as atividades possam auxiliar na constituição de uma memória coletiva do passado industrial de Contagem.

A escolha da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves para se pensar no patrimônio industrial de Contagem a partir da memória dos operários ocorreu durante a elaboração dos produtos para as disciplinas de práticas supervisionadas. Durante a execução das atividades, procurei pensar em como os vestígios industriais poderiam ser analisados no campo do patrimônio e qual seria o devido tratamento à memória dos trabalhadores. Assim, optei por

uma atividade coletiva objetivando atingir o maior número de pessoas possível, e a escola se torna um lugar propício devido à sua localização e ao alcance no bairro. Além disso, é na referida instituição que trabalho como professor da disciplina de História desde 2016.

A escola, por ser um lugar de produção de conhecimento pedagógico, torna-se favorável para a promoção de discussões e debates sobre o patrimônio. A opção em propor a atividade para a comunidade escolar, e não apenas para os alunos, parte da tentativa de usar a comunicação como forma de trabalhar a ressonância do patrimônio através das ações educativas com um público mais abrangente. As decisões de escolha dos bens que têm potencial para representar o patrimônio cultural devem partir de uma perspectiva de ampla participação.

Portanto, o que se busca, na presente dissertação, é a apresentação de atividades que possam ser norteadoras do processo de escolha e, ao mesmo tempo, comunicadoras de um possível patrimônio industrial operário de Contagem.

A sugestão das atividades visa a ser um instrumento que conduzirá para uma tomada de consciência a respeito da identificação da comunidade com os resquícios da memória operária. O que proponho é que a produção do inventário participativo subsidie a realização de outras duas atividades com a comunidade escolar, que seriam o mapa afetivo e o varal de memórias.

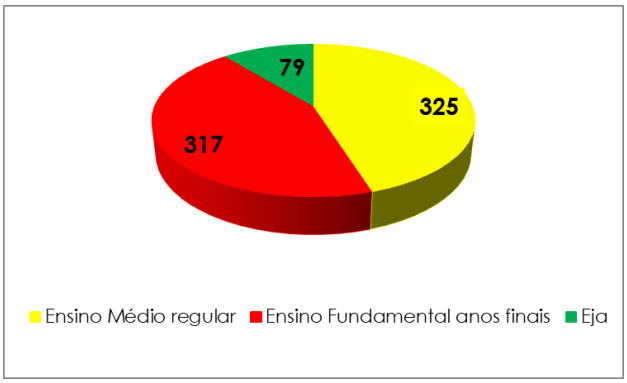
Por se localizar em um bairro no entorno de uma área industrial, vários dos moradores estudaram ou ainda estudam na escola Catarina Jorge Gonçalves e podem ter alguma ligação afetiva com os operários que trabalharam nas indústrias da região. Assim, a escola se constitui como um espaço de confluência onde os vários segmentos da comunidade escolar podem refletir sobre o que ecoa como identidade e memória coletiva. Mas isso não quer dizer que o ambiente escolar seja uniforme. Ao contrário disso, a escola é um lugar onde há uma pluralidade de experiências, e cada indivíduo traz consigo uma bagagem de conhecimento que se relaciona com a sua forma de interagir com o que está a sua volta. Dessa maneira, a escola também é um local onde se produzem identidades e memórias, tornando-se, assim, um terreno fértil para se tratar do patrimônio cultural.

Com relação ao perfil social da comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves, há pouca informação. Nos registros da escola, não constam referências sobre o perfil dos alunos e dos demais segmentos da escola. O processo de matrícula dos discentes, por exemplo, é feito através do portal do SIMADE (Sistema Mineiro de Administração Escolar), e, na realização da matrícula, não são exigidas informações sobre o perfil socioeconômico dos estudantes e de seus familiares. As informações colhidas pelo sistema do

SIMADE, no ato da matrícula, são dados básicos como: documentos pessoais e dos responsáveis pelos alunos (quando menores de idade), endereço residencial, e registros escolares da instituição de origem. Na escola também não há nenhuma iniciativa no intuito de traçar o perfil socioeconômico das famílias, sendo assim, as referências que se tem na instituição (embora não colaborem para traçar o perfil social do alunato) dão uma noção do quantitativo de alunos, ainda que se trate de informações coletadas no ano de 2022. Com relação aos servidores que atuam na escola, igualmente não há muita informação.

O único documento institucional que traz alguma elucidação sobre alguns dos segmentos da escola é o Projeto Político Pedagógico (PPP). Tal projeto foi elaborado no ano de 2022, e os dados que constam nele foram extraídos do Censo Escolar[132] de 2021. A seguir apresento alguns gráficos com base em dados extraídos do Projeto Político Pedagógico de 2022:

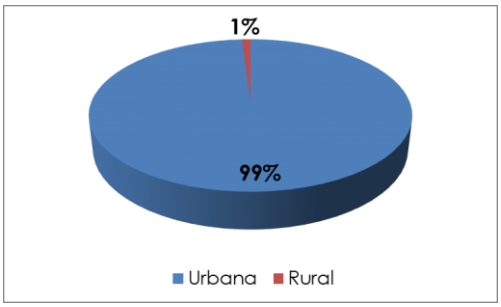
Gráfico 1 – Quantitativo de matrículas



Fonte: Projeto Político Pedagógico/2022

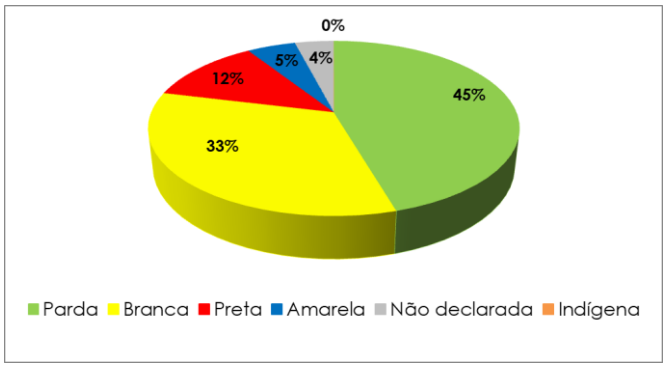
[132] "O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo Inep e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. A pesquisa estatística abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional: Ensino regular (educação infantil, ensino fundamental e médio); Educação especial – escolas e classes especiais; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação profissional e tecnológica (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional)". Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Gráfico 2 – Distribuição dos estudantes por localização/zona de residência



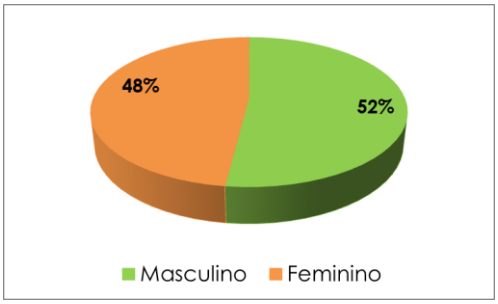
Fonte: Projeto Político Pedagógico/2022

Gráfico 3 – Distribuição dos estudantes por cor/raça



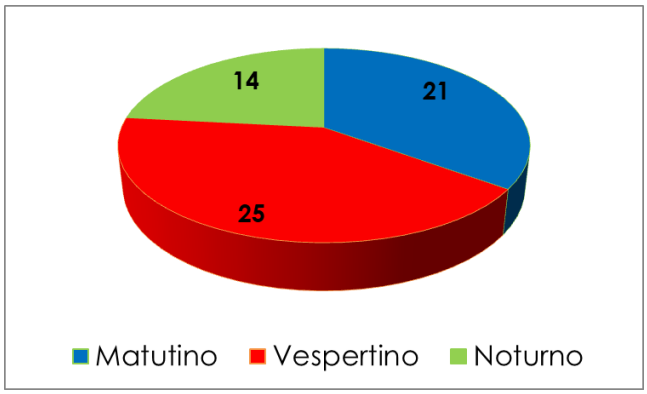
Fonte: Projeto Político Pedagógico/2022

Gráfico 4 – Distribuição dos estudantes por sexo



Fonte: Projeto Político Pedagógico/2022

Gráfico 5 – Número de docentes por etapa de ensino ofertada



Fonte: Projeto Político Pedagógico/2022

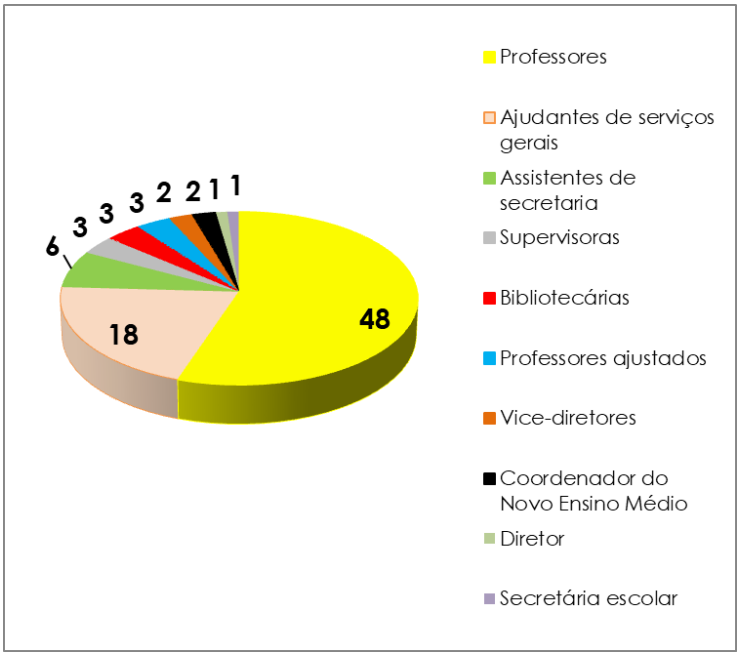
Segundo os dados do Projeto Político Pedagógico da escola, o Índice Socioeconômico (ISE) é considerado alto. Esse índice é calculado a partir dos questionários contextuais das avaliações do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública), respondidos pelos alunos da escola. Porém, o Projeto Político Pedagógico institucional avalia que os dados não correspondem totalmente com a realidade da escola, pois

> [...] uma vez que os parâmetros utilizados para essa referência classificam os alunos com o índice alto. Mas, no momento, temos elevado número de pais desempregados, morando de aluguel e com baixíssimo poder aquisitivo. Também há alunos que têm a refeição oferecida pela escola como o seu principal alimento do dia. (Projeto Político Pedagógico, 2022, p. 13)

Dos alunos que estudam na escola, 88% residem no território em que a instituição está inserida. Ainda segundo o Projeto Político Pedagógico, os dados colhidos com base em um questionário elaborado pela escola e respondido por 380 alunos dão conta de que aproximadamente 20% responderam que exercem atividades remuneradas[133]. Embora o Projeto Político Pedagógico esteja desatualizado, é o único documento que traz alguma referência do número de professores e alunos da escola naquele momento específico, ainda que exclua os demais trabalhadores e segmentos da instituição. Na tentativa de trazer informações mais atualizadas sobre alguns de seus segmentos, fiz algumas consultas nos registros da escola (livros de registro de funcionários, quantitativo de matrículas) e consegui apenas dados genéricos, mas que ajudam a conhecer a escola. Os gráficos apresentados a seguir são do ano de 2024:

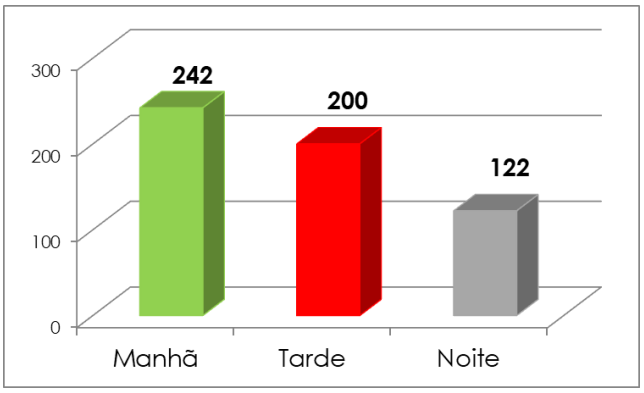
[133] O Projeto Político Pedagógico não específica se as atividades remuneradas são formais ou informais e não há menção quanto à faixa etária dos alunos que disseram exercer atividade remunerada.

Gráfico 6 – Quantitativo de profissionais da escola



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 7 – Quantitativo de alunos da escola por turno



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Procurei outras formas de traçar o perfil socioeconômico da comunidade escolar para o ano corrente, mas não obtive êxito. Os registros da escola somente trazem informações relacionadas ao quantitativo de alunos por turno, e não há nenhum outro referencial. Com relação aos profissionais, o gráfico traz o quantitativo de profissionais que atuam nos três turnos da escola. Também procurei obter informações por meio de órgãos externos acessando as páginas virtuais da Prefeitura Municipal de Contagem, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), porém as referências encontradas não atendem ao propósito da pesquisa.

Os órgãos pesquisados não apresentam informações por bairros, e sim por município e com temas específicos, por exemplo, taxa de desemprego, índice de desenvolvimento, entre outros. Dessa maneira, não há como distinguir os parâmetros por bairros. Sendo assim, presume-se que as ações educativas também auxiliem no entendimento do perfil social da comunidade escolar. Mesmo com essas lacunas, as atividades propostas podem servir de referencial para se pensar em uma maneira de compreensão e (re)conhecimento dos grupos que compõem essa coletividade.

Posto isso, a elaboração do inventário tem potencial para ser um instrumento que favorecerá a realização de um levantamento estatístico sobre a comunidade escolar, mas também da identidade e da memória coletiva. Segundo Joël Candau (2011),

> As falhas de memória, os esquecimentos e as lembranças carregadas de emoção são sempre vinculados a uma consciência que age no presente. Porque a memória organiza "os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas do futuro", devemos ver nela menos "uma função de conservação automática investida por uma consciência sobreposta" do que um modo essencial da consciência mesma, o que caracteriza a interioridade das condutas. A lembrança não "contém" a consciência, mas a evidencia e manifesta, é "a consciência mesma que experimenta no presente a dimensão de seu passado". (Candau, 2011, p. 63).

Portanto, ao elaborar o inventário participativo, serão os questionamentos e as reflexões do presente que guiarão a elaboração de uma memória operária que se expressa através da coletividade. Conforme Halbwachs (1990),

> Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos concordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (Halbwachs, 1990, p. 34).

Parto do princípio, então, de que a lembrança, mesmo que individual, encontra seu ponto de contato nas lembranças dos outros membros do grupo. E, nessa perspectiva, o inventário pode ser uma ferramenta que permitirá um exercício de reconhecimento daquilo que dá noção de identidade e memória coletivas.

Para a produção do inventário participativo, são necessários o levantamento e a identificação, como já mencionado, das referências culturais. Segundo o Manual de Aplicação Inventário Nacional de Referências Culturais (2000), as referências culturais

> [...] são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura."(Manual de aplicação inventário nacional de referências culturais, Educação patrimonial do programa mais educação, 2000, p. 8).

É importante que se faça o levantamento das referências culturais e se verifique em quais categorias[134] essas referências se encaixam. Nesse sentido, será realizado um planejamento das atividades e o desenvolvimento das etapas que irão conduzir a execução do inventário. A estruturação e a divisão das etapas são basilares para a organização da pesquisa e para a identificação das referências culturais e a posterior classificação conforme categorias propostas pela comunidade escolar.

O Manual de Aplicação do Inventário Participativo (2016) organizado pelo Iphan divide as etapas de produção do inventário conforme as fichas que compõem o processo de inventariação. Assim, as fases do processo de elaboração do inventário participativo podem ser divididas da seguinte forma:

- Elaboração da Ficha do Projeto, que, segundo o manual, deverá ser preenchida ao longo de todo o trabalho de inventário. Essa ficha é responsável pela estruturação do inventário e tem como função ajudar na organização das informações coletadas.
- A Ficha do Território deverá conter informações sobre o espaço onde será o objeto do inventário. O manual traz as seguintes questões norteadoras: ele (espaço) é um bairro? Uma região? O centro da cidade? Uma rua? Uma área rural? O lugar onde vive uma comunidade? As margens de um rio? Um conjunto de lugares?
- As Fichas das Categorias (Lugares, Objetos, Celebrações, Forma de Expressão e Saberes) é onde serão inseridas as informações sobre as referências culturais que serão tratadas no inventário. Cada categoria tem uma ficha correspondente e com orientações de preenchimento específicas para cada categoria. Nessa etapa é necessário o entendimento de que cada categoria tem uma especificidade e uma forma de registro peculiar.

[134] As categorias são formas de classificação. As categorias propostas no inventário são: celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos. (Sônia Regina Rampim Florêncio *et al*., 2016, p. 11)

- Nas Fichas das Fontes Pesquisadas, deverão ser enumeradas as fontes em que foram realizadas as pesquisas, as pessoas entrevistadas e os documentos utilizados durante o processo indicando, em cada caso, onde foram encontrados e para qual informação serviram. É imprescindível que se atente para a diversidade de variedade de fontes, pois elas podem ser livros, papéis antigos, imagens, fotografias, vídeos e relatos orais. Além da variedade e da diversidade das fontes, é necessário realizar pesquisas em bibliotecas, centros culturais, arquivos, museus e outros lugares.
- A Ficha do Relatório de Imagem deve ser preenchida com informações sobre imagens, fotografias, pinturas, gravuras e desenhos selecionados pelos participantes.
- Já a Ficha do Roteiro de Entrevista auxilia a organizar os assuntos que o grupo considera importantes para a caracterização da referência cultural que está sendo inventariada a partir do relato oral dos entrevistados.

Como é possível observar, a realização dessa atividade exige uma organização e uma separação das etapas conforme as fichas a serem preenchidas. Assim, é inevitável que ocorram disputas e tensões quanto aos bens que deverão compor o inventário. Um dos grandes desafios na elaboração do inventário participativo é a compreensão dessa pluralidade e de como trabalhar isso se utilizando do diálogo para intermediar os interesses conflitantes que possam surgir.

Destarte, o trabalho de produção do inventário participativo é algo que demanda uma discussão sobre o tema, levando em consideração as visões e os diferentes entendimentos sobre quais serão os bens a serem inventariados. Portanto, é preciso estar atento à pluralidade e à diversidade de pontos de vista que as pessoas têm sobre um mesmo bem.

Dessa forma, planejou-se o aproveitamento do inventário participativo para a elaboração de um mapa afetivo e a produção de um varal de memórias.

4.3 Mapa afetivo e varal de memórias: ações educativas para a preservação e a comunicação do patrimônio industrial de Contagem

A ideia de se produzir um mapa afetivo tem como objetivo pontuar as referências culturais que a comunidade escolar escolher e, a partir disso, elaborar uma construção coletiva dos lugares onde há identificação com esse patrimônio. Assim o mapa afetivo ajuda na

identificação e no reconhecimento desses lugares em que os operários circulavam. Já o varal de memórias é uma forma de manter viva a memória a partir da reconstrução afetiva, dando novos significados baseados nas lembranças mediante uma apresentação artística que reproduza o cotidiano da comunidade através de elementos que tenham ressonância com os grupos.

O mapa afetivo pode ser definido como uma produção cartográfica que extrapola os limites das representações geográficas com técnicas e estudos científicos para imprimir as relações de afetividades, memórias, sentimentos e experiências coletivas locais que os indivíduos têm com um determinado espaço que pode ser um bairro, uma região ou qualquer outro espaço geográfico em que essas relações se estabelecem entre os indivíduos e o lugar. Assim, os mapas afetivos podem ser definidos da seguinte forma:

> Imagens ou representações assentadas em sinais emotivos ou expressivos, elaborados a partir de recursos imagéticos (desenhos, fotos, objetos de arte) Afirmamos que eles são reveladores da implicação do indivíduo a um determinado ambiente: casa, bairro, comunidade, cidade. Podem ser gerados a partir de mapas cognitivos, porém seu maior objetivo não é a orientação espacial ou a localização geográfica. Eles são orientadores das estratégias de ação e avaliação dos níveis de apropriação (pertencer ou não pertencer a um lugar), apego (vinculação incondicional a um lugar) e de identidade social urbana (conjunto de valores, representações, atitudes que tomam parte da identidade do indivíduo no lugar). Como síntese dos afetos, eles também apontam o nível de implicação do indivíduo no lugar. Dando seu caráter representacional e criativo, são recursos de acesso à dialética subjetividade/objetividade na cidade. ((Bomfim, 2003, p. 35 *apud* Viana, 2009, p. 32).

O mapa afetivo é uma estratégia que permite a associação dos grupos com o espaço geográfico e os lugares em que se relacionam, além de possibilitar a criação de vínculos de identidade e de memória entre as pessoas e os lugares.

Uma experiência de realização de mapa afetivo que usarei como exemplo é apresentada pela professora Sandra Maria Rodrigues, em sua dissertação de mestrado intitulada *Ceilândia/DF: Histórias, Afetos e (re)significações a partir da educação patrimonial*. Na pesquisa, a autora usa essa metodologia para trabalhar com estudantes do 2º ano do Ensino Médio de uma escola pública na Ceilândia, no Distrito Federal. Uma das oficinas da atividade de educação patrimonial realizada pela professora foi a elaboração do mapa afetivo com o objetivo de fazer com que os alunos construíssem uma noção de patrimônio de maneira participativa. A atividade teve o inventário participativo como suporte para a produção do mapa afetivo, visando ao conhecimento e ao reconhecimento dos espaços e dos lugares que, de alguma forma, transmitem a noção de identidade e memória afetiva para os discentes. Segundo Rodrigues (2021), a atividade possibilitou "[...] identificar o mapa

afetivo como ferramenta de apoio, no sentido de criar um senso de pertencimento e preservação da memória e identidade da comunidade, utilizando locais com valor cultural e histórico.” (Rodrigues, 2021, p. 92).

Figura 20 – Ceilândia – DF: histórias, afetos e (re)significações a partir da educação patrimonial itinerário didático



Fonte: Sandra Maria Rodrigues, 2021.

E como desdobramento dessa atividade, houve uma oficina de campo para reconhecimento dos lugares que os alunos indicaram no mapa afetivo. Segundo Rodrigues (2021), essa etapa da atividade foi uma “ação fundamental para que os estudantes conheçam, compreendam e ressignifiquem o patrimônio cultural de Ceilândia.” (*ibid.*, p. 94).

Já o varal de memórias se constitui em uma atividade pedagógica que estimula a construção de um varal suspenso no qual os participantes colocam fotografias, objetos, pertences ou mesmo alguma lembrança que queiram compartilhar e que trazem algum vínculo de memória e/ou identidade. Dessa forma, o varal de memórias pode ser produzido com uma variedade de tipos de suportes de memória ou pode utilizar apenas um tipo. A produção coletiva do varal de memórias permite manter viva a memória local, dando novos significados a partir do que a comunidade entende como elementos que geram sentimento de pertencimento e identidade de grupo.

O Museu Vivo Caiçara, da Praia Grande da Cajaíba, situada na península da Juatinga, município de Paraty/RJ, realizou uma oficina com crianças, jovens, adultos e mestres da comunidade local com o propósito de que as crianças e os jovens entrassem em contato com a memória social de sua comunidade, e essa atividade culminou em uma exposição de

fotografias através de um varal de memórias. Cada uma das fotografias é acompanhada de uma história sobre as pessoas retratadas, e o acervo é disponibilizado no site do museu[135].

Figura 21 – ***Website*** **do Museu Vivo Caiçara e a exposição do varal de memórias**



Fonte: <https://www.museucaicara.com.br/exposi%C3%A7%C3%B5es> Acesso em: 31 mai. 2024.

O varal de memórias parece ser uma atividade que ajudará a construir uma conexão entre os espaços ocupados no presente e no passado a partir de objetos que contrastam com a realidade do presente, ressignificando essa relação dos indivíduos com o tempo, promovendo uma reflexão crítica do espaço e do território. Assim, a atividade pode colaborar para um reconhecimento da ressonância que a memória operária tem no presente para a comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves.

Dessa forma, tanto o mapa afetivo quanto o varal de memórias se constituem como ações educativas que, juntamente com o inventário participativo, integram as atividades de comunicação desse patrimônio identificado pela comunidade.

A execução do inventário participativo, do mapa afetivo e do varal de memórias será dividida em etapas. Cada fase contempla a elaboração de parte de uma das ações educativas, tendo como objetivo principal a preservação e a comunicação de um possível patrimônio industrial de Contagem a partir da memória operária. O inventário se constitui como uma atividade pedagógica tendo como objetivo

> [...] construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas. Sem a pretensão, contudo, de formalizar reconhecimento institucional por parte dos órgãos oficiais de preservação. (Manual de aplicação do inventário participativo, 2016, p. 9).

[135] Para mais informações, acessar: <https://www.museucaicara.com.br/>.

A execução das ações educativas foi dividida em etapas com o objetivo de organizar e facilitar a realização conforme planejamento a seguir:

- Etapa 1: Classificação das referências culturais. Utilizando-se do manual do inventário participativo proposto pelo Iphan, a comunidade escolar irá realizar a identificação dos bens culturais do patrimônio industrial e definir as categorias com base nas sugestões do manual e/ou criar as suas próprias categorias. Nessa etapa, o diálogo entre os grupos que compõem a comunidade escolar deverá ser orientado para a construção de referências coletivas em que seus membros sintam que há alguma relação afetiva geradora de sentimento de pertencimento, pelo vínculo de identidade e/ou memória. O objetivo dessa etapa é que a comunidade escolar possa fazer a identificação e o levantamento do patrimônio que se relaciona ao processo industrial do município.
- Etapa 2: Elaboração do inventário participativo. A partir da identificação e do levantamento das referências culturais realizados na etapa 1, o segundo momento é definir quais serão as referências culturais que de fato irão compor o inventário do patrimônio industrial de Contagem a partir dos suportes de memória dos operários. O principal objetivo dessa etapa é levantar quais seriam as referências coletivas de Contagem para se pensar na ideia de patrimônio industrial.
- Etapa 3: Produção de um mapa afetivo e do varal de memórias. A proposta para essa etapa é a de realização de duas atividades que, embora distintas, têm como objetivo estabelecer um vínculo identitário e de memória da comunidade com o patrimônio industrial de Contagem.
- Etapa 4: Autoavaliação. O quarto momento será organizado para que os participantes possam avaliar o que foi produzido e quais foram as suas opiniões sobre as atividades propostas. Espera-se que nessa etapa os participantes argumentem os pontos positivos e negativos das atividades sugeridas. O objetivo desse momento é que a comunidade escolar reflita e proponha novas atividades a partir das experiências sugeridas nesta dissertação. Afinal de contas, as ações educativas foram planejadas com a finalidade de serem uma

ferramenta de comunicação e difusão do patrimônio industrial a partir dos suportes de memória dos operários da Cidade Industrial de Contagem.

Segundo publicação do Iphan (2020):

> A cartografia afetiva/social é um procedimento metodológico participativo que visa a construção de mapas levando em consideração as múltiplas dimensões, coletiva e participativa, necessárias para a produção do conhecimento presente no território. É um tipo de atividade que propicia o empoderamento do conhecimento territorial por parte dos participantes, além de levantar percepções únicas apresentando as necessidades e potencialidades do território representado. (Iphan, 2020, p. 19).

A elaboração do mapa afetivo proporciona o reconhecimento do espaço e da territorialidade que se constitui a partir das informações obtidas no inventário. Desse modo, tanto a memória individual quanto a coletiva são importantes para que se possa compreender os vínculos entre a comunidade escolar e a constituição de uma memória operária a partir da noção espacial e territorial.

Muitos moradores do bairro foram e provavelmente alguns ainda podem ser operários da indústria, portanto rememorar os eventos relacionados aos trabalhadores pode possibilitar a localização espacial e territorial da atuação desses indivíduos.

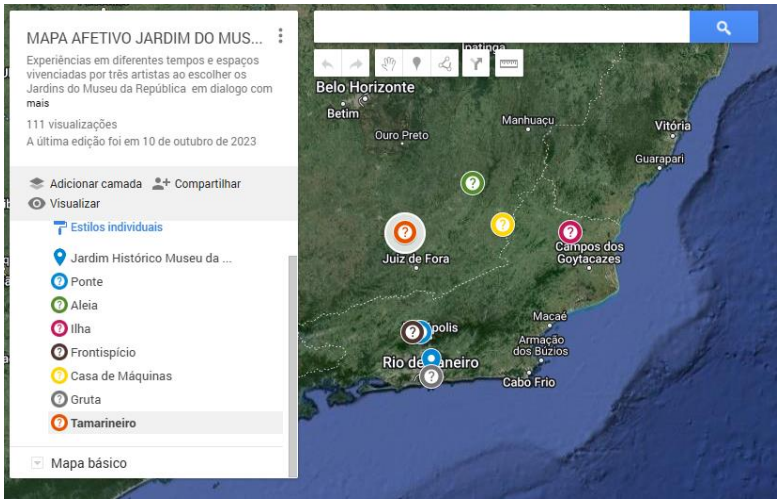
Em seu trabalho de conclusão de curso intitulado *Mapa afetivo e intervenções artísticas em um jardim histórico: uma proposta para educação de jovens e adultos*, do programa de pós-graduação *lato sensu* em Patrimônio Artístico e Cultural da Universidade de Brasília, Fernanda Cavalcanti de Mello (2019) utiliza o mapa afetivo como uma atividade voltada para alunos da EJA (educação de jovens e adultos) do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti e do CIEP Inocêncio Filho. Esses estudantes, em visita aos jardins do Museu da República no Rio de Janeiro, puderam interagir e pensar nas relações de afetividade e memória com o jardim utilizando as obras de quatro artistas: Mônica Klemz (Um Jardim Singular), George Patiño (sefiepoesia), Isabel Löfgren e Patrícia Gouvêa (Projeto Banco de Tempo).

> A intervenção proposta neste trabalho constitui uma prática pedagógica que inclui os estudantes da EJA nos espaços nos quais os mesmos não frequentariam, caso não fossem motivados pela escola. A proposta intencionou trazer novas práticas, trabalhar a sensibilidades humana, os itinerários dos sujeitos, por meio de sua cultura, de sua arte, para além do currículo disciplinar.
>
> A atividade pretendeu socializar as produções dos alunos e dos artistas, possibilitar a expressão dos estudantes, educadores e artistas acerca dos elementos que foram trazidos para cada um na experiência. O que cada aluno poderia trazer sobre identidade, memória afetiva, saberes e outros saberes que foram explorados também pelos artistas e pela instituição. A sequência didática oferecida, foi bastante flexível, para as duas escolas envolvidas, tendo como norte, o diálogo também com os educadores do Museu da República, os professores e as possibilidades de cronograma para a montagem da parceria. (Mello, 2019, p. 61).

A atividade possibilitou aos alunos refletir sobre a sua relação com os jardins através da obra de artistas, oportunizando, assim, a construção de um mapa afetivo que permitiu a esses discentes interagir com os jardins através da construção coletiva de memória e identidade. A atividade também viabilizou a construção de uma página virtual com conteúdo produzido pelos estudantes, professores e artistas, além de um mapa afetivo elaborado utilizando a plataforma do *Google Maps*, que permite ao visitante inserir informações. Assim, Fernanda Cavalcanti de Mello (2019) argumenta que:

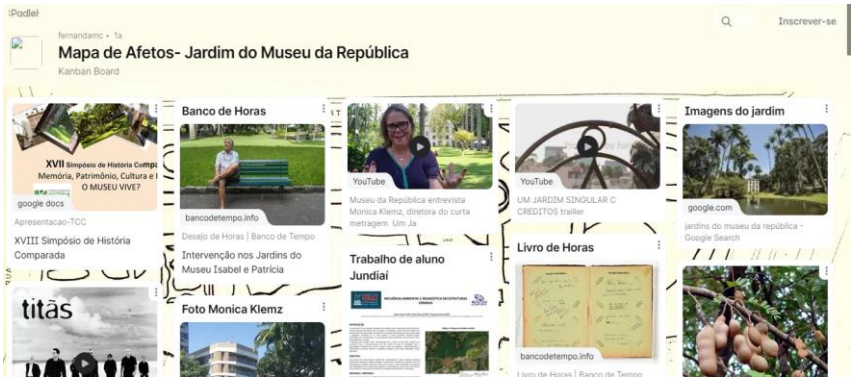
> Trabalhar o mapa afetivo possibilita construir múltiplas vivências e identidades. Cada Mapa Afetivo será diferente, ou novas camadas inseridas ao mapa trarão experiências singulares, mas significativas para quem participa dessa construção. Por isso, o Mapa Afetivo, em contexto aberto, para inserção de novas memórias, em diálogo com os acervos institucionalizados, expõe a curadoria feita pelo público que os frequentam. (*ibid*., p. 70).

Figura 22 – Mapa afetivo Jardim do Museu da República



Fonte:<https://drive.google.com/open?id=1QcmpsdORmpkQY30OEsxN2-jsz1-gJZ5f&usp=sharing>. Acesso em 30 mai. 2024.

Figura 23 – **Mapa de afetos – Jardim do Museu da República**



Fonte: <https://padlet.com/fernandamc/mapaafetivo> Acesso em 30 mai. 2024.

Na terceira etapa das atividades propostas para a comunidade escolar, também é apresentada a possibilidade da elaboração de um varal de memórias. A ideia de produção do varal de memórias tem como objetivo promover a conexão entre o presente da comunidade e o passado operário, sensibilizando os grupos quanto à formação de sua própria memória e identidade coletiva e ao reconhecimento dos espaços e dos lugares que se manifestam através dessa ação educativa.

Por ocasião projeto “Varal de Memória”, realizado em 2023, a professora Natania Nogueira propôs a elaboração de um varal de memórias. Seus alunos pertencem aos 7º, 8º e 9º ano da Escola Municipal Judith Lintz Guedes Machado, na cidade de Leopoldina/MG. No que tange à realização da atividade proposta, a docente descreve o seguinte:

> A história das sensibilidades é um campo que vem crescendo dentro da história cultural. A partir dela se busca “valorizar e classificar o mundo, ou de reagir diante de determinadas situações ou personagens sociais” (Pesavento, 2007, p. 21). Essa história valoriza o indivíduo, sua trajetória de vida, lida com o privado, com o sentimento. Nada mais adequado do que enquadrar nosso “varal de memórias”, composto por tecidos tão diversos, com narrativas que trazem à tona questões a serem debatidas no tempo presente.
>
> Assim, nosso “varal de memórias”, como podemos ver, trouxe muito mais do que a memória escolar. Ele se tornou uma fonte, também, para se estudar uma história da sensibilidade, para se pensar sobre questões sociais que envolvem desde saúde mental até questões de aceitação e autoestima. Ele apresenta a escola como muito mais do que um local de aprendizagem formal, mas de desenvolvimento de relações e conflitos que, muitas vezes, passam despercebidos. (Nogueira, 2023, p. 105).

Dessa forma, o varal de memórias pode contribuir para criar nos participantes o envolvimento com questões e reflexões que são do presente. O passado reconstituído através do varal de memórias pode ser uma forma de se conectar o presente com a ressignificação dos indícios do passado.

O que se intenta com isso é que a comunidade escolar seja detentora do processo de escolha e seleção do que deve ser preservado. Segundo Paiva e Alves (2019),

> É prudente e razoável também que, para a proposição de um Inventário Participativo, realize-se uma série de ações museais, entendidas como "todas as formas e processos criativos de atividades comunitárias de registro, reconhecimento e valorização da memória local" (IBRAM; OEI, 2016, p. 29).
> Essas ações podem englobar diversas técnicas participativas, desde rodas de conversa, exposições itinerantes, festivais e feiras, até campeonatos, entre outros, e devem ser uma forma criativa e lúdica de envolver a comunidade e incentivar o resgate e valorização de suas referências culturais, memórias, identidades e tradições culturais.
> A partir dessas ações, de cunho educacional, é possível à comunidade se apropriar e refletir sobre a sua memória e identidade, e os aspectos únicos e singulares que as diferenciam de quaisquer outras, para assim desenvolverem a ideia de patrimônio integralizado a um território reconhecido como próprio e peculiar. (Paiva; Alves, 2019, p. 57).

Dessa maneira, as ações educativas sugeridas nesta dissertação têm a pretensão de serem uma das possibilidades de se pensar no patrimônio industrial de Contagem, mas podem e devem ser complementadas com outras atividades que também venham a contribuir para se conhecer o patrimônio industrial do município. O que se almeja, com as ações, é que a comunidade escolar seja detentora e produtora das ferramentas necessárias para conhecer o patrimônio industrial e criar condições que lhe propiciem reconhecer a própria realidade.

4.4 O Inventário Participativo como instrumento para gestão do patrimônio cultural e autonomia da comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves

O filme *Narradores de Javé*[136] é um longa-metragem inspirador para a presente pesquisa, porque, mesmo se tratando de uma ficção, suscita uma série de discussões sobre os dilemas da preservação da memória do patrimônio cultural, dilemas estes que englobam a mobilização da comunidade para registro desse patrimônio, o senso de coletividade e a busca por estratégias que mantenham vivas a identidade e a memória de um grupo mesmo quando não é possível a preservação da materialidade. O longa-metragem é uma ilustração dos desafios que permeiam o campo do patrimônio cultural, que vão desde a dificuldade de mobilização, passando por questões mais complexas como interesses econômicos que muitas vezes não respeitam aquilo que tem valor de memória, até a identidade e a história de um

[136] *Narradores de Javé* é um filme de 2004, com direção e roteiro de Eliana Caffé.

território. Em muitos casos, o interesse econômico suplanta o interesse de preservação do patrimônio, o que nos faz pensar a importância de uma educação patrimonial voltada à autonomia, ao senso de coletividade, à participação ativa e democrática e à ação política e social.

Quando se planejou a elaboração de um inventário participativo, pensou-se em um instrumento em que as pessoas pudessem envolver-se e dar significado e/ou ressignificar aquilo que está a sua volta, percebendo a relação desses elementos com a formação histórica da própria comunidade. A importância da participação coletiva é também pensada no aspecto da fruição do bem em questão, considerando a ideia de que as pessoas preservam e fazem a manutenção de bens com os quais se identificam. Daí a importância do envolvimento coletivo e da participação democrática para a sensibilização quanto ao que realmente tem significado para a população.

Lorena Sancho Querol (2013) define o inventário participativo como "a intervenção de pessoas e comunidades na identificação e na documentação dos seus recursos culturais, o que envolve o seu reconhecimento como elementos de identidade local e pessoal, isto é, como património cultural" (Querol, 2013, p. 181). Se tomarmos essa definição de Querol (2013) como referência, o inventário se constitui como um importante instrumento de participação e de exercício da democracia na perspectiva assumida pela Constituição Federal de 1988, conforme mencionado acima. Mas podemos extrapolar a ideia de que o inventário participativo é democrático e entendê-lo como um recurso por meio do qual a comunidade possa se conhecer e reconhecer aquilo que faz parte do individual e/ou do grupo. Ainda de acordo com Querol (2013), "seguindo essa lógica participativa e com base nas linhas que definem o novo paradigma patrimonial, poderíamos falar, então, de uma tripla caracterização segundo a qual este inventário se perfila como um ato territorial, participativo e evolutivo" (Querol, 2013, p. 182).

Uma experiência ilustrativa da importância desse instrumento é o caso do Minhocão, em São Paulo. Em publicação da revista do Centro de Pesquisa e Formação, Mariana Kimie Nito e Simone Scifoni (2017) descrevem a experiência na utilização do inventário participativo como uma ferramenta contrária ao processo de gentrificação na região do Minhocão. Segundo as autoras, "o inventário participativo busca identificar e mapear as referências culturais dos grupos que ali vivem, trabalham e usam o espaço, no sentido de mobilizar ações e conhecimentos que possam se contrapor à gentrificação silenciosa que ali já se iniciou" (Nito; Scifoni, 2017, p. 41). Dessa forma, as autoras apresentam o inventário participativo como uma ferramenta em que os grupos sociais atribuem sentidos ligados à sua

identidade, ação e memória. O inventário participativo se constitui como um importante instrumento de cidadania e de apropriação de elementos culturais locais por parte de grupos e indivíduos como afirmação de pertencimento a um determinado território.

Simone Scifoni (2017) argumenta que a educação patrimonial não deve partir de conceitos já definidos; é imprescindível que estes sejam erigidos estimulando a participação e a elaboração a partir de uma experiência prática, ou seja, do reconhecimento da conjuntura à qual o indivíduo está submetido.

> Conceitos são construídos no desafio e por meio do estímulo com o contexto no qual os sujeitos estão emersos e, neste sentido, o início é sempre a realidade e a experiência prática, a partir da qual se chega ao que pode ser definido como cultura, memória, identidade e patrimônio. Neste sentido, o movimento vai da realidade em direção à construção de conceitos, esse desempenhando a etapa final do processo. Inverte-se, assim, a forma como, tradicionalmente, a educação patrimonial tem atuado. (Scifoni, 2017, p. 11).

Dentro do inventário participativo, o mapa afetivo e o varal de memórias se configuram como atividades educativas que buscam entender o patrimônio cultural nesse movimento de primeiro conhecer a realidade local e, a partir disso, pensar nas ações a serem tomadas para a construção conceitual do patrimônio em questão.

O Manual do Inventário Participativo (2016) considera a:

> [...] comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. (Manual do Inventário Participativo, 2016, p. 5).

A recomendação do manual do Iphan é que a própria comunidade possa construir, através do diálogo, o conhecimento sobre o seu patrimônio cultural relacionando-o com elementos sociais, territoriais e de cidadania. E, para nortear o desenvolvimento do inventário, o manual traz uma linguagem acessível a todos os públicos que tenham interesse de realizar a elaboração de um inventário participativo. Segundo a publicação do Iphan (2016), o patrimônio cultural pode ser entendido como:

> O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações.
>
> Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que

> adquirem o valor de um bem – um bem cultural – e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros.
> Notem que nem tudo que forma uma cultura é patrimônio cultural. Por exemplo, aspectos como a falta de educação no trânsito ou o costume de jogar lixo na rua são, sem dúvida, aspectos culturais, mas, definitivamente, não são patrimônios culturais.
> O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, interliga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante, ou outros elementos em torno dos quais muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam.
> O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de maneira tão profunda que, algumas vezes, elas sequer conseguem dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas, caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como exemplo, citamos a paisagem do bairro; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira. (Manual do Inventário Participativo, 2016, p. 7).

Portanto, a noção de patrimônio cultural dada pelo Manual do Inventário Participativo parte de uma noção de patrimônio em que o bem a ser preservado deve ter ressonância com a comunidade, e a sua escolha deverá ser coletiva. Desse modo, conhecer e reconhecer os elementos que compõem as práticas sociais, a paisagem e o lugar são formas de definir o que pode ser patrimônio cultural preservado pela comunidade.

O manual elaborado pelo Iphan propõe que o processo comece com pesquisas a temas da cultura em livros, revistas, jornais, fotografias e internet e, para isso, recomenda que sejam realizadas visitas a centros culturais, arquivos, bibliotecas, museus e instituições que trabalhem com cultura. Além da pesquisa bibliográfica, o manual também sugere que se converse com pessoas que produzem e conhecem as referências culturais pesquisadas como mestres de cultura popular, parteiras, contadores de histórias, artesãos, cirandeiros, entre outros. A busca de informações junto a professores, estudiosos e pessoas que trabalham em instituições de cultura também é uma etapa importante para a elaboração do inventário.

Assim, o inventário participativo é um instrumento que promove a interação entre pessoas e instituições ligadas à cultura e ao patrimônio. A produção do inventário participativo, segundo o manual do Iphan (2016), tem como um de seus objetivos “fazer com que diferentes grupos e diferentes gerações se conheçam e compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e o reconhecimento da importância da pluralidade.” (Manual do Inventário Participativo, 2016, p. 9).

Um fator determinante para a qualidade do inventário participativo é a integração entre os envolvidos. Desse modo, a produção do inventário suscita o compartilhamento de conhecimento e a escolha de referências culturais que sejam comuns a todos os grupos.

A forma como as fichas do inventário participativo sãos organizadas possibilita que a comunidade escolar identifique elementos materiais e imateriais que corroboram a

identificação de um patrimônio cultural comum. Dessa forma, o inventário colabora para o levantamento das referências culturas que fazem parte daquilo que ecoa para a comunidade como algo que confere identidade e memória.

Como observam Florêncio e Biondo (2017):

> Para muito além da divulgação, promoção e difusão do patrimônio cultural e dos conhecimentos institucionais acumulados no campo técnico da preservação, a Educação Patrimonial se mostra como possibilidade de construção de relações efetivas com as comunidades detentoras do patrimônio cultural. Neste sentido, por meio de mecanismos de escuta e observação que permitam acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais, a educação se apresenta como uma ação político social, exercendo papel decisivo na aproximação da sociedade civil com os órgãos públicos responsáveis pela política do patrimônio cultural.
>
> Sob esta ótica, a Educação Patrimonial não seria apenas uma metodologia de "conscientização" da população por meio do patrimônio cultural, mas, sim, um campo ou uma arena de atuação interdisciplinar que visa o patrimônio enquanto um instrumento/recurso de reconhecimento e afirmação das referências culturais numa perspectiva social. Essa aproximação da comunidade com tal patrimônio não é apenas para se reconhecer os bens que o compõem, mas para refletir sobre o papel da industrialização e como a comunidade se insere neste contexto. (Florêncio; Biondo, 2017, p. 52).

Não dá para se pensar em preservação do patrimônio industrial sem que se considerem os efeitos dessa industrialização para a comunidade que vive no entorno das indústrias. Como já vem sendo argumentado ao longo do capítulo, as ações educativas buscam fomentar a discussão sobre a relação que se estabelece entre a comunidade e a industrialização que ocorreu na região. Mais do que eleger algo a ser protegido, é importante compreender qual é o reflexo dessa industrialização para a comunidade e como a comunidade se insere nesse contexto.

Para além de coletar informações sobre o patrimônio, o inventário participativo é uma forma de reconhecer quais são as referências culturais da comunidade que ressoam como resquícios de memória e identidade partilhada pelo grupo. No preâmbulo de seu livro *Memória e Identidade*, Joël Candau (2011) reitera que a memória "fortalece a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir a sua identidade" (Candau, 2011, p. 16).

Como expõe Sandra Pelegrini (2009), "[...] o patrimônio cultural é algo vivo [...], além de indicar que nem tudo que é antigo constitui um bem patrimonial, mas somente aqueles dotados dos sentidos de pertença e identidade, ou seja, de um valor cultural mais amplo" (Pelegrini, 2009, p. 40). Nesse sentido, promover o debate sobre o patrimônio industrial, a partir do ponto de vista da memória operária, é também pensar no trabalhador

enquanto sujeito histórico que, imerso dentro dessa conjuntura industrial, questiona as condições sociais e de trabalho às quais estava submetido.

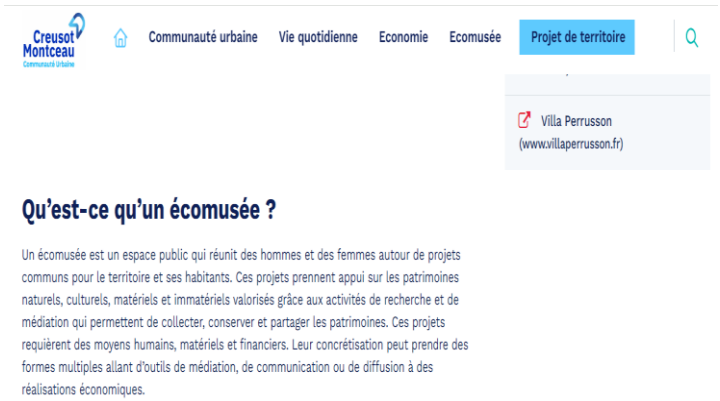
O Ecomuseu *du Creusot Montceau-les-Mines* é um exemplo de um museu industrial que tem como proposta a participação e a gestão coletivas. Essa foi a primeira experiência de um ecomuseu, resultado da imersão da comunidade em sua história operária.

> Este museu de vanguarda, nos anos 1970 e 1980, voltou-se para aquelas que haviam sido consideradas até então as "culturas dos Outros", culturas silenciadas e deixadas à margem de qualquer tipo de musealização. O ecomuseu é "inventado" no momento em que um novo discurso sobre a ideia antropológica de cultura é formulado, o momento da disseminação de uma contracultura, e da emancipação da cultura popular na Europa (Brulon, 2015, p. 268).

Desse modo, a ideia do ecomuseu foi de uma expansão da prática museal, extrapolando o espaço delimitado por um prédio e se estendendo ao território. Pensando nesse horizonte de participação, a experiência do Ecomuseu *du Creusot Montceau-les-Mines*, serve como exemplo de participação e de reconhecimento de outras formas de preservação para além do patrimônio com *status* de proteção jurídica.

> O projeto central que se impõe ao "novo museu", segundo Mairesse, consiste na busca pelas "origens" de uma cultura submersa, "seja ela rural ou industrial, das periferias ou de favelas" (Mairesse 2002:103). Por envolverem um tipo de imersão das pessoas em sua própria cultura e um contato íntimo com a memória, esses museus tiveram que contar com o suporte da etnologia e, de fato, se desenvolveram como uma alternativa iconoclasta aos museus etnográficos clássicos, principalmente por romperem com a lógica do olhar do Outro sobre o patrimônio ali apresentado. (Mairesse, 2002, p. 103 *apud* Brulon, 2015, p. 267).

Figura 24 – *Website* do Ecomusée du Creusot Montceau



Fonte:<https://www.creusotmontceau.org/ecomusee/presentation/histoire/>.

A ideia do Ecomuseu *du Creusot Montceau-les-Mines* é a de um museu feito *por* e *para* a comunidade local, de modo que a escolha, o processo de preservação e a manutenção

do espaço são definidos de forma participativa e democrática, contando com a participação popular.

> A comunidade é um conjunto complexo de atores que se inventam como gestores, conservadores e, ocasionalmente, como público do museu. Nos museus comunitários, são atores todos aqueles que, ao mesmo tempo, vivem e fazem da vida objeto musealizado, ou patrimônio que é simultaneamente vivido e observado no presente. "O ecomuseu nasce, então, de uma análise precisa da comunidade em sua estrutura, em suas relações, em suas necessidades" (Varine 1992:458), análise que deve ser feita pelos próprios membros dessa comunidade. Mas qual é a força que mobiliza a "comunidade"? (Varine, 1992, p. 458 *apud* Burlon, 2015, p. 286).

Assim, a proposta do ecomuseu foi a de um espaço de participação coletiva e de ressonância com a comunidade local, promovendo a mobilização dos grupos para a preservação, a manutenção e a fruição do patrimônio cultural.

Esse exemplo nos aponta que, para as ações coletivas darem resultados, é necessário que se priorizem os pontos de convergência entre os participantes, respeitando a autonomia e a individualidade de cada um. Florêncio e Biondo (2017) também ressaltam que é importante verificar as "potencialidades de estabelecer parcerias locais com as entidades da sociedade civil, instituições de ensino, poderes públicos, instituições privadas e demais atores sociais que possam, coletivamente, cooperar com este processo, por meio de recursos humanos e financeiros, saberes e olhares diferenciados" (Florêncio; Biondo, 2017, p. 8). A elaboração do inventário participativo "Pessoas e memórias", de Itaipu, por exemplo, foi realizada em parceria com universidades que atuam na região junto ao Museu de Arqueologia de Itaipu e pescadores da região. Outro exemplo foi a realização do inventário participativo do "Largo do Arouche", que contou com a parceira do Coletivo Arouchianos, com a colaboração do Consulado das Famílias LGBT e com recursos do edital da USP Inclusão e Diversidade, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

Destarte, a proposta formulada na presente dissertação é a promoção de ações com participação democrática e consciente, permitindo que outros olhares e experiências possam colaborar positivamente para a construção de uma noção de patrimônio industrial que leve em conta a memória e a identidade dos grupos sociais que pertencem ao território de Contagem. Porém, Paiva e Alves (2019) alertam sobre os desafios de se trabalhar com o inventário participativo. Segundo as autoras,

> Antes mesmo de aventar-se a realização do inventário e para obter-se uma real e efetiva participação da comunidade, é preciso, primeiramente, observar, conhecer e compreender o modo de vida e os interesses da comunidade, de forma a envolvê-la em torno de questões que perpassam os conceitos já delineados, quais sejam, patrimônio, memória, identidade, território e museu e, inclusive, conceitos elementares e fundamentais, como a cidadania e a dignidade. (Paiva; Alves, 2019, p. 57).

Assim, a prática do inventário participativo demanda uma assimilação da realidade em que os indivíduos estão inseridos, se atentando para as sutilezas e complexificações dos encontros e das narrativas que irão surgindo ao longo dos trabalhos. O que se propõe é que o inventário colabore para um senso de coletividade e de participação e que permita que a comunidade escolar se aproprie daquilo que faz parte da sua cultura e identidade.

Neste último capítulo, buscou-se refletir sobre as ações educativas como práticas pedagógicas em que a comunidade escolar se aproprie das ferramentas de conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural para identificação daquilo que está a sua volta. As ações educativas pensadas como atividades introdutórias buscam promover a comunicação e a identificação da comunidade escolar com as possibilidades de um patrimônio industrial a partir dos fragmentos materiais de memória dos operários da Cidade Industrial de Contagem.

Para a fluidez das atividades, foi utilizada a metodologia de Paulo Freire como norteadora das ações educativas. A opção pelo autor se fez pela sua força de pensar a relação ensino-aprendizagem, dando protagonismo aos educandos sem que isso desmereça a função do educador, que passa a ter um papel de mediador do conhecimento. Portanto, procurou-se pesquisar ações e formular uma proposta de ferramenta capaz de provocar a comunidade escolar para a sua participação e autonomia, promovendo o protagonismo e a transformação do indivíduo em agente consciente.

Assim, as ações visam que o ser humano perceba a relação dialética na qual esteja inserido e, a partir dessa percepção, seja capaz de transformar aquilo que o rodeia. Posto isso, o que se sugere é que a comunidade escolar se aproprie daquilo que ressoa e dá sentido à sua identidade e memória coletiva.

A participação na realização das atividades pode fazer com que a comunidade escolar se sensibilize quanto a sua história e memória e, dessa forma, atue de uma forma mais assertiva na construção de um presente que se conecte com o passado, projetando ações para o futuro. A identificação de um patrimônio cultural não muda efetivamente a vida das pessoas porque não é a escolha de um bem como patrimônio cultural que irá trazer mudanças estruturais – do ponto de vista das condições materiais de existência, da autonomia e da autodeterminação de grupos sociais –, e sim o exercício de se (re)conhecer enquanto coletividade que poderá contribuir para mudanças de postura da comunidade frente a demandas e necessidades comunitárias, o que contribui para a construção de posturas ativas junto aos órgãos públicos e reivindicações por melhores condições de vida. Assim, pode-se

dizer que experienciar o patrimônio industrial de Contagem é uma forma de a comunidade escolar vivenciar e ocupar os lugares que ressoam para o grupo como espaços de fruição.

Dessa forma, o patrimônio industrial de Contagem pode contribuir para que a comunidade escolar identifique as adversidades e as dificuldades enfrentadas no presente e no passado e pense em soluções coletivas com projeções para o futuro. Conforme já indicado nesta dissertação, há uma crescente especulação imobiliária que pode culminar em um processo de gentrificação na região devido às mudanças que vêm ocorrendo na Cidade Industrial de Contagem e no seu entorno, com novos empreendimentos comerciais e residenciais. É imprescindível, então, que a comunidade escolar perceba, no patrimônio cultural, uma ferramenta de ação política e de autogestão, importante para que o coletivo reflita sobre as mudanças que realmente fazem sentido para o grupo, tendo por base a preservação de sua história e memória coletivas.

O passado industrial trouxe uma série de transformações para a região, e cabe à comunidade se sensibilizar sobre os impactos e as mudanças que vêm ocorrendo e como essas modificações repercutem na vida de todos coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação, procurei apresentar a possibilidade de se pensar no patrimônio industrial de Contagem a partir daquilo que a comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves identificaria como algo a ser preservado, considerando um complexo trabalho de educação patrimonial que contaria com um inventário participativo, mediante a mobilização de vestígios materiais de memória dos operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias.

Sendo assim, procurei apresentar um pouco do campo do patrimônio, salientando o papel dos órgãos nacionais e internacionais de proteção nas políticas de preservação do patrimônio cultural institucionalizado. No Brasil, o Iphan é o órgão responsável pela preservação do patrimônio e, ao longo de sua história, procurou selecionar – de uma maneira majoritariamente técnica e burocrática – aquilo que deveria ser preservado como bem cultural gerador de identidade nacional. Também foi explorado como, ao longo das décadas, a concepção do que é o patrimônio cultural foi mudando, principalmente entre as gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, os quais trouxeram contribuições importantes para se pensar a valoração de bens culturais no Brasil.

Na sequência, discuti sobre os resquícios industriais e a possibilidade em se refletir sobre eles no campo do patrimônio cultural. Para isso, as cartas patrimoniais foram a orientação para se pensar nos indícios do processo industrial como suscetíveis de serem patrimonializados.

Busquei trabalhar a importância de se refletir sobre a ressonância entre as comunidades que vivem e convivem vizinhas às indústrias e os vestígios materiais de um passado industrial. Ao entrar em contato com a temática do patrimônio cultural, tendo como foco a Cidade Industrial de Contagem, procurei conhecer quais bens foram reconhecidos pelos órgãos do patrimônio no município, sondando principalmente os que fizessem referência ao processo industrial. Assim, pude perceber que a maioria dos bens preservados no município é alusivo ao período colonial. Embora haja um bem tombado que faz referência ao patrimônio industrial de Contagem, este é um vestígio de uma estrutura física de uma antiga fábrica de cimentos, a Companhia de Cimento *Portland* Itaú. Mesmo assim, o que se preservou dessa indústria foram apenas as chaminés e a sede da empresa.

A escolha das chaminés e da sede da fábrica de cimentos Itaú, por exemplo, é uma contradição, se levarmos em conta que essa mesma fábrica, durante os anos que esteve em

atividade, poluiu o ar da região, trazendo sérias consequências e danos à saúde das pessoas que viviam próximo à Cidade Industrial. No local onde os bens estão localizados, não há nenhuma menção ao que eles representam ou mesmo a contextualização de que aqueles resquícios são patrimônios tombados pela prefeitura.

Nesse percurso, busquei fazer uma breve exposição de como ocorreu a industrialização no estado de Minas Gerais e quais foram as razões que levaram à escolha de Contagem para sediar um novo parque industrial no estado. A partir disso, pretendi analisar a situação dos trabalhadores da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias e como esses operários foram sendo absorvidos nessa paisagem industrial.

Logo, fiz uma apresentação da situação dos operários metalúrgicos da Cidade Industrial, os quais, assim como as demais categorias, foram deixados à margem desse "progresso" pretendido pelo governo mineiro e pelos empresários. Apresentei um pouco das dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores no local de trabalho e fora dele, nos espaços por onde transitavam e se relacionavam. A atuação desses operários não se limitou às funções executadas dentro das indústrias; esses trabalhadores também lutaram por melhores condições de vida, de moradia e de salário, viviam suas vidas, seus afetos, seus desejos, suas redes de relações sociais e seus interesses.

É importante ressaltar que os operários também se mobilizaram em greves para exigir melhores condições de trabalho e salário. Essas greves foram uma relevante forma de unir a categoria em um objetivo comum, e, mesmo durante o período da Ditatura Militar, os trabalhadores se mantiveram organizados, mostrando que estavam atentos às condições às quais se encontravam submetidos, reivindicando os seus direitos.

Diante desse quadro, procurei elaborar ações educativas que oportunizassem à comunidade da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves que a escolha do que deve ser protegido, bem como sua preservação, ocorresse a partir de uma seleção democrática e participativa. Para isso, o que se planejou foi o trabalho com suportes materiais da memória operária subsidiando a construção de um inventário participativo. A intenção de se considerar a preservação do patrimônio industrial a partir da memória operária é uma proposição em se representar o patrimônio industrial sob a ótica da comunidade e, ao mesmo tempo, valorizar esses trabalhadores.

Conforme discutido na pesquisa, o patrimônio industrial não é feito apenas de máquinas e da grandiosidade das estruturas das fábricas. Ele também pode ser examinado de outras formas, por exemplo, através da memória, dos lugares, dos saberes, das relações

estabelecidas dentro e fora da indústria, entre tantas outras formas de se relacionar com esse tipo de atividade produtiva.

Uma preocupação que se teve ao longo do trabalho foi a de abordar a noção de patrimônio a partir de uma construção horizontal que, ao mesmo tempo, fomentasse a participação. Assim, a proposta de pensar no patrimônio industrial através da memória operária foi uma forma de compreender os elementos que ressoam para a comunidade escolar como patrimônio industrial de Contagem.

Para isso, planejou-se utilizar o inventário participativo como uma ferramenta para mapear e selecionar quais são os vestígios desses operários junto à comunidade escolar que poderiam ser trabalhados pelo grupo como algo que dê sentido de memória coletiva. Dessa maneira, a opção pelo inventário participativo é uma forma de fazer com que essa escolha se paute por uma perspectiva de escolha coletiva e democrática, levando em consideração os anseios da comunidade que vive e convive com os resquícios de um passado operário. A expectativa é que, com a seleção dos bens, seja possível discutir a escolha das categorias. Estas poderão ser denominadas das mais diversas formas, e talvez surjam categorias como: edificações, serviços, cultura, esportes, gastronomia, paisagens e religiosidade e pessoas, entre outras. Além disso, a escolha das categorias parte de um processo de negociação que poderá gerar momentos de tensão e de negociação.

Portanto, trabalhar a memória operária implica refletir sobre as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e que, cada vez mais, desvia o foco dos debates gerados pela luta dos operários e fragmenta a noção de classe. A precarização do trabalho e a mudança na legislação trabalhista, bem como as políticas neoliberais, tornaram a classe operária cada vez menos mobilizada para as questões com as quais é necessário um vínculo de classe. Não só a associação dos operários vem se enfraquecendo, mas a perda ou a negligência dessa memória operária também vem se processando paralelamente. Portanto, não se pretende trabalhar essa memória a qualquer custo, mas compreender se há alguma coisa que ainda ressoa para a comunidade escolar da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves como representativo desse período industrial. E, se essa memória ecoa para o grupo, o que se propõe é o desenvolvimento de ações que permitam a comunicação dessa memória e a preservação de marcos (ou mesmo vestígios materiais móveis) desse passado industrial.

A provocação que se faz é a de pensar o patrimônio para além de uma escolha burocrática, como algo capaz de envolver o grupo e de incentivar a conhecer e se reconhecer enquanto coletividade com esse passado em comum. Afinal de contas, a preservação do patrimônio é apenas um dos estágios de proteção, mas não assegura a integridade e o uso de

bens culturais. Apenas o processo de tombamento ou registro não garante a efetivação da fruição do bem. Para além do rito administrativo, há que se pensar no sentido de identidade que o bem evoca para os grupos. Quando há ressonância entre o bem e a comunidade, a fruição do patrimônio também se torna uma forma de preservação.

A comunicação desse patrimônio industrial sugerida na dissertação ficou a cargo da realização de um mapa afetivo e da elaboração do varal de memórias como ações educativas a serem realizadas sob a ótica da participação ativa. Ambas as atividades são idealizadas dentro da execução do inventário participativo. Essas ações possibilitam não apenas a identificação, mas também a percepção de como as transformações ocorridas no espaço onde se localizam as indústrias reverberam na comunidade escolar que é circunvizinha dessas fábricas.

Portanto, a construção comunitária do inventário participativo é também um ato político em que se provoca o grupo a refletir sobre a sua existência e a pensar nesse passado industrial como algo que lhe afeta no presente e até mesmo em projetos de futuro. Não é possível preservar todo o resquício do período industrial, porém não se pode deixar de avaliar quais devem ser mantidos ou não. Essa escolha deve partir de um desejo coletivo, e a participação faz com que haja uma seleção que se leve em consideração o desejo da comunidade em sua forma de (re)conhecer a paisagem onde vive.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. As parcelas (in)visíveis da saúde do anônimo trabalhador: falas operárias sobre trabalho, saúde e doença (1890-1920). **Revista Trabalho, educação e saúde**, v. 4, n. 1, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462006000100002>.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. **Configurações Revista Ciências Sociais**, Coimbra, 2013. p. 241-245. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/2192>.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. Patrimônio industrial no Brasil. **Revista do programa de pós-gradução *stricto sensu* em arquitetura e urbanismo** – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, n. 3, primeiro semestre de 2010. p. 11-22. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/114>.

BONADA, Miguel Ponsá. Contagem. **Revista Por Dentro da História**, n. 4., 2011. p. 13. Disponível em: <https://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/pordentrodahistoria04.pdf>.

BRULON, Bruno. A invenção do ecomuseu: o caso do écomusée du creusot montceau-les mines e a prática da museologia experimental. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2015. p. 267-295. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p267>.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Desafios propostos pela Constituição de 1988 ao patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, 2017. p. 203-211. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/da1341d8-5be3-4e9f-8f7c-dcf6df58eaae>.

_____. **Percepção do intangível entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial: Entre Genealogias e Apropriações do Patrimônio Cultural Imaterial**. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil: 1880-1945**. São Paulo: Difel, 1977.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong. O Partido Socialista do Brasil: Sujeitos, projetos e ação político-eleitoral (1925-1926). *In*: **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 38, n. 77, maio/ago. 2022. p. 517-557. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/CPpvHpvGc6Pr5xq8x6W4vBz/?lang=pt>.

CASTRO, Marinella. Desapropriados, que há 70 anos deram lugar à cidade industrial, buscam solução na Justiça. **Jornal Estado de Minas**, 14 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/08/14/internas_economia,245021/desapropriados-que-ha-70-anos-deram-lugar-a-cidade-industrial-buscam-solucao-na-justica.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque***. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.

CHUVA, Márcia Regina Romero. **Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil**. In: Betania Figueirado; Alcenir Soares dos reis. (Org.). Patrimônio Imaterial em Perspectiva. 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, v. 1, p. 51-64.

_____. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio de 1982-2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, 2017. p. 79-103. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf>.

CIAVATTA, Maria. A memória dos trabalhadores de classe subalterna a construtores da democracia. **Trabalho e educação**, Belo Horizonte, v. 11, ed. 11, jun./dez. 2002. p. 33-48. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8990>. Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. Memória, história e fotografia. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 32, 2000. p. 72-91.

_____. O Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia. **Revista Psicologia**: Organizações e Trabalho, v. 12(1), jan./abr., 2012. p. 33-46. Disponível em: <http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/index>.

COUTINHO, Priscila de Oliveira. A má fé da Justiça. *In*: SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pág. 329-350.

DANTAS, Ana Carolina Lessa *et al*. **Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo : caderno de apoio** – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília: IPHAN, 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ceilandia_minha_quebrada_mundo_cadernodeapoio.pdf>.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora da fábrica**: cotidiano operário em São Paulo – 1927-1934. 1983. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/47152>.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. O lugar da indústria no patrimônio cultural. **Revista Labor & Engenho**, Campinas, v. 5, n. 1, 2011. p. 107-125. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/lobore.v5i1.111>.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **Fragmentos da memória; o historiador e os arquivos pessoais**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech12/arqtxt/PDF/carlosandiniz.pdf>.

ERLO, Geovana. **Museu de Território de Galópolis: estratégia para a preservação do Patrimônio Industrial e Identidade local**. Monografia em História. Caxias do Sul: UCS, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/5912> .

ERLO, Geovana. **Tecendo a gestão comunitária do patrimônio industrial: do Museu de Território ao Inventário Participativo de Galópolis**. 2023. 305 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257661>.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Edusp editora. 2006.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Revista Organicom**, [S. l.], v. 5, n. 9, 2008. p. 90-100. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138986>.

FLORÊNCIO Sônia Regina Rampim *et al*. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. IPHAN, Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim, *et al*. **Educação Patrimonial : histórico, conceitos e processos**. 2ª ed. rev. ampl. – Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/EducPatrimonialweb_final_segunda%20edicao.pdf >. Acessado em: 04 de março de 2024.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim, *et al*. **Educação patrimonial: programa mais educação**. Brasília, DF: Iphan, 2000. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf>

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim; BIONDO, Fernanda Gabriela. Inventários participativos como instrumentos de educação patrimonial e participação social. **Revista Patrimônios possíveis**, Goiânia, 2017. p. 50-58. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonios-possiveis/05_sonia_rampim.html>.

FONSECA, Geraldo. **Contagem perante a história 1718-1978**. Contagem: Edição da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Prefeitura Municipal de Contagem, 1978.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas**: O Capitalismo em Construção. São Paulo: Brasiliense/HUCITEC. 1989.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, set./dez. 2017. p. 409-425. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.116>.

_____. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 25. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, jan./jun., 2015. p. 211-228. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000100012>.

_____. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan./jun., 2005. p. 15-36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana. 1. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014. 296 p.

HERNANDEZ, Ignácio Agero. **Memória operária**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157 p.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. **Revista do programa de pós-gradução *stricto sensu* em arquitetura e urbanismo** – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, n. 3, primeiro semestre de 2010. p. 24-30. Disponível em: <www.ufjf.br/lapa/files/2008/08/kuhl2.pdf>.

LAHIRE, Bernard. Campo (verbete). *In*: CATANI, Afrânio Mendes *et al*. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 64-66.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **ANARQUISMO EM VERSO E PROSA: Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)**. 1999. 276 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. **Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890**. 2006. 303 f. Tese de doutorado (História Social) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2009. 146 p.

LIBBY, Douglas Cole. Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Departamento de História**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 9, 1989. p. 149-160. Disponível em: <https://www.variahistoria.org/edies/tag/Number+09>.

LIMA, Cristiano Leal de Barros. **Uma análise da paisagem urbana futurista distópica em "Blade Runner – o caçador de androides" através do tripé da visualidade cinematográfica**. 2020. 92 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/15053/2/CRISTIANO_LEAL_BARROS_LIMA.pdf>.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Revista TOPOI**, v. 6, n. 11, jul./dez., 2005. p. 289-326. Disponível em: <www.scielo.br/j/topoi/a/LY8JzHPGjwqBrvdPp7Qxr5t/?format=pdf&lang=pt>.

LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais – 1870/1920**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LINHART, Robert. **Greve na Fábrica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 147 p.

LÖWY, Michael. Estrutura e consciência de classe operária no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 83, maio/ago., 2018. p. 229-237. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/25114>.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos Sociais no Brasil. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa. A Cidade Industrial de Contagem: da produção da Metrópole via Industrialização à reordenação recente das antigas áreas industriais. **Revista de Geografia**, v. 31, 2014. p. 243-275. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229076/23480>.

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? *In*: GORZ, André (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARSON, Michel Deliberali; BELANGA, Tatiana Pedro Colla. **Indústria mineira e paulista na década de 1930: concentração com integração**. 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6519904.pdf>.

MARTINS, Magda Antunes. **Mulheres negras domésticas e periféricas: um estudo sobre as condições de vida de pessoas do sexo feminino em processo de alfabetização e letramento na Vila Barraginha, Contagem**. 2020. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36473/1/Dissertação%20e%20Produto%20educacional_Magda%20Martins%20%2820.11%29.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Luiz Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

MATOS, Ralfo Edmundo S. **Evolução urbana e formação econômica de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1992.

MELLO, Fernanda Cavalcanti de. **Mapa afetivo e intervenções artísticas em um jardim histórico: uma proposta para educação de jovens e adultos**. 2019. 98 f. Especialização *Lato Sensu* (Patrimônio Artístico e Cultural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22340>. Acesso em: 29 maio 2024.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa**. *In*: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2011, Florianópolis. p. 1819-1834. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/view/313>.

MONTEIRO, Norma de Góis. Verbete: Bento Gonçalves Filho. *In*: **Dicionário biográfico de Minas Gerais**: período republicano 1889/1991. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. Volume I. Disponível em <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/128>. Acesso em: 01 mar. 2024.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Colonialidade, Modernidade e Decolonialidade: Da Naturalização da Guerra à Violência Sistêmica. **Intellèctus**, v. 20(1), 2021. p. 54–73. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/intellectus.2021.58456>.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Lugares de memória: trabalho, cotidiano e moradia. **Revista memória em rede**, Pelotas, v. 7, n. 13, jul./dez., 2015. p. 69-82. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15210/rmr.v7i13.6306>.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2006. p. 218-240. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100012>. Acesso em: 20 jun. 2023.

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 5, 2017. p. 38-40. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/11542_MARIANA+KIMIE+NITO+E+SIMONE+SCIFONI>.

NITO, Mariana Kimie (Org.). **Inventário participativo Arouche LGBTQIA+ [recurso eletrônico]**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2023. 168 p. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1036/945/3484>.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Revista Antíteses**, Londrina, v. 14, n. 7, 2014. p. 45-67. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19969>

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva (Org.). **Varal de Memórias**. Leopoldina: Escola Municipal Judith Lintz Guedes Machado, 2023. Disponível em: <https://www.academia.edu/109456712/Varal_de_Mem%C3%B3rias>.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, jul./dez., 1993. p. 07-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>.

OLIVEIRA, Edgard Leite de. **Conflito social, memória e experiência: as greves dos metalúrgicos em 1968**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação da Faculdade de

Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAED-8DBH4N>.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Revista Novos estudos**, v. 1, ed. 74, 2006. p. 67-85. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100005>.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 2 (118), abr./jun., 2010. p. 219-232. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/439>.

PAIVA, Isadora dos Santos; Alves, Fátima. Da museologia social ao inventário participativo: patrimônio, território e desenvolvimento. **Revista Naui**, Florianópolis, v. 8, n. 15, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/20167>.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. Formação operária: arte de ligar política e cultura. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, jan./abr., 2005. p. 266-288. Disponível em: <www.scielo.br/j/es/a/ZLzNf4XH7j3YKGR5PwFsfFM/?lang=pt&format=pdf>.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **...E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge 'Manchester Mineira' que se transformou num "baú de ossos"**. 2006. 410 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas) – Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/>.

_____. **Percalços da industrialização**: o caso de Minas Gerais. 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas do Instituto de Economia) – Universidade Estadual de Campinas, 2001. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1592056>.

PELÁEZ, Carlos Manuel. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1987.

PELEGRINI, Sandra C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **Revista História da Universidade Estadual Paulista** (UNESP), São Paulo, v. 27 (2), 2008. p. 1145-173.

_____. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

PEREIRA, Camila Amaral; COSENTINO, Daniel do Val. **A industrialização de minas gerais sob a ótica do governador Benedito Valadares (1933-1945)**. SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, v. 4, n. 4, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariocsa/article/view/1505/1428>.

PÉREZ, Manuel Cerdà. **Arqueología Industrial**: teoría y práctica. València: Publicacions de la Universitat de València, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-18. Disponível em: <https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>.

PRIMO, Bárbara; ARAUJO, Mirela (Orgs.). **Inventário participativo pessoas e memórias**: Museu de Arqueologia de Itaipu. Rio de Janeiro: Data Coop, 2018. Disponível em: <https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/inicio/pagina-inventario-participativo/#livro_pdf>.

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves. Contagem/MG. 2022.

QUEROL, Lorena Sancho. Para uma gramática museológica do (re)conhecimento ideias e conceitos em torno do inventário participado. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 25, 2013. p. p. 165-188. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1370>.

RAMOS, Simone de Almeida. **A fruição dos espaços sociais tombados** – O caso de Contagem - MG. 2017. 242 f. Dissertação (Mestrado da Escola de Arquitetura da UFMG). Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

REQUEIJO, Geordana Natali Rosa. **A história da tuberculose em belo horizonte de 1897 a 1950: Uma abordagem Histórico-Cultural**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp037963.PDF>.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem. *In*: IPHAN. (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1 ed. Brasília: IPHAN, 2020, v. 1, p. 35. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Paisagem%20%20Dicionário%20Iphan.pdf>.

RODRIGUES, Sandra Maria. **Ceilândia/DF: Histórias, Afetos e (re)significações a partir da educação patrimonial**. 2021. 212 f. Dissertação (Mestrado em História do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, 2021. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/4902>.

RODRÍGUEZ, Octavio. A concepção do sistema centro-periferia. In: _____. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 77-96.

SANTOS, Anderson Cunha. **Patrimônio cultural e história local**: a educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade de contagem. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, João Pedro Oliveira. **"Somos operários, é malta do ferro" – Desindustrialização, Classe e Memória Operária em Setúbal**. 2017. 91 f. Dissertação (Mestrado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em < http://hdl.handle.net/10362/20773>.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Forjando lideranças**: comportamentos políticos e militância operária no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1984). 2019. 443 f. Tese (Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas

Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/45477>

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista; SILVA, Débora R. C. Rocha. Narrativas femininas e ditadura militar: a atuação das mulheres na greve operária de 1968 em Contagem-MG. *In*: XII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – política, ética e conhecimento, 2014, Teresina. **Anais eletrônicos do XII Encontro Nacional de História Oral**. Teresina: UFPI, 2104.

SCHENEIDER, Eugene V. **Sociologia Industrial**: relações sociais entre a Indústria e a Comunidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, jan./mar., 2017. p. 5-16. Disponível em: <doi.org/10.12957/teias.2017.25231>.

_____. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo?. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, 2022. p. 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.255310>.

SILVA, Renata Cristina. Equilíbrio, ação e oração: A luta dos moradores de Contagem (MG) contra a poluição da fábrica Itaú nos anos 1970. **Temporalidades** – Revista de História, Belo Horizonte, v. 12, ed. 12, n. 1, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/19625>.

_____. **Poluição do ar e conflitos socioambientais: O caso da fábrica Itaú – Contagem – Minas Gerais (1975-88)**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: < https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BBYH3R>.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Educação patrimonial e políticas de escolarização no Brasil. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, abr./jun., 2016. p. 467-489. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55022>.

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. **Caminhos de Minas: a Lei Robin Hood e as políticas municipais de preservação do patrimônio mineiro**. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppg-pmus/luciana_christina_c_souza.pdf>.

_____. Paisagens ocultas: Patrimônio Industrial e o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2021. p. 161-185. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/888>.

_____. **Patrimônio e Colonialidade: a preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial**. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositoriobc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12714/luciana_cruz_souza.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2022.

TEIXEIRA, B. B. Comunidade escolar. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/comunidade-escolar/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. O registro como forma de proteção do patrimônio cultural imaterial. **Revista CPC**, São Paulo, n. 4, maio/out., 2007. p. 40-71. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i4p40-71>.

_____. **Entre a Lei e as Salsichas**: Análise dos Antecedentes do Decreto-Lei 25/37. V ENCONTRO DOS ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA CULTURA – ENECULT. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2009. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2009/19408.pdf>.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução: Denise Bottimann. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27 especial, jan./jul., 2019. p. 133-148. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp133-148>.

VENTURA, Carlos Martins. **Ações educativas para a comunidade escolar da escola estadual Catarina Jorge Gonçalves**. 2022. Produto Técnico (Práticas Supervisionadas) – IPHAN, Rio de Janeiro. 2022.

_____. **Levantamento de fontes sobre os operários da indústria da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias em Contagem/MG. 2021**. Produto Técnico (Práticas Supervisionadas) – IPHAN, Rio de Janeiro. 2021.

_____. **Levantamento e mapeamento de dados da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias em Contagem – MG. 2021**. Produto Técnico (Práticas Supervisionadas) – IPHAN, Rio de Janeiro. 2021.

A Metrópole e os lugares de memória operária: o sentido político da permanência. Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical. Universidade de São Paulo (USP), 2010. Disponível em: <https://gesp.fflch.usp.br/metropole-e-os-lugares-de-memoria-operaria-o-sentido-politicodapermanencia#:~:text=Os%20lugares%20da%20mem%C3%B3ria%20oper%C3%A1ria%20guardam%2C%20assim%2C%20um%20sentido%20pol%C3%ADtico,de%20distanciamento%20social%20e%20de>. Acessado em: 02 de fev. de 2024.

VIANA, Lívia Gomes. **Afetividade e ambiente esportivo: sentimentos e emoções de atletas de competição**. 2009. 261 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2009.

VIEIRA, Ana Lúcia. **Intervenções cotidianas em nome do bem-estar dos assistidos: o biopoder nas vilas operárias**. *In*: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anpuh: 50 anos, 2011. Disponível em:

<www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313027484_ARQUIVO_Texto-naLuciaVieira-Anpuh.pdf>.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Le capitalisme historique**. Paris: La Découverte,1987.

Cartas patrimoniais:

Carta de Fortaleza. Fortaleza: IPHAN. 1997. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf >

Carta de Nizhny Tagil, de julho de 2003, originada pelo The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH) e apresentada para eventual aprovação por parte da Unesco. Tradução: MENEGUELLO, Cristina. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/download/808/788>.

"Os Princípios de Dublin". Adotados pela 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011. DELVIZIO, Ivanir Azevedo; OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/os-principios-de-dublin/>.

Leis:

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 7 ago. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.>.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 24.056, 06 dez. 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 6377, 12 ago. 1971.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

MINAS GERAIS**.** Decreto nº 19.462, de 16 de outubro de 1978. Cria unidade de ensino de 1º grau da Rede Estadual "escola estadual Guilhermino de Oliveira". **Diário do Executivo**: Minas Gerais, p. 3, 17 out. 1978. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/19462/1978/>.

MINAS GERAIS. Decreto nº 19.470, de 16 de outubro de 1978. Cria unidade de ensino de 1º grau da Rede Estadual "escola estadual Catarina Jorge Gonçalves de Oliveira". **Diário do Executivo**: Minas Gerais, p. 4, 17 out. 1978. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/19470/1978/>.

MINAS GERAIS. Decreto nº 23.397, de 6 de fevereiro de 1984. Cria o ensino de 2º grau em escolas da rede estadual de Contagem. **Diário do Executivo**: Minas Gerais, p. 7, 7 fev. 1984. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/23397/1984/>.

MINAS GERAIS. **Decreto-Lei nº 2.154**, de 12 de julho de 1947. Dispõe sobre o aforamento de terrenos para a instalação da vila operária da "Cidade Industrial" e autoriza o aforamento de terrenos adquiridos posteriormente para a criação de novos núcleos ou parques industriais no estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEL/2154/1947/>.

MINAS GERAIS. **Decreto-lei nº 770**, de 20 de março de 1941. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os terrenos onde deverá ser construído o parque industrial. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEL/770/1941/>.

MINAS GERAIS. **Decreto-lei nº 778**, de 19 de junho de 1941. Dispõe sobre aforamento dos terrenos da Cidade Industrial. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEL/778/1941/>.

MINAS GERAIS. Lei nº 3.403, de 2 de julho de 1965. Autoriza o Governo do Estado a constituir e subscrever ações da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG). **Diário do Executivo**: Minas Gerais, p. 01, 3 jul. 1965. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/3403/1965/>.

MINAS GERAIS. **Lei nº 4.371**, de 03 de janeiro de 1967. Dá a denominação de Coronel Juventino Dias à Cidade Industrial de Contagem. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/4371/1967/>.

MINAS GERAIS. Lei nº 6.955, de 21 de dezembro de 1976. Dispõe sobre a participação do Estado de Minas Gerais no Plano Nacional de Habitação Popular – PLANHAP – e dá outras providências. **Diário do Executivo**: Minas Gerais, p. 05, 22 dez. 1976. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/6955/1976/>.

MINAS GERAIS. Resolução nº 1.808, de 29 de maio de 1978. Aprova Convênio e Termo Aditivo celebrado entre o Banco Nacional da Habitação – BNH – e o Estado de Minas Gerais.

Diário do Legislativo: Minas Gerais, p. 03, 2 jun. 1978. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/RAL/1808/1978/>.

APÊNDICE

APÊNDICE

Instituição:	Área de atuação:	Link de acesso:
Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro - AMORJ.	Recuperação, registro e preservação do patrimônio material e imaterial referente à história do trabalho, dos trabalhadores e suas organizações.	https://amorj.ifcs.ufrj.br
Arquivo Edgard Leuenroth – AEL.	Preservação de registros ligados à história social, política e cultural do Brasil e da América Latina, tais como: história do trabalho e da industrialização, do movimento operário, da esquerda, dos partidos políticos, da cultura e dos intelectuais, da questão agrária, dos direitos humanos e justiça, da imprensa, da opinião pública, dos movimentos sociais, da saúde e da antropologia.	https://www.ael.ifch.unicamp.br
Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT – CEDOC.	Recupera, organiza e preserva documentação produzida, recebida e guardada pela CUT e suas entidades.	http://cedoc.cut.org.br
Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.	O CPV é depositário de um acervo da memória dos movimentos sociais principalmente das décadas de 1970 e 1980.	http://www.cpvsp.org.br
Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – Cesit.	Centro de estudos sobre mercado do trabalho, relações de trabalho, sindicalismo, políticas públicas de emprego, reestruturação produtiva, novas formas de organização do trabalho, políticas	https://www.cesit.net.br

	sociais.	
Centro de Estudos Victor Meyer.	Desenvolvimento de atividades de reflexão político-ideológica, estudos e pesquisas, com destaque para a divulgação e debate das ideias socialistas, para a formação política dos trabalhadores e para a preservação da memória das lutas operárias.	http://centrovictormeyer.org.br
Centro de Memória Operária e Popular – CEMOP.	Organiza a identificação, a catalogação e a digitalização dos documentos do acervo.	http://www.memoriaoperaria.org.br
Centro de Memória Sindical.	Atua na recuperação, na classificação e na organização de documentos históricos; pesquisas sobre movimentos de trabalhadores; artigos históricos ou analíticos sobre o universo que tange ao trabalho; debates, seminários e exposições sobre movimentos de trabalhadores; publicações de livros.	https://memoriasindical.com.br
Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho - LEHMT.	Temáticas relacionadas à história social do trabalho e dos movimentos sociais em perspectiva interdisciplinar.	https://lehmt.org
Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho - NEST	Desenvolve atividades voltadas à pesquisa, ao ensino e à extensão concernentes à temática do trabalho.	https://nest.fcs.ufg.br
Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano - NESTH	Desenvolve pesquisas relacionadas com a temática do trabalho, principalmente nas áreas do processo de	https://www.fafich.ufmg.br/nesth/index.html

	trabalho e tecnologia, saúde e trabalho, história e memória operária, mulher e trabalho e sindicato e classe trabalhadora.	
Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação - NEDDATE.	Organização de um arquivo institucional de documentação e dados sobre trabalho e educação a partir do período de redemocratização do Brasil.	http://neddate.sites.uff.br
Núcleo de História Oral e Memória do Laboratório de Estudos do Tempo Presente - TEMPO/UFRJ.	Reúne diferentes acervos de entrevistas digitalizadas de distintas épocas com seguintes temas: “Arte & Política”, “Memórias de Esquerda” e “Memórias de Vigário Geral”.	https://nuhom.historia.ufrj.br
Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente – DTA.	O objetivo do núcleo de pesquisa é fazer confluir debates e tradições acadêmicas até então pouco conectados, integrando os temas da mudança social induzida por processos de desenvolvimento econômico, da centralidade do trabalho e dos papéis de trabalhadoras, trabalhadores e sindicatos em tais processos, observando também sua imbricação com o ambiente natural no que diz respeito aos impactos e às modalidades de ação coletiva por eles impelidos.	https://www.nucleodta.org/inicio
Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho – NUPET.	Análise de temas ligados às transformações no	http://nupet.iesp.uerj.br

	mundo do trabalho e seu impacto sobre os mecanismos sociais de construção e reprodução de identidades coletivas, formas de associativismo e participação, obtenção de meios de vida e reprodução de desigualdades, com foco na estrutura e na dinâmica dos mercados de trabalho, nas instituições que os regulam, nas estratégias das empresas e na organização sindical.	
Programa de Memória dos Movimentos Sociais – Memov.	Resgate e preservação de experiências relacionadas à organização e à atuação de trabalhadores e de outros grupos sociais no contexto brasileiro.	http://memov.com.br/site
Projeto Investigação Operária.	Registrar a memória de grupo de trabalhadores e militantes que atuaram conjuntamente em torno da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP).	https://iiepmemoriaoperaria.wordpress.com

ANEXOS

ANEXOS

Esboço do planejamento das ações educativas

Planejamento da Ação Educativa 1º momento	
Público-alvo:	Comunidade escolar.
Tema:	Classificação das referências culturais
Objetivo a ser alcançado:	• Apresentação da proposta para se trabalhar com a memória operária dos trabalhadores da Cidade Industrial de Contagem; • Identificação dos bens culturais do patrimônio industrial; • Definição das categorias a serem mobilizadas; • Pesquisas bibliográficas; • Elaboração de um cronograma; • Estímulo à participação e ao protagonismo da comunidade escolar; • Contextualização do processo de preservação do patrimônio no município de Contagem; • Debate e reflexão sobre o patrimônio industrial do município; • Análise e contextualização do papel da escola nesse processo de escolha do patrimônio cultural de Contagem.
Recursos didáticos:	Datashow, cadeiras, lousa, pincel, canetas, papel sulfite, suportes de memória; internet, notebook, elaboração de questionários no *Google Forms*.
Metodologia:	A partir dos suportes de memória dos operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, pretende-se que os

	participantes discutam e reflitam sobre o patrimônio industrial de Contagem/MG. Espera-se que os envolvidos, baseados nessa discussão, sejam capazes de identificar os bens culturais que ressoam como representativos do patrimônio industrial de Contagem. Nessa etapa, também deverão ser definidas as categorias a serem mobilizadas pela comunidade escolar para a execução do inventário participativo.
Número de encontros:	Para essa atividade, estima-se a realização de 8 encontros em horários alternados (manhã, tarde e noite), sendo que pelo menos um encontro de cada turno seja realizado de forma híbrida.
Observação:	O número de encontros pode sofrer alterações de acordo com a demanda e a quantidade de participantes. A proposta em realizar encontros híbridos objetiva atingir o maior número de pessoas possível no projeto.

Planejamento da Ação Educativa 2º momento	
Público-alvo:	Comunidade escolar.
Tema:	Elaboração do inventário participativo
Objetivo a ser alcançado:	• Execução do inventário participativo conforme as categorias e as referências propostas pela comunidade escolar tendo o manual de inventário participativo do Iphan (2016) como referência; • Levantamento de possíveis bens materiais e imateriais a serem inventariados; • Análise de possíveis bens que representem a identidade e a memória dos operários da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. • Realização de entrevistas; • Escolha e seleção dos bens a serem inventariados.
Recursos didáticos:	Entrevistas, relatos dos participantes, objetos pessoais que sirvam como suporte para a construção do inventário participativo, datashow, cadeiras, lousa, pincel, canetas, papel sulfite, internet, notebook, elaboração de questionários no *Google Forms*.
Metodologia:	Nesta etapa, será realizada a elaboração do inventário participativo a partir das referências culturais e das categorias sugeridas pela comunidade escolar. Além disso, serão realizadas entrevistas e a coleta de relato com membros da comunidade escolar a fim de contribuir com a produção do inventário.
Número de encontros:	Para essa atividade, estima-se a realização

	de 10 encontros em horários alternados (manhã, tarde e noite), sendo que pelo menos um encontro de cada turno seja realizado de forma híbrida.
Observação:	O número de encontros pode sofrer alterações de acordo com a demanda e a quantidade de participantes. A proposta de realizar encontros híbridos objetiva atingir o maior número de pessoas possível no projeto.

Planejamento da Ação Educativa 3º momento	
Público-alvo:	Comunidade escolar.
Tema:	Produção de um mapa afetivo e do varal de memórias
Objetivo a ser alcançado:	• Conhecer a memória dos operários da indústria de Contagem e as possibilidades de preservação; • Elaboração do varal de memórias; • Mapeamento dos lugares onde há vestígios da memória operária; • Elaboração do mapa afetivo;
Recursos didáticos:	Inventário participativo, datashow, cadeiras, lousa, pincel, canetas, papel sulfite, internet, notebook.
Metodologia:	A partir do inventário participativo, será elaborado um mapa afetivo com os lugares que ressoam para a comunidade escolar como espaços de memória. Outra atividade é a preparação de um varal de memórias feito a partir de objetos, fotografias ou relatos dos participantes.
Número de encontros:	Para essa atividade, estima-se a realização de 6 encontros em horários alternados (manhã, tarde e noite).
Observação:	Nesta etapa, os encontros serão presenciais.

Planejamento da Ação Educativa 4º momento	
Público-alvo:	Comunidade escolar.
Tema:	Autoavaliação.
Objetivo a ser alcançado:	• Refletir sobre o processo de execução das ações educativas; • Fortalecimento dos vínculos das comunidades com seu patrimônio cultural.
Conteúdo a ser abordado:	• Autoavaliação das ações educativas.
Recursos didáticos:	Papel sulfite, caneta, datashow, mural, gravador, cadeiras, internet, notebook, *Google Forms*.
Metodologia:	A metodologia empregada será a da avaliação feita pelos participantes através da escrita e/ou da oralidade. Nesta etapa do processo, espera-se que os participantes percebam a importância do diálogo na construção de uma memória comum. Esse é o momento em que a contribuição dos envolvidos é para aprimorar os métodos e as práticas das etapas anteriores.
Número de encontros:	3 encontros (um por turno)
Observação:	Os encontros serão realizados de forma híbrida.